

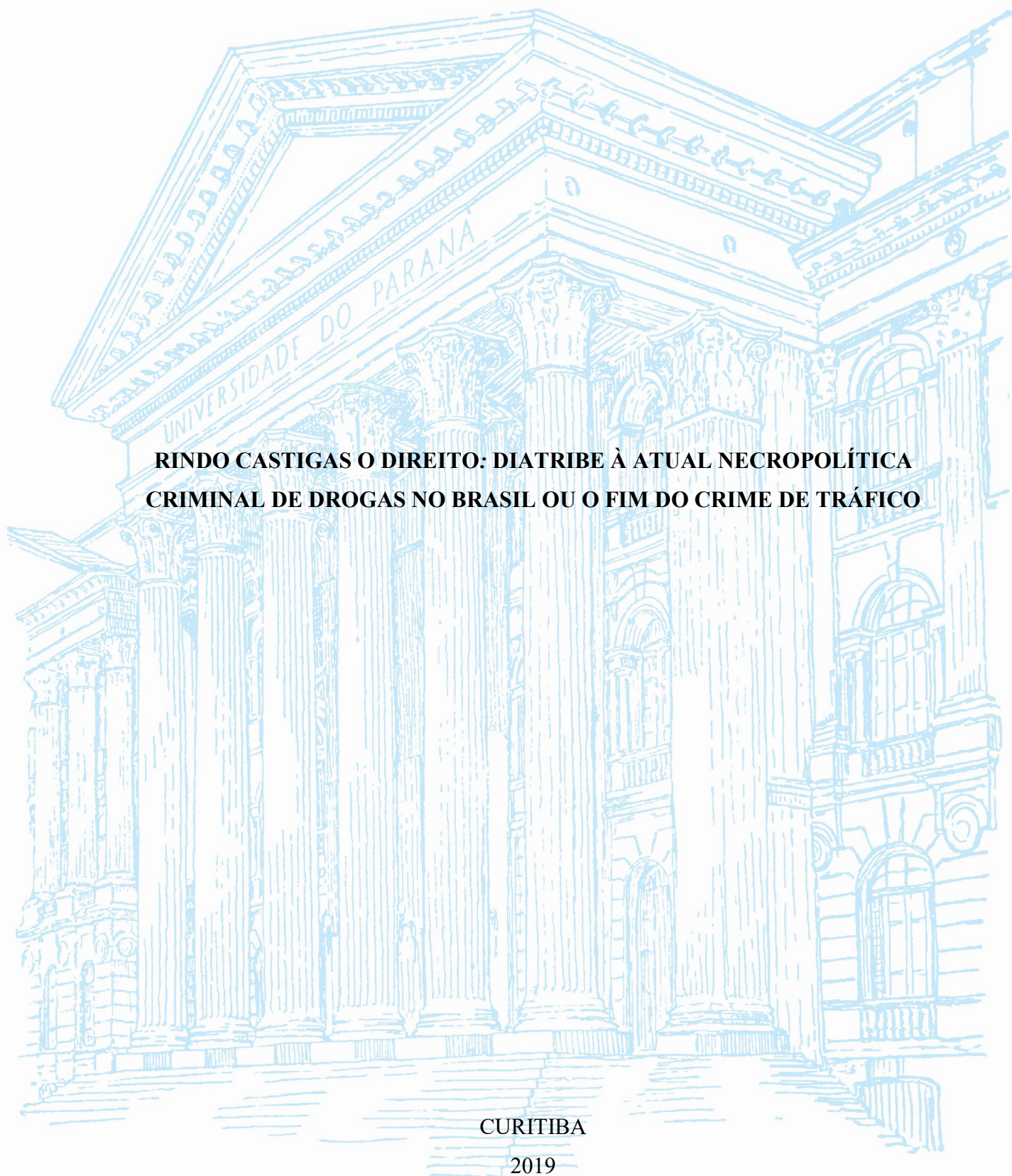
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCELO FILA PIACECKI

**RINDO CASTIGAS O DIREITO: DIATRIBE À ATUAL NECROPOLÍTICA
CRIMINAL DE DROGAS NO BRASIL OU O FIM DO CRIME DE TRÁFICO**

CURITIBA

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCELO FILA PIACECKI

**RINDO CASTIGAS O DIREITO: DIATRIBE À ATUAL NECROPOLÍTICA
CRIMINAL DE DROGAS NO BRASIL OU O FIM DO CRIME DE TRÁFICO**

Monografia apresentada como requisito de aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II. Curso de Bacharelado em Direito – Habilitação em Direito do Estado, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª. Priscilla Placha Sá
Coorientadora: Prof^ª. Katie Silene Cáceres Arguello

CURITIBA

2019

Dedico este trabalho à juventude brasileira, às vezes incompreendida, outras vezes encarcerada, noutras vezes, ainda, assassinada. Espero que este trabalho sirva como esperança para um novo Direito, pautado na indignação contra um sistema completamente injusto, um sistema que é racista, classista e assassino.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Priscilla Placha Sá, Orientadora deste trabalho, pela paciência e zelo com que orientou a presente monografia, a senhora que é, sem dúvidas, uma inspiração aos estudantes de Direito desta Universidade Federal e dos juristas deste país.

Agradeço, também, pela cordialidade e doçura da Professora Katie Silene Cáceres Arguello, Coorientadora deste trabalho, a senhora é um dos nomes mais combativos desta Universidade e país e para mim é uma honra imensa tê-la enquanto Coorientadora, bem como foi uma experiência muito engrandecedora e única ter acompanhado suas aulas durante o ano, na figura de monitor da disciplina de Criminologia.

Agradeço, também, aos membros da banca, Professor André Peixoto de Souza, cuja sensibilidade e simplicidade no trato tanto me encantam desde o primeiro ano do curso, bem como a erudição e eloquência do senhor, e Professor Jacson Zilio, um dos maiores promotores de justiça deste Estado, senão o maior, e professor brilhante, cuja percepção e senso crítico tanto me inspira.

Agradeço a meu avô paterno, na figura de quem cumprimento, também, meu falecido pai. Foi o senhor, vô, que me ensinou as premissas da justiça, bem como vem me ensinando diariamente exemplos de serenidade perante as maiores adversidades que um homem como o senhor, nascido num mágico faxinal chamado Rio do Couro, poderia enfrentar. O senhor jamais imaginou que seríamos “doutores”. Eu sou seu desdobramento lógico, de modo que minhas vitórias são igualmente suas.

Agradeço a minha mãezinha e melhor amiga, na figura de quem cumprimento, também, minha querida vovó materna. Tu sabes, mãe, que és fundamental em minha vida. Sou a primeira geração de nossa família a chegar à universidade. Eu e tu sabemos a grandiosidade disso. Portanto, este trabalho é a minha conclusão de curso, mas é, também, nossa.

Por fim, agradeço aos diversos amigos e camaradas, sobretudo desta faculdade de Direito, que sabem da relevância deste trabalho e do tema deste trabalho, dentre os quais saliento a importância de Alana Plucinski, André Vasselai, Angelo Peixoto, Bruno Alcantara,

Bruno Born, Bryan Prado, Caio Santos Fernandes, Edilsonson de Oliveira, Eduarda Marculan, Eric Hoffmann Fellipe Almeida, Gabriel Montalde, Gustavo Fanaia, Iago Korello, João Alexandre, Larissa Rahmeier, Lívia Meireles, Lucas Finger, Lucas Finkler, Matheus Binder, Matheus Kauan, Pedro Brondani, Pedro Barioni, Pablo Souza, Robert Tomal, Rodrigo Soares, Sheron Ribeiro, Victor Esteche, Victor Hugo Anyzewski, Vinicius Cidral, Yunnes Hamoud e, por fim, destaco a suma importância de João Víctor Vieira Carneiro.

RESUMO

O presente trabalho se utiliza de uma figura retórica da grécia antiga, a diatribe, que consiste em uma dissertação filosófica crítica em relação a algo. No presente caso, tecer-se-á duas diatribes, direcionadas, no âmbito jurídico, aos dois principais institutos da atual legislação de drogas no Brasil, quais sejam, artigos 28 e 33 da Lei nº 11.343/2006, que correspondem às figuras do consumo pessoal de drogas e do tráfico de substâncias entorpecentes proscritas. Desta feita, analisar-se-á as implicações do maniqueísmo, isso é, a divisão do mundo em “bem” e “mal”, bem como perscrutar-se-á o lugar da visão dionisíaca de mundo no debate do uso de drogas. Noutra vereda, tocante à questão do tráfico de tóxicos, pretende-se analisar o que se chamará de “efeito gato de Schrödinger” inerente ao §2º do artigo 28, que estabelece um critério subjetivo de diferenciação de condutas, tornando, assim, deveras problemática essa diferenciação. Por conseguinte, pretende-se, também, tecer uma breve história das drogas sob um viés crítico, analisando-se suas implicações no que pode ser chamada de “necropolítica criminal de drogas no Brasil”.

Palavras-chave: Drogas; Guerra às Drogas; Necropolítica; usuário de drogas; traficante de drogas.

RESUMEN

Este trabajo utiliza una figura retórica de la antigua Grecia, la diatriba, que consiste en una disertación filosófica crítica en relación con algo. En el presente caso, se realizarán dos diatribas, dirigidas, en el ámbito legal, a los dos institutos principales de la legislación vigente sobre drogas en Brasil, a saber, los artículos 28 y 33 de la Ley N ° 11.343/2006, que corresponden a las cifras de consumo de drogas y tráfico de sustancias proscritas. Esta vez analizaremos las implicaciones del maniqueísmo, es decir, la división del mundo en "bien" y "mal", así como examinaremos el lugar de la cosmovisión dionisiaca en el debate sobre las drogas. De otra manera, con respecto al tema del narcotráfico, tenemos la intención de analizar lo que se llamará el "efecto gato Schrödinger" inherente al párrafo 2 del artículo 28, que establece un criterio subjetivo de diferenciación de conductas, lo que lo hace muy problemático de la diferenciación. Por lo tanto, también tiene la intención de tejer una breve historia de drogas bajo un sesgo crítico, analizando sus implicaciones en lo que se puede llamar la "necropolítica criminal de drogas en Brasil".

Palabras clave: Drogas; Guerra contra las drogas; Necropolítica; usuario de drogas; traficante de drogas.

ABSTRACT

This paper uses a rhetorical figure from ancient Greece, the diatribe, which consists of a critical philosophical dissertation about something. In the present case, two diatribes will be made, directed, in the legal scope, to the two main institutes of the current drug legislation in Brazil, namely, articles 28 and 33 of Law No. 11.343/2006, which correspond to the consumption of drugs and drug trafficking. Hence, we will analyze the implications of manichaeism, that is, the division of the world into "good" and "evil," as well as examining the place of the Dionysian worldview in the drug debate. Furthermore, regarding the issue of drug trafficking, we intend to analyze what will be called the "Schrödinger cat effect" inherent in paragraph 2 of article 28, which establishes a subjective criterion for the differentiation of conducts, thus making them problematic. Therefore, it is also intended to weave a brief history of drugs under a critical bias, analyzing their implications in what may be called "criminal drug necropolitics in Brazil".

Keywords: Drugs; War on Drugs; Necropolitics; drug user; drug dealer.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 DIATRIBE PRIMEIRA: VISÃO DIONISIÁCA DE MUNDO E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CONSUMIDORES DE DROGAS NO BRASIL	19
1.1 DO DISCURSO JURÍDICO-POLÍTICO	19
1.1.1 Do Direito de Punir	19
1.1.2 Artigo 28.....	27
1.1.3 Constituição.....	29
1.2. DO DISCURSO CULTURAL-MORAL	33
1.2.1 Direito do Usuário: Cálice.....	33
1.2.2 Grande Otelo	34
1.2.3 A Prisão de Gilberto Gil.....	37
1.2.4 Significado de “Curtir”.....	39
1.2.5 O Perigoso Canto das Mulheres Iranianas	40
1.2.6 Simão Bacamarte.....	41
1.2.7 Visão Dionisiáca de Mundo	43
1.2.8 Albert Hofmann.....	55
1.2.9 Aldous Huxley.....	58
1.3 DO DISCURSO MÉDICO-PENAL	64
1.3.1. Dos Drogados	64
1.3.2 Saúde Pública: Bem Jurídico?	70
1.3.3 Internação Compulsória?.....	74
1.3.3.1 Irrestrita?.....	74
1.3.3.2 Neutralização?	75
2 DIATRIBE SEGUNDA: CONTRA A NECROPOLÍTICA DE NEUTRALIZAÇÃO E EXTERMÍNIO DOS JOVENS VENDEDORES DE DROGAS NO BRASIL	78

2.1 DO CRITÉRIO SUBJETIVO DE DIFERENCIAÇÃO ENTRE USUÁRIO E TRAFICANTE: O GATO DE SCHRÖDINGER	78
2.2 DO INIMIGO	81
2.2.1 Dilema do Cárcere	81
2.2.2 Necropolítica Criminal de Drogas	93
2.3 DA ORIGEM À GUERRA	109
2.3.1 Antes da Origem da Guerra	109
2.3.2 Século XX: Da Guerra	119
2.3.3 Século XXI: Perspectivas para Depois da Guerra	128
2.4 ÚLTIMO ARGUMENTO	132
CONCLUSÃO	138
BIBLIOGRAFIA	142

INTRODUÇÃO

Percebe-se, pois, que a questão de drogas, provavelmente em qualquer contexto, só que tão mais em relação ao Brasil, tem em si duas questões intrincadas: a usufruição e a venda de drogas, que possuem em si alguma espécie de elo, que por tantas vezes se quer dissociar, todavia é um elo necessário e praticamente inafastável, uma vez que, embora possível conceber o uso sem a existência da venda – como no caso daquele que usa a maconha que ele próprio planta, por exemplo –, ainda assim é difícil imaginar tal padrão de consumo a longo prazo, devidamente às facilidades e feliz ou infelicidades da vida moderna.

Ademais, percebe-se que, no contexto nacional recente, se dá um movimento reacionário em torno da temática das drogas, a despeito, inclusive, de como vem se dado a tratativa de tais questões no âmbito de outras nações. A partir do fato de que usar drogas já torna em si o agente um criminoso, dotado abstratamente de alguma periculosidade à ordem jurídica posta, por mais estúpido que isso soe, não há mais que se falar em questão de saúde pública: a atual política criminal de drogas fez uma escolha bastante simples: não existe usufruidor, existe usuário – negando a ideia de ação, de vontade, denotando o sujeito passivo – e para muito além das questões linguísticas, etimológicas e semânticas, ao se optar pela criminalização do, em tese e específicos casos, doente, optou-se por inexistir a questão de saúde: se é crime ser doente, então não existe questão de saúde, existe uma questão de criminalidade, ou seja, de tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade.

Em nossos hodiernos e extravagantes tempos, movimentos que sorrateiramente se os aprecia, tal qual foi feito com o Conad, Conselho Nacional Sobre Drogas, reduzindo-se o número de bancos de 14 para 0, acendem alertas na sociedade nacional, resultando na extinção da participação de membros da sociedade civil, sendo esses especialistas, psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras, professores e juristas.

Senão seja, noutra vereda, a imposição das novas diretrizes da Política Nacional Sobre Drogas propugnadas pelo Ministério da Cidadania, capitaneado pelo Senhor Ministro Osmar Terra, o qual defende a seguinte máxima: “O problema das antigas políticas foi ter tratado o usuário como sujeito capaz de discernimento”, estão em desconformidade com as iniciativas de saúde pública abraçadas pelos países desenvolvidos ou cujas políticas voltadas aos dependentes químicos possuem vieses mais progressistas.

O ponto máximo da dificuldade de se superar um paradigma, por sua vez, denota-se no fato de o julgamento que pode descriminalizar a maconha, a droga ilícita mais largamente

utilizada no país, que tramita no Supremo Tribunal Federal – e, diga-se de passagem, cujo placar da votação consta em 3 a 0 por enquanto –, o referido julgamento estava em pauta no ano de 2016 pela última vez, eis que o Excelentíssimo Ministro Alexandre de Moraes pediu vistas, o que levou a postergar o julgamento para o dia 6 de julho do presente ano de 2019 – adiou-se, ora, em 03 anos o julgamento. Eis que na data de 6 de julho deste ano, então, adiou-se novamente o julgamento, ficando claro e amplamente noticiado, sem nenhuma desfaçatez, um acordo com o Poder Executivo, na pessoa de seu mais alto chefe, para retirar de pauta um tema que não interessa a seu governo, todavia que é urgente ao nosso Estado.

O julgamento foi adiado para novembro e volto-me novamente a esta introdução, muitos meses após tê-la escrito, para atualizar o fato de que o julgamento foi, agora em novembro, novamente adiado, movimento que parece ser de um adiamento *ad eternum* da questão.

Destaco, dentre as anotações do voto do Excelentíssimo Senhor Ministro Luís Roberto Barroso, que votou favoravelmente à descriminalização, o seguinte:

1. Estamos lidando com um problema para o qual não há solução juridicamente simples nem moralmente barata. Estamos no domínio das escolhas trágicas. Todas têm custo alto. Porém, virar as costas para um problema não faz com que ele vá embora. Por isso, em boa hora o Supremo Tribunal Federal está discutindo essa gravíssima questão. Em uma democracia, nenhum tema é tabu. Tudo pode e deve ser debatido à luz do dia. Estamos todos aqui em busca da melhor solução, baseada em fatos e razões, e não em preconceitos ou visões moralistas da vida. 2. O caso concreto aqui em discussão, e que recebeu repercussão geral, envolve o consumo de 3 gramas de maconha. A droga em questão, portanto é a maconha. O meu voto trabalha sobre este pressuposto. É possível que algumas das ideias que eu vou expor aqui valham para outras drogas. Outras, talvez não. 3. Para compreensão geral, uma breve unificação da terminologia é conveniente. Descriminalizar significa deixar de tratar como crime. Despenalizar significa deixar de punir com pena de prisão, mas punir com outras medidas. Este é o sistema em vigor atualmente. Legalizar significa que o direito considera um fato normal, insuscetível de qualquer sanção, mesmo que administrativa [...] VIII. ENFRENTANDO OS ARGUMENTOS CONTRÁRIOS I. Não houve guerra às drogas no Brasil – O argumento, com a vênia devida, não corresponde aos fatos. Basta constatar que: 1. Existem quase 150 mil presos por delitos relacionados a drogas. 2. Bilhões em recursos foram gastos com atividade policial e custos do sistema penitenciário. 3. O Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, com a autoridade de quem conduz um conjunto de políticas bem sucedidas, declarou: “Acabar com as drogas é impossível. Parece que os brasileiros não acordam para o desperdício dessa guerra. Não existem vitoriosos. Descriminalizando o uso, um dos efeitos é o alívio na polícia e no Poder Judiciário, que podem se dedicar aos homicídios, aos crimes verdadeiros”. II. A descriminalização produziria aumento de consumo 1. É possível, sim, que em um momento inicial a descriminalização aumente a quantidade de usuários, em especial dos usuários experimentais. 2. Porém, passado o momento inicial, as estatísticas não confirmam o aumento do consumo. Portanto, o importante aqui não é uma foto momentânea, mas um filme que dura alguns anos. 3. Em Portugal, como visto, houve até redução de consumo pelos jovens. A transgressão é um atrativo para a juventude. III. A descriminalização aumentaria a criminalidade associada ao consumo de drogas 1. As grandes causas da criminalidade envolvem combinações variadas entre desigualdade, impunidade e uma cultura de ganho fácil. 2. Maconha não tem efeito anti-social relevante. 3. Por essa lógica, faria muito mais sentido criminalizar o álcool. 14 Naturalmente, ninguém cogita disso. Nos EUA a Emenda 18 produziu a lei seca, banindo a fabricação e distribuição de bebidas

alcoólicas entre 1920 e 1933. As consequências foram tão nefastas quanto as que a criminalização das drogas nos traz hoje. IV. A descriminalização trará impacto para a saúde pública 1. A experiência empírica diz o oposto: com a descriminalização, usuários e dependentes passam a poder se tratar. V. A descriminalização aumentaria os riscos do trânsito com pessoas dirigindo intoxicadas 1. Este argumento foi enfatizado pelo eminente Deputado Federal do Rio Grande do Sul Osmar Terra. Cabe lembrar aqui que dirigir sob a influência de substância psicoativa é crime autônomo (Código de Trânsito, art. 302, § 2º). Não é preciso criminalizar o consumo de maconha para este fim. VI. Há grande inconsistência em descriminalizar o consumo e manter a criminalização da produção e da distribuição 1. A inconsistência de fato existe. Mas eventual legalização depende de atuação do Congresso. E não há soluções fáceis. 2. Porém, prestar atenção no que se passa no Uruguai e nos estados americanos que legalizaram pode ser uma boa forma de ver como os resultados que a legalização produzirá. Uma última observação: pesquisa do psicólogo Giovani Caetano Jaskulski conclui que o álcool e o cigarro – não a maconha – funcionam como porta de entrada para drogas mais pesadas. VII. Criação de um “exército de formiguinhas” 15 1. Este foi o ponto suscitado pelo Procurador-Geral da República: o temor de que uma vez fixado um certo quantitativo, os traficantes passariam a distribuir em pequenas porções, formando um “exército de formiguinhas”. 2. É uma possibilidade. Só que de certa forma, já é assim. Os “aviões”, que são os jovens que fazem a distribuição, são presos. Em poucas horas são repostos. 3. Há, na verdade, um exército de reserva. Com a seguinte consequência: as prisões ficam entupidas e o tráfico não diminui em nada.¹

Em virtude de tal panorama diante do tema, vejo-me no dever, enquanto acadêmico, de vociferar meu posicionamento veementemente contrário a tais movimentações retrógradas e disparatadas, desconexas da realidade de violência que recrudesce incessante e selvagemmente nas grandes cidades, agravada em grande medida, por mais que paradoxal, devido ao hiperencarceramento dos criminosos no país; está claro que há um mecanismo de cooptação dos presos para que participem de organizações criminosas, o que, por lógico, cria um ciclo vicioso que provavelmente será destruído a partir das atuais proposições de atos dos poderes executivos e das políticas públicas que se tem adotado.

Para tal, apresentar-se-á doravante um ensaio sério a respeito do tema, expressando posições embasadas na Ciência, na Arte, na Filosofia, no Direito e em sua filosofia. Pois então, costurar-se-á uma argumentação de matriz filosófica, poética e jurídica, por isso denominadas as duas dissertações, do capítulo primeiro e segundo, por diatribes, esse discurso típico da grécia antiga, caracterizada pelos traços dissertativos filosóficos críticos, dotado por vezes de virulência e ironia.

Para tal reflexão, será necessário se tomar alguns pressupostos: a) primeiramente, o Brasil é o quinto maior país do mundo, cuja população é, hoje, de mais de 200 milhões de pessoas, é um país continental, quase tão grande territorialmente quanto a Rússia, que fala português, a última flor de Lácio, de Bilac, ou a língua da luz, lusitana, diriam os velhos baianos;

¹ Anotações do Voto do Ministro Luís Roberto Barroso no Recurso Extraordinário 635.659. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/leia-anotacoes-ministro-barroso-voto.pdf>, acesso em 15.11.2019.

o que nos rege é um Direito que está há séculos em construção: o nosso Direito Brasileiro, que se não é perfeito, ainda é o que temos, e à paráfrase de José Martí, o famigerado republicano, como se procederá o filho à matéria tão atolada de problemas? com vergonha da velha indumentária ou com a altivez que é necessária aos grandes povos? O direito brasileiro não seria sem sombra de dúvidas um dos mais fabulosos e tenazes do mundo, que regula a vida de centenas de milhões de pessoas; outrossim somos os últimos filhos do Ocidente, não seria o direito maior importância da América? visto que é o maior país de linhagem romano-germânica, ou seja, não seria o Brasil o país mais apto da América a influenciar os direitos lusitano, espanhol, francês, italiano e alemão? posto que de mesma família do direito, somos o maior país de América Ibérica, em simples palavras, nosso Direito é muito grande, também muito bonito e violento, e deve ser fruto de reflexões teleológicas por parte dos juristas, desde os consagrados aos bacharelados; nosso Direito deve servir de inspiração a todos os países do mundo, isso é dedutível, no que tange à cautela e proteção da dignidade humana e respeito aos direitos humanos, não seriam aqueles que mais sofrem violências, que já se acostumaram com a violência e a miséria diárias os mais aptos a debater o direito e ofensa a princípios basilares do Direito, direitos fundamentais, direitos humanos? E não seria, sobretudo no presente tempo, mister reafirmar a excelência das instituições públicas e a constante defesa do estado democrático de direito, em sua concepção mais ampla concebível? Mas para isso carece que sejamos progressistas, e faticamente há uma onda contrária ao progressismo, todavia rema-se incessantemente contra a corrente; por ser estranho falar em pautas progressistas no presente momento em que este estudo é redigido é que se faz mister dizer a respeito das pautas progressistas no momento presente; b) segundamente, o mote pelo qual esse ensaio se desdobrará será o do uso de drogas, passando por uma segunda análise, que se impõe, da venda de drogas – o usuário e o traficante são desdobramentos materiais um do outro, dependentes um do outro, suas existências se retroalimentam, e com isso não busco demonizar o usuário, bastante pelo contrário, apenas constato um fato; outrossim é observável e dedutível que, formalmente, estão, ora, atrelados, por meio do que se pode chamar os artigos de Schrödinger, talvez até contra suas próprias vontades, o que desvendaremos ao longo do ensaio; c) por conseguinte, a filosofia, a razão e a poesia hão de auxiliar-nos pelas veredas dessa encruzilhada do conhecimento; sobrelevar-nos-emos à última razão do Direito, ora, à ciência do direito penal, e tomaremos por objeto de estudo os dois fundamentais institutos da Lei 11.343/2006, a Lei de Drogas, os quais estão dispostos nos artigos 28 e 33 do referido diploma legal. Da edição da Lei de Drogas até hoje, ou seja, cerca de 13 anos após sua promulgação, a população carcerária no Brasil saltou de 250 mil pessoas presas, à época, para, hoje, cerca de 800 mil pessoas presas,

isso é, praticamente quadruplicou. É um consenso na Academia que há algo de muito errado e ineficaz com a atual política criminal de drogas no Brasil, ensejando que nós, os juristas, sobretudo os penalistas, tentemos desbravar, inclusive ontologicamente, o que está por detrás desse *processo*; d) temos hoje no país algumas dezenas ou centenas ou talvez até milhares – incalculável número – de facções criminosas ou então milícias capitaneadas por polícias bonachões e corruptos e sátiros, e tudo isso funcionando “muito bem”, como nunca antes se viu na história deste país; os penalistas sabem ou pelo menos suspeitam que as penitenciárias hoje estão em contato frequente com a rua, por meio dos mais diversos intermediários, e estão, outrossim, na mão das facções; sabe-se que ocorre, na prisão, a celebração do vínculo entre os aspirantes e os faccionados, que, também pelos mais diversos motivos, se aliam e se vinculam a essas facções, como meio de sobrevivência ou promoção dentro dos presídios; há, ainda, que se mencionar que, por outro lado, as milícias, espécie de genérico das facções criminosas no Brasil, se estabeleceram, sobretudo no Rio de Janeiro, como concorrentes das facções tradicionais (não querendo aqui desmerecer ou ultrajar uma possível tradicionalidade dos grupos paramilitares de inspiração fascista e policialesca); e) o Brasil é, hoje, o país que mais mata no mundo, tendo alcançado no último levantamento o número absoluto de 65 mil mortes no ano de 2017, último ano divulgado; por turno oposto, é também o país em que mais morrem policiais militares em serviço; f) por fim, ao se analisar os números brutos, 80% das mulheres presas estão por tráfico, enquanto que $\frac{1}{3}$ *in totum* dos homens aprisionados; repare-se, pois, que se trata de um crime tipificado formalmente enquanto crime de perigo abstrato, ou seja, que se consuma sem a prática de violência, porém que se vislumbra hodiernamente como mote central de todo um colapso da violência, que se retroalimenta e mata a todos nós.

Se o uso de drogas – empregando o termo de modo mais amplo e abrangente possível – se é, tal como se tratará de demonstrar, uma posição aparentemente legítima por parte do cidadão, uma escolha existencial, a escolha por Dionísio, em detrimento de Apolo, uma opção de ser, tantas vezes um modo de vida, senão aprendizado mediante o erro, se é, pois, uma escolha do âmbito individual e personalíssimo, e sobretudo direito assegurado constitucionalmente, consoante interpretações mais progressistas, de juristas eminentes, então não há que se conceber o crime de uso pessoal.

Todavia, por turno diverso, há que se vislumbrar o que será chamado de “efeito gato de Schrödinger”, que concebe a existência de um crime que é – ao mesmíssimo tempo – conduta x e conduta y, consumo pessoal e tráfico de drogas, haja vista que não existe segurança jurídica e fática suficiente para se determinar, pois, o que é consumo pessoal e o que é tráfico, sendo juridicamente possível, hoje, consoante a presente legislação, condenar-se por tráfico alguém

com ínfima quantidade de droga, ao passo que absolver de condenação aquele que é pego com quantidade abundante; ao que tudo indica, vive-se uma esquizofrenia penal no Brasil, sobretudo no tocante à questão de drogas. O efeito gato de Schrödinger, que impõe um elo subjetivo entre os artigos 28 e 33 da Lei 11.343/2006 é a janela arreganhada disso. Isso por si só põe em xeque a aceitabilidade da existência desses dois institutos, capazes de aprisionar por pelo menos 5 anos uma pessoa dentro de uma jaula, é para outra coisa senão a fim de convertê-la, ou melhor, anulá-la, essa pessoa, pô-la em estado de bicho, metamorfosear-se em animal? Não é isso a análise prática da teoria da pena?

Noutro vértice, tomando em consideração que restará demonstrado que o consumo pessoal não é crime, sendo esse o pressuposto, parece razoável considerar falta de lógica em considerar crime a venda de entorpecentes, assim empreendendo uma verdadeira guerra do bem contra o mal. Algo que bastante recorda as ordálias de fé da Santa Inquisição. A população carcerária de um país praticamente quadruplicar, em pouco mais de dez anos, em razão de uma única lei, não parece razoável. Ainda mais, ao cercear todos os direitos de pessoas que nasceram com a sina de não terem nenhum direito, o Estado está propondo algo? Isso é algum tipo de ação afirmativa? Se não há na conduta, referindo-se aos elementos do tipo penal, a exigência de nenhuma prática de violência, que argumento abstrato e fantasmagórico justifica a prática da suma violência contra aquele que transgride a norma? Não soa contraditório? Empregar a violência mais cruel possível – que só não é tida por pena cruel e degradante por mau caratismo ou por puro sadismo humano –, contra aquele que não age violentamente é por si um paradoxo a ser digerido.

Por fim, se não basta o fato do Estado anular definitivamente a existência de pessoas cuja a existência é, de berço, hipossuficiente – aqui, novamente, emprego o termo de modo mais amplo e abrangente, não me limitando a aspectos puramente econômicos, embora esses estejam intimamente ligados aos fatos –, há ainda o anseio de que o Estado, recordando dos direitos fundamentais de segunda geração, tão fora de moda, proponha algo, pois não há proposta de mudança, e está tudo um caos no Sistema Penal Brasileiro. É mister que seja dada a oportunidade de existência.

Por mais que algumas eminentes autoridades da República façam vista grossa para os fatos, ignorem as opiniões dos acadêmicos e especialistas, difamem e sintam ojeriza dos estudiosos, qual fossem esses os negligentes e ignaros, em detrimento do presente contexto tenebroso sobre o qual nos debruçamos, sobrevoados pelas bruxas impiedosas do obscurantismo e da insanidade e sacrifício, impõe-se que ao menos a classe dos pensadores do

Direito e da Vida se antecoloque do lado daquilo que é, meramente, justo, afinal é feito o direito por seus operadores e sua *práxis*.

Verifica-se na prática um dilema brasileiro das drogas, em que se nos são apresentadas duas soluções ambas insatisfatoriamente inaceitáveis.

Para o Dicionário Aurélio, o significado de “dilema: 1 - Alternativa em que não há opção satisfatória; 2 - Conjuntura difícil (sem saída conveniente); 3 - Argumento formado por duas proposições que se contradizem mutuamente”; noutra via, define o dicionário Michaelis por: “LÓG 1 Raciocínio que estabelece premissas contraditórias e excludentes, mas que acabam por dar fundamentos para uma mesma conclusão; 2 FIG Situação embaraçosa entre duas soluções fatais, ambas difíceis ou penosas.” Creio que as definições dicionarizadas acabam por dar conta de explicar minimamente a gravidade desse dilema brasileiro das drogas, denotando sua complexa e contraditória existência, esse dilema que se bifurca, ora em artigo 28 e artigo 33, outrora em política de saúde pública e política criminal de drogas, cuja expressão máxima é o sangue de uma guerra: por um lado jovens soldados do estado, cujo soldo é tão pouco, caminham com a morte lado a lado e guerreiam contra outros jovens favelados e míseros em esperanças e oportunidade de existência tanto quanto eles os soldados. Há saída, diz o Estado, é a guerra, não a expansionista de outrora, contra os uruguaiois ou os paraguaiois ou os alemães – senão os venezuelanos ou os argentinos? –, mas se trata, sim, de uma guerra civil não declarada mas expressa tal como música: em compasso de tiro de fuzil.

Espero, assim, por meio do presente ensaio, fazer pensar, e propor que da desgraça renasça um direito inspirador para todos os povos. Vamos aos erros.

*Escuta, Zeus, vendo e ouvindo, e com
justiça endireita as sentenças!
Quanto a mim, gostaria de dizer a Perses
verdades.*

Hesíodo, Os Trabalhos e os Dias, versos
9-10.

*E que justiça a resguarda?... Bastarda.
É grátis distribuída?... Vendida.
Que tem, que a todos assusta?... Injusta.*

Epílogos, de Gregório de Matos.

1 DIATRIBE PRIMEIRA: VISÃO DIONISIÁCA DE MUNDO E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CONSUMIDORES DE DROGAS NO BRASIL

1.1 DO DISCURSO JURÍDICO-POLÍTICO

1.1.1 Do Direito de Punir

Tomando por referência as excelentes aulas de Criminologia ministradas pela Professora Katie Silene Cáceres Arguello, deve-se diferenciar o dito *direito de punir*, do latim clássico *ius puniendi*, preterindo tal termo por *poder de punir*,² haja vista que não se trata de um direito do Estado, disponível a seu alvitre, sim uma necessidade diante da prática de atos ilícitos por parte de seus vassalos.

Segundo a concepção de Max Weber, o Estado possui o *monopólio da violência*. O Direito Penal detém, assim, uma espécie de prerrogativa de exercício da violência contra as pessoas, contra o ser.

Seria ora legítima a disposição desse arbítrio por parte do Estado? Foi aparentemente a melhor solução encontrada pelas pessoas do mundo, por inflexibilidade dos fatos ou por desinteligência das mentes; ao menos, preferível à violência privada. É simples, pensa-se, bota na mão do Estado e resolvido. O povo gosta; orgasmos múltiplos, múltiplas violências. E o povo se compraz. Em contrapartida, não seria a denominada a violência estatal, especificamente o cárcere, a suma violência?

Para Achille Mbembe, trata-se, em último caso, de um direito de matar exercido pelo soberano, o que ele chamou de necropolítica, isso é, uma política voltada a morte. Em suma, uma exacerbação da violência. Tais reflexões serão muito preciosas, sobretudo na segunda parte deste trabalho.

Michel Foucault consigna em seu ilustre trabalho Vigiar e Punir, que investiga as origens da pena de prisão, que:

No que se refere à lei, a detenção pode ser privação de liberdade. O encarceramento que a realiza sempre comportou um projeto técnico. A passagem dos suplícios, com seus rituais de ostentação, com sua arte misturada à cerimônia do sofrimento, a penas de prisões enterradas em arquiteturas maciças e guardadas pelo segredo das

² A querida Professora ressalta-me, aliás, que tal diferenciação foi pela primeira vez apreciada por ela na pessoa do Professor Dimitri Dimoulis, no ICPC.

repartições, não é passagem a uma penalidade indiferenciada, abstrata e confusa; é a passagem de uma arte de punir a outra, não menos científica que ela.³

No mesmo trabalho, acerca do efeito oposto ao desejado que é inerente ao cárcere, e que coloca o modelo de prevenção especial, a despeito de suas boas intenções, em xeque, Foucault invoca os cânticos que os presos cantavam enquanto em cárcere, prenúncios da almejada liberdade. Trata-se de um cântico de resistência.

Há entretanto nesses cantos coletivos uma outra tonalidade; inverte-se o código moral a que obedecia a maior parte das velhas queixas. O suplício, em vez de trazer o remorso, aguça a vaidade; a justiça que condenou é recusada, e recebe vitupérios a multidão que vem contemplar o que ela pensa ser arrependimentos ou humilhações: ‘Tão longe dos lares, às vezes, gememos. Nossas fronteiras sempre severas farão empalidecer nossos juízes... Ávidos de desgraça, vossos olhares em nosso meio procuram encontrar uma raça vencida que chora e se humilha. Mas nossos olhares são orgulhosos.’

Encontramos aí também a afirmação de que a vida nos trabalhos forçados, com seus companheirismos, reserva prazeres que a liberdade não conhece.

‘Acorrentemos os prazeres com o tempo. Sob os ferrolhos nascerão dias de festa... Os prazeres são fugitivos. Fugirão dos carrascos, seguirão as canções.’

E principalmente a ordem atual não durará para sempre; não só os condenados serão libertados e recobrarão seus direitos, mas seus acusadores virão tomar-lhes o lugar. Entre os criminosos e os juizes, virá o dia do grande julgamento às avessas:

‘A nós, forçados, o desprezo pelos homens. A nós também todo o ouro que eles deificam. Esse ouro, um dia, passará a nossas mãos. Nós o compramos pelo preço de nossa vida. Outros retomarão essas cadeias que hoje vós nos fazeis levar; eles se tornarão escravos. Nós, rompendo os encraves, o astro de liberdade terá reluzido para nós... Adeus, pois desprezamos tanto vossos ferros quanto vossas leis’.⁴

Mas, sobretudo, destaca-se, por conseguinte, dentre tantos interessantíssimos trechos do livro de Foucault, a seguinte constatação sobre a prisão:

A prisão, conseqüentemente, em vez de devolver à liberdade indivíduos corrigidos, espalha na população delinquentes perigosos [...] – A prisão não pode deixar de fabricar delinquentes. Fabrica-os pelo tipo de existência que faz os detentos levarem: que fiquem isolados nas celas, ou que lhes seja imposto um trabalho inútil, para o qual não encontrarão utilidade, é de qualquer maneira não “pensar no homem em sociedade; é criar uma existência contra a natureza inútil e perigosa”; queremos que a prisão eduque os detentos, mas um sistema de educação que se dirige ao homem pode ter razoavelmente como objetivo agir contra o desejo da natureza? A prisão fabrica também delinquentes impondo aos detentos limitações violentas; ela se destina a aplicar as leis, e a ensinar o respeito por elas; ora, todo o seu funcionamento se desenrola no sentido do abuso de poder. Arbitrário da administração: O sentimento de injustiça que um prisioneiro experimenta é uma das causas que mais podem tornar indomável seu caráter. Quando se vê assim exposto a sofrimentos que a lei não ordenou nem mesmo previu, ele entra num estado habitual de cólera contra tudo o que o cerca; só vê carrascos em todos os agentes da autoridade: não pensa mais ter sido culpado; acusa a própria justiça.⁵

³ FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir, Nascimento da Prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 251.

⁴ FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir, Nascimento da Prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 256.

⁵ IDEM, Ibidem, p. 260-261.

Assim, segundo as constatações de Foucault, contempla-se a incapacidade da prisão cumprir fins outros que não um bom adestramento dos corpos. E, por fim, quanto à organização dos apenados, que se solidarizam entre si:

– A prisão torna possível, ou melhor, favorece a organização de um meio de delinquentes, solidários entre si, hierarquizados, prontos para todas as cumplicidades futuras: A sociedade proíbe as associações de mais de 20 pessoas... e ela mesma constitui associações de 200, de 500, de 1.200 condenados nas casas centrais que são para eles construídas ad hoc, e que para seu maior conforto ela divide em oficinas, em pátios, refeitórios comuns... e multiplica-se por toda a superfície da França, de tal modo que, onde houver uma prisão, há uma associação... outros tantos clubes anti-sociais. E nesses clubes é feita a educação do jovem delinqüente que está em sua primeira condenação: O primeiro desejo que nele nascerá será de aprender com os colegas hábeis como se escapa aos rigores da lei; a primeira lição será tirada dessa lógica cerrada dos ladrões que os leva a considerar a sociedade como inimiga; a primeira moral será a delação, a espionagem honrada nas nossas prisões; a primeira paixão que nele será excitada virá assustar a jovem natureza por aquelas monstruosidades que devem ter nascido nas masmorras e que a pena se recusa a citar... ele agora rompeu com tudo o que o ligava à sociedade.(...) – Enfim a prisão fabrica indiretamente delinquentes, ao fazer cair na miséria a família do detento: A mesma ordem que manda para a prisão o chefe de família reduz cada dia a mãe à penúria, os filhos ao abandono, a família inteira à vagabundagem e à mendicância. Sob esse ponto de vista o crime ameaça prolongar-se.⁶

Verifica-se, ora, que além de a pena de prisão ter efetividade bastante questionável, visto que é responsável, paralelamente, a seu pretenso propósito de ressocialização, por incutir a raiva no coração dos condenados, ainda é instrumento, aí sim, eficaz, para perpetuar a miséria de uma família inteira, que tende à destruturação quando da prisão de um de seus componentes.

Mas então, se a punição dificilmente ressocializará o indivíduo submetido ao cárcere, qual outro seria o propósito? A psicanálise denuncia algo bastante interessante, a existência de um prazer oculto advindo da punição. Uma catarse coletiva advinda da perpetração a violência contra quem transgride a norma. Àquilo que o cidadão não se concebe fazendo, atribui-se uma pecha demonizadora, sendo que diante da imposição do castigo, a população vê-se saciada. Aqueles que não tem a coragem de praticar atos proibidos, comprazem-se com o castigo daqueles que os praticam. Trata-se de uma justificativa para ânsia punitiva e fantasia de violência. Em suma, há uma fetichização da violência, que legitima o castigo *per si*, a despeito da balela toda de ressocialização; a reeducação do apenado, certamente, pouco importa ao Estado ou ao povo, sendo, sim, indispensável a imposição da sanção e do sofrimento.

⁶ IDEM, Ibidem, p. 261-263.

Com efeito, acerca da legitimidade do Estado em aplicar a punição, cujos efeitos tão duvidosos, e cuja legitimidade ativa da pena tantas vezes questionável, reportamo-nos a Nilo Batista, quando este alerta que:

O Direito Penal existe para cumprir finalidades, para que algo se realize, não para a simples celebração de valores eternos ou glorificação de paradigmas morais. Resulta claro que conhecer essas finalidades é importante para conhecer o direito penal. Quaisquer que sejam tais finalidades – inclusive a de evitar que "prorrompa a guerra de todos contra todos", como dizia Von Liszt –, constituem elas obviamente matéria que não pode ser estranha às preocupações do jurista. Atribuindo-se à figura de von Liszt conotações que certamente não possuía, o jurista não pode deixar de formular algumas indagações, a saber: existe de fato uma guerra de todos contra todos, ou, pelo contrário, uma guerra de alguns contra outros? Que guerra é essa? Para que alguns desejam guerrear contra outros? Se o direito não cai do céu, mas é elaborado por homens, qual a posição dos homens que o editam nessa guerra? Só o direito penal evita que se prorrompa tal guerra? Não prorromperá ela apesar do direito penal? Evitada a guerra, quem ganha e quem perde com essa "paz" que o direito penal assegurou? Essas e outras perguntas poderão aproximar-nos, até sem que o percebamos, de certas chaves centrais no afazer jurídico: jusnaturalismo e positivismo jurídico, interpretação da lei, fins da pena, política criminal, etc. Afirmamos, portanto, que o direito penal é disposto pelo estado para a concreta realização de fins; toca-lhe, portanto, uma missão política, que os autores costumam identificar, de modo amplo, na garantia das "condições de vida da sociedade", como Mestieri, ou na "finalidade de combater o crime", como Damásio, ou na "preservação dos interesses do indivíduo ou do corpo social", como Heleno Fragoso'. Tais fórmulas não devem ser aceitas com resignação pelo iniciante. O direito penal nazista garantia as "condições de vida da sociedade" alemã subjugada pelo estado nazista, ou era a pedra de toque do terrorismo desse mesmo estado, garantindo em verdade as condições de morte da sociedade? Sem adentrar a fascinante questão de que o estado primeiro inventa para depois combater o crime, esse combate não será algo miseravelmente reduzido ao crime acontecido e registrado? Ou seja: o combate que o direito penal pode oferecer ao crime praticamente se reduz – desde que a pesquisa empírica demonstrou o precário desempenho do chamado "efeito intimidador" da pena, sob cuja égide sistemas inteiros foram construídos – ao crime acontecido (sendo mínima sua atuação preventiva) e registrado (a chamada criminalidade aparente, que, como também a pesquisa empírica revelou, e muito inferior – em alguns casos, escandalosamente inferior: pense-se por exemplo no abortamento – a criminalidade real sendo a diferença denominada cifra oculta). Por último, que significarão "interesses do corpo social" numa sociedade dividida em classes, na qual os interesses de uma classe são estrutural e logicamente antagônicos aos da outra?⁷

Pois, parafraseando o autor, a atual política criminal de drogas no Brasil, que prorrompe, pois, uma guerras às drogas – guerra de todos contra todos –, garante, ora, as “condições de vida da sociedade” brasileira subjugada por um estado policaiesco, ou é a pedra de toque do terrorismo desse mesmo estado, garantindo em verdade as condições de morte da sociedade?

A partir de tais reflexões, conferindo-se especial relevância ao comentário tecido pelo inacreditável jurista Nilo Batista, em específico acerca do estado nazista, nessa senda, convém, por consequência, dar a palavra ao incrível químico e escritor italiano Primo Levi,

⁷ BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. 11ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 20-21.

posteriormente mandado para o mortal campo de concentração de Auschwitz, detido pelos capangas de Hitler-Mussolini, donde escaparia vivo, de onde sobreviviria ninguém, saiu ele vivo pois. Seu terrível crime o de seu credo: era judeu; diz o escritor em relação a sua prisão, enigmático relato, acerca de sua primeira prisão, antecedente a Auschwitz, em que foi mandado a Módena:

Como judeu, mandaram-me a Fóssoli, perto de Módena, onde em um grande campo de concentração, anteriormente destinado aos prisioneiros ingleses e americanos, eram reunidas as pessoas pertencentes às várias categorias não gratas ao governo fascista republicano.

Quando lá cheguei, em fins de janeiro de 1944, os judeus italianos no campo eram uns 150. Poucas semanas depois, já passavam de 600. Eram, em geral, famílias inteiras, detidas pelos fascistas ou pelos nazistas porque lhes faltara prudência ou porque alguém as delatara. Havia também uns poucos que se tinham apresentado espontaneamente, devido ao desespero de continuarem vivendo errantes e fugidios, ou por terem ficado sem recurso algum, ou por não quererem separar-se de um parente já detido, ou ainda, absurdamente, para **ficarem dentro da lei**.⁸ (grifo meu).

Destarte, das mais valiosas lições de Direito, e fundamental nota a se tomar para seu estudo devido e sagaz, mas não só sagaz e devido, outrossim crítico e perspicaz, é: nunca mas nunca se esquecer que o estado nazista se constituiu sob um estado democrático de direito e todas as atrocidades e graves violações que foram perpetradas se as fez sob a égide de leis constitucionais e válidas.

Portanto, reduzir o direito à norma, como postulava o velho Hans Kelsen, expulso e humilhado pelo seu tão querido Estado Alemão em consonância com suas normas; se Hans Kelsen disse, pois, que o Direito não é nada senão a norma⁹, humildemente objeto que é o Direito tudo para além da norma.

Senão, como bem destaca Giorgio Agamben, “o estado de exceção se tornou norma”.

E o exemplo retromencionado de Primo Levi, não nos recordaria, quase que por desdobramento lógico, o Senhor K, de Franz Kafka? Convindo destacar, outrossim, que o ilustre escritor austríaco, que escrevia em língua alemã, era também formado em Direito.

Para comparação, pois, invoco o hermético diálogo de K perante o juiz de instrução; *in verbis*:

– Sua pergunta, senhor juiz de instrução, se sou pintor de paredes – ou antes, o senhor não me perguntou, mas me disse isso na cara – é característica do tipo de processo que movem contra mim. O senhor pode objetar que não se trata de maneira alguma de um processo, e tem toda razão, pois só é um processo se eu o reconhecer como tal. Mas neste momento eu o reconheço, de certa forma por piedade, se se deseja levá-lo em

⁸ LEVI, Primo. *É Isto Um Homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 12-13.

⁹ KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Tradução de João Baptista Machado. 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2009. p. 74.

consideração. Não digo que seria um processo desleixado, mas gostaria de lhe oferecer essa definição como forma de autoconhecimento.

K. fez uma interrupção e baixou o olhar para sala. O que ele tinha dito era duro, mais duro do que havia pretendido, mas era correto. Aqui e ali teria merecido aplauso, no entanto estavam todos silenciosos, obviamente se esperava com tensa curiosidade o que ia se seguir, talvez se preparasse, no silêncio uma explosão que pusesse termo a tudo. Foi perturbador que, nesse momento, se abrisse a porta na extremidade da sala e entrasse a jovem lavadeira, provavelmente depois de ter terminado seu trabalho; a despeito de todo o cuidado que tomou, ela atraiu sobre si alguns olhares. Só o juiz de instrução casava alegria a K., pois parecia realmente atingido por suas palavras. Até ali, ele tinha escutado em pé, pois fora surpreendido com a interpelação de K. quando se levantava para se dirigir à galeria. Agora, durante a pausa, sentou-se aos poucos, como se isso não devesse ser notado. Provavelmente para amenizar a expressão do rosto, pegou outra vez o caderninho.

– Não adianta nada – prosseguiu K. –, o seu caderninho, senhor juiz de instrução, também confirma o que estou dizendo.

Satisfeito por escutar apenas suas palavras calmas na assembleia de estranhos, K. ousou até tirar sem rodeios o caderno da mão do juiz de instrução e levantá-lo com as pontas dos dedos por uma folha do meio, como se lhe causasse nojo, de tal modo que dos dois lados penderam as folhas escritas com letras apertadas, cheias de manchas amarelas dos lados.

– Estes são os autos do processo do juiz de instrução – disse e deixou o caderno cair sobre a mesa. – Continue tranquilamente a ler, senhor juiz de instrução; desse livro de acusações eu na realidade não tenho medo, embora ele seja inacessível a mim, pois só posso apanhá-lo com dois dedos e não tomá-lo na mão.

Poderia ser somente um sinal de profunda humilhação, ou ao menos deveria ser entendido assim, o fato de que o juiz de instrução pegasse o caderninho quando ele caiu sobre a mesa, procurando pô-lo um pouco em ordem e empreendendo de novo a tarefa de ler.

Os rostos das pessoas na primeira fila estavam dirigidos para K. de modo tão tenso que, durante um momento, ele baixou os olhos para elas. Eram homens quase sem exceção idosos, alguns tinham a barba branca. Seriam eles os que decidiam, os que podiam influenciar toda a assembleia, aqueles que mesmo a humilhação do juiz de instrução não tirava da inércia em que haviam mergulhado desde que K. começara a falar?

– O que aconteceu comigo – continuou K. em voz um pouco mais baixa do que antes, sempre buscando os rostos da primeira fila, o que dava a seu discurso uma expressão algo dispersa –, o que aconteceu comigo é somente um caso isolado, e como tal não muito importante, já que eu não o levo muito a sério, mas é um indício de como se move um processo contra tantas pessoas. É só por elas que eu falo, não por mim [...]

– Não quero o êxito de um orador – disse K. a partir dessa reflexão –, nem poderia consegui-lo. O juiz de instrução provavelmente fala muito melhor, faz parte da sua profissão. O que quero é apenas a discussão pública de um agravo público. Ouçam: há cerca de dez dias eu fui detido; o fato da detenção em si me faz rir, mas agora não é disso que se trata aqui. Fui colhido de surpresa de manhã cedo na cama. Talvez tivessem dado ordens – pelo que o juiz de instrução disse, isso não está excluído – para prender algum pintor de paredes tão inocente quanto eu, mas foi a mim que escolheram. O aposento vizinho estava ocupado por dois guardas grosseiros. Se eu fosse um perigoso assaltante não poderiam ter tomado melhores providências. Além do mais, esses guardas eram gentinha desmoralizada, encheram-me os ouvidos de conversa fiada, quiseram se fazer subornar, com promessas enganosas quiseram subtrair minhas roupas íntimas e minhas vestes, queriam dinheiro para supostamente me trazerem o café da manhã, depois de terem tomado o meu da maneira mais desavergonhada, diante dos meus olhos. Mas não foi tudo. Fui conduzido a um terceiro aposento, e colocado diante do inspetor. Era o quarto de uma senhora que eu estimo muito, e tive de testemunhar como esse quarto, por minha causa, mas não por culpa minha, foi por assim dizer conspurcado pela presença dos guardas e do inspetor. Não foi fácil manter a calma. Mas eu o consegui e perguntei tranquilamente ao inspetor – se ele estivesse aqui teria de confirmar isso – por que eu estava sendo detido. O que então não me respondeu o inspetor, que ainda agora vejo diante de mim, na

cadeira da referida senhora, como imagem da mais estúpida soberba? Meus senhores, no fundo ele não me respondeu nada, talvez realmente não soubesse nada, havia me detido e estava satisfeito com isso. Tinha até mesmo feito mais, e trazido para o quarto daquela senhora três funcionários subalternos do meu banco, que se ocupavam em manusear e desarrumar fotografias, propriedade dela. Naturalmente, a presença desses funcionários tinha um outro objetivo: da mesma forma que a minha locadora e sua empregada, eles deveriam espalhar a notícia da minha detenção, prejudicar a minha reputação e especialmente abalar minha posição no banco. Nada disso porém foi alcançado, nem minimamente; até a minha locadora, uma pessoa muito simples – quero mencionar aqui o seu nome para honrá-la, ela se chama senhora Grubach –, até a senhora Grubach foi compreensiva o bastante para perceber que essa detenção não significava mais do que um ataque, como o do que jovens insuficientemente vigiados promovem na rua. Repito, tudo isso só me trouxe transtornos e irritação passageira, mas não poderia também ter tido consequências piores?¹⁰

Para mim, esse trecho narrado é o Direito, sobretudo o direito aplicado sob o enfoque que estará presente nesta diatribe e na seguinte, no trecho narrado se tratando de um processo inacessível e autoritário contra crime nenhum, que se assemelha aos mais terríveis pesadelos humanos.

Também não seria hipocrisia não chamar expressamente o cárcere, que hoje se impõe a essa miserável e seleta classe carcerária, de penas cruéis e degradantes? Não seriam essas penas chamadas de abomináveis e terríveis por um Cesare Beccaria que, hoje, as testemunhasse, que presenciasse o cotidiano de um presídio ou de uma carceragem de delegacia? Não raras vezes se alude a esses lugares simplesmente como infernos. Talvez não sejam lugares muito agradáveis.

Também não pareceria absurdo cogitar que todas as normas são em alguma instância espécies de mentiras, de fés irracionais e questionáveis, que não se as questiona por se temer, ora, o castigo do bom Deus, o castigo da lei suprema, a quebra da lógica, *in quaestio*, lógica jurídica. Todavia o Direito, sobretudo a nós, os pensadores do Direito, há-de se perscrutá-lo e de se elaborar, necessariamente, um estudo crítico dessa arte magnânima que é o Direito. O senso crítico é um sabre sagrado contra a mentira e a vileza dos legiferantes. A lei é uma fera. Tantas vezes um dragão da maldade contra o qual somos santos guerreiros, isso para parafrasear o fantástico cineasta Glauber Rocha.

Henrique Carneiro, por sua vez, destaca acerca do fato de o Direito estar imbricado à ideia de liberdade, pois um Estado cujos cidadãos não são livres é necessariamente um Estado déspota e inclinado ao não-direito.

Os direitos dos indivíduos e dos povos disporem de si mesmos nascem conjugados, pois não é possível ser livre num povo que não o seja. Os direitos de opção religiosa

¹⁰ KAFKA, Franz. O Processo. Tradução de Modesto Carone, Prêmio Jabuti 1989. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 48-51.

ou sexual, de pensamento e expressão, de opinião e de criação estética, dos usos de si, do próprio corpo e mente são os frutos dessa noção de liberdade como autonomia e auto-determinação. A emancipação do corpo e da mente de todas as tutelas pressupõe o direito de se auto-controlar a fecundidade (contracepção, aborto), os humores (drogas), os afetos (opções sexuais, formas da família), as crenças e convicções (opinião e expressão) e, cada vez mais, o próprio patrimônio genético, cuja desapropriação está em curso por empresas de biotecnologia.¹¹

E, num mesmo sentido, Aldous Huxley faz a seguinte reflexão sobre a incongruência entre liberdade e direito:

“A liberdade medieval”, disse Lord Acton, “difere do moderno nisto: ela depende de propriedade.” Mas a diferença é certamente uma diferença apenas em grau, não em espécie. O dinheiro poderá ter menos influência num tribunal moderno do que num tribunal medieval. Mas fora do tribunal? Fora, é verdade, estou legalmente livre para trabalhar ou não trabalhar, como eu bem escolher, porque não sou um servo. Eu estou legalmente livre para viver aqui em vez de lá, porque não estou preso à terra. Eu sou livre, dentro de limites razoáveis, para me divertir como eu bem quiser; arquidiáconos não me multam quando eu me entrego àquilo que eles consideram diversões indecorosas. Estou legalmente livre para casar com qualquer pessoa (com a possível exceção de uma integrante da família real), da minha prima em primeiro grau à filha de um duque; nenhum lorde me obriga a casar com uma garota ou viúva da mansão senhorial, nenhum padre proíbe as proclamas no sétimo grau de consanguinidade. A lista de todas as minhas liberdades legais ocuparia páginas e mais páginas datilografadas.

Ninguém, em toda a história, foi tão livre quanto eu sou agora. Mas vejamos o que acontece se eu tentar fazer uso da minha liberdade legal. Não sendo um servo, eu resolvo parar de trabalhar; resultado, vou começar a passar fome na próxima segunda-feira. Não sendo ligado à terra, eu opto por viver em Grosvenor Square e Taormina; infelizmente, o aluguel da minha casa em Londres equivale a cinco vezes a minha renda anual. Não sendo submetido às perseguições de intrometidos eclesiásticos, eu decido que seria agradável levar uma jovem ao Savoy para desfrutarmos de um jantar; mas não tenho roupas adequadas, e eu gastaria mais no entretenimento da minha noite do que consigo ganhar em uma semana. Não sendo forçado a casar sob as ordens de um patrão, livre para escolher onde eu quiser, eu decido procurar uma noiva em Chatsworth ou Welbeck; mas, quando eu toco a campainha, me mandam seguir até a entrada de serviço e ordenam que eu trate de me mexer.

Todas as minhas liberdades legais acabam sendo, na prática, tão estreitamente dependentes de propriedade como eram as liberdades dos meus antepassados medievais. Os ricos podem comprar vastas quantidades de liberdade; os pobres precisam se virar sem ela, muito embora, por lei e teoricamente, eles tenham tanto direito à mesma quantidade de liberdade quanto têm os ricos. Um direito é algo que eu tenho às custas de outras pessoas. Inclusive o meu direito de não ser assassinado e não ser feito escravo é algo que eu tenho em detrimento das pessoas mais fortes do que eu, aquelas que poderiam me matar ou me forçar à servidão. Não existe algo semelhante a “direitos naturais”; existem apenas ajustamentos de reivindicações conflitantes. O que eu tenho às suas custas não deveria ser mais do que aquilo que você tem às minhas custas: essa, qualquer que possa ser a prática, é a teoria da Justiça. Muitos assassinados e escravos, por mais que sejam fracos, são mais fortes, em última instância, do que alguns traficantes e assassinos. De tempos em tempos, os escravos e os assassinados realmente demonstraram tal fato de forma sangüinária. Essas revoltas, embora raras, embora muito surpreendentemente raras (a paciência abjeta dos oprimidos é talvez o mais inexplicável, como é também o mais importante fato em toda a história), foram recorrentes o bastante para assustar os opressores e os levar a fazer concessões consideráveis, não apenas em teoria, mas até mesmo na prática.

¹¹ CARNEIRO, Henrique. Autonomia e Heteronomia nos Estados Alterados de Consciência. Drogas e Cultura: Novas Perspectivas. Salvador, Edufba/MINC, 2008. p. 74.

Nos aspectos legais e teóricos, somos todos livres agora; mas o direito de fazer uso de tais mantendo uma boa consciência, e também a única “outra pessoa” que se torna cada vez mais e mais eficiente.¹²

É bastante perigoso, verdadeiramente perigoso, quando o estado policalesco passa a se revestir de roupagem legalista, transvestindo-se de estado de direito, em que, ao passo que reduz os direitos do cidadão, convence-lhe de que com menos direitos todos serão felizes e tudo dará mais certo.

Há uma dicotomia existente entre o Estado de Direito e o Estado de Polícia, relação que se dá dialeticamente, à medida em que, desde sua concepção, o Estado de Direito se impõe como uma limitação ao Estado Absolutista, portanto, ao Estado de Polícia, sendo, ainda, que este tende à sua faceta absolutista, por isso, dá-se sempre um movimento incompleto ao se limitar a face mais cruel e truculenta do Estado, que tende sempre a extrapolar seus limites em direção ao autoritarismo e à arbitrariedade.¹³

O estado de polícia é, talvez, a outra face do crime; é um ato semelhante sob outra roupagem e valores e ao qual se confere licitude; é uma guerra que se confunde com o cotidiano e corriqueiro; o estado de polícia é muito provavelmente um retrato da face mais truculenta de todos os homens, de todo um povo, é uma catarse violenta, é uma guerra *ad infinitum*, é um fato social para Durkheim; julgo é uma exteriorização de um âmagio violento que há dentro de todos os homens e mulheres e, por fim, talvez seja por isso que as crianças brincam de “polícia e ladrão”.

1.1.2 Artigo 28

A conduta típica do consumo pessoal está criminalizada no artigo 28 da Lei nº 11.343/2006, sendo também verdade que esse artigo é, em realidade, o mais forte candidato a letra morta da lei, está com o pé na cova, falando popularmente. Isso porque está em debate, no Supremo Tribunal Federal, a declaração de sua inconstitucionalidade – a qual é gritante, diga-se de passagem.

A Lei de Drogas existe enquanto algo que nos causa uma ilusória impressão, mas em muitos estratos me parece que uma espécie de convicta impressão, e tantas vezes recorrer à

¹² HUXLEY, Aldous. Música na Noite e Outros Ensaio. Tradução de Rodrigo Breunig. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014. p. 94-95.

¹³ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. O Inimigo no Direito Penal. Tradução de Sérgio Lamarão. 2ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 169-170

história nos ajuda a enxergar com nitidez algumas distorções existentes na realidade, bem como entender como certos processos, inclusive jurídicos, se dão. A ilusória impressão que nos causa a lei é a de que a criminalização do uso e venda de drogas é uma verdade apofântica, sendo que na melhor das hipóteses é uma verdade deôntica jurada de morte. Crê-se que é algo que deve se dar, necessariamente. Talvez muitos acreditem ademais que é algo que sempre se deu, isso é, a criminalização do uso de substâncias entorpecentes é justo ao Estado, ao passo que há uma miragem que faz transparecer que desde sempre foi e deve ser assim.

Todavia a criminalização das drogas é um processo relativamente recente, contando com cerca de um século das primeiras legislações e convenções referentes ao tema. Ou seja, trata-se de um processo que conta com 100 anos de existência ante 4,54 bilhões de anos da Terra. Ou seja, os indícios de que se trata de um apontamento correto são frágeis e debilitados, e se de fato se deveria tomá-lo como a melhor alternativa, especialmente está de se travar uma verdadeira guerra às drogas, aos moldes de Nixon.

O Direito é frio, amorfo e sem emoções; é a gente, só que como se nos fosse retirado o coração. É a pretensão da razão.

No Direito Brasileiro, sintetizou-se a contravenção penal de consumo pessoal de drogas no artigo 28 da Lei nº 11.343 de 2006. É esse um dos principais institutos existentes na Lei.

Mais para frente, entrarei nos pormenores de como esse artigo está constantemente sujeito a se desdobrar em sua outra face, mais sombria, a faceta do tráfico de entorpecentes, que junto a si, perfazem-se estes nos dois principais institutos de que dispõe o ordenamento pátrio., tal faceta pode se denotar da apurada análise do §2º do referido artigo. Por ora, para nos situarmos, cabe a leitura da redação do artigo que promove a criminalização do uso de drogas no Brasil:

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

§ 1º Às mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

§ 3º As penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 5 (cinco) meses.

§ 4º Em caso de reincidência, as penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 10 (dez) meses.

§ 5º A prestação de serviços à comunidade será cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitais, estabelecimentos congêneres, públicos ou privados sem fins lucrativos, que se ocupem, preferencialmente, da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas.

§ 6º Para garantia do cumprimento das medidas educativas a que se refere o caput, nos incisos I, II e III, a que injustificadamente se recuse o agente, poderá o juiz submetê-lo, sucessivamente a:

I - admoestação verbal;

II - multa.

§ 7º O juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado.¹⁴

Portanto, é esse o artigo que perpetra abstrata e juridicamente uma das faces da violência em relação ao ser – a outra face é o artigo 33, que será explorado no capítulo seguinte.

Em seus incisos estão estabelecidas as penas a que se submetem aqueles que se insurgem contra a – justa? – lei brasileira de drogas.

Em seu parágrafo 1º ressalva-se uma interessante disposição, talvez a única louvável dentro do horrível conjunto, que se trata da aparentemente legítima equiparação daquele que faz cultivo de uma determinada droga para fins de consumo pessoal com a conduta descrita no *caput* do artigo 28. Isso é para que não se diga que não falei das flores!

1.1.3 Constituição

Desde a estrutura do Direito Penal constitucional, o tratamento punitivo do uso de entorpecentes é injustificável. Para tanto, para defender tal ponto, não procederia a invocar-se o postulado da secularização e os princípios da lesividade, da intimidade e da vida privada como desqualificadores destas normas criminalizadoras, ao modo do defendido pelo brilhante jurista Salo de Carvalho¹⁵?

Valendo-se dos ensinamentos de Salo de Carvalho, temos que o sustentáculo da programação punitiva se dá em virtude de: a) ser o delito previsto no art. 28 da Lei 11.343/06 de perigo abstrato; b) ser a saúde pública o bem jurídico tutelado. A periculosidade presumida do ato, bem como a tutela de bens jurídicos coletivos implica que, inclusive, se incrimine a posse de pequenas quantidades de drogas. A impossibilidade de constatação empírica das teses

¹⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm, acesso em 15.11.2019.

¹⁵ CARVALHO, Salo de. Política Criminal de Drogas – Um estudo criminológico e dogmático da Lei n. 11.343/2006. 4ª edição, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 253.

do discurso incriminador desqualifica-o por si só. Não obstante, apesar de dificilmente verificável, é recorrente na dogmática jurídica¹⁶.

Dos ensinamentos de Maria Lúcia Karam, ademais, se extrai que é evidente que a conduta de uma pessoa que utiliza determinada droga que faz ou que pode fazer mal à saúde não ofende a saúde pública, porquanto não se vislumbra a expansibilidade do perigo, visto que esta e a destinação pessoal se configuram antagônicas¹⁷.

É mister, pois, redirecionar o enfoque, alçando os direitos e garantias fundamentais à qualidade de limite e de objeto do direito penal, devendo-se pensar o uso de drogas como uma conduta autolesiva, a qual, se efetivamente necessita de tutela estatal, é de uma tutela não punitiva, tão somente por parte dos organismos da saúde pública, e com o consentimento do usuário.

É mais que evidente que os princípios constitucionais se encontram em choque com a nossa política criminal de drogas. Partindo-se do princípio da ofensividade ou lesividade, tem-se que é inconstitucional o art. 28 da Lei n. 11.343/06, em razão da necessidade de ofensa real – frise-se o real, não se admitindo devaneios jurídicos que buscam admitir como reais lesões as quais, em verdade, configuram-se imaginárias – a bem jurídico para a configuração de um crime, assim atendendo ao que dita o referido princípio. Aliados aos argumentos do princípios da igualdade, da inviolabilidade da intimidade e da vida privada, densifica-se a tese de inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas.

A ofensa ao princípio da igualdade estaria exposta no momento em que se estabelece distinção entre o tratamento penal dado a drogas lícitas e ilícitas, sendo que ambas possuem potencialidade de causar dependência física ou psíquica. Disso que se extrai que a opção criminalizadora é essencialmente moral, fruto de um Direito Penal paternalista, que grunhe descabidamente a seus cidadãos o certo e o errado, sem sopesar suas medidas.

Com relação aos direitos à intimidade e à vida privada, estes instrumentalizam em nossa Constituição o postulado da secularização, implicando a radical separação entre direito e moral. Destarte, nenhuma norma penal criminalizadora será legítima se intervier nas opções pessoais, ou se impuser determinados padrões de comportamento que reforcem concepções morais¹⁸.

¹⁶ IDEM, Ibidem, p. 253-254.

¹⁷ KARAM, Maria Lúcia. De Crimes, Penas e Fantasias. Luam, 1993. p. 126. apud CARVALHO, Salo de. Política Criminal de Drogas – Um estudo criminológico e dogmático da Lei n. 11.343/2006. 4ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 253-254.

¹⁸ CARVALHO, Salo de. Política Criminal de Drogas – Um estudo criminológico e dogmático da Lei n. 11.343/2006, 4ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 256-257.

Assim, deveria estar garantida ao sujeito a possibilidade de plena resolução sobre os seus atos, desde que sua conduta exterior não gere dano ou coloque em perigo concreto bens jurídicos de terceiros. Apenas nesses casos, de dano ou de perigo concreto, haveria interferência penal legítima.

Nessa toada, define Salo de Carvalho que:

O constituinte, abdicando da resposta ao por que punir?, direciona os esforços para delimitar o como punir? A perspectiva absenteísta sobre os discursos de justificação impõe critérios limitativos à interpretação, aplicação e execução das penas. O delineamento constitucional sobre as sanções em momento algum flerta com fins, funções ou justificativas, indicando apenas meios para minimizar o sofrimento imposto pelo Estado ao condenado. Nos incisos XLV, XLVI, XLVII, XLVIII E XLIX do art. 5º estão traçadas formas constitucionalizadas de imposição de penas balizada pelas ideias de pessoalidade, individualização, humanidade e respeito à integridade física e moral. Todavia os dispositivos mais exemplares da configuração constitucional da política penalógica de redução de danos são encontrados nos incisos XLVII, ‘e’ e XLIX. Ao determinar as vedações a algumas espécies de sanção (morte, prisão perpétua, trabalhos forçados a banimento – alíneas ‘a’, ‘b’, ‘c’ e ‘d’, respectivamente), a Constituição estabelece o princípio da proibição do excesso punitivo, ao negar, em qualquer hipótese a aplicação e execução de penas cruéis (alínea ‘e’). Outrossim, assegura ao preso o respeito à sua integridade moral. Percebe-se, portanto, a negativa constitucional à universalização de qualquer tipo de crença punitiva.¹⁹

E, nessa mesma toada, Salo de Carvalho ainda salienta a importância do papel do jurista crítico em face da Constituição:

Nesse quadro, entende-se que a consequência do entrelaçamento entre ausência do discurso legitimador e a determinação de critérios limitativos à interpretação, aplicação e execução configura a projeção da política punitiva de redução de danos. A cadeia principiológica definida pela Constituição, ao optar pela exclusiva fixação de limites à forma da pena, parece estar transvalorando suas finalidades históricas, concebendo política punitiva ciente dos danos causados. Outrossim, aparenta reconhecer a tendência natural do poder punitivo em extravasar os limites da legalidade, preocupando-se, essencialmente, em reduzir ao máximo as hipóteses de transbordamento.

O novo projeto prespectivado na Constituição de 1988 redefine o papel do jurista (crítico), direcionando sua atuação no sentido de explorar ao máximo as falhas do sistema (incompletudes, ambiguidades e vagueza) para minimizar o impacto das agências da punitividade. A principal e mais virtuosa estratégia é, inegavelmente, a do controle de constitucionalidade difuso através da filtragem das leis penais e processuais penais ordinárias, operando, no caso concreto, descriminalização judicial ou descriminalização por ato interpretativo.²⁰

Segundo Cristiano Maronna, Presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (Ibccrim): “Não se pode dizer para um indivíduo adulto o que ele pode ou não ingerir, isso é um pressuposto da democracia e mostra o quão atrasados estamos.”

¹⁹ IDEM, *ibidem*. p. 123.

²⁰ IDEM, *Ibidem*. p. 124.

Ainda, não obstante a crítica que pode ser feita à função de tutela do direito penal a bens jurídicos, cuja proteção não necessariamente coaduna com anseios sociais, ainda assim, tal tutela pode servir para minimizar o impacto das agências de punitividade. Inclusive, é justo esse manuseio dos institutos jurídicos com o intuito de redução de danos da proibição, efetivando o garantismo penal; não se configurando a lesão, afasta-se o crime. Ou seja, é possível a repercussão do princípio da insignificância.

Noutro vértice, é possível, também, mencionar o dito princípio da adequação social, segundo o qual, se uma conduta é socialmente aceita, não se configura, pois, típica. E não seria esse o caso do delito de consumo de drogas? Qualquer voz da juventude pode confirmar que a utilização de drogas pouco causa espanto, ao passo que não necessariamente é uma conduta que denigre socialmente o indivíduo, sobretudo os mais jovens, constatando-se, empiricamente, que é uma conduta cada vez mais aceita, por se entender que condiz ao âmbito individual das pessoas.

Se a concepção moderna do direito penal o limita à tutela de bens jurídicos relevantes, estariam excluídas por atipicidade material todas as condutas que geram dano insignificante aos tais bens. A conduta concreta deve produzir efetiva ofensa ao bem jurídico, daí que todas as condutas com baixo grau de lesividade restariam atípicas²¹.

Desse modo, parte da doutrina e da jurisprudência passou a considerar o porte como inócuo, sendo a conduta atípica, em face da insignificância, porque uma pequena quantidade de droga não seria capaz de causar dependência física ou psicológica ou ofender o bem jurídico da saúde pública.

Todavia, ainda se vislumbra resistência da doutrina e da jurisprudência em se reconhecer a incidência do princípio da insignificância no caso de porte de drogas.

Colocar o sujeito em detrimento em relação à tutela de interesses coletivos ou transindividuais é um equívoco. O resultado é contraposição de interesses sob tutela e a potencialização do confronto sempre fictício entre seus titulares, contrapondo o Estado ao indivíduo, o público ao privado.

Assim sendo, não reconhecer o sujeito como quem tem autonomia sobre si, em prol da saúde pública é aniquilar o diálogo²².

²¹ IDEM, Ibidem, p. 258-264.

²² IDEM, Ibidem. p. 263.

1.2. DO DISCURSO CULTURAL-MORAL

1.2.1 Direito do Usuário: Cálice

Por conseguinte, passemos a uma sucinta análise musical.

A despeito da famigerada enharmonia da música Cálice, de Chico Buarque de Holanda e Gilberto Gil²³, palavra a qual se confunde com “cale-se”, em referência à censura institucional, a esse despeito, daremos atenção a o que há além dessa enharmonia.

De maneira ampla, o verbo fala por si: ou melhor, cala por si: calar, autoexplica-se. Sabe-se que o Direito se perfaz do mesmo substrato de que se utiliza a poesia: o direito se dá em palavras.

A despeito desse ponto tão exaustivamente debatido pela crítica, pela sociedade, pelo que se denomina cultura, há algo de mais profundo na referida letra. Há algo além da famigerada enharmonia.

Apreciemos:

Pai, afasta de mim esse cálice
 Pai, afasta de mim esse cálice
 Pai, afasta de mim esse cálice
 De vinho tinto de sangue
 Como beber dessa bebida amarga
 Tragar a dor, engolir a labuta
 Mesmo calada a boca, resta o peito
 Silêncio na cidade não se escuta
 De que me vale ser filho da santa
 Melhor seria ser filho da outra
 Outra realidade menos morta
 Tanta mentira, tanta força bruta
 Como é difícil acordar calado
 Se na calada da noite eu me dano
 Quero lançar um grito desumano
 Que é uma maneira de ser escutado
 Esse silêncio todo me atordoa
 Atordoados eu permaneço atento
 Na arquibancada pra a qualquer momento
 Ver emergir o monstro da lagoa
 De muito gorda a porca já não anda
 De muito usada a faca já não corta
 Como é difícil, pai, abrir a porta
Essa palavra presa na garganta
Esse pileque homérico no mundo
De que adianta ter boa vontade
Mesmo calado o peito, resta a cuca

²³ Respectivamente, ganhador do prêmio Camões (e como tenho brincado, teria, outrossim, roubado de Bob Dylan o Prêmio Nobel: mas o mundo não fala português), e Ex-Ministro da Cultura no Governo Luís Inácio Lula da Silva, ambos os compositores nomes absolutamente relevantes e terminativamente pensadores.

Dos bêbados do centro da cidade
 Talvez o mundo não seja pequeno
 Nem seja a vida um fato consumado
 Quero inventar o meu próprio pecado
 Quero morrer do meu próprio veneno
 Quero perder de vez tua cabeça
 Minha cabeça perder teu juízo
 Quero cheirar fumaça de óleo diesel
 Me embriagar até que alguém me esqueça

Confere-se especial relevância ao desfecho do trecho supraexposto, que sempre me remete à reivindicação de um direito, em seu *subjectivus sensu*; destaco aqui:

Quero inventar o meu próprio pecado
 Quero morrer do meu próprio veneno

Propugna-se, ora, na música, a possibilidade da invenção de uma moral que destoe do que está posto, uma contestação clara e perspicaz que se opõe ao *status quo*, todavia ressaltando-se que não necessariamente opor-se ao *status quo* é opor-se ao Direito. O Direito se impõe. Ou então o Direito se constrói? Mas o Direito, à semelhança de um bicho vivo, está sujeito a alterações, aliás é fruto do raciocínio dos homens, que convenciam seus modos de se dar, suas maneiras. Mas as maneiras são frutos diretos e consequências claras de seu tempo e são, pois, o Direito. Mas o Direito há de ser mais que a Moral, o Direito tem de ser a Razão; *moral e razão* não se confundem, e até mesmo em momentos diversos incorporam pólos opostos inclusive, isso é mister que esteja claro.

O trecho supracitado remete inevitavelmente à também bastante famosa frase atribuída ao escritor estadunidense de origem alemã Charles Bukowski: “Ache o que você ama e deixe isso te matar.” Quando penso nessa frase, estaria Bukowski referindo-se ao seu amor incondicional pela escrita e pelas palavras; pelas mulheres; ou pelo álcool, sua tão estimada droga? Existiria Bukowski, tal como o conhecemos, se ele não fosse um velho safado e bêbado? E não seriam incontáveis os casos desse tipo? Seria Vinicius de Moraes o tão estimado poetinha sem o seu copo de whisky? Seria Antônio Carlos Jobim o Tom Jobim sem o seu charuto?

1.2.2 Grande Otelo

Nessa toada, remeto ao brilhante ator Grande Otelo, especificamente quando de sua participação no programa “Quem Tem Medo da Verdade”, programa o qual simulava um júri,

composto por cinco jurados, em razão do cometimento de transgressões morais. O programa foi veiculado na Tv Record, em 1970²⁴:

Acusação: – Acusamos Grande Otelo de ter se dedicado a uma vida de boêmia, não se permitindo amealhar o suficiente para uma velhice honrosa e honrada. Para quem tanto fez de bom pelas plateias do Brasil, acusamos Grande Otelo de profissional irresponsável, já tendo deixado de cumprir um verdadeiro colorário de compromissos em razão de bebedeiras e ressacas. Acusamos, ainda, Grande Otelo de agressor de homens e mulheres quando penetra em suas fases emocionais negativas.

Defesa de Otelo, patrocinada por José Carlos Burle – Ele não é só um indivíduo de qualidades histriônicas. Ele vai daí até o trágico. Ele nos arranca lágrimas, como nos faz sorrir. E não à toa me escolheu para padrinho de casamento. É porque ele sabe que eu lutei contra tudo e contra todos para que ele tivesse a oportunidade de ser o Grande Otelo. Portanto, meus senhores, o que eu vejo aí é a figura símbolo de um ator, de um grande ator, porque grandes atores, que nós também tivemos fora do Brasil, e que recorriam a fugas como essa, não vamos nos esquecer do Senhor John Barrymore e essa gente eles nos estúdios dos Estados Unidos – eu estive em Hollywood, eu convivi lá, e sei o que eles faziam. Os diretores ficavam esperando que passasse a bebedeira do sir John Barrymore. E Barrymore não ia porque estava bêbado e não acontecia nada, era isso mesmo, tinha que aguentar, porque era Sir John Barrymore: este é o Seu Grande Otelo. Afinal de contas, ele então também **tem o direito** de fazer os outros esperarem, porque ele é um talento, e talento não existe todo dia não. A gente encontra muita figura que dá IBOPE todo dia. Mas talento não, é raríssimo, isso é que é a verdade. Portanto, eu só peço aos senhores que julguem-no com a complacência que ele merece. Isto é o que eu tinha a dizer.

Mediador: – Os senhores jurados podem confabular sobre o veredicto.

– Clécio Ribeiro, Grande Otelo: culpado ou inocente?

Jurado Primeiro (Clécio Ribeiro, enquanto fuma um cigarro): – Culpado. Essa faceta negativa, ultranegativa de sua pessoa, de romper aqueles compromissos imperiosos que tinha que assumir. E, ademais, falando da bebida como o senhor falou, não representa nada, sabe por quê? Representa exatamente a falta de respeito que o senhor tem consigo mesmo. E todo homem que falta com respeito consigo próprio, vacila. E quem vacila, dúvida. E quem duvida, tropeça. E quem tropeça cai. Por isso, eu o culpo, eu o condeno.

Jurado Segundo (Paulo Azevedo): – Culpado. Grande Otelo, você é culpado de um crime que eu sou conivente, porque eu estava no cinema e eu ri e eu ria muito, eu tinha 10 anos de idade, mas eu me sinto culpado também. Por que você não ficou em Uberlândia? Você podia ser, quem sabe, o Sebastião carroceiro, podia ser o Sebastião que tomava conta das crianças na escola, podia ser o sapateiro de Uberlândia, mas teria sido melhor. Você judiou demais de você, Grande Otelo. Se você tivesse ficado em Uberlândia, o Brasil teria perdido o Grande Otelo, mas Sebastião Prata teria ganhado Sebastião Prata.

Jurado Terceiro (Adhemar Ferreira da Silva): – Eu o absolvo. Absolvo porque, antes de mais nada, Otelo disse a verdade, nada mais do que a verdade. E é preciso ser bastante forte para poder dizer as verdades; enfrentar as perguntas como ele enfrentou; tocar no âmago de sua vida; fazer com que ele voltasse àqueles momentos que eu tenho certeza que ninguém gosta de voltar depois dele passado. Eu o absolvo porque ele fez 50 filmes. Eu não sei de todos os filmes, não assisti a todos os filmes que ele tenha feito, mas lembro perfeitamente de Moleque Tião. É um filme que já foi dito aqui e que é sinceramente o filme que sempre me traz presente a figura de Grande Otelo. Otelo, você está inocente.

Quarto Jurado (Sílvio Luiz): – Eu condeno Grande Otelo, para que no futuro, outros não tenham que passar pelos mesmos problemas por que ele passou. Não pensem que a bebida será o remédio ou a solução para tudo. Só isso.

²⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i1q2IWktQ6Y>, acesso em 15.11.2019.

Quinto Jurado (Adoniran Barbosa) – Eu absolvo Grande Otelo. ‘Absorvo’ porque tá ‘absorvido’ porque é um grande artista e daqui a pouco nós vamos sair por aí tomar umas e outras juntos.

Grande Otelo não teria o direito de ser Grande Otelo? Ou seria verdade que Grande Otelo, um dos maiores atores da história do mundo, deveria ter ficado em Uberlândia, para ser o Sebastião carroceiro, podia ser o Sebastião que tomava conta das crianças na escola, podia ser o sapateiro de Uberlândia?

Invoca-se, nesse estudo acadêmico, a poesia, tomando-a por retrato da alma humana, porquanto, somente a partir desta, em conjunto com as demais artes e sabedorias dos homens e mulheres, necessárias a este estudo, tais como a Sociologia, a Filosofia, o Direito, a Literatura, a Ciência, bem como subsidiariamente as instâncias fantasmagóricas intangíveis tais como o Mercado Financeiro, a Moral e seus tentáculos, a Religião *et cetera*; somente com a contribuição de todos esses conhecimentos será factível apurar uma análise do tema.

Não haveria então ao indivíduo o direito à autodestruição? Ora, é sabido que a automutilação não é crime, tampouco a tentativa de suicídio é criminalizada pelo ordenamento pátrio, por motivos mais ou menos óbvios, aliás, tange especialmente à esfera da liberdade individual, pois se o ser não tiver o direito sobre sua própria condição de existência, sendo-lhe perquirido, inclusive, se quer ou não quer viver: se se nega ao ser a autodeterminação sobre si: existir ou desexistir: se isso lhe é negado, é-lhe negado, então, todo o Direito. Pois nega-lhe a disposição sobre a vida.

A negação da autodeterminação sobre si anula a individualidade de cada um. E, se por desdobramento lógico, ao não se permitir ao Direito Penal infringir a violência de que detém monopólio contra aquele que se mutila ou intenta o suicídio, auto-fim-de-si, também se estende tal imunidade àquele que se autolesiona ou que, de modo relapso, deteriora sua saúde por meio de escolhas menos saudáveis do que outras, seja pelo excesso de quaisquer vícios, seja pelo excesso de drogas.

O uso de drogas, esse hábito tão humano, advém da maravilhosa curiosidade iminentemente humana, que impulsiona o ser para realização de diversas vontades. Capta-se a sensação advinda do entorpecimento por intermédio dos sentidos.

E como é impossível transcrever para o outro, ao modo de uma tradução literária, o sentido, no tocante ao sentir é evidente que se trata de algo intransferível, exclusivo, personalíssimo, sendo que cada pessoa absorve e reage ao uso de maneira única, para o bem ou para o mal.

Antes de afirmar que o Direito é a consignação da Moral, afirmo que o Direito está acima de toda e qualquer Moral, e que idealmente deveria era ser amoral - não *imoral*, evidentemente, mas *amoral*.

1.2.3 A Prisão de Gilberto Gil

Com efeito, é notório que Gilberto Gil, um dos maiores pensadores da história do Brasil, declarou ter utilizado até os 50 anos de idade a *cannabis sativa*, nome científico da planta popularmente denominada maconha. Segundo ele, tornava-o criativo.

Gilberto Gil, um dos maiores pensadores da história do Brasil, foi arbitrariamente preso, em 1976, em razão de posse de drogas para consumo pessoal. Ele possuía consigo, nas palavras do Delegado responsável pela prisão, a quantia de “um baseado bolado e mais um pacotinho que renderia um ou dois cigarros”. Gil foi preso em flagrante delito.

A prisão foi documentada à época, e hoje está facilmente disponível no YouTube²⁵.

Em sua defesa, disse Gil:

Bem, chegamos a esse ponto. As circunstâncias. A vida é um processo, uma sequência de fatos, de atos, uma interrelação entre os atos e os fatos. Por isso mesmo, exatamente por ver dessa forma, tenho a impressão que nada disso pode nos abalar muito, além das superfícies do corpo e da alma, porque no fundo do espírito da gente, a gente tá forte, e a perseverança leva ao bom fim. A gente tá seguro. A gente ficou muito junto da verdade e acho que isso nos ajudou muito. A gente tá nessa, a gente tá aí, a gente não tem vergonha de nada, a gente não tem dúvidas a respeito do que a gente é. A gente é isso. Somos pessoas de hoje. Século XX. 76. Após Calipso. A gente vive essa época, uma época de informação extensional, uma época atômica, uma época trágica, a gente tá no centro desse furacão, outras horas estamos na periferia desse furacão.

Gravou-se em vídeo, ademais, o julgamento de Gilberto Gil, por uso de maconha, debaixo da égide do Código Penal; o julgamento é *per si* um argumento por uma legislação de drogas menos grotesca e mais *liberal* no sentido que remete à liberdade do ser.

Eis o pedido de condenação do membro do Ministério Público à época se fundou nos seguintes termos, que transcrevo *ipsis literis*:

Tanto Vossa Excelência como este representante do Ministério Público não admitiriam, em hipótese alguma, alguma nulidade do flagrante ou alguma arbitrariedade policial. Infelizmente, um simples caso de um infrator de tóxicos conseguiu ultrapassar fronteiras, porque, na realidade, Excelência, tratou-se de um simples flagrante policial, de um corriqueiro processo criminal, que todavia envolveu um ídolo da música popular brasileira, contudo, não foi este o cidadão que foi preso

²⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j6dvh3rJhWl>, acesso em 15.11.2019.

em flagrante delito portando a erva maldita, que tanta infelicidade vive causando a milhares de lares do Brasil? Não foi o artista Gilberto Gil, mas sim o Criminoso Gil Passos Moreira Gil, que ao invés de difundir sua brilhante música, encontrava-se, talvez inconscientemente, fazendo difusão da droga tão combatida nos dias atuais, temos assim certeza excelência que esse fato servirá também como exemplo a essa mocidade que acompanha temerosa a conclusão desse julgamento. Afinal, pedimos a condenação do réu Gilberto Passos Moreira Gil, conhecido nos meios artísticos como Gilberto Gil nas penas do artigo 281, §1, inciso III, do Código Penal, para que haja justiça.

Por sua vez, proferiu o juiz a sentença condenatória, redigida a termo pelo escrivão, nas seguintes palavras:

Após sua prisão e entre suas primeiras declarações feitas à imprensa, Gilberto Gil declarou que “gostava da maconha e que seu uso não lhe fazia mal, e nem lhe levava a fazer o mal”. Em juízo, Gilberto Gil declarou que “o uso da maconha o auxiliava sensivelmente na introspecção mística”. Assim, as palavras primeiras de Gilberto Gil podem ter a mesma ressonância rítmica e poética de Refazenda, O Abacateiro, mas não encontram ressonância na ciência e experiência humana. Apesar disso não se pode afirmar que Gilberto Gil, uma das mais lídimas expressões da música popular brasileira, incontestável ídolo da juventude, seja um apologista inconsciente do uso de drogas.

Face ao exposto e do que demais dos autos consta, julgo procedente a denúncia para determinar a internação do denunciado Gilberto Gil no instituto psiquiátrico São José por período suficiente à sua recuperação.

Gil por sua vez, declarou acerca da arbitrariedade que se perpetrara, legalmente, contra si:

Eu outro dia tava pensando que eu sou maior de idade, tenho 34 anos, sou pai de 5 filhos, sou uma pessoa experimentada em vários sentidos, tenho concepção relativamente clara sobre bem e mal, e sobre, também, o que é estar fora do bem e do mal, tenho pelo menos vontade de aprender, tenho colocado minha vida a aprender sobre isso, sobre a superação desse problema todo, da dúvida, da culpa, dessas coisas todas, a gente está vivendo momentos em que se busca uma descontração no mundo inteiro, com relação a novos hábitos, com relação à formação de novos padrões a respeito de atitude social, sobre comportamento particular, sobre privacidade, sobre respeito à vida privada das pessoas.

Creio que a transcrição do trecho conta por si. Não lhes parece o referido julgamento absurdo aos olhos hodiernos? A meus olhos me parece e me preocupa à vera que a outros olhos não o pareça.



26

1.2.4 Significado de “Curtir”

Noutra vereda, esquivando-me um segundo da temática das drogas, porém inserido ainda na temática dos costumes, bastante na inconciliação de gerações e de novas aspirações, valho-me da análise de um trecho do programa Vox Populi, em que foi entrevistado Caetano Veloso. Neste, o jornalista que capitaneia o programa indaga a Caetano a respeito da então gíria *curtir*, hoje palavra razoavelmente popularizada.

Pergunta em tom altivo o jornalista do Vox Populi:

Jornalista: – Durante um período bem significativo da história brasileira, parcelas da juventude utilizavam o verbo *curtir*, que me parece um significado vago, impreciso, e que em alguns grupos humanos basicamente exprimiam um certo culto à irracionalidade. O que é para você *curtir*?

Caetano Veloso: – Toda a gíria tem necessariamente um significado vago e impreciso, porque a gíria exatamente surge para se referir a coisas que determinados grupos já conseguem nomear, mas que não tem precisão para outros grupos, então, são sempre palavras que têm essa imprecisão. Agora, a tua pergunta, eu não entendi muito bem. Pra mim *curtir* é *curtir*, e eu acho que todo brasileiro, mais ou menos da minha idade pra baixo, sabe o que é sem explicar, porque *curtir* é gíria, gíria não pode ser explicada, é você ouvir várias vezes, conhecer a carinha que a pessoa faz quando diz aquela palavra, viver as situações que levam a pessoa a dizer aquela palavra e passar a poder dizê-la com a mesma espontaneidade.

²⁶ Gilberto Gil escuta a prolação de sua sentença, em 15.7.1976. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/imagens/105x65/gilberto_gil_julgamento_estadao_acervo_site.jpg, acesso em 15.11.2019.

Jornalista: – Sabe, Caetano, me parece que enquanto parcelas significativas da juventude curtiam, coisas muito importantes passavam despercebidas a essas mesmas parcelas.

Caetano Veloso: – Bom, agora você tá me dizendo uma coisa muito diferente. Parece que você já sabe muito bem o que significa curtir. Você tem, eu acho, essa palavra muito mais bem definida em você do que eu em mim, eu falo a palavra curtir numa boa, to acostumado há anos, conheço gente que usa essa palavra. Agora, o que é que é mais importante? Porque se as pessoas estavam curtindo, alguma coisa ali estava se dando de importante. Quer dizer, alguém tava curtindo alguma coisa. Para mim, é alguma coisa de muito importante alguém poder curtir alguma coisa. Por isso que essa palavra cresceu, porque a gente descobriu que era importante viver momentos com intensidade, digamos que curtir signifique isso. A gente usa curtir como ‘gostar’, como ‘viver com intensidade’, como ‘entender melhor’, como ‘identificar-se’, tem mil conotações a palavra curtir, também enquanto ‘aprofundar uma coisa’, ‘p.ex. eu ainda não curti bem isso’, ‘só lhe mostro quando estiver bem curtido’, que é inclusive o sentido mais antigo da palavra. Enfim, para você me parece que há um sentido qualquer, que me soou meio pejorativo, até porque você disse que enquanto as pessoas curtiam, coisas importantes aconteciam. Que coisas importantes eram essas? Eu não sei o que é importante. O que é que é mais importante? Talvez curtir seja o mais importante. O que é de importante que acontecia, que as pessoas não sabiam? Eu quero que você me diga.

1.2.5 O Perigoso Canto das Mulheres Iranianas

Ainda tocante aos costumes, invoco um exemplo curioso, que se relaciona paralelamente ao nosso debate: sabe-se, pois, que é defeso às mulheres cantar em público no Irã, porquanto é crime. Isso torna-se bastante claro quando visto no programa “Que Mundo É Esse”, exibido pela GloboNews, programa no qual quatro jornalistas, propõem-se a desbravar países cujas culturas excêntricas às nossas, sem embargo muitíssimo ricas, e nos episódios referentes ao Irã por algumas vezes obtiveram conversas com cidadãos e cidadãs iranianos, extraíndo desses informações valiosíssimas acerca da cultura e, implicitamente, o Direito desse país impossível. É nele crime que as mulheres cantem, em razão de suas vozes dulcícolas e lascívias que poderiam enfeitiçar os homens e criar conflitos e loucuras. Bem como a utilização de álcool e a homossexualidade são crimes gravíssimos no país. Até que ponto o Direito é sempre a exteriorização da razão humana? Proibir às mulheres o direito de cantar? Afinal, por detrás das regras está um Direito que legitima atrocidades, qual outrora o Direito nazista. Se mirarmos sensivelmente veremos que algo muito próximo ao ilusório direito nazista se perpetua entre nós, porém em diversas formas, e são essas sobretudo questões jurídicas, sobressalvadas as peculiaridades do Direito Islâmico e do povo persa. Nesse caso, o Direito iraniano considera essas questões como justas, no que, no entanto, se vistas por olhos ocidentais, geram eficaz estranheza e refletem uma grave e inacreditável violação aos direitos humanos.

Num dos episódios, os quais percorrem o país Irã, réstia do Império Persa, num desses estão os jornalistas aventureiros na cidade de Shiraz, famosa pelos famosos vinhos Shiraz. Eles conhecem então um jovem comerciante, que lhes guia na missão de obter ilegal e criminosamente o vinho de Shiraz, proibido e demonizado. A certa altura alerta: «Se te pegarem tomando um desse na rua, você vai tomar porrada.» Ou seja, um governo de 40 anos de existência, instaurado a partir da Revolução Islâmica de 1979, proibiu o vinho de Shiraz, um patrimônio da humanidade com idade de cerca de 6 mil anos²⁷. Seria pois legítimo? Na visão de muitos iranianos, sem dúvida. A nós, que estamos tão à periferia do debate, acatamos com estranheza a proibição do álcool, inobstante, como mais para frente analisaremos, iniciativa parecida deu-se nos Estados Unidos, à década de 20 e 30, por mais estapafúrdia e dissonante ao pretensioso histórico do respeito à liberdade propugnado, conforme convém, pelo Ocidente.

1.2.6 Simão Bacamarte

Então, utilizando-se de mais um instrumento retórico do presente subcapítulo, recorde, ora, de Simão Bacamarte, personagem da novela “O Alienista”, de Machado de Assis. O personagem é “um certo médico, Dr. Simão Bacamarte, filho da nobreza da terra e o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas. Estudara em Coimbra e Pádua.” (MACHADO DE ASSIS).

O audacioso doutor passa a cada passo mais próximo da obsessão, e obceca-se, pois, com o mote da loucura, vislumbra-se por sobre tal questão, e passa logo a se dedicar a dita Casa Verde, caso de repouso para loucos.

A inauguração da casa é narrada da maneira seguinte:

Como fosse grande arabista, achou no Corão que Maomé declara veneráveis os doidos, pela consideração de que Alá lhes tira o juízo para que não pequem. A idéia pareceu-lhe bonita e profunda, e ele a fez gravar no frontispício da casa; mas, como tinha medo ao vigário, e por tabela ao bispo, atribuiu o pensamento a Benedito VIII, merecendo com essa fraude aliás pia, que o Padre Lopes lhe contasse, ao almoço, a vida daquele pontífice eminente. A Casa Verde foi o nome dado ao asilo, por alusão à cor das janelas, que pela primeira vez apareciam verdes em Itaguaí. Inaugurou-se com imensa pompa; de todas as vilas e povoações próximas, e até remotas, e da própria cidade do Rio de Janeiro, correu gente para assistir às cerimônias, que duraram sete dias. Muitos dementes já estavam recolhidos; e os parentes tiveram ocasião de ver o carinho paternal e a caridade cristã com que eles iam ser tratados.²⁸

²⁷ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=GPPXMvBmvR8>, acesso em 15.11.2019.

²⁸ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. O Alienista. Porto Alegre: L&PM, 2014. p. 17.

Defende seus propósitos o doutor da seguinte forma:

Três dias depois, numa expansão íntima com o boticário Crispim Soares, desvendou o alienista o mistério do seu coração. —A caridade, Sr. Soares, entra decerto no meu procedimento, mas entra como tempero, como o sal das coisas, que é assim que interpreto o dito de São Paulo aos Coríntios: "Se eu conhecer quanto se pode saber, e não tiver caridade, não sou nada". O principal nesta minha obra da Casa Verde é estudar profundamente a loucura, os seus diversos graus, classificar-lhe os casos, descobrir enfim a causa do fenômeno e o remédio universal. Este é o mistério do meu coração. Creio que com isto presto um bom serviço à humanidade²⁹.

E começou-se a recolher os doidos:

E tinha razão. De todas as vilas e arraiais vizinhos afluíam loucos à Casa Verde. Eram furiosos, eram mansos, eram monomaniacos, era toda a família dos deserdados do espírito. Ao cabo de quatro meses, a Casa Verde era uma povoação. Não bastaram os primeiros cubículos; mandou-se anexar uma galeria de mais trinta e sete. O Padre Lopes confessou que não imaginara a existência de tantos doidos no mundo, e menos ainda o inexplicável de alguns casos. Um, por exemplo, um rapaz bronco e vilão, que todos os dias, depois do almoço, fazia regularmente um discurso acadêmico, ornado de tropos, de antíteses, de apóstrofes, com seus recamos de grego e latim, e suas borlas de Cícero, Apuleio e Tertuliano. O vigário não queria acabar de crer. Quê! um rapaz que ele vira, três meses antes, jogando peteca na rua! [...] Os loucos por amor eram três ou quatro, mas só dois espantavam pelo curioso do delírio. O primeiro, um Falcão, rapaz de vinte e cinco anos, supunha-se estrela-d'alva, abria os braços e alargava as pernas, para dar-lhes certa feição de raios, e ficava assim horas esquecidas a perguntar se o sol já tinha saído para ele recolher-se. O outro andava sempre, sempre, sempre, à roda das salas ou do pátio, ao longo dos corredores, à procura do fim do mundo. Era um desgraçado, a quem a mulher deixou por seguir um peralvilho. Mal descobrira a fuga, armou-se de uma garrucha, e saiu-lhes no encalço; achou-os duas horas depois, ao pé de uma lagoa, matou-os a ambos com os maiores requintes de crueldade. (...) A mania das grandezas tinha exemplares notáveis. O mais notável era um pobre-diabo, filho de um algibebe, que narrava às paredes (porque não olhava nunca para nenhuma pessoa) toda a sua genealogia, que era esta: —Deus engendrou um ovo, o ovo engendrou a espada, a espada engendrou Davi, Davi engendrou a púrpura, a púrpura engendrou o duque, o duque engendrou o marquês, o marquês engendrou o conde, que sou eu. Dava uma pancada na testa, um estalo com os dedos, e repetia cinco, seis vezes seguidas: —Deus engendrou um ovo, o ovo, etc.

Outro da mesma espécie era um escrivão, que se vendia por mordomo do rei; outro era um boiadeiro de Minas, cuja mania era distribuir boiadas a toda a gente, dava trezentas cabeças a um, seiscentas a outro, mil e duzentas a outro, e não acabava mais. Não falo dos casos de monomania religiosa; apenas citarei um sujeito que, chamando-se João de Deus, dizia agora ser o deus João, e prometia o reino dos céus a quem o adorasse, e as penas do inferno aos outros; e depois desse, o licenciado Garcia, que não dizia nada, porque imaginava que no dia em que chegasse a proferir uma só palavra, todas as estrelas se despegariam do céu e abrasariam a terra; tal era o poder que recebera de Deus.³⁰

Por fim, Dr. Simão Bacamarte interna todos os cidadãos de Itaguaí: afinal, é ele o único que não está louco.

²⁹ IDEM, Ibidem. p. 18.

³⁰ IDEM, Ibidem. p. 19-20.

Com isso, concluo nada senão que devemos tomar muito cuidado com os donos da razão, numa delas é a gente que está confiando na *ultima ratio* e prudência de Simão Bacamarte.

1.2.7 Visão Dionisiaca de Mundo

Teria dito Plínio, O Velho: “In vino veritas, in aqua sanitas.”

Ora, é insandecedor que, a partir de padrões morais já obsoletos, construídos e já desconstruídos, padrões dos séculos XIX e XX sejam capazes de refutar toda a história humana. Sequer na Bíblia, um dos três grandes livros sagrados, monoteístas, religiões as quais descendentes do zoroastrismo, sequer em tal diploma consta a reprovação ao uso de drogas.

Bastante pelo contrário, Jesus Cristo, à maneira do nume Dionísio dos gregos, ou Baco para os latinos, reverbera por razão do consumo do vinho, a que chama *sangue*. A ponto de transformar a água em sangue, pasmem. E ao *corpo* e ao *sangue*, isso é, ao *pão* e ao *vinho* se confere a sacralidade. Faz-se um movimento parecido com o dos rastafari jamaicanos, afervorada crença do povo dessa ilha caribenha, conferindo divindade a uma determinada droga, não se tratando para eles de uma brincadeira, ou uma mitologia, tratando-se, sim, de uma crença de fato e não uma simples convicção mas sim uma convicção religiosa, que determina um *modus operandi*. Há a sacralização de uma determinada droga, no caso dos rastafari, a maconha, no caso cristão, o vinho que é o sangue de Cristo.

Narra-se nada menos nem mais que na Bíblia, a seguinte estória acerca de Cristo:

- 1 Três dias depois, celebravam-se bodas em Caná da Galiléia, e achava-se ali a mãe de Jesus.
- 2 Também foram convidados Jesus e os seus discípulos.
- 3 Como viesse a faltar vinho, a mãe de Jesus disse-lhe: Eles já não têm vinho.
- 4 Respondeu-lhe Jesus: Mulher, isso compete a nós? Minha hora ainda não chegou.
- 5 Disse, então, sua mãe aos serventes: Fazei o que ele vos disser.
- 6 Ora, achavam-se ali seis talhas de pedra para as purificações dos judeus, que continham cada qual duas ou três medidas.
- 7 Jesus ordena-lhes: Enchei as talhas de água. Eles encheram-nas até em cima.
- 8 Tirai agora, disse-lhes Jesus, e levai ao chefe dos serventes. E levaram.
- 9 Logo que o chefe dos serventes provou da água tornada vinho, não sabendo de onde era {se bem que o soubessem os serventes, pois tinham tirado a água}, chamou o noivo
- 10 e disse-lhe: É costume servir primeiro o vinho bom e, depois, quando os convidados já estão quase embriagados, servir o menos bom. Mas tu guardaste o vinho melhor até agora.
- 11 Este foi o primeiro milagre de Jesus; realizou-o em Caná da Galiléia. Manifestou a sua glória, e os seus discípulos creram nele.³¹

³¹ Bíblia, João, 2; Disponível em <https://www.biblionline.com.br/vc/jo/2>, acesso em 15.11.2019.

Como vimos anteriormente, no caso do vinho de Shiraz, a religião islâmica, em sentido contrário ao cristianismo, não recepcionou o endeusamento do vinho em seu Corão, evidenciando-se que, segundo interpretações mais restritivas da religião islâmica, é incluso defeso ao muçulmano que consuma álcool; como exemplificado antes, isso cria situações estranhas e irrazoáveis, como a da proibição da produção do milenar vinho de Shiraz, reduzido à mesma condição das drogas ilegais de nosso país, testemunhado no documentário citado “Que Mundo é Esse?”, em que os repórteres, por intermédio de um simpático jovem iraniano cheio de vida, se metem em espécies de biqueiras iranianas atrás do vinho ilegal e taxativamente proibido.

Acerca da liberdade individual:

Existe uma fronteira tênue estabelecida por cada cultura entre a autonomia e a heteronomia nas decisões humanas, distinguindo atos prescritos e proscritos de uma esfera vaga de ações de alçada puramente individual. Na cultura ocidental pós-iluminista, o âmbito das decisões pessoais alargou-se abrangendo os pensamentos filosóficos, científicos e religiosos. No século XX, a esfera dos atos sexuais, estéticos e existenciais dilatou-se ainda mais, reconhecendo-se uma maior amplitude para os direitos de livre disposição do próprio corpo. O campo das ações e opiniões individuais é sempre resultado de injunções sociais e toda idiossincrasia se insere num mundo de determinações sociais, inclusive no que diz respeito às atitudes e juízos puramente “pessoais”. Os gostos, modas, mentalidades, crenças, convicções e ideologias são socialmente constituídos e as decisões individuais, mesmo íntimas, obedecem, em última instância, a parâmetros coletivos. As margens de adequação entre a ação individual e as determinações sociais, no entanto, ampliaram-se, de forma a admitir o direito à singularidade e, até mesmo, à excentricidade.³²

Berço do Ocidente, para os gregos, o vinho, bastante distante do significado atribuído pelos Cristãos, e ainda mais distante do repúdio e violência do direito iraniano contra seus cidadãos, outrossim possuía significado dotado de sacralidade, mas muito distinta da cristã, alcançando o êxtase da devoção o povo grego nas comemorações ao deus Dionísio: é dele que descende a civilização ocidental. Em peleia contra Apolo. Sempre os dois deuses contrapostos. A moderação em contraponto à insanidade. Porém não é essa menina, a insanidade, que predomina na alma humana? Se Deus está morto (NIETZSCHE), Dionísio foi brutalmente reprimido, esquartejado e incineraram-lhe o corpo como fosse um desaparecido político. É ele que se tenta apagar. Sob o argumento de uma verdadeira fé, num Estado Laico, mancha-se com o líquido impuro tudo aquilo que se quer banir, que se quer extirpar. É Dionísio o Deus que mataram. Afogaram-no no esquecimento. Porém constitui um dos numes do Olimpo, sendo dele, em combate com Apolo, o patrocínio da arte na Grécia. Seu culto condiz ao espaço que corresponde a Grécia Antiga, berço da Democracia, essa a espécie deturpada de governo para

³² CARNEIRO, Henrique. Autonomia ou heteronomia nos estados alterados de consciência. Cultura e Drogas: Novas Perspectivas. p. 65.

Aristóteles, donde depois se espargiu para Roma, agora Baco. Mataram Dionísio e querem matar todos aqueles de cujos ensinamentos se alimentam. Eliminar.

Para Nietzsche, tocante à cultura grega clássica, há repercussões na modernidade por força do que seriam a visão de mundo dionisíaca (referentes ao nume Dionísio) e apolínea (referentes ao nume Apolo), sendo essas duas formas antagônicas de interpretar a vida muito semelhantes ao conceito de bem e mal tão corriqueiro nos dias hodiernos, bem como se verifica uma influência decisiva no desenvolvimento da tragédia e comédia gregas; vejamos:

Os gregos, que nos seus deuses expressam e ao mesmo tempo calam a doutrina secreta de sua visão de mundo (*Weltanschauung*), estabeleceram como dupla fonte de sua arte duas divindades, Apolo e Dionísio. Estes nomes representam, no domínio da arte, oposições de estilo que quase sempre caminham emparelhadas em luta uma com a outra, e somente uma vez, no momento de florescimento da “Vontade” helênica, aparecem fundidas na obra de arte da tragédia ática. Em dois estados o homem alcança o sentimento de delícia da existência, a saber, no sonho e na embriaguez. A bela aparência do mundo onírico, no qual cada homem é um artista completo, é o pai de toda arte plástica e, como iremos ver, também de uma metade importante da poesia. Gozamos no entendimento imediato da figura, todas as formas nos falam; nada há de indiferente e desnecessário. Na vida mais elevada desta realidade de sonho temos ainda, todavia, o transluzente sentimento de sua aparência; somente quando este sentimento cessa, começam os efeitos patológicos, nos quais o sonho não mais restaura e a força natural curativa de seus estados se interrompe. Porém, dentro daqueles limites, não são somente as imagens agradáveis e amistosas que procuramos em nós com aquela inteligibilidade universal: também o grave, o triste, o baço, o tenebroso são contemplados (*angeschaut*) com o mesmo prazer, com a ressalva de que também aqui o véu da aparência precisa estar em movimento flutuante e não pode recobrir completamente as formas fundamentais do real. Enquanto, portanto, o sonho é o jogo do homem individual com o real, a arte do escultor (em sentido lato) é o jogo com o sonho. A estátua como bloco de mármore é deveras real, o real, porém, da estátua como figura de sonho é a pessoa viva do deus. Enquanto a estátua ainda paira como imagem de fantasia diante dos olhos do artista, ele ainda joga com o real: se traduz a imagem para o mármore, ele joga com o sonho.³³

Apolo representa, segundo Nietzsche, a moderação e a perfeição.

Mas em que sentido Apolo pôde ser feito o deus da arte? Somente na medida em que é o deus da representação onírica. Ele é o “aparente” por completo: o deus do sol e da luz na raiz mais profunda, o deus que se revela no brilho. A “beleza” é seu elemento: eterna juventude o acompanha. Mas também é o seu reino a bela aparência do mundo do sonho: a verdade mais elevada, a perfeição destes estados, em contraposição com a realidade do dia lacunarmente inteligível, elevam-no a deus vaticinador, mas tão certamente também a deus artístico. O deus da bela aparência precisa ser ao mesmo tempo o deus do conhecimento verdadeiro. Mas aquele tênue limite, que a imagem do sonho não pode ultrapassar, para não agir patologicamente — quando a aparência não só ilude mas engana —, não pode faltar na essência de Apolo: aquela delimitação comedida, aquela liberdade diante das agitações selvagens, aquela sabedoria e calma do deus escultor. Seu olho precisa ser “solarmente” calmo: mesmo que se encolerize e olhe com arrelia, jaz sobre ele a consagração da bela aparência. A arte dionisíaca, por outro lado, repousa no jogo com a embriaguez, com o arrebatamento. São dois os

³³ NIETZSCHE, Friedrich. A Visão Dionisíaca do Mundo. Tradução de Marcos Sinésio Pereira Fernandes e Maria Cristina dos Santos de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 5-6.

poderes que principalmente elevam o homem natural ingênuo até o esquecimento de si da embriaguez, a pulsão da primavera (*Fruhlingstrieb*) e a bebida narcótica. Seus efeitos estão simbolizados na figura de Dionísio. O principium individuationis é rompido em ambos os estados, o subjetivo desaparece inteiramente diante do poder irruptivo do humano-geral, do natural-universal. As festas de Dionísio não concluem tão só a ligação entre os homens, elas reconciliam também homem e natureza. Voluntariamente a terra traz os seus dons, as bestas mais selvagens aproximam-se pacificamente: coroados de flores, o carro de Dionísio é puxado por panteras e tigres. Todas as delimitações e separações de casta, que a necessidade (*Not*) e o arbítrio estabeleceram entre os homens, desaparecem: o escravo é homem livre, o nobre e o de baixa extração unem-se no mesmo coro báquico. Em multidões sempre crescentes o evangelho da “harmonia dos mundos” dança em rodopios de lugar para lugar: cantando e dançando expressa-se o homem como membro de uma comunidade ideal mais alta: ele desaprendeu a andar e a falar. Mais ainda: sente-se encantado e se tornou realmente algo outro. Assim como as bestas falam e a terra dá leite e mel, também soa a partir dele algo sobrenatural. Ele se sente como deus: o que outrora vivia somente em sua força imaginativa, agora ele sente em si mesmo. O que são para ele agora imagens e estátuas? O homem não é mais artista, tornou-se obra de arte, caminha tão extasiado e elevado como vira em sonho os deuses caminharem. O poder artístico da natureza, não mais o de um homem, revela-se aqui: uma argila mais nobre é aqui modelada, um mármore mais precioso é aqui talhado: o homem. Este homem, conformado pelo artista Dionísio, está para a natureza assim como a estátua está para o artista apolíneo.³⁴

Por sua vez, Dionísio representa a loucura e o prazer. A arte dionisiaca advém dessas duas instâncias.

Ora, se a embriaguez é o jogo da natureza com o homem, então o criar do artista dionisiaco é o jogo com a embriaguez. Este estado deixa-se conceber somente metaforicamente, se não se o experimentou por si próprio: é alguma coisa de semelhante a quando se sonha e se vislumbra o sonho como sonho. Assim, o servidor de Dionísio precisa estar embriagado e ao mesmo tempo ficar à espreita atrás de si, como observador. Não na alternância de lucidez e embriaguez, mas sim em sua conjugação se mostra o caráter artístico dionisiaco. Esta conjugação caracteriza o ponto alto da helenidade: originalmente é apenas Apolo um deus helênico da arte, e o seu poder foi o que a tal ponto estabeleceu medidas ao Dionísio que irrompia tempestuoso da Ásia que a mais bela aliança fraternal pôde surgir. Aqui se concebe mais facilmente o inacreditável idealismo da essência helênica: a partir de um culto à natureza, que entre os asiáticos significa o mais cru desencadeamento dos impulsos (*Triebe*) mais baixos, uma pan-hetairica vivência bestial, que detona por um tempo determinado todos os vínculos sociais, surgia nos helênicos uma festa de libertação do mundo, um dia de apoteose. Todos os sublimes impulsos de sua essência revelavam-se nesta idealização da orgia. Nunca, todavia, a helenidade esteve em maior perigo do que na tempestuosa irrupção do novo deus. Nunca, por sua vez, a sabedoria do Apolo délfico se mostrou numa luz mais bela. Resistindo, primeiro, ele envolveu com a mais delicada teia o poderoso opositor, de modo que este mal pôde perceber que entrava passo a passo numa semicatividade. Na medida em que os sacerdotes délficos discerniam o profundo efeito do novo culto nos processos de regeneração social e o fomentavam segundo o seu propósito político-religioso, na medida em que o artista apolíneo com refletida moderação aprendia a partir da arte revolucionária do serviço de Baco, na medida, finalmente, em que o senhorio sobre o ano na ordenação do culto délfico foi dividido entre Apolo e Dionísio, ambos os deuses saíram vencedores da disputa: uma reconciliação no campo de batalha. Se se quer ver com bastante clareza o quão violentamente o elemento apolíneo reprimiu o sobrenatural irracional de Dionísios, que se pense no fato de que no período mais antigo da música o *γενοσδιθραμβικον* (gênero ditirâmico) era ao mesmo tempo o *ησυχαστικον* (“que é próprio para acalmar a alma”). Quanto mais forte medrava o espírito da arte apolínea, mais livre se desenvolvia o deus irmão Dionísio: ao mesmo

³⁴ IDEM, Ibidem. p. 7-9.

tempo em que o primeiro chegava ao completo aspecto imóvel da beleza, no tempo de Fídias, o outro interpretava na tragédia o enigma e o horror do mundo, e exprimia na música trágica o mais íntimo pensamento da natureza, o tecer da Vontade em e para além de todos os fenômenos. [...] Nas sequências de harmonia e já em sua abreviatura, na chamada melodia, a “Vontade” se revela imediatamente, sem antes se ter imiscuído em um fenômeno. Todo indivíduo pode servir como uma metáfora, assim como um caso individual para uma regra geral: inversamente, porém, o artista dionisiaco apresentará de maneira imediatamente inteligível a essência do fenômeno: ele domina deveras sobre o caos da Vontade ainda não conformada e pode, a partir dele, em cada momento criador, engendrar um novo mundo — mas também o antigo, conhecido como fenômeno. No último sentido ele é músico trágico. Na embriaguez dionisiaca, no impetuoso percorrer de todas as escalas da alma, por ocasião das agitações narcóticas ou na pulsão de primavera (*Fruhlingstrieb*), a natureza se expressa em sua força mais alta: ela torna a unir os seres isolados e deixa-os sentirem-se como um único; de modo que o principium da individuationis surge como um estado persistente de fraqueza da Vontade. Quanto mais a Vontade está degradada, tanto mais tudo se despedaça em indivíduos isolados, tanto mais egoísta e arbitrário é desenvolvido o indivíduo, tanto mais fraco é o organismo ao qual ele serve. Por isso, naqueles estados irrompe como que um impulso sentimental da Vontade, um “suspirar da criatura” por algo que foi perdido: desde o mais alto prazer (*Lust*) ressoa o grito de terror, o anelante soar do lamento por uma perda (*Verlust*) irreparável.³⁵

Qualquer semelhança entre as bacantes e o carnaval brasileiro são meras coincidências. Noutra via, não seria atinente às reflexões de Nietzsche o seguinte trecho do romance *Catatau*, de Paulo Leminski?:

Que o ímpio se perderá num brutilhão de mulheres nuas, cálices de vinho e colheres de festa e o justo ficará dentro da justiça bebendo a pureza da água e a lhanza do pão pois a boca do justo só falará palavras justas e simples e o ímpio dirá frases de loucura, imagens fabulosas e expressões brilhantes mas tudo é mentira que a orelha do justo recusa, o ímpio se perderá nas estradas do mundo mas da casa do justo o justo não sairá.³⁶

Ora, verifica-se uma polarização de visões de mundo, em que, para o assunto em debate neste trabalho, cabe destacar a contraposição entre a ideia do uso de drogas ante um pretenso puritanismo, remetendo, respectivamente, à loucura de Dionísio contra a moderação de Apolo. Trazendo para seara do Direito, mais especificamente para política criminal de drogas, há que se perceber como essa contraposição entre bem e mal contribuiu para engendrar o estereótipo maléfico do usuário de drogas, daquele que busca o entorpecimento, o “prazer proibido”, sendo curioso notar como a normativa jurídica decide quais é que são, afinal, as drogas decisivamente maléficas, não se pautando necessariamente em bases científicas; vejamos:

São vários os discursos construídos em tomo da droga que permitiram, por sua vez, a criação de estereótipos — a melhor expressão do controle social informal —, tão necessários para legitimar o controle social formal, cuja expressão máxima no caso das drogas é a normativa jurídica. O advogado penal espanhol Carlos González

³⁵ IDEM, *Ibidem*. p. 9-13.

³⁶ LEMINSKI, Paulo. *Catatau*. São Paulo: Iluminuras, 2014. p. 65.

Zorrilla nos fala de três tipos: o médico, o cultural e o moral. Estereótipos que servem como fator de coesão, de consenso em torno da figura de Abel e contra a de Caim. O discurso médico (produto da difusão do modelo médico-sanitário), ao considerar o drogado um “doente” e a droga um “vírus”, uma “epidemia” ou uma “praga”, serve para criar o estereótipo médico (do qual nos fala González Zorrilla), mais especificamente o estereótipo da dependência. O problema se centra concretamente na saúde pública. O discurso dos meios de comunicação, ao apresentar o consumidor como “o que se opõe ao consenso — chamando-o além disso de “drogado” — voluntária ou involuntariamente, dependente se é rico ou pobre (leia-se estudante ou desempregado) mas sempre “jovem”, serve para criar o estereótipo cultural, e, ao qualificá-lo de “viciado” e “ocioso” (segundo o caso), e a droga como “prazer proibido”, “veneno da alma” ou “flagelo”, difunde o estereótipo moral mencionado por González Zorrilla, mas que tem sua origem não apenas no discurso dos meios de comunicação, mas também no discurso jurídico (produto da difusão do modelo ético-jurídico). Tudo provocando um distanciamento cada vez maior entre drogas proibidas e drogas permitidas, mas sobretudo entre os que consomem umas e outras³⁷.

Valendo-me das considerações de González Zorrilla, citado pela fantástica criminóloga Rosa Del Olmo, *data venia*, parece-me mais elaborado e verossímil falar nos três discursos de que digo nesta primeira diatribe: o discurso jurídico-político, uma vez que a lei e as ações políticas estão consubstanciadas, cujas decisões atingem gravemente a realidade dos usuários de drogas; o discurso cultural-moral, em que uma instância reforça a outra, moralidade e cultura, portanto, vivem uma relação promíscua, que reafirma a perseguição contra os usuários; e, por fim, neste aspecto, de acordo com o advogado espanhol, concordo quanto à existência de um discurso médico, ressaltando que este, no caso brasileiro mormente, possui facetas médico-penais, uma vez que se relega a questão da saúde pública à esfera penal, como veremos no próximo capítulo.

Por conseguinte, tocante ao princípio do prazer, Sigmund Freud, que realizou à sua época estudos com a cocaína, a fim de aplicá-la nas terapias, pontua em seu mal-estar da civilização acerca das drogas e da relação entre sofrimento e prazer no âmago do ser:

O bebê lactante ainda não separa seu Eu de um mundo exterior, como fonte das sensações que lhe sobrevivem. Aprende a fazê-lo aos poucos, em resposta a estímulos diversos. Deve impressioná-lo muito que várias das fontes de excitação, em que depois reconhecerá órgãos de seu corpo, possam enviar-lhe sensações a qualquer momento, enquanto outras — entre elas a mais desejada, o peito materno — furtam-se temporariamente a ele, e são trazidas apenas por um grito requisitando ajuda. É assim que ao Eu se contrapõe inicialmente um “objeto”, como algo que se acha “fora” e somente através de uma ação particular é obrigado a aparecer. Um outro incentivo para que o Eu se desprenda da massa de sensações, para que reconheça um “fora”, um mundo exterior, é dado pelas frequentes, variadas, inevitáveis sensações de dor e desprazer que, em sua ilimitada vigência, o princípio do prazer busca eliminar e evitar. Surge a tendência a isolar do Eu tudo o que pode se tornar fonte de tal desprazer, a jogar isso para fora, formando um puro Eu-de-prazer, ao qual se opõe um desconhecido, ameaçador “fora”. As fronteiras desse primitivo Eu-de-prazer não podem escapar à retificação mediante a experiência. Algumas coisas a que não se

³⁷ OLMO, Rosa del. A Face Oculta da Droga. Tradução de Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Revan, 1990. p. 23-24.

gostaria de renunciar, por darem prazer, não são Eu, são objeto, e alguns tormentos que se pretende expulsar revelam-se como inseparáveis do Eu, de procedência interna. Chega-se ao procedimento que permite, pela orientação intencional da atividade dos sentidos e ação muscular apropriada, distinguir entre o que é interior — pertencente ao Eu — e o que é exterior — oriundo de um mundo externo —, e com isto se dá o primeiro passo para a instauração do princípio da realidade, que deve dominar a evolução posterior. Essa distinção serve, naturalmente, à intenção prática de defender-se das sensações de desprazer percebidas ou das que ameaçam.³⁸

Ora, Freud confirma o que os hedonistas já alegavam quatro séculos antes de Cristo: a existência do princípio do prazer em contraposição ao desprazer, orientação que se inicia a se formar ainda na primeira infância, estendendo-se para todo o resto da vida. Ou seja, é inerente ao ser humano orientar-se consoante a obtenção de prazer, ao passo em que refuga a dor e o desprazer.

Henrique Carneiro, por sua vez, pondera acerca do sonho enquanto campo aberto para nossos desejos, para o nosso ser que deseja e goza em virtude do desejo:

A valorização do sonho como linguagem de uma realidade desprezada, mas que revela o âmago profundo de nossa essência vital, vai se expressar tanto na obra de Freud, que identifica no sonho uma das manifestações da verdade inconsciente do núcleo desejante de nossa existência, como em Nietzsche, que afirma que “o sonho das nossas noites tem importância análoga para a essência misteriosa de nossa natureza, para a intimidade de que somos a aparência exterior” (1985, p. 49), assim como no surrealismo, que no sonho, no amor como “revelação profana” e na escrita automática buscará essa unidade entre a produção onírica e a nova poesia, que são as brechas na parede do edifício da razão, o “edifício cartesiano-kantiano”, por onde escoo o fluxo de uma energia reveladora, cuja manifestação é sempre onírica, extática e estética. Nas palavras de Benjamin (1983, p. 76) A vida parecia digna de ser vivida, apenas na medida em que a soleira a separar dormir de acordar era destruída [...] No sistema do universo, o sonho afrouxa a individualidade como se fosse um dente oco. E esse afrouxamento do Eu pelo êxtase é ao mesmo tempo a experiência frutífera e viva que permitiu a esta gente escapar ao círculo de fascínio do próprio êxtase”. O elemento comum a todas as manifestações extra ou supra-rationais, como o imaginário, o êxtase, a paixão, o amor, o sonho, a droga, a embriaguez e o gozo é a falência do “princípio de individuação. A prevalência de um fluxo coletivo irrompe sempre que o edifício da subjetividade é abalado. Nesses momentos, a individualidade é uma invenção que expressa as grades da prisão do ego que contém a força gregária da espécie nos limites de um isolamento auto-referente. Esse abalo surge no amor: “no auge do sentimento de amor a fronteira entre ego e objeto tende a desaparecer” (Freud, 1978, p. 133), no êxtase e em toda forma de paixão. Nesse “afrouxamento do eu”, nesse “êxtase arrebatador que, perante a falência do princípio de individuação, surge do que há de mais profundo no homem” (1978, p. 39), manifesta-se a transcendência do aparelho do ego, a busca da fusão extática com uma noção do infinito, um exercício de despersonalização, de desindividuação, que é típico de toda experiência de transe, possessão, exaltação e dissolução do eu nas unidades mais amplas de uma coletividade, um cosmos, uma natureza.³⁹

Henrique Carneiro, nessa mesma pegada, ainda afirma:

³⁸ FREUD, Sigmund. O mal-estar na Civilização, p. 10. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 10.

³⁹ CARNEIRO, Henrique. Autonomia e Heteronomia nos estados alterados de consciência. Drogas e Cultura: Novas Perspectivas. Salvador: Edufba/MINC, 2008. p. 71-72.

Os seres humanos, como escrevia Hegel (1979 apud Klein, 2004) a respeito das tatuagens e inscrições corporais, “não querem permanecer como a natureza os fez”, e os colares e adornos representam, portanto, o “primeiro sinal de que não sou meramente o que sou, mas também o que faço ser”. Da mesma forma que em relação ao corpo, também existem instrumentos para intervir deliberadamente sobre a mente nos seus múltiplos aspectos perceptivos, cognitivos, afetivos e emotivos. Sentimentos e sensações, assim como idéias, memórias, imaginação e estados de humor podem ser direcionados, conduzidos e potencializados ou amenizados por efeito de diversas drogas. A alienação é a perda da capacidade autonômica de decidir sobre si próprio. Na época contemporânea assistimos a uma exacerbação ambivalente das potencialidades do exercício autonômico sobre si, com um vasto arsenal de substâncias disponíveis e, ao mesmo tempo, com uma perda da capacidade de julgar e agir por si próprio, com uma crescente colonização das mentes por recursos manipulatórios indutores de hábitos e comportamentos, tanto os explícitos e coercitivos, como as leis oficiais anti-drogas, como os implícitos e insidiosos como as técnicas publicitárias e a fetichização geral do mundo das mercadorias.⁴⁰

Assim, chega-se ao falso estereótipo, cultural e moralmente atribuído, do “drogado”, consoante o qual a liberdade e autonomia daquele que usa drogas é necessariamente falsa, discurso o qual nega a subjetividade do consumidor ; veja-se:

O estereótipo do drogado como um “escravo de si próprio”, acorrentado a seus desejos insaciáveis, remete a uma antiga noção da ética clássica grega acerca da necessidade de se vencer a si mesmo, transformada pelo cristianismo numa vocação ascética. O paradigma moral contemporâneo opôs vício e liberdade, considerando “comportamentos causadores de dependência” como expressão de um tipo “irracional” de consumo, numa inversão do princípio liberal de que o consumidor seria livre em suas escolhas, pois estas corresponderiam a decisões racionais. Uma controvérsia surgiu na teoria econômica do consumo quando se buscou explicar certos hábitos (jogo, apostas e uso de drogas) com uso dos parâmetros da “elasticidade da demanda”, ou seja, da disposição em manter a compra de um produto em função da flutuação do preço. O modelo dos “viciados” ou “dependentes” derivou da consideração de que haveria um tipo de apetência particular por certos produtos à medida que o consumo se prolonga, ou seja, de que não haveria possibilidade de um consumo razoável na medida em que em quantidades iguais o efeito da droga sempre diminuiria e o hábito sempre aumentaria, o que só ocorre em casos muito particulares de algumas drogas (especialmente opiáceos) e, assim mesmo, não entre todos os consumidores. Uma outra teoria econômica considerou, entretanto, a existência de uma “adição racional”, em que a consideração pelo futuro governaria as decisões de escolha dos drogados assim como as de todas as demais formas de consumos, nas quais sempre se revelaria um cálculo mediador entre a possibilidade de consumo e de poupança (Kopp, 1998).⁴¹

Todavia é certo que em boa medida a tradição monoteísta advinda do zoroastrismo, sobretudo em relação às três grandes fés monoteístas, quais sejam, judaísmo, cristianismo e islamismo, tais religiões atribuíram ao prazer características nefastas e que, preferivelmente, devem ser evitadas; atribuiu-se ao corpo e à toda gama de prazeres algo de proibitivo, ao modo dos frutos proibidos do Éden.

⁴⁰ IDEM, Ibidem. p. 75-76.

⁴¹ IDEM, Ibidem. p. 76.

Pondera, ainda, Nietzsche, acerca da ambivalência entre bem e mal, representada simbolicamente no contraste presente entre os deuses Apolo e Dionísio, sendo que ambos representam a cultura superior:

6. Dessa regra, a de que o conceito denotador de preeminência política sempre resulta em um conceito de preeminência espiritual, não constitui ainda exceção (embora dê ensejo a exceções) o fato de a casta mais elevada ser simultaneamente a casta sacerdotal, e portanto preferir, para sua designação geral, um predicado que lembre sua função sacerdotal. É então, por exemplo, que "puro" e "impuro" se contrapõem pela primeira vez como distinção de estamentos; aí também se desenvolvem depois "bom" e "ruim", num sentido não mais estamental. De resto, cautela para não tomar de antemão os conceitos "puro" e "impuro" de maneira demasiado ampla ou demasiado rigorosa, ou mesmo simbólica: os conceitos da humanidade antiga foram inicialmente compreendidos, numa medida para nós impensável, de modo grosseiro, tosco, improfundo, estreito, sobretudo e francamente assimbólico. O "puro" é, desde o princípio, apenas um homem que se lava, que se proíbe certos alimentos que causam doenças de pele, que não dorme com as mulheres sujas do povo baixo, que tem horror a sangue - e não mais, pouco mais que isso! Por outro lado, a natureza de uma aristocracia sacerdotal esclarece por que precisamente aí as antíteses de valores puderam bem cedo interiorizar-se e tornar-se mais intensas; de fato, através delas abriram-se finalmente, entre os homens, abismos tais que mesmo um Aquiles do livre-pensar hesitaria em transpor. Já de início existe algo malsão nessas aristocracias sacerdotais e nos hábitos que nelas vigoram, hábitos hostis à ação, em parte mediativos, em parte explosivos sentimentalmente, cujas seqüelas parecem ser a debilidade intestinal e a neurastenia quase que fatalmente inerentes aos sacerdotes de todos os tempos; mas o que foi por eles mesmos inventado como remédio para essa debilidade - não é preciso dizer que afinal demonstrou ser mil vezes mais perigoso, em seus efeitos ulteriores, do que a doença de que deveria curar? A própria humanidade sofre ainda os efeitos dessas veleidades de cura sacerdotais! Lembremos, por exemplo, certas formas de dieta (abstenção de carne), o jejum, a continência sexual, a fuga "para o deserto" (o isolamento de Weir Mitchell, claro que sem a subsequente cura de engorda e superalimentação, na qual reside o mais eficaz antídoto contra toda histeria do ideal ascético): a isso juntou-se a meta física anti-sensualista dos sacerdotes, apta a fabricar indolentes e refinados, a sua auto-hipnose à maneira dos faquires e brâmanes - o Brahma usado como botão de vidro e idéia fixa - e por fim o muito compreensível enfado geral com a sua cura radical - o nada (ou Deus - o anseio de unio mystica com Deus é o anseio budista pelo Nada, pelo Nirvana - e nada mais!). Com os sacerdotes tudo se torna mais perigoso, não apenas meios de cura e artes médicas, mas também altivez, vingança, perspicácia, dissolução, amor, sede de domínio, virtude, doença - mas com alguma equidade se acrescentaria que somente no âmbito dessa forma essencialmente perigosa de existência humana, a sacerdotal, é que o homem se tornou um animal interessante, apenas então a alma humana ganhou profundidade num sentido superior, e tornou-se má - e estas são as duas formas fundamentais da superioridade até agora tida pelo homem sobre as outras bestas!...⁴²

Ademais, a despeito das constatações de Aristóteles em sua *Ética Nicomachea*, em que argumenta que o prazer não seria um bem em si⁴³, ao modo das riquezas e da honra, não obstante suas considerações, é-me difícil conceber que o prazer não seja um bem em si; por acaso se almejaria o prazer com vistas em outros bens? Não seria o prazer almejado por si próprio? Se

⁴² NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral – Uma Polêmica*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 8ª reimpressão, 2005. p. 23-24.

⁴³ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*, XI.

se trata o prazer do sumo bem, resguardo ponderações, mas negar ao prazer a natureza de bem em si não me parece razoável, pois o prazer é um bem visado com vistas em si mesmo, se quer obter prazer a fim de sentir tal prazer, constituindo um bem que se esgota em si, tal como as classes de bens superiores, como a boa forma, a inteligência e, em último grau, a felicidade humana, elencada enquanto sumo bem por Aristóteles.

Todavia, por outro lado, Aristóteles pondera, aludindo a Heráclito, acerca das diferentes opiniões acerca do prazer, e que aqui julgo válido: “Diverso é o prazer do cavalo, do cão, do homem, tal como Heráclito diz que asnos prefeririam palha a ouro⁴⁴”. Diferentes, pois, são os prazeres, e quanto ao juízo do cavalo, do cão e do homem, haveria um juízo correto dentre esses? Ou o prazer do cavalo é para o cavalo o verdadeiro prazer, tal como o prazer do cão para o cão o prazer mais esmerado? E quanto ao exemplo do ouro? Seria o ouro um prazer em si, uma fidedigna fonte de prazer? Ou reais e legítimos apenas seriam os prazeres corpóreos?

Nesse sentido, verifica-se uma oposição, ademais, entre os ideais estoicos e céticos, pregadores da moderação, em contraposição ao hedonismo:

Na antiguidade clássica, a filosofia ocidental nasce a partir de um postulado de autoconhecimento: o lema delfico “conhece-te a ti mesmo” (gnothi sauton ou noce te ipsum). Foucault (2004) analisou como essa atitude reflexiva voltada para um autoconhecimento como projeto pedagógico, destinado a formar os homens para a vida social, tornou-se, mais tarde, na época alexandrina, um princípio de gestão de si por meio de diversas técnicas (que iam desde as cartas e diários, onde a escrita assume o papel de espelho da alma, até o uso de meditações, especialmente antes de dormir) que definiriam a noção de um “cuidado de si”, onde um modelo médico, de cuidados permanentes consigo, substitui o modelo pedagógico socrático anterior. Numa fase ainda mais tardia, o advento do cristianismo levou a uma apropriação clerical dessas técnicas de matriz estoica, de um desvendamento de si para poder se julgar e cuidar de si mesmo, tornando-as públicas, por meio da confissão e da penitência, e baseando-as totalmente no princípio da obediência a um outro (um mestre ou diretor de consciência), o que significou, portanto, a emergência de um modelo de renúncia de si como ideal ético e moral. Na época greco-latina, o uso de todas as “tecnologias de si”² serviu ao propósito de gerir, administrar, contabilizar e julgar a si mesmo para viver melhor e conseguir a paz de espírito (a “tranquilidade da alma”, de Sêneca) e a felicidade. O uso dos fármacos, assim como dos alimentos, dos banhos ou dos passeios, servia para “equilibrar os humores”, sujeitos às indicações dietéticas do cuidado de si, e cada um devia, portanto, ser o médico de si mesmo, especialmente de sua alma. O modelo cristão da renúncia de si acompanhar-se-á de um modelo da saúde como salvação da alma, onde o uso de fármacos é condenado, no lugar dos quais, se prescreverá, além da confissão e penitência, o uso dos recursos pios: orações, relíquias, peregrinações, etc.⁴⁵

Por outro turno, das palavras de Clemente de Alexandria, apologista cristão grego, responsável por difundir o cristianismo entre os gregos e estudar os mitos que *iam de encontro*

⁴⁴ ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco, X, 5. 1176 a 7.

⁴⁵ CARNEIRO, Henrique. Autonomia e Heteronomia nos Estados Alterados de Consciência. Drogas e Cultura: Novas Perspectivas. Salvador, Edufba/MINC, 2008. p. 66.

a nova doutrina exortada por ele, afirma acerca de Heráclito: “A quem profetiza Heráclito de Éfeso? Aos noctívagos, aos magos, aos bacantes, às ménades, aos iniciados; a estes ameaça com o depois da morte, a estes profetiza o fogo; pois os considerados mistérios entre os homens impiamente se celebram⁴⁶”, adendando, nessa toada, que: “Se não fosse a Dioniso que fizessem a procissão e cantassem o hino, (então) às partes vergonhosas desavergonhadamente se cumpriu um rito; mas é o mesmo Hades e Dioniso, a quem deliram e festejam nas Lenéias⁴⁷”, consignando-se que, desde aí, já havia um movimento reacionário em contraposição aos hábitos dionisiacos, mas que se adianta que ao modo do cristianismo e sua interpretação binária do mundo, dividida em bem e mal, se verifica um movimento de séculos responsável por sacralizar as atitudes enquadradas como apolíneas, ao passo que se passou a demonizar atitudes dionisiacas, tal como se extrai dos dois trechos retromencionados, em que se percebe claro desdém aos cultos das bacantes a Dionísio, tendo o associado Clemente de Alexandria, inclusive, ao próprio Hades.⁴⁸

Em contraponto à ética socrática, bem como à ética aristotélica (ressalvando que essa é posterior ao nascimento do hedonismo), é sabido que os hedonistas gregos divergiam de tal concepção, e atribuíam, em fato, inclusive a qualidade de sumo bem ao prazer, ao modo defendido por Aristipo de Cirene. Aristipo defendia a existência de dois estados de ânima: 1) a dor ou o movimento áspero do amor; e 2) o prazer ou o movimento suave do amor. Segundo tal concepção, o prazer não só seria o bem superior dos seres, como também representaria o próprio sentido da vida e da felicidade humana⁴⁹.

Entre os outros seguidores [de Aristipo] estava a sua própria filha, Arete, que teve um filho chamado Aristipo, e que por ter sido introduzido por ela aos estudos filosóficos foi chamado de pupilo de sua mãe (μητροδίδακτος). Ele definiu de maneira o fim como sendo uma vida de prazer, classificando como prazer tudo aquilo que está em movimento. Pois ele disse que existem três estados que afetam o nosso temperamento: um, no qual sentimos dor, como uma tempestade no mar; outro, no qual sentimos prazer, que pode ser comparado a uma suave ondulação, pois o prazer é um movimento suave, comparável a uma brisa favorável; e o terceiro é um estado intermediário, no qual não sentimos nem dor nem prazer, similar a uma calmaria⁵⁰. E é através destas sensações apenas, segundo ele, que temos a sensação.⁵¹

⁴⁶ ALEXANDRIA, Clemente de. Exortação, 22. Retirado dos Fragmentos Sobre a Natureza, de Heráclito. Tradução de José Cavalcante de Souza.

⁴⁷ ALEXANDRIA, Clemente de. Exortação, 34, retirado dos Fragmentos Sobre a Natureza, de Heráclito. Tradução de José Cavalcante de Souza.

⁴⁸ GRIMAL, Pierre. Mitologia Grega. Tradução de Rejane Janowitz. Porto Alegre: L&PM, 2013.

⁴⁹ Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/hedonism/>, acesso em 25.08.2019.

⁵⁰ Nota: Alcançou-se, dentro do hedonismo, o termo “êxtase” para esse terceiro estado.

⁵¹ Eusébio de Cesareia, *Praeparatio Evangelica*, xiv. 18.

E se em Aristóteles se alcança o bem mediante a prática reiterada da virtude, questiona-se se não seria a própria virtude, em última instância, fonte de prazer oculta, pois é evidente que o homem virtuoso sente prazer na prática da virtude; ao que me cabe, constato que há bastante razão em se atestar o prazer como bem supremo; se outrora argumentou-se que o bem supremo, em realidade seria a felicidade, não parece falso afirmar que a felicidade o é também em desdobramento do prazer obtido.

Aliás, além do hedonismo em sua forma mais pura, é importante também destacar as contribuições das escolas epicuristas, que pregam o prazer enquanto sumo bem, porém que valorizam a moderação como a justa forma de se obter o prazer, uma vez que os excessos remeteriam ao sofrimento. Senão, modernamente, há também que se destacar as contribuições dos utilitaristas, sobretudo seus ícones Jeremy Bentham e Stuart Mill, que pregavam a otimização do bem-estar, mas que, ironicamente, cujas teorizações levaram à idealização do pan-óptico, por exemplo.

Noutra toada, se há alguma razão em Protágoras, quando este afirma que “O homem é a medida de todas as coisas, das coisas que são, enquanto são, das coisas que não são, enquanto não são”, o mérito está na constatação de que a vida é um movimento relativo, sendo que, ao que creio, no Direito isso se evidencia com clareza, afeiçoados que estamos ao sofismo, uma vez que há argumentos divergentes, que expressam divergentes pontos de vista, porém que são dotados de mínima verossimilhança; paradoxalmente, ainda que diametralmente opostos, é possível que argumentos tão antagônicos postulem-se, ambos, enquanto argumentos válidos (lógica deôntica), ou seja, esse relativismo, semelhante ao constatado por Protágoras quando afirma sua célebre frase, conduz-nos à lógica conclusão de que se as coisas são à medida dos homens, as coisas são pois muito relativas e diversas, haja vista que cada indivíduo é absolutamente único e inúmeros são os pontos de vista acerca de um mesmo objeto.

Portanto, de individualíssimas e múltiplas visões de mundo, denota-se que não existe uma moral, uma regra, uma lei, um código de conduta, mas múltiplos, tantos quantos são os indivíduos, o que impõe que o Direito, quando da promulgação de suas leis, não deve se imiscuir em escolhas do âmbito privado e personalíssimo, sob risco de se cair num excessivo autoritarismo, que terrivelmente impele a proibições absurdas que, por mais que absurdas, estão passíveis de serem normalizadas; assim não o fosse, não seria lícita a aterradora, grotesca e impensável proibição das mulheres cantarem no Irã, assim como a criminalização do vinho de Shiraz ou da homossexualidade.

1.2.8 Albert Hofmann

Demasiadas veredas, cumpre-nos prosseguir a presente linha de raciocínio, focando-nos, agora, na figura enigmática e determinante para o século XX, o cientista Albert Hofmann.

Hofmann é o personagem principal de um dos feitos mais curiosos do século passado. Data-se de 1943 quando ele, então Doutor em Química pela Universidade de Baden, estudava o fungo do centeio a fim de extrair desse fungo um medicamento capaz de atuar na circulação das mulheres após o parto. Desse modo sintetizou a dietilamida de ácido lisérgico número 25, depois alcunhada de LSD-25. Manuseando a substância a ingeriu acidentalmente, em uma superdosagem, descobrindo, assim, a substância alucinógena mais poderosa da terra, destarte, desfrutaria, pela primeira vez no mundo, de uma “viagem” de ácido. Cerca de 5 anos após o descobrimento da substância de maneira acidental, Hoffman repetiria a experiência, dessa vez com uma dosagem bastante inferior. Hoffman se deu conta que houvera descoberto uma substância sem precedentes na história da humanidade, abrindo, assim, o caminho para os estudos acerca da nova droga.

Mais de 30 anos após a descoberta da substância e de seus efeitos, em 1979, Hoffman elabora um estudo acerca da substância tão polêmica, que, 10 anos antes, estava no centro do debate mundial, em razão da popularização da droga em meio ao movimento hippie, o que levou, em certa medida, ao colapso desse movimento.

Apesar de um pouco extenso, gostaria de volver o leitor desta diatribe ao prefácio da obra de Hoffman, que é provavelmente o texto mais marcante do estudo promovido pelo Doutor; escreve o seguinte:

Existem experiências que a maioria de nós hesita em falar a respeito porque elas não combinam com a realidade cotidiana e desafiam uma explicação racional. Estas não são ocorrências externas particulares, mas sim eventos de nossas vidas interiores que geralmente são refutados como invenções da imaginação e são excluídos da nossa memória. De repente, a visão familiar de nossos ambientes é transformada de um modo estranho, delicioso, ou alarmante: aparece para nós sob uma nova luz, assumindo um significado especial. Tal experiência pode ser rápida como a luz e passageira como uma respiração de ar, ou pode se imprimir profundamente em nossas mentes. Um encantamento deste tipo, que eu experimentei na infância, permaneceu notavelmente vívido desde então na minha memória. Aconteceu numa manhã de maio - eu esqueci o ano - mas ainda posso apontar o lugar exato onde aconteceu, num caminho da floresta em Martinsberg perto de Baden, Suíça. Enquanto eu passeava pelos frescos bosques verdejantes, cheios de canções de pássaros e iluminado pelo sol da manhã, tudo de uma vez e cada coisa apareceu numa incomum luz clara. Isto era algo que eu simplesmente não tinha notado antes? Estava eu descobrindo, de repente, como de fato a floresta da primavera se parece? Brilhava com o esplendor mais bonito, falando ao coração, como se quisesse me cercar de sua majestade. Eu estava repleto de uma indescritível sensação de alegria, identidade, e uma segurança repleta de felicidade. Eu não tenho nenhuma idéia de quanto durou este encantamento. Mas me recordo da preocupação ansiosa que eu sentia enquanto a radiação ia lentamente se

dissolvendo e eu nela caminhando: como pôde uma visão, que era tão real e convincente, tão diretamente e profundamente sumir – como pôde terminar tão depressa? E como eu poderia contar para qualquer pessoa sobre isto, como minha alegria transbordante me compelia a fazer, já que eu sabia não haver palavras para descrever o que eu tinha visto? Parecia estranho que eu, uma criança, tinha visto algo tão maravilhoso, algo que os adultos obviamente não percebem – porque eu nunca tinha os ouvido mencionarem algo semelhante. Enquanto eu era uma criança, experimentei vários outros destes momentos de profunda euforia em minhas correrias pela floresta e pelo prado. Estas foram experiências que moldaram os principais esboços de minha visão do mundo e me convenceram da existência de uma realidade milagrosa, poderosa, insondável, que estava oculta da visão cotidiana. Naquele tempo, freqüentemente ficava preocupado desejando saber se algum dia eu iria, como adulto, poder comunicar estas experiências; se eu teria uma chance para descrever minhas visões em poesias ou pinturas. Mas sabendo que eu não tinha o dom para ser um poeta ou artista, assumi que teria de manter estas experiências para mim mesmo, importantes como eram para mim. Inesperadamente, por uma rara casualidade, muito mais recentemente e já na meia idade, um vínculo foi estabelecido entre minha profissão e estas experiências visionárias da infância. Porque eu quis aumentar meu conhecimento sobre a estrutura e essência do assunto, tornei-me um químico de pesquisa. Intrigado pelo mundo das plantas desde cedo na infância, decidi me especializar na pesquisa dos componentes de plantas medicinais. No decorrer desta carreira fui conduzido às substâncias psicoativas e causadoras de alucinação que, sob certas condições, podem evocar estados visionários semelhantes às experiências espontâneas justamente descritas. A mais importante destas substâncias alucinógenas veio a ser conhecida como LSD. Alucinógenos, como combinações ativas de interesse científico considerável, ganharam entrada na pesquisa medicinal, biologia e psiquiatria, e depois – especialmente o LSD – também obtiveram larga difusão na cultura das drogas. Estudando a literatura relacionada com meu trabalho, dei conta do grande significado universal da experiência visionária. Representa um papel dominante não só em misticismo e história da religião, mas também no processo criativo na arte, literatura e ciência. Recentes investigações mostraram que muitas pessoas também têm experiências visionárias na vida diária. A maioria de nós, entretanto, não reconhece seu significado e valor. Experiências místicas, como essa que marcou minha infância, aparentemente estão longe de serem raras. Há hoje um esforço difundido em relação à experiências místicas para inovações visionárias, para uma realidade mais profunda, mais abrangente do que percebe a nossa consciência racional cotidiana. Estão sendo feitos esforços para transcender nossa visão mundial materialista de vários modos, não só pelos participantes de movimentos religiosos Orientais, mas também por psiquiatras profissionais que estão adotando tal experiência espiritual profunda como um princípio terapêutico básico. Eu compartilho da convicção de muitos de meus contemporâneos que a crise espiritual que penetra todas as esferas da sociedade industrial Ocidental só pode ser curada por uma mudança em nossa visão mundial. Nós teremos que trocar do materialismo, da convicção dualista que as pessoas e o ambiente delas são duas coisas separadas, para uma nova consciência de uma realidade toda abrangente que abraça o ego experimentado, uma realidade na qual as pessoas sentem a unicidade delas com natureza animada e o todo da criação. Tudo o que puder contribuir para uma tal alteração fundamental da nossa percepção da realidade deve demandar então uma séria atenção. Em primeiro lugar entre tais aproximações, estão os vários métodos de meditação, ou religiosos ou ainda num contexto secular que apontam para o aprofundamento da consciência da realidade por via de uma experiência mística total. Outro importante, mas ainda controverso, caminho para a esta mesma meta é o uso das propriedades de alteração da consciência por alucinógenos psico-farmacêuticos. O LSD encontra tal aplicação na medicina, ajudando os pacientes em psicanálise e psicoterapia a perceber os seus problemas no seu verdadeiro significado. A provocação deliberada de uma experiência mística, particularmente por LSD e alucinógenos relacionados, em contraste com experiências visionárias espontâneas, envolvem perigos que não devem ser menosprezados. Médicos têm que levar em conta os efeitos peculiares destas substâncias, isto é, sua habilidade para influenciar nossa consciência, a essência íntima do nosso ser. A história do LSD, por exemplo, demonstra amplamente as consequências catastróficas

que podem resultar quando seu efeito profundo é mal utilizado e a substância é desviada para uma droga de prazer⁵². São requeridas de antemão preparações especiais internas e externas; com elas, uma experiência de LSD pode se tornar uma experiência significativa. O uso errado e impróprio motivou que o LSD se tornasse o problema de minha criação. É meu desejo neste livro dar um quadro completo do LSD, sua origem, seus efeitos e seus perigos, para proteger contra o abuso crescente do uso desta droga extraordinária. Espero enfatizar possíveis usos do LSD que são compatíveis com sua ação característica. Acredito que, se as pessoas aprenderem a usar a capacidade do LSD de induzir visões sob condições satisfatórias, mais sabiamente em práticas médicas então, no futuro, junto com meditação, esta criança-problema poderá vir a se tornar uma criança-maravilha. Albert Hofmann⁵³

O trecho acima foi extraído do estudo científico elaborado pelo Doutor Hofmann acerca da substância, sagrada e diabólica, que, para o bem e para o mal, ele descobriu. Tal estudo foi constituído para dar um panorama geral da droga por ele descoberta, após mais de 30 anos do feito inicial. Como dito, o trecho acima é o prefácio da obra denominada “LSD: My Problem Child”, isso é, “LSD: Minha Criança Problema”. Trata-se, em seu todo, de um estudo profundo, embora conciso, e técnico, acerca de uma substância poderosíssima, estudo no qual Hofmann, embora tenha dentro de si o orgulho de uma descoberta que considera fantástica e imprescindível, ainda assim reserva bastante cautela. Considera que não se trata de uma droga adictiva nem sequer necessariamente venenosa, porém, outrossim deve ser ministrada com bastante cuidado e intermitentemente, não se tratando de uma droga recreativa qualquer, que possa ser consumida com frequência sem que ocorram efeitos colaterais. Portanto, Hofmann possuía consciência de que “sua criança problema” precisava ser ministrada com absoluto cuidado.

Hofmann morreu defendendo a utilização médica do LSD, acreditando ser possível obter resultados satisfatórios em relação a pacientes de câncer. “Eu produzi a substância como um remédio. Não é minha culpa se as pessoas abusavam dele”, disse certa vez o Doutor. Vale, também, salientar Dr. Albert Hofmann, por ocasião do 50º aniversário de seu famoso passeio de bicicleta: “Vocês, meus queridos amigos e milhões em todo o mundo que agora comemora o 50º aniversário do filho de Ergot, todos testemunhamos com gratidão que obtivemos valiosos ajuda no caminho para o que Aldous Huxley disse ser o fim e o propósito último da vida humana - iluminação, visão beatífica, amor. Eu acho que todos esses testemunhos alegres de ajuda

⁵² Nota: Aqui, Albert Hofmann faz menção implícita às consequências do uso inadequado e inconsequente de alucinógenos, principalmente LSD, pelos denominado movimento hippie, sobretudo nos Estados Unidos e Europa.

⁵³ HOFMANN, Albert. LSD: Minha Criança Problema, prefácio. Em inglês LSD - My Problem Child. McGraw-Hill, 1980.

inestimável pelo LSD deveriam ser suficientes para convencer as autoridades de saúde, finalmente, do absurdo da proibição do LSD e de psicodélicos semelhantes.⁵⁴”

Morreu aos 102 anos, em 2008, tendo consumido LSD ao longo de toda a sua vida desde sua descoberta. Uma das suas maiores preocupações era a possibilidade de aplicação da substância enquanto analgésico para pacientes terminais de câncer, a favor dos quais as substâncias legais são altamente tóxicas – pense-se na morfina, codeína ou tramadol, por exemplo – em comparação ao ácido lisérgico.

1.2.9 Aldous Huxley

Noutro trecho do estudo, Hofmann escreve a respeito de seu encontro com Aldous Huxley, notabilizado escritor, e entusiasta das drogas alucinógenas; reporto-me ao trecho seguinte:

8. Encontro com Aldous Huxley

Na metade da década de 50 apareceram dois livros de Aldous Huxley: *As Portas da Percepção* e *Céu e Inferno*, ambos relacionados com os estados inebriantes produzidos por drogas alucinógenas. As alterações das percepções sensoriais e da consciência que o autor sofreu numa auto-experiência com mescalina são descritas habilmente nestes livros. A experiência da mescalina foi uma experiência visionária para Huxley. Ele viu os objetos sob uma nova luz; elas revelaram suas existências inerentes, profundas, infinitas que permaneciam escondidas na visão cotidiana.

Estes dois livros continham observações fundamentais sobre a essência da experiência visionária e sobre o significado desta maneira de compreender o mundo - na história cultural, na criação de mitos, na origem de religiões, e no processo criativo do qual as obras de arte surgem. Huxley via o valor das drogas alucinógenas no sentido que elas davam às pessoas que perderam o presente da percepção visionária espontânea pertencente aos místicos, santos e grandes artistas, o potencial para experimentar este extraordinário estado de consciência e assim atingir a introspecção do mundo espiritual destes grandes criadores. Alucinógenos poderiam conduzir a um entendimento aprofundado do conteúdo místico e religioso e para uma nova e estimulante experiência das grandes obras de arte. Para Huxley essas drogas eram chaves capazes de abrirem novas portas de percepção; chaves químicas, além dos outros, provados mas laboriosos, "abridores de porta" para o mundo visionário tais como a meditação, o isolamento e o jejum, ou ainda como certas práticas de ioga.

Na ocasião eu já conhecia o trabalho anterior deste grande escritor e pensador, livros que significaram muito para mim, como *Ponto e Contra Ponto*, *Bravo Mundo Novo*, *Depois de*

Muito um Verão, *Cego em Gaza*, e alguns outros. Em *As Portas da Percepção* e *Céu e Inferno*, os trabalhos mais recentemente publicados de Huxley, eu achei uma significativa exposição da experiência induzida por drogas alucinógenas e ganhei assim um maior discernimento de minhas próprias experiências de LSD.

Então fiquei encantado quando na manhã de agosto de 1961, estando eu no laboratório, recebi uma chamada telefônica de Aldous Huxley. Ele estava atravessando Zurique com sua esposa e convidou a mim e a minha esposa para um almoço no Hotel Sonnenberg.

⁵⁴ Disponível em: <http://www.hofmann.org/>, acesso em 15.11.2019.

Um cavalheiro com uma flor amarela de pitombeira na lapela, uma aparência alta e nobre que exudava generosidade - esta é a imagem que eu retive desta primeira reunião com Aldous Huxley. A conversação girou principalmente ao redor do problema de drogas mágicas. Huxley e sua esposa, Laura Archera Huxley, também tinham experimentado LSD e psilocibina.

Huxley preferia não designar estas duas substâncias e a mescalina como "drogas", porque o uso desta palavra na língua inglesa, como também, a propósito, o uso da palavra Droge em alemão, tem uma conotação pejorativa, sendo então importante diferenciar lingüisticamente os alucinógenos das outras drogas. Ele acreditava na grande importância de agentes que produzem experiência visionária nesta fase moderna da evolução humana.⁵⁵

Nessa toada, o aclamado escritor inglês Aldous Huxley, notável por seu trabalho Admirável Mundo Novo, em inglês, *Brave New World*, em outro livro, quicá menos conhecido, porém também notável, e que muito concerne ao presente ensaio, “*The Doors of Perception*”⁵⁶, em português, “*As Portas da Percepção*”, expõe de maneira crua e maravilhada o uso de cacto peiote pelo aclamado escritor, que descreve os efeitos da mescalina em seu corpo; destaco o seguinte trecho, escusando-me novamente de sua extensão, todavia soa-me imperioso enunciá-lo na íntegra, mesmo porque é possível que de outra maneira o leitor deste estudo não vislumbre a passagem mais importante do ensaio de Huxley; veja-se:

A modificação que realmente ocorreu nesse mundo nada teve de revolucionária. Meia hora depois de ingerir a droga, comecei a perceber um lento bailado de luzes douradas. Pouco depois surgiram imponentes superfícies rubras que cresciam e se avolumavam a partir de brilhantes nódulos de energia a assumir continuamente as mais variadas formas. De outra feita, ao fechar os olhos, se me deparava um complexo de estruturas cinzentas, de dentro das quais brotavam, incessantemente, pálidas esferas azuladas que se iam materializando e, à medida que o faziam, deslizavam silenciosamente para cima e fugiam de cena. Mas em tempo algum apareceram faces ou formas de homens ou animais. Nada de paisagens, espaços abissais, mágico crescimento e metamorfose de edificações, nada que lembrasse, por remoto que fosse, um drama ou uma parábola. O outro mundo ao qual a mescalina me conduzira não era o mundo das visões; ele existia naquilo que eu podia ver com meus olhos abertos. A grande transformação se dava no reino dos fatos objetivos. O que tinha acontecido a meu universo subjetivo era coisa que, relativamente, pouco importava.

Eu ingerira minha poção às onze horas. Hora e meia mais tarde estava sentado em meu escritório, contemplando atentamente um pequeno vaso de vidro. Continha ele apenas três flores — uma rosa-de-portugal, inteiramente desabrochada, com sua rósea corola onde a base de cada pétala apresentava um matiz mais quente e brilhante; um grande cravo creme e arroxado; e, arrogante em sua heráldica beleza, de um púrpura pálido, a flor-do-íris. Por mero acaso, o pequeno ramalhete violava todas as regras do bom gosto tradicional. Pela manhã, ao desjejum, ferira-me os olhos a vívida dissonância de suas cores. Mas tal já não era mais minha opinião. Não contemplava mais uma esquisita combinação de flores; via, agora, aquilo mesmo que Adão vira no dia de sua criação — o milagre do inteiro desabrochar da existência, em toda a sua nudez.

— Isso é agradável? — perguntou alguém. (Durante essa parte da experiência, todas as conversas foram gravadas, e foi-me assim possível refrescar a memória a respeito do que fora dito.)

⁵⁵ HOFFMAN, Albert. *LSD: Minha Criança Problema*, Capítulo 8. 1980.

⁵⁶ Nota: A título de curiosidade, o livro reconhecidamente inspirou o nome da banda estadunidense *The Doors*.

— Nem agradável, nem desagradável — respondi. — Apenas existe. Istigkeit — "existência" —, não era essa a palavra que Meister Eckhart gostava de usar? O Existir da filosofia platônica — com a diferença que Platão parecia ter cometido o enorme, o grotesco erro de separar Existir de tornar-se e de identificá-lo com a abstração matemática — a Idéia. Ele, pobre mortal, talvez jamais tivesse visto um ramalhete de flores a brilhar com sua própria luz interior, quase que estremecendo sob a tensão da importância do papel que lhes fora confiado; jamais deveria ter-se apercebido de que essa tão grande importância da rosa, do íris e do cravo residia, tão-somente, naquilo que eles representavam — uma efemeridade que, não obstante, significava vida eterna, um perpétuo perecer que era, ao mesmo tempo, puro Existir; um punhado de pormenores diminutos e sem par no qual, por algum indizível paradoxo, embora axiomático, encontrar-se-ia a divina fonte de toda a existência.

Continui a observar as flores e, em sua luz vivida, eu parecia captar o equivalente qualitativo da respiração — mas de uma respiração sem retornos a um ponto de partida, sem refluxos periódicos, mas antes em um fluxo, repetido, da beleza para uma beleza mais sublime, de um significado profundo para outro ainda maior.

Palavras tais como Graça e Transfiguração vieram-me à mente, e isto, sem dúvida, era o que, entre outras coisas, queriam elas significar. Meus olhos se encaminhavam da rosa para o cravo, e daquela incandescência de plumas para as suaves volutas de ametista animada, que era o íris. A Beatífica Visão, Sat Chit Ananda — Existência-Consciência-Beatitude —, pela primeira vez entendi, não em termos de palavras, não por insinuações rudimentares, vagamente, mas precisa e completamente, o que queriam significar essas sílabas prodigiosas. E lembrei-me, então, de uma passagem que lera em um dos ensaios de Suzuki: "Que é o Dharma-Corpóreo do Buda?". (O Dharma-Corpóreo do Buda é outro modo de se referir à Mente, à Peculiaridade, ao Vazio, à Divindade.) A pergunta foi feita, em um mosteiro zen, por ardente e perplexo noviço. E, com a vivaz insensatez de um dos Irmãos Marx, respondeu-lhe o superior: "A sebe ao fundo do jardim". "E poderia eu perguntar" — retrucou timidamente o noviço — "qual o homem que concebeu essa verdade?" A que Groucho, dando-lhe uma pancada nas costas com seu bastão, responde: "Um leão de cabelos de ouro!".

Quando li esse diálogo, achei-o pouco mais ou menos um amontoado de insensatez. Agora, porém, tudo está tão claro como o dia, tão evidente quanto o postulado de Euclides. Não há a menor dúvida de que o Dharma-Corpóreo do Buda seja a sebe do fim do jardim. Ao mesmo tempo, e com igual certeza, ele é estas flores, ele é qualquer coisa que desperte a atenção de meu ego (ou melhor, de minha bem-aventurada despersonalização, liberta por um momento de meu abraço asfixiante).

Assim também os livros, que recobrem as paredes de meu escritório: tais como as flores, eles também luziam, quando para eles olhei, com cores mais brilhantes, com uma importância mais profunda. Livros vermelhos de rubi; livros de esmeralda; livros de ágata, de água-marinha, de topázio; livros de lápis-lazúli de cor tão intensa, tão intrinsecamente importantes que pareciam a ponto de sair das estantes para melhor atrair minha atenção.

— Que me diz das relações espaciais? — perguntou o investigador enquanto eu olhava os livros.

Era difícil responder. Na verdade, a perspectiva se tornara bastante estranha e as paredes da sala já não mais pareciam encontrar-se em ângulos retos. Mas não eram esses os fatos realmente importantes. O que mais ressaltava era a constatação de que as relações espaciais tinham perdido muito do seu valor e de que minha mente tomava contato com o mundo exterior em termos de outras dimensões que não as de espaço. Em situações normais o olho se preocupa com problemas tais como Onde? — A que distância? — Como se situa em relação a tal coisa? Durante a experiência com a mesalina, as perguntas tácitas a que a visão responde são de outra ordem. Lugar e distância deixam de ter muito interesse. A mente elabora a compreensão das coisas em termos de intensidade de existência, profundidade de importância, relações dentro de um determinado padrão. Eu olhava para os livros, mas não me preocupava, em absoluto, com suas posições no espaço. O que notava, o que se impunha por si mesmo a minha mente, era o fato de que todos eles brilhavam com uma luz viva e que, em alguns, o resplendor era mais intenso que em outros. Nesse instante, a posição e as três dimensões eram questões de somenos. Não, evidentemente, que a noção de espaço houvesse sido abolida. Quando me levantei e pus-me a andar, eu o fiz com toda a

naturalidade, sem erros de apreciação sobre a posição dos objetos. O espaço ainda estava ali; mas havia perdido sua primazia. A mente se preocupava, mais do que tudo, não com medidas e lugares, e sim com a existência e o significado.

E, de par com essa indiferença pelo espaço, adquiri um descaso ainda maior pelo tempo.

— Parece haver bastante — foi tudo o que pude dizer quando o meu inquiridor me pediu que dissesse qual a noção que tinha dessa dimensão. Bastante; mas pouco se me dava saber, exatamente, quanto. Poderia, está claro, olhar para meu relógio; mas ele, sabia-o eu, estava em outro universo. Essa minha experiência tinha sido, e ainda era, de duração indefinida, também podendo ser considerada um perpétuo presente, criado por um apocalipse em contínua transformação.

Dos livros, meu interlocutor desviou-me a atenção para o mobiliário. No centro da sala havia uma pequena mesa para máquina de escrever. Junto a ela, do lado oposto ao meu, estava uma cadeira de vime e, além dela, uma escrivaninha. As três peças formavam um intrincado desenho de horizontais, verticais e oblíquas — desenho tanto mais interessante por não estar sendo interpretado em termos de suas relações de espaço. Mesa, cadeira e escrivaninha constituíam uma composição que se assemelhava a algo por Braque ou Juan Gris: uma natureza-morta nitidamente relacionada com o mundo objetivo, mas onde não havia profundidade, nada de realismo fotográfico. Eu examinava minha mobília, não como o utilitário, que tem de sentar-se em cadeiras, escrever em escrivaninhas e em mesas; não como o operador cinematográfico ou o investigador científico, mas como o esteta puro, cuja única preocupação se cinge às formas e suas relações dentro do campo visual ou dos limites de um quadro. Mas, à medida que prosseguia em minha investigação, essa análise puramente estética de cubista foi sendo substituída pelo que poderei apenas definir como sendo a visão sacramental da realidade: voltei ao estado em que me encontrava quando contemplava as flores — a um mundo onde tudo brilhava, animado pela Luz Interior, e era infinito em sua importância. Assim, os pés daquela cadeira — quão miraculosa a sua tubularidade, quão sobrenatural seu suave polimento! Consumi vários minutos — ou foram vários séculos? — não apenas admirando aqueles pés de bambu, mas em verdade sendo-os, ou melhor, sentindo-me neles; ou, empregando linguagem talvez mais precisa (pois "eu" não estava em jogo, do mesmo modo como, até certo ponto, "eles" tampouco o estavam), sendo minha Despersonalização na Desindividualização que era a cadeira.

Refletindo sobre minha experiência, vejo-me levado a concordar com o eminente filósofo de Cambridge, dr. C. D. Broad, “que será bom considerarmos, muito mais seriamente do que até então temos feito, o tipo de teoria estabelecida por Bergson, com relação à memória e ao senso de percepção. Segundo ela, a função do cérebro e do sistema nervoso é, principalmente, eliminativa e não produtiva. Cada um de nós é capaz de lembrar-se, a qualquer momento, de tudo o que já ocorreu conosco, bem como de se aperceber de tudo o que está acontecendo em qualquer parte do universo. A função do cérebro e do sistema nervoso é proteger-nos, impedindo que sejamos esmagados e confundidos por essa massa de conhecimentos, na sua maioria inúteis e sem importância, eliminando muita coisa que, de outro modo, deveríamos perceber ou recordar constantemente, e deixando passar apenas aquelas poucas sensações selecionadas que, provavelmente, terão utilidade na prática”.

De acordo com tal teoria, cada um de nós possui, em potencial, a Onisciência. Mas, visto que somos animais, o que mais nos preocupa é viver a todo o custo. Para tornar possível a sobrevivência biológica, a torrente da Onisciência tem de passar pelo estrangulamento da válvula redutora que são nosso cérebro e sistema nervoso. O que consegue coar-se através desse crivo é um minguado fio de conhecimento que nos auxilia a conservar a vida na superfície deste singular planeta. Para formular e exprimir o conteúdo dessa sabedoria limitada, o homem inventou, e aperfeiçoa incessantemente, esses sistemas de símbolos com suas filosofias implícitas a que chamamos idiomas. Cada um de nós é, a um só tempo, beneficiário e vítima da tradição lingüística dentro da qual nasceu — beneficiário, porque a língua nos permite o acesso aos conhecimentos acumulados oriundos da experiência de outras pessoas; vítimas, porque isso nos leva a crer que esse saber limitado é a única sabedoria que está a nosso alcance; e isso subverte nosso senso da realidade, fazendo com que encaremos essa noção como a expressão da verdade e nossas palavras como fatos

reais. Aquilo que, na terminologia religiosa, recebe o nome de "este mundo" é apenas o universo do saber reduzido, expresso e como que petrificado pela limitação dos idiomas. Os vários "outros mundos" com os quais os seres humanos entram esporadicamente em contato não passam, na verdade, de outros tantos elementos componentes da ampla sabedoria inerente à Onisciência. A maioria das pessoas, durante a maior parte do tempo, só toma conhecimento daquilo que passa através da válvula de redução e que é considerado genuinamente real pelo idioma de cada um. No entanto, certas pessoas parecem ter nascido com uma espécie de desvio que invalida essa válvula redutora. Em outras, o desvio pode surgir em caráter temporário, seja espontaneamente, seja como resultado de "exercícios espirituais" voluntários, do hipnotismo ou da ingestão de drogas. Mas o fluxo de sensações que percorre esse desvio, seja ele permanente ou temporário, não é suficiente para que alguém se aperceba "de tudo o que esteja ocorrendo em qualquer lugar do universo" (uma vez que o desvio não destrói a válvula de redução, que ainda impede que se escoe por ela toda a torrente da Onisciência), embora possibilite a passagem de algo mais — sobretudo diferente — do que aquelas sensações utilitárias, cuidadosamente selecionadas, que a estreiteza de nossas mentes considera uma imagem completa (ou, no mínimo, suficiente) da realidade.⁵⁷

Verifica-se que Aldous Huxley concebe uma atenção muito grande ao que ele chama de “portas da percepção”, que considera uma espécie de filtro, o qual, em tese, os animais teriam a fim de concentrar-lhes nas veredas da existência, em detrimento portanto de uma visão mais sensível ou fantástica do mundo. Ao que Huxley utiliza a mescalina, as portas da percepção se abririam, revelando novas perspectivas acerca da realidade, permitindo-no, por exemplo, deslumbrar-se com a existência de uma cadeira. Huxley confia que as drogas alucinógenas seriam capazes de engrandecer em diversos aspectos a existência humana e a realidade com a qual estão habituados, possibilitando, *exempli gratia*, a criação de obras artísticas impossíveis de serem concebidas senão mediante a utilização de drogas.

Nessa toada, não seria razoável pensar que se abriria, então, a possibilidade da consumação do *übermensch* de potência em ato, se proceder tal como nas três transformações narradas por Zaratustra⁵⁸, mediante emprego de alucinógenos?

As três transformações do espírito tratam-se, em síntese, da transformação do camelo de carga da moral milenar em leão, que poderá, então, brigar contra o dragão da vontade, o “tu-queres”, e, vencido o dragão, a última transformação que nos falta é consumarmo-nos em criança para inventarmos o mundo todo outra vez, porque agora já sabemos do que se trata o mundo, e podemos segundo o próprio juízo, e não de terceiros, tampouco de outrens alheios ao sujeito, determinar qual é a moral a se seguir. Seria ilícito ao cidadão em transição ao *übermensch* adotar a moral dionisiaca em contraste à moral apolínea? Huxley estaria errado

⁵⁷ HUXLEY, Aldous. As Portas da Percepção, p. 8-12. Disponível em: <https://falange.net/wp-content/uploads/2016/11/Aldous-Huxley-As-Portas-da-Percepcao-Ce%CC%81u-e-Inferno1.pdf>, acesso em 15.11.2019.

⁵⁸ NIETZSCHE, Friedrich. Assim Falou Zaratustra. Tradução de Gabriel Valladão Silva. L&PM Clássicos, 2013. p.35-36.

quando narra com tanta convicção e deslumbramento uma experiência tão única? A interferência estatal no âmbito da liberdade individual ao uso de drogas, para muito além de sua inconstitucionalidade, agride frontalmente a autodeterminação do ser e é manifestamente ilegal, tal que se não fosse afastada pela adequação social senão pela insignificância, ter-se-ia que afastá-la pela manifesta ilegalidade no tocante à ofensa à consagrada e resguardada vida privada de cada um dos cidadãos.

Nesse compasso, merece atenção outro texto de Nietzsche, no qual se verifica:

UM OLHAR SOBRE O ESTADO 438. Pedindo a palavra. — O caráter demagógico e a intenção de influir sobre as massas são comuns a todos os partidos políticos atuais: por causa dessa intenção, todos são obrigados a transformar seus princípios em grandes afrescos de estupidez, pintando-os nas paredes. Nisso já não há o que fazer, é inútil erguer um só dedo contra isso; pois nesse âmbito vale o que afirmou Voltaire: quand la populace se mêle de raisonner, tout est perdu [quando o populacho se mete a raciocinar, tudo está perdido]. Desde que isso aconteceu, é preciso adaptar-se às novas condições, assim como nos adaptamos quando um terremoto muda as velhas fronteiras e os contornos do solo e altera o valor da propriedade. **Além do mais, se em toda política a questão é tornar suportável a vida para o maior número de pessoas, que esse maior número defina o que entende por uma vida suportável; se confiam que o seu intelecto achará também os meios certos para alcançar esse fim, de que serve duvidar disso? Eles querem ser os forjadores da própria felicidade ou infelicidade; e, se este sentimento de autodeterminação, o orgulho pelas cinco ou seis noções que a sua mente abriga e manifesta, realmente lhes torna a vida agradável a ponto de suportarem com gosto as fatais consequências de sua estreiteza: então não há muito a objetar, desde que a estreiteza não vá ao cúmulo de exigir que tudo deve se tornar política nesse sentido, que todos devem viver e agir conforme esse critério. Pois antes de mais nada é preciso permitir a alguns, mais do que nunca, que se abstenham da política e se coloquem um pouco à parte: a isso também os impele o prazer da autodeterminação, e também algum orgulho que talvez derive do fato de calar, quando falam muitos ou mesmo apenas muitos. Depois é preciso perdoar esses poucos, se eles não levarem muito a sério a felicidade dos muitos, sejam povos ou camadas da população, e vez por outra incorrerem numa atitude irônica; pois sua seriedade reside em outro canto, sua felicidade é um outro conceito, seu objetivo não pode ser abarcado por uma mão canhestra que dispõe de apenas cinco dedos.** Por fim, de quando em quando chega — o que sem dúvida é o mais difícil de lhes conceder, mas tem de lhes ser concedido — um instante em que eles saem de seu taciturno isolamento e de novo experimentam a força de seus pulmões: então gritam uns para os outros, como gente perdida numa floresta, para se dar a conhecer e se encorajar mutuamente; e é certo que então se ouvem coisas que soam mal aos ouvidos para os quais não foram dirigidas. — Logo depois faz-se novo silêncio na floresta, tanto silêncio que de novo se escuta claramente o zumbido, o sussurro e o bater de asas dos incontáveis insetos que vivem no seu interior e também acima e abaixo dela.⁵⁹ (grifo meu).

Aqui, apresento-vos a meticulosa visão de Nietzsche a respeito do Estado, sendo que o miolo do texto grifado em negrito é na minha acepção um argumento contundente a favor da necessidade de reconstrução individual do que se determina por moral, e esse trabalho é intransferível, sendo necessário que cada um se disponha a realizá-lo por si e para si. Todavia

⁵⁹ NIETZSCHE, Friedrich. *Humano Demasiado Humano – Um livro para espíritos livres*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 214-215.

o presente estado das coisas, sobretudo no Brasil, se inclina a destruição da vontade e dos direitos das minorias, impondo-se sua supressão, o que aparentemente está caminhando para o contrário do que se deveria esperar.

1.3 DO DISCURSO MÉDICO-PENAL

1.3.1. Dos Drogados

Transgredir a esfera de liberdade individual, interferir numa autodeterminação, parece-me absolutamente imperativo.

A portaria 444 da Anvisa é o ato jurídico que determina, com base em uma lógica questionável, o que deve ser proibido ou não; todavia tal classificação não leva em consideração a periculosidade específica de cada uma das drogas, guiando-se, em detrimento da ciência, por pretensos “costumes sociais”, o que é absurdo, haja vista que tal premissa desconsidera uma série de realidades sociais, preferindo criminalizá-las, o que não é razoável.

Nesse sentido, à apresentação do clássico da criminologia latino-americana “La Cara Oculta de la Droga”, traduzido para o português como “A Face Oculta da Droga”, cuja autoria pertence à criminóloga venezuelana Rosa del Olmo, afirma-nos Nilo Batista que:

Hoje em dia, as drogas proibidas só são proibidas por figurarem numa lista editada mediante ato administrativo da autoridade sanitária, lista cuja função é complementar concretamente a norma penal (que criminaliza, de modo genérico, o comércio e uso de algo tão vago quanto “substância entorpecente”, “substância que determina dependência física ou psíquica”, etc). Já houve um tempo em que também certos livros eram proibidos exatamente por figurarem numa lista editada pela autoridade religiosa. Parece que a interdição da leitura desses livros, ao inverso das drogas, baseava-se em sua aptidão desentorpecente e em sua capacidade para determinar independência intelectual, ou seja, em seu conteúdo crítico e desmistificador⁶⁰.

E justamente no sentido atribuído por Nilo Batista e conhecendo a história, não se poderia afirmar que as drogas possuem exatamente dessa característica de saber velado e herético, tão bem atribuídos aos livros, essa aura demoníaca e corruptível, capaz de afastar do senso comum determinadas cabeças?

Nessa mesma pegada, Rosa del Olmo abre-alas de seu clássico com este diálogo:

Recentemente, um jovem perguntou a seu pai, um famoso toxicólogo inglês:
— Papai, o que é uma droga?

⁶⁰ BATISTA, Nilo. Apresentação do livro de Rosa del Olmo. *A Face Oculta da Droga*. Rio de Janeiro: Revan. 1990.

— Uma droga, meu filho, é uma substância, que injetada em um cachorro, produz uma pesquisa.

Esta resposta é a melhor maneira de ilustrar o que significa na atualidade a palavra droga. Sua presença se faz sentir de uma forma ou de outra, porque não há dúvida de que é o negócio — econômico e político — mais esplêndido dos últimos anos. Mas, exatamente por isso, tem sua face oculta, que a transforma em mito.

Na linguagem científica, representada pela Organização Mundial de Saúde, a palavra droga significa “toda substância que, introduzida em um organismo vivo, pode modificar uma ou mais funções deste. É um conceito intencionalmente amplo, pois abarca não apenas os medicamentos destinados sobretudo ao tratamento de enfermos, mas também outras substâncias ativas do ponto de vista farmacológico⁶¹.

Em raciocínio semelhante, cabe distinguir que o veneno se distingue pela dose, qual no brocardo latino “*dosis sola facit venenum*”, isso é, “só a dose faz o veneno”, sendo mister ressaltar que há diversas drogas que são consumidas legalmente todos os dias, algumas, inclusive, tomadas por inofensivas, como o caso do café, o açúcar ou a gordura, mas, evidentemente, também podem levar a complicações sérias e, principalmente, abusando-se a longo prazo, pode mesmo induzir à própria morte; veja-se:

Já quanto às “drogas”, estas notas exploram a lição do Dr. Paracelso: *dosis sola facit venenum*. Tal exploração propõe que as drogas sejam consideradas como uma categoria complexa e polissêmica que recobre e reúne, por vezes de modo marcadamente ambíguo, como também isola e separa, tantas vezes de modo instável, matérias moleculares as mais variadas. Ela também propõe que essas matérias moleculares constituem objetos sócio-técnicos que, embora sempre possam ser distinguidos conforme as modalidades de uso (matar, tratar, alimentar, por exemplo), não comportam diferenças intrínsecas absolutas ou essenciais, mas sempre e somente diferenças relacionais. Pois sucede às drogas (e aos medicamentos e alimentos) o mesmo que às armas (e às ferramentas): tais objetos sócio-técnicos permanecem integralmente indeterminados até que sejam reportados aos agenciamentos que os constituem enquanto tais (Deleuze; Guattari, 1997, p. 72). Desta perspectiva, as drogas não dizem respeito apenas àquelas substâncias que produzem algum tipo de alteração psíquica ou corporal e cujo uso, em sociedades como a nossa, é objeto de controle ou de repressão por parte do Estado, mas também àquelas que Mintz (1986) chamara de “alimentos-droga” — como o açúcar, o café, o chá e o chocolate, por exemplo — bem como àquelas que correntemente nomeamos medicamentos ou fármacos. Esta perspectiva se contrapõe àquela outra, mais restritiva e assimétrica, além de historicamente posterior, que toma como dada ou estabilizada a partilha moral (médico-legal) entre usos lícitos e ilícitos de drogas, ou entre drogas (ou tóxicos, ou entorpecentes, ou venenos...) e medicamentos, alimentos, condimentos, cosméticos, etc⁶².

Ou seja, verifica-se que a palavra droga é dotada de múltiplos sentidos, isso é, é uma palavra polissêmica, cuja utilização, no entanto, é usada conforme convém, reputando-se droga apenas aquelas substâncias que são proibidas, quando isso não se faz verdade.

⁶¹ OLMO, Rosa Del. A Face Oculta da Droga. Tradução de Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Revan, 1990. p. 21.

⁶² VARGAS, Eduardo Viana. Drogas e Cultura: Novas Perspectivas. p. 41-42. Disponível em: http://neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/03/drogas_e_cultura.pdf, acesso em 15.11.2019.

Ressalta, ainda, Rosa Del Olmo acerca da distorção das informações no tocante ao que são exatamente as drogas:

Na linguagem cotidiana, trata-se de toda substância capaz de alterar as condições psíquicas, e às vezes físicas, do ser humano, do qual, portanto, pode se esperar alguma coisa.

Sua grande popularidade gerou um excesso de informações muitas vezes distorcidas, que levaram a uma lamentável confusão, com suas respectivas consequências. Basta rever a proliferação, nos últimos anos, de livros, artigos e entrevistas sobre a droga, cheios de preconceitos morais, dados falsos e sensacionalistas, onde se mistura a realidade com a fantasia, o que só contribuiu para que a droga fosse assimilada à literatura fantástica, para que a droga se associasse ao desconhecido e proibido, e, em particular, ao temido. Isto é, à difusão e concretização posterior do terror. Converte-se desta maneira na “responsável” por todos os males que afligem o mundo contemporâneo porque a própria palavra está funcionando como estereótipo, mais do que como conceito; como crença, mais do que como descoberta científica pesquisada. É o bode expiatório por excelência.

Trata-se, pois, de uma palavra sem definição, imprecisa e de uma excessiva generalização, porque em sua caracterização não se conseguiu diferenciar os fatos das opiniões nem dos sentimentos. Criam-se diversos discursos contraditórios que contribuem para distorcer e ocultar a realidade social da “droga”, mas que se apresentam como modelos explicativos universais⁶³.

Ainda, a criminóloga Rosa Del Olmo destaca o fato de que a palavra droga é dotada de sentido polissêmico e impreciso, e assim é utilizada, de modo proposital, a fim de incluir em seu arcabouço todos os tipos de drogas, como se se tratasse de uma só substância e não diversas:

Algo sim parece estar claro: a palavra droga não pode ser definida corretamente porque é utilizada de maneira genérica para incluir toda uma série de substâncias muito distintas entre si, inclusive em “sua capacidade de alterar as condições psíquicas e/ou físicas”, que têm em comum exclusivamente o fato de haveram sido proibidas. Por outro lado, a confusão aumenta quando se compara uma série de substâncias permitidas, com igual capacidade de alterar essas condições psíquicas e/ou físicas, mas que não se incluem na definição de droga por razões alheias à sua capacidade de alterar essas condições, como por exemplo o caso do álcool.

O importante, portanto, não parece ser nem a substância nem sua definição, e muito menos sua capacidade ou não de alterar de algum modo o ser humano, mas muito mais o discurso que se constrói em torno dela. Daí o fato de se falar da droga, e não das drogas. Ao agrupá-las em uma única categoria, pode-se confundir e separar em proibidas ou permitidas quando conveniente. Isto permite também incluir no mesmo discurso não apenas as características das substâncias, mas também as do ator — consumidor ou traficante —, indivíduo que se converterá, no discurso, na expressão concreta e tangível do terror. Algumas vezes será a vítima e outras, o algoz. Tudo depende de quem fale. Para o médico, será “o doente”, ao qual deve-se ministrar um tratamento para reabilitá-lo; o juiz verá nele o “perverso” que se deve castigar como dejetos. Mas sempre será útil para a manifestação do discurso que se permita estabelecer a polaridade entre o bem e o mal — entre Caim e Abel — que o sistema social necessita para criar consenso em torno dos valores e normas que são funcionais para sua conservação⁶⁴.

⁶³ OLMO, Rosa Del. *A Face Oculta da Droga*. Tradução de Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Revan, 1990. p. 21-22.

⁶⁴ IDEM, *Ibidem*. p. 22-23.

Ademais, há que se considerar o aspecto sócio-cultural e político do uso de drogas, que não necessariamente perpassa a questão de saúde, uma vez que se verifica que há drogas consideradas menos perigosas do que outras. O eminente antropólogo Rafael Panke, em seu trabalho intitulado “Passa a Bola Dragão: Regras de Conduta e Códigos Morais em rodas de fumo de Curitiba⁶⁵”, isso já em 2006, destacou que as rodas de fumo de maconha em Curitiba enquanto uma espécie de fenômeno social, atestável, inclusive, antropológicamente; vejamos:

Até agora foram abordadas relações em diferentes grupos, situações e ambientes onde ocorre o consumo social da maconha, diferenciando-os e buscando descrever, pormenorizar e delimitar as especificidades de cada um deles, segundo suas características. Entretanto, à revelia destas particularidades, há um código de conduta compartilhado, tácito e moralmente orientado, que conduz todo o processo segundo seu protocolo, e que pôde ser percebido não devido à enunciação explícita de suas cláusulas, mas pelo comportamento similar apresentado pelos usuários sociais na maior parte das ocasiões presenciadas. Foi observado que os participantes se reúnem para participar de uma espécie de “cerimônia” não institucionalizada, mas com limites bem definidos, padronizados, que aparentemente se repetem a cada realização: são seguidos os mesmos passos, respeitadas as mesmas regras, com pequenas variações relativas e contextuais. Este conjunto de disposições parece estar relacionado a uma forma de sociabilidade específica, que age dinamicamente como uma das formas presentes no processo urbano⁶⁶.

Nesse sentido, atenhamo-nos ao trecho da música “Legalize Já”, do transgressor grupo de rap Planet Hemp, da década de 90, precursora do debate nacional acerca da legalização das drogas, o que lhes causou diversos problemas com a justiça, acusados de supostamente fazer apologia ao uso de drogas; a banda era composta à época pelos hoje consagrados artistas – e por que não *intelectuais*? – BNegão, Marcelo D-2 e Black Alien, além do finado Skunk, um dos cofundadores do grupo, dentre outros; o trecho da música *in verbis*:

O álcool mata bancado pelo código penal
Onde quem fuma maconha é que é o marginal
E por que não legalizar? E por que não legalizar?
Estão ganhando dinheiro e vendo o povo se matar
Tendo que viver escondido no submundo
Tratado como pilantra, safado, vagabundo
Por fumar uma erva fumada em todo mundo
É mais que seguro, proibir que é um absurdo
Aí provoca um tráfico que te mata em um segundo
A polícia de um lado e o usuário do outro
Eles vivem numa boa e o povo no esgoto

⁶⁵ Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciassociais/files/2019/03/Rafael-Panke-Monografia-28.03.19.pdf>, acesso em 25.08.2019.

⁶⁶ PANKE, Rafael. Passa a Bola Dragão: Regras de Conduta e Códigos Morais em rodas de fumo de Curitiba. UFPR, 2006. p. 53.

Nessa toada, não seria juridicamente lícito que o direito reconhecesse o direito do sagaz homem fumaça ser o sagaz homem fumaça? Nos termos da canção de mesmo nome; *in verbis*:

Aí, meu cumpadi, como já dizia o Samuca do patrulha na cidade: “quem não reage, rasteja”
 Eu tô de pé, pupilas dilatadas, chapado, mas eu sou sagaz
 A vida é dura, eu sei, mas tudo bem. Eu sou capaz
 Olho nos olhos dos meus filhos e aí é que o mundo cai
 Caminhos tão diferentes pra que lado que a gente vai?
 Matar é algo comum, a vida não tem sentido mais
 Ao invés de ser levado por ela, a gente sempre é que corre atrás
 Uma coisa é certa: aqui se paga por tudo que se faz
 E o dinheiro compra tudo e te envolve mais, mais, mais ...
 Tá na hora de acordar, e manter a cabeça em pé
 Vou sair pra trabalhar, ter dinheiro pra qualquer ...
 Eu sei muito bem que a vida não é um conto de fada
 Eu uso minha cabeça e ela nunca pode tá parada
 Não caio em cilada e ando sempre em frente
 Eu não sou de briga, mas protejo a minha gente
 Ah ... eu queria viajar ... mas tá difícil
 Tranquilo, deixa comigo ...
 Eu acreditava que o mundo caminhasse rumo ao progresso, positividade
 Morpheus de Matrix me mostrou toda a verdade
 Olhar de um cidadão urbano, urbanóide
 Grandes cidades acostumadas a conviver
 Com a miséria, mas nunca com a maldade,
 Corrupção, ganância, violência, Impunidade,
 Banalização da cultura à tal falta de liberdade
 Abandono da população, do mundo inteiro pelas autoridades
 Manutenção do analfabetismo e do desemprego, desigualdade

Eis vislumbramos a questão de drogas, deparamo-nos com uma espécie de binômio: política criminal x política de redução de danos.

Se por um lado se propugna e se perpetra uma guerra sem nenhuma previsão de arrefecimento, doutro se assiste a um sarcástico e cínico tratamento médico-penal do usuário necessariamente enquanto doente – um doente detestável –, porém um tratamento verdadeiramente deficitário e que não tende a resolver a catástrofe.

Há, ainda, como um acréscimo dessa desgraça, o cinismo e hipocrisia suprema de nossas autoridades, eis que capitaneados pelos velhos mais retrógrados e mofinos que já foram paridos nesta pátria de filhos das santas.

Verifica-se, aliás, que não há uma relação entre proibicionismo e redução do consumo, ao passo que também não há relação entre legalização e aumento do consumo, então, se se fala de uma hipotética epidemia no consumo de drogas, essa não teria sido criada justamente num regime altamente repressivo?, uma vez que que se trata de drogas as quais sempre foram proibidas, qual a lógica que leva a acreditar que o recrudescimento da repressão e do combate contra a venda de entorpecentes levará a redução do consumo?

Em um setor em que não são produzidos balanços oficiais, há indicadores indiretos da ampliação desse mercado nacional de drogas nos últimos anos. Um deles é o aumento do consumo interno dos produtos derivados da pasta base de cocaína no Brasil. O país se tornou um ponto fora da curva em relação ao mercado no resto do mundo. Enquanto o consumo da cocaína vem registrando quedas sucessivas em nações da Europa Central, nos Estados Unidos e no Canadá, acompanhando a tendência de queda na produção da droga na Colômbia, o mercado consumidor na América do Sul, puxado pelo Brasil, teve aumento de mais de 50% entre 2010 e 2012, segundo as pesquisas feitas pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, segundo relatório do UNODC (2016). As estimativas apontam que cerca de 1,75% da população adulta brasileira já consome a droga, nível semelhante ao dos norte-americanos, o maior mercado mundial. O consumo de crack também se consolidou nacionalmente a partir do ano 2000. A pedra já provoca problemas em 98% das 3.950 cidades do Brasil mapeadas no estudo coordenado pela Confederação Nacional dos Municípios. O padrão de venda e consumo do crack, fumado em pequenas pedras, por usuários de baixa escolaridade e renda, torna a unidade mais barata e ajuda a viabilizar economicamente os negócios de entorpecentes nos bairros mais pobres dos Estados brasileiros, que acabam tendo de lidar com a realidade desse novo comércio (BASTOS; BERTONI, 2014).⁶⁷

Se é o problema das drogas, em primeira análise, um problema de saúde pública, valho-me da opinião de meu amigo pessoal, poeta e astuto jurista, Vinicius Cidral, que assim descreveu, para mim, a Guerra às Drogas: “É resolver matar uma formiguinha com uma bomba atômica”, disse-me ele. E não seria, em realidade, uma baratinha?, concluo eu, valendo-me do difundido mito popular de que as baratas são o animal capaz de sobreviver as bombas atômicas, culminando que as bombas são capazes de exterminar a todos, destruir a sociedade inteira, menos o problema que se quer resolver. E não seria isto a Guerra às Drogas? Não seria resolver um problema de saúde pública com a instauração do caos? Não seria sentenciar de morte a possibilidade do estado de direito não ser estado de polícia?

Se se trata de doentes, trate-se os doentes enquanto o que são: enfermos, isso quando efetivamente enfermos, mas ao criminalizá-los cria-se uma situação dúbia e oblíqua, em que se não está claro se o sujeito se trata de um doente ou um criminoso, é as duas coisas, é essa situação paradoxalíssima que retrata o que é, hoje, o Direito Brasileiro, um dos Direitos de mais vasta importância no mundo, porém transfigurado como um *frankstein*.

Somos nós, o povo da América Ibérica responsáveis por nosso Direito, pelo nosso próprio rumo, não precisamos ser puxados por uma rédea como bois, se podemos, ora, sermos nós o Senhor da Boiada. Não seria o Direito Brasileiro um dos direitos mais fabulosos do mundo? Em que perdemos quanto ao Direito Italiano ou Alemão ou Espanhol ou Lusitano? Podemos estar à frente, deveras, sendo preciso sobretudo que nos postulemos enquanto o que

⁶⁷ DIAS, Camila Nunes; MANZO, Bruno Paes. PCC, Sistema Prisional e Gestão do Novo Mundo do Crime no Brasil. Rev. bras. segur. pública. São Paulo v. 11, n. 2, 10-29, Ago/Set 2017. p. 19. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/854/259>, acesso em 15.11.2019.

devemos ser: pensadores sagazes do Direito. É preciso contribuir com que a síndrome de viralata não nos reduza nossa devida importância. Ou não seria a mais extensa obra jurídica do mundo o “Tratado de Direito Privado”, de Pontes de Miranda, com suas formidáveis 28 mil páginas?

Por outro lado, a sabedoria nacional em termos de Direito Penal necessariamente passa pela questão de drogas, pela questão do usuário e do traficante. Pela questão da saúde pública, que deve ser encarada de modo inteligente.

Inteligência não se tem denotado enquanto maior das qualidades nacionais; haja vista diversos acontecimentos recentes e diários, que tangem inevitavelmente às questões de direito, há um grande movimento que se recrudescer paulatinamente o qual é responsável por retardar ao máximo temas urgentes, bem como a emancipação e consolidação de nossa pátria enquanto país desenvolvido; diversas atitudes absolutamente anti-patrióticas e entreguistas não se esculpido por parte de justamente aqueles os quais se colocam como patriotas e nacionalistas; não se tem visto atitudes patrióticas por parte dos três poderes da república.

Enquanto que mães – MÃES –, têm atestado em inúmeros casos a eficácia do remédio canabidiol, caríssimo quando importado, e que a Anvisa, aplausivelmente, tem se antecolocado como patrocinadora de sua legalização com vistas em fins medicinais, por óbvio, ao passo que se constata um movimento diametralmente antagônico em relação ao assunto, de políticas de governo que se opõem violenta e autoritariamente à possibilidade de legalização da maconha *medicinal*, que poderia melhorar sensivelmente a vida de diversas pessoas.

A ignorância em relação à maconha medicinal é tanta que, por vezes diversas, o Senhor Ministro da Cidadania Osmar Terra confunde-se e refere-se ao medicamento como se a droga recreativa fosse, denotando todo o preconceito que possui, qual a cobra possui o seu veneno introjetado, e afirma, claro, que é contrário à legalização das drogas, quando se trata, em realidade, do remédio proveniente de uma planta da família do hortelã e que ajudaria milhares de pessoas, inclusive crianças, e cessaria, ora, o sofrimento de milhões de mães e famílias.

1.3.2 Saúde Pública: Bem Jurídico?

Analisando-se a teoria do tipo penal, vê-se que, a partir de Roxin, a estrutura da tipicidade supera a racionalidade formal, e a perspectiva do grau de ofensa aos bens jurídicos passa a valorar aspectos materiais. Destarte, elementos como o juízo de significância do resultado e adequação social da conduta estão contidos na avaliação da tipicidade. A teoria do

delito, eis com sua perspectiva subjetiva e material e não mais meramente objetiva e formal, coaduna-se e se mostra mais apropriada à concepção moderna de direito penal, o qual deve intervir o menos possível na vida das pessoas, prostrando-se, de fato, enquanto última razão⁶⁸.

Atenta Salo de Carvalho que:

Como defendido anteriormente, a identificação de bens jurídicos sob a chancela do interesse público (v.g. saúde pública) estabelece espécie de (neo) espiritualização do valor ou interesse de tutela. No caso das drogas, sob a justificativa da tutela da saúde pública, inúmeros danos à saúde e a liberdade das pessoas de carne e osso (Ferrajoli), aprisionadas pelo discurso proibicionista, são cometidos diariamente. Esquecer o sujeito concreto para criar mecanismo retóricos abstratos de legitimação das hipóteses de punição aos usuários produz significativa violência ao núcleo constitucional que sustenta o direito penal⁶⁹.

Em breve análise da antiga lei de drogas, tem-se que, no porte de substâncias tóxicas, inexistia crime, porque o bem jurídico tutelado pelo art. 16 da Lei 6.368/76 era integridade física, em um Estado em que a autolesão não é crime. O legislador ao redigir o texto da lei 11.343/06 inverteu o discurso de tutela para a saúde pública em detrimento da individual, pressupondo um modelo de direito penal de autor no qual todo usuário transforma-se em potencial traficante⁷⁰, extirpando do sujeito o direito sobre sua própria pessoa, consoante lição de Zaffaroni.

Noutra vereda, cabe debater o direito do ser dispor sobre si. Qual se confere na reportagem do Jornal O Globo, veiculada no dia 10 de maio de 2018⁷¹; *ipsis literis*:

GENEBRA - O cientista David Goodall, de 104 anos, pôs um fim à sua própria vida na manhã desta quinta-feira em uma clínica na Suíça, cercado pela família e ouvindo "Ode à Alegria", de Beethoven. Nascido no Reino Unido, ele fez uma campanha no país onde morava, a Austrália, para ser autorizado a realizar suicídio assistido. Goodall não tinha nenhuma doença grave ou terminal, mas alegava que já havia vivido muito e que sua qualidade de vida estava aquém do que ele gostaria.

O professor e cientista precisou viajar até a Suíça, onde as leis permitem que uma pessoa possa se matar legalmente, ao contrário da Austrália, onde o ato permanece proibido.

Cheesecake na última refeição Em suas últimas horas, Goodall desfrutou de seu jantar favorito: peixe e batata frita, com cheesecake como sobremesa. E, em seus minutos finais, ele ouviu a Nona Sinfonia de Beethoven, mais conhecida por seu último movimento, "Ode à Alegria". Ele morreu logo após o término da peça musical.

⁶⁸ CARVALHO, Salo de. A política Criminal de Drogas no Brasil – estudo criminológico e dogmático, p. 258-264. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2004. p. 258-264.

⁶⁹ CARVALHO, Salo de. A política Criminal de Drogas no Brasil – estudo criminológico e dogmático. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2004. p.254.

⁷⁰ IDEM, Ibidem, p.254-255.

⁷¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/cientista-de-104-anos-morre-em-suicidio-assistido-ao-som-de-beethoven-22670205>, acesso em 15.11.2019

E não seria, pois, legítimo que o ser disponha sobre si, inclusive em relação à decisão tão cabal de viver ou não viver? Não é uma atitude deveras cruel obrigar a viver aquele que sonha em não viver? Sendo-lhe a vida, peremptoriamente paradoxal, fonte de sofrimento e isso apenas. Aquele que sofre em vida não teria o direito de cessar o sofrimento por meio da morte? Parece-me, pois, um direito natural. O direito a viver ou não viver. Porém, diminuo bastante o debate à medida em que me foco, pois, não numa decisão tão cabal e terminativa, quanto à vida, que, como foi refletido, a princípio pode-se tomar por direito: O direito à vida, logicamente, é também o direito a não-vida, ou seja, o direito à morte; mas me foco ora no debate de drogas: se o Direito pátrio escolheu não criminalizar o atentado contra si, contra a própria vida, haja vista que a tentativa de suicídio não é passível de ser criminalizada, por que, então, se permitiria, e se consignaria proporcional e justo que aquele que atenta contra sua saúde, atacando assim a saúde pública, consoante o argumento predominante, se é que é predominante, seja ora criminalizado por sua conduta, pela conduta do consumo pessoal de drogas? Revela-se inequivocamente desproporcional a criminalização de determinada conduta, por parte do Estado, sob o frágil argumento da ofensa ao bem jurídico da saúde pública.

Portanto, se a autolesão não é crime, bem como pode-se cogitar a existência de um direito natural ao suicídio, remetendo-se sobretudo ao direito à eutanásia, o que me soa óbvio, outrossim mostra-se translúcido que é, também, uma escolha do ser ora dispor de si como bem convenha, da dádiva da vida como melhor condiga. E qualquer interferência nesta livre disposição, por parte do Estado ou de entes privados, seria uma intromissão abusiva e autoritária, haja vista que estamos a tratar de condutas as quais lesionam direta e principalmente, isso é, se é certo que lesionam, apenas o próprio indivíduo – é certo que demais consequências, por exemplo, à família, não podem ser lidas enquanto lesões a bens jurídicos e dificilmente poderiam ser afastadas por vontade do soberano; tanto é, segundo o nosso atual regime, a posse de qualquer quantidade de quaisquer das drogas proscritas na Portaria 444 da Anvisa é criminalizada e isso só agrava o desespero das famílias, que são obrigadas a lidar com uma doença, um transtorno prognosticado em manuais e classificações internacionais de doenças, tais como o CID ou o DSM-IV, tal como se essa doença em realidade fosse um crime horrendo digno de neutralização e cárcere.

É certo que o legislador da Lei n. 11.343/2006 não deu atenção ao axioma de Grande Sertão: Veredas, em minha humilde opinião, o mais fabuloso romance do século XX, em que João Guimarães Rosa nos adverte: “Carece de ter coragem⁷²”, isso porque é evidente que lhe

⁷² GUIMARÃES ROSA, João. Grande Sertão: Veredas. Jargão que se repete ao longo do romance.

faltou coragem, uma vez que a descriminalização era medida que se impunha, mas a isso preferiu-se manter a criminalização, apenas abrandando a pena, a fim de que essa se torna-se simbólica, advertindo e infligindo angústias nos corações de milhões de brasileiros, cuja liberdade e autonomia privada lhes são vedadas; dispor sobre si é vedado a essas pessoas.

Sob outra perspectiva, assiste-se a uma contraditória e inacreditável cruzada capitaneada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Cidadania Osmar Terra contra o canabidiol. Ora, que saúde pública é essa que atenta contra a própria saúde pública?

O canabidiol é extraído do cânhamo. O cânhamo é um dos nomes que se dá a maconha – inclusive, ressalta-se que maconha é um anagrama de cânhamo. A despeito das evidências científicas⁷³ de que o canabidiol é remédio altamente eficaz contra diversos problemas, tais como a epilepsia, bem como das constatações empíricas de milhares de pais e mães, insiste-se na demonização da substância tão somente em razão de ser derivada da maconha

A ignorância e o preconceito com a substância são grandes. Ressalta-se, aliás, a cargo de breve explicação, que os dois principais princípios ativos da maconha são o canabidiol, chamado CBD, e o THC, tetrahidrocanabinol, sendo que a substância responsável por, em palavras rudes, “deixar doidão” é essa segunda substância. Isso é, está-se travando uma guerra contra o canabidiol, refugado a todo custo pelo Ministério da Cidadania, que está atualmente digladiando contra a Anvisa, órgão o qual tem demonstrado ter convicção e coragem acerca do tema, e que gozando do poder delegado pelo poder legislativo está incumbido de dar os primeiros passos rumo a liberação da utilização da maconha para fins medicinais; tão grave é a investida do Ministério, que o Senhor Osmar Terra pronuncia-se reiterada e exaustivamente contra a possibilidade do uso medicinal da maconha, confundindo, sempre, fins medicinais e fins recreativos. Nesse aspecto, não se está advogando a favor do uso recreativo da maconha, tão menos seria papel da Anvisa fazê-lo; nesse caso está-se, em realidade, abrindo a possibilidade de crianças doentes, cujos tratamentos convencionais não hão demonstrado efeito significativo, de tentar – e aparentemente, ao menos, em diversos casos, conseguir – uma solução para problemas terríveis de saúde. Todavia algumas autoridades não são capazes de diferenciar uma coisa da outra.

Ainda nessa esteira, do uso medicinal de drogas que são, hoje, ilícitas, é evidente que há uma série de possibilidades de tratamentos alternativos que envolvem uso de drogas, sobretudo drogas enteógenas ou alucinógenas, ressaltando, por exemplo, um renascimento científico para essas substâncias; veja-se:

⁷³ Vide, por exemplo, a tese de mestrado de José António Curral. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4828/1/PPG_20204.pdf, acesso 25.08.2019.

Numa conferência sobre substâncias psicodélicas como a Breaking Convention, encerrada no domingo (18) em Londres, encontra-se de tudo. Inclusive o inesperado: uma ligação entre alzheimer e ayahuasca, ou mesmo quem se disponha a dar a beberagem para palestinos e israelenses se entenderem.

Psicodélicos são compostos, como LSD, psilocibina e ibogaína, capazes de induzir estados alterados de consciência. Apesar de classificados como drogas, passam no presente por um renascimento científico, por seu potencial como terapia para diversas condições, da depressão à dependência química.

Uma das novidades do congresso foi apresentada por Ben Sessa, do Imperial College (Reino Unido). Ele trabalha no recém-criado Centro para Pesquisa Psicodélica da instituição, dirigido por Robin Carhart-Harris.

Sessa coordena um estudo sobre segurança do uso de MDMA (principal componente do ecstasy) no tratamento da dependência de álcool. O resultado preliminar saiu em março no periódico British Medical Journal.

A pesquisa com 11 pacientes mostrou que a terapia é segura, seu objetivo específico. Mas também que, nove meses depois, a maioria dos participantes se recuperou da dependência. Foram oito semanas de psicoterapia, com duas doses de MDMA, na terceira e na sexta semana.

Só um paciente teve recaída completa, voltando ao nível original de consumo. Os outros ou estão abstinidos ou bebem quantidades que não mais os qualificariam como dependentes. Na Inglaterra, 8 em 10 que enfrentam outros tratamentos acabam voltando ao álcool.⁷⁴

Ora, se a saúde pública é, pois, um bem tão importante e caro ao Direito Penal e à sociedade, não deveriam tais estudos e possibilidades serem levados em consideração? Ou seria na realidade o Direito e as autoridades absolutamente negligentes e indiferentes à saúde pública, vociferando tal bem jurídico apenas a nível retórico, ao passo em que desprezam a vida das pessoas e sobretudo dos doentes? Queda-se a reflexão.

1.3.3 Internação Compulsória?

1.3.3.1 Irrestrita?

O Pnad, Política Nacional de Drogas, foi drasticamente alterado neste ano por meio do Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019⁷⁵.

Das disposições do plano que mais chamam a atenção está agora a possibilidade de que qualquer autoridade administrativa proceda à internação compulsória do dependente de drogas, o que, num primeiro momento soa excessivamente arbitrário, pois que a determinação da internação não cabe mais apenas a família do apenado, mas a praticamente qualquer funcionário público, investido de algum poder acerca do assunto.

⁷⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2019/08/alcoolismo-e-alzheimer-entram-na-mira-dos-tratamentos-psicodelicos.shtml>, acesso em 15.11.2019.

⁷⁵ Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137357/dole-2019-04-11-decreto-n-9-761-de-11-de-abril-de-2019-71137316, acesso em 15.11.2019.

Ao se analisar o plano, este chega a ser cômico e irônico quando propõe, por exemplo, que dentre os pressupostos figura-se: “(...) 2.5. Tratar sem discriminação as pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas.” Será mesmo que existe um tratamento equitativo? E na realidade, consoante as palavras destacadas, semanticamente queda-se confuso o que se quer dizer com tal ponto: tratar-se-ia sem discriminação os usuários dos dependentes? Ou os usuários e dependentes de drogas lícitas dos usuários e dependentes de drogas ilícitas? Com efeito, ambas as proposições são igualmente absurdas e desconexas à realidade. Como pode se falar em tratamento igual quando uma conduta é criminalizada (drogas ilícitas) e a outra não (drogas lícitas)?

Outrossim, verifica-se uma obsessão com a questão da abstinência, em detrimento da política de redução de danos, o que parece bastante equivocado, uma vez que a abstinência, sobretudo forçada, não se configura como a melhor política de saúde pública, estando associada a números altíssimos de recaída no uso das drogas.

Observa-se, por exemplo, como um dos objetivos do plano: “(...) 3.18. Promover a estratégia de **busca de abstinência** de drogas lícitas e ilícitas como um dos fatores de redução dos problemas sociais, econômicos e de saúde decorrentes do uso, do uso indevido e da dependência das drogas lícitas e ilícitas.” Ressalta-se que no plano aparecem por 7 vezes a palavra abstinência, fora outras palavras sinônimas ou de mesmo sentido, como “abstinentes”.

Noutro trecho, “(...) 4.1.3. As ações preventivas devem ser pautadas **em princípios éticos e de pluralidade cultural**, orientadas para a promoção de valores voltados à saúde física, mental e social, individual e coletiva, ao bem-estar, à integração socioeconômica, à formação e fortalecimento de vínculos familiares, sociais e interpessoais, à promoção de habilidades sociais e para a vida, da espiritualidade, à valorização das relações familiares e à promoção dos fatores de proteção ao uso do tabaco e seus derivados, do álcool e de outras drogas, considerados os diferentes modelos, em uma **visão holística do ser humano**, com vistas à **promoção e à manutenção da abstinência**.”

É no mínimo hilária a menção à visão holística do ser humano ao mesmo tempo em que se despreza completamente uma visão de mundo que não a propugnada no plano, bem como se revela um descaso absoluto com a figura do usuário enquanto indivíduo dotado de capacidade intelectual.

1.3.3.2 Neutralização?

Na esteira das teorias funcionalistas, em especial, no tocante ao funcionalismo sistêmico, de Günther Jakobs, esclarece acerca de sua teoria o Professor Paulo César Busato:

Jakobs aponta como sua teoria de base, da teoria dos sistemas, cujo principal artífice no âmbito das ciências sociais foi Niklas Luhmann. Em realidade, a teoria dos sistemas tem origem no âmbito das ciências naturais, mais precisamente nos trabalhos de Humberto Maturana e Francisco Varela. Esses autores, estudando a organização do vivo, o identificam como sistema autopoietico. Um sistema autopoietico produz continuamente a si mesmo, através de interações (inputs e outputs) com o seu meio, procurando a preservação de sua congruência interna, em permanente busca de estabilidade. A teoria dos sistemas foi daí transportada para as ciências sociais por Luhmann, para quem toda a sociedade igualmente está organizada em sistemas e subsistemas autopoieticos, ou seja, sistemas fechados e autorreferentes. O sistema jurídico, por exemplo, é um subsistema do sistema social global. **Aqui, já não importa se o sistema jurídico produz ou não resultado justo, mas sim que funcione, preservando sua identidade – que é constituída de normas – e reduzindo a complexidade das relações sociais.**⁷⁶ (grifo meu).

Destarte, consoante tal teoria, verifica-se que a transgressão da norma se caracteriza enquanto *output*, reivindicando a aplicação de uma sanção normalizadora. O que assusta ademais é que não seria de se estranhar que o mesmo Jakobs legitima a existência do transgressor enquanto inimigo, contra o qual se impõe a correção ou em sua mais violenta medida, a neutralização de fato. Nas formulações de Jakobs, estaria o Estado incumbido de combater o dito terrorismo, em sua hermética e enigmática acepção; todavia não seria extremamente perigoso arbitrar ao Estado o direito de escolher seus inimigos? Aqui cabendo inclusive um ligeiro contra, por exemplo, à Lei antiterrorismo de 2013, suscetível a ser utilizada contra o ex-cidadão convertido em inimigo. E também não seria inescapavelmente vão o significado de terrorismo?

No caso da América Latina, especialmente do Brasil, considerando que os terroristas são os próprios civis marginalizados e cooptados pelo Drogonegócio, essa entidade transnacional, estão visivelmente na mira da neutralização, bem como qualquer comportamento que desvie do padrão, por isso, o sistema proposto por Jakobs se configura enquanto um sistema ingenuamente axiológico, em uma sociedade constituída por multivalores tão dessemelhantes e diversos quanto são as formas das nuvens no céu. Se acaso Jakobs fosse brasileiro, quiçá teria ficado mais claro a ele o perigo de tais postulações cujas tendências nitidamente autoritárias⁷⁷.

Em contraponto, marginalmente Zaffaroni postula quase que o absoluto oposto, em consonância com a urgência da sabedoria jurídico-penal, por outro lado:

⁷⁶ BUSATO, Paulo César. Direito Penal: Parte Geral, 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2015. p. 242-243.

⁷⁷ IDEM, Ibidem, p. 243-245.

Neste sentido, a proposta de Jakobs não deve causar tanto escândalo, mas sim toda a tradição doutrinária penal que legitima a exclusão dos estranhos da pena e sua eliminação ou neutralização por serem perigosos.

[...] O Estado de direito concreto de Jakobs, deste modo, torna-se inviável, porque seu soberano, invocando a necessidade e a emergência, pode suspendê-lo e designar como inimigo quem considerar oportuno, na extensão que lhe permitir o espaço de poder que dispõe.

Ou seja, verifica-se um grave problema jurídico na teoria de Jakobs, mostrando-nos, novamente, como o Direito, por meio de seus mecanismos e doutrinadores, é capaz de, percebendo-se disso ou não, legitimar a barbárie e a neutralização de pessoas, tal como já nos é corriqueiro; disso, é tão acertada a crítica de Zaffaroni.

Nessa toada, leciona Francisco Muñoz Conde:

Pero hay otro grupo de delitos que también preocupan especialmente a las sociedades modernas, no sólo por su gravedad intrínseca, sino también porque igualmente son cometidos por personas que no acaban de integrarse en el sistema de valores y patrones de conducta vigentes en las mismas. Es a estos delitos a los que principalmente se refiere JAKOBS cuando habla del ‘derecho penal del enemigo’. El tráfico de drogas, el terrorismo y el fantasma de la criminalidad organizada han sido los problemas que han dado y están dando lugar a un Derecho penal excepcional que bien podría calificarse como ‘Derecho penal del enemigo’. Son estos delitos y sus autores la principal preocupación de los gobiernos actuales, que proceden de la forma más dura y eficaz posible para combatirlos, incluso más allá de los parámetros admisibles en el Estado de Derecho.⁷⁸

No contexto da saúde pública, a sua vez, consigna-se justamente o ímpeto de neutralização por parte dos governantes do nosso presente *status quo*, sobretudo em tempos em que se figuram máximas tais como «que as minorias devem se curvar perante as maiorias», dentre outras legitimações e incitações à barbárie e ao extermínio legal. Tratando-se dos usuários de drogas, fica bastante claro que as atuais políticas de saúde pública pouco se importam com a regeneração do dependente químico, não raras vezes renegando-lhe a condição de cidadão.

É sabido que, consoante o atual sistema, uma vez que o usuário de drogas é formalmente um criminoso, ainda que seja de sua vontade buscar ajuda, periga que ao recorrer ao Sistema Único de Saúde termine a noite na delegacia. Basta imaginar a situação de alguém que recorra ao SUS em razão de uma eventual overdose; é presumível o medo e a desconfiança por parte do usuário em ir atrás de ajuda, portanto, que política de saúde pública é essa, cuja estratégia sanitária é afugentar de si os doentes?

⁷⁸ MUÑOZ CONDE, Francisco. De nuevo sobre el Derecho Penal del Enemigo. 2ª ed. Buenos Aires: Hammurabi, 2008. p.51.

2 DIATRIBE SEGUNDA: CONTRA A NECROPOLÍTICA DE NEUTRALIZAÇÃO E EXTERMÍNIO DOS JOVENS VENDEDORES DE DROGAS NO BRASIL

2.1 DO CRITÉRIO SUBJETIVO DE DIFERENCIAÇÃO ENTRE USUÁRIO E TRAFICANTE: O GATO DE SCHRÖDINGER

Schrödinger foi um químico alemão responsável por elaborar a chamada teoria do gato de Schrödinger, elaborada em 1935. É um dos cientistas mais importantes da história da humanidade.

Schrödinger desenvolveu sua teoria ao estudar a superposição quântica. Propôs que se coloque um gato dentro de uma caixa, tampe-a, e a coloque dentro de uma sala onde será espargido veneno. Não sendo possível absolutamente saber se o gato, dentro da caixa no interior da sala onde se espargiu veneno, está morto ou está vivo, toma-se por conclusão que o gato está simultaneamente morto e vivo. Portanto, em analogia, se não é possível saber se o agente é usuário ou traficante, o agente é simultaneamente usuário e traficante.

Isso fica claro quando da análise do §2º do artigo 28; *in verbis*:

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

[...]

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.⁷⁹

Verifica-se que, na realidade, ao estabelecer o critério estabelecido nesse parágrafo, isso é, um critério absolutamente subjetivo, em que se deve se ater à natureza ou quantidade da substância, local, condições da ação, circunstâncias sociais e pessoais – talvez esse seja o critério mais grotesco, com tendência manifestamente neutralizadora e classista –, bem como à conduta e aos antecedentes do agente, criou-se verdadeiro regime de exceção, em que, em realidade, sabe-se muito bem que objetivos escusos existem por detrás de tal parágrafo. Uma vez que a pena do consumo pessoal é drasticamente inferior a do crime de tráfico, espanta, e muito espanta, a naturalidade com que o Direito reconhece a legalidade de uma disposição tão tênue e limítrofe. Haja vista a diversidade do tratamento conferido ao usuário em relação ao

⁷⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm, acesso em 15.11.2019.

traficante, reduzindo-os, respectivamente, a “doente deplorável” e “demônio maligno”, são translúcidos os escusos motivos de tal critério subjetivo.

Como não bastasse, depreende-se que o artigo 33 da Lei nº 11.343/2006, relativo ao tráfico de drogas, possui em seu *caput* 18 verbos-núcleo, quais sejam, “Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, **ainda que gratuitamente**, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar”, abarcando, desta feita, praticamente qualquer conduta que se poderia enquadrar como consumo pessoal, salientando-se que, inclusive, a caracterização do tráfico de drogas prescinde da ideia de venda, posto que o *caput* assegura que o tráfico pode existir ainda que a conduta seja praticada gratuitamente, o que confunde ainda mais a definição do que, afinal, é um usuário e o que seria um traficante.

Tão curioso, aliás, é que dentre os cinco verbos-núcleo presentes no artigo 28 da lei, todos estão presentes no artigo 33, confirmando o que aqui se propõe: que o artigo 28 caracteriza-se por ser uma zona cinzenta, passível de, a qualquer momento, metamorfosear-se em artigo 33, enquadrando o agente como traficante. E sendo o critério subjetivo de diferenciação das condutas, literalmente o agente vai ser tomado por traficante se abarcar o estereótipo “do que se espera que seja um traficante.”

Criou-se uma situação em que os delitos relacionados a drogas, seja consumo pessoal, seja tráfico de entorpecentes, são institutos excessivamente fluídos, com nenhuma estabilidade, ficando a cargo do sadismo ou inocência da autoridade policial e judiciária determinar a neutralização ou não do indivíduo por meio de sua irretornável inserção no sistema penitenciário – dadas as taxas de reincidência, que podem, segundo alguns levantamentos, chegar ao índice de 70%, tantas vezes é esse o definitivo caminho sem volta.

Portanto, seria inteligente, em contra-ataque à delinquência, preocupar-se mera e tão somente em meter o agente criminoso numa jaula, se possível por muito tempo, a fim de evitar a criminalidade? Ou seria justamente esse o motor do ódio e da vaidade, responsável por perpetrar por tempo indeterminado nossas ânsias sociais e recrudescer a criminalidade e as organizações criminosas ao passo em que o sistema distribui a varejo jovens vendedores de drogas para empresas paraestatais tais como o PCC ou CV?

A atual forma de lidar com os fatos, a priori, não se evidencia das mais inteligentes. E como verificamos, tudo isso se dá sob a égide de uma legislação esquizofrênica, que não foi capaz de definir, objetivamente, o que é tráfico e o que é consumo pessoal, gerando esse estado

de transe enfadonho, o qual comporta a máxima violência que aguentemos e o sofrimento de milhares de gerações de pessoas pobres, periféricas e sem esperanças.

A ausência de critério objetivo de diferenciação de condutas é altamente responsável por encarcerar indivíduos, sobretudo jovens, que detêm consigo pequena quantidade de droga, todavia que tem “cara de traficante”. Isso mesmo. O flagrante delito se dá, é certo, com base nesse terrivelmente subjetivo e preconceituoso critério: “da cara de traficante”; senão consoante a diferenciação entre o belo e o feio: em que o feio é invariavelmente o jovem vendedor de droga negro e pobre, sem perspectivas ou esperanças.

Acerca da recorrente possibilidade iminente de conversão de consumo pessoal em tráfico, mediante o, aqui chamemos, efeito gato de Schrödinger, convém refletir a respeito de uma letra de uma canção de rap, *in casu*, letra da canção Neblina, do álbum Ruas Vazias, do Músico carioca Shawlin, dando palavra, desse modo, a um representante daqueles que de fato sofrem tal violência por parte do poder de polícia estatal, estando suscetíveis, ademais, a diversas arbitrariedades; confira-se:

Onde, tem oportunidade os vermes já tão na trilha
 16 vira um 12⁸⁰, amigos viram quadrilha
 Sentiu cheiro na minha mão zoinho dele chega a brilhar
 O dinheiro faz outro homem apalpar minha virilha.
 Sempre a procura de tóxicos, por motivos lógicos
 Viciado é igual orelhão, cê sempre encontra um bem próximo
 E vai ser assim, eternos dias após o meu óbito
 É um hábito e um vício tirando a lei do seu propósito
 (...)
 De mansinho chega o golzinho, cheio de marra por fim
 Cara fechada e arma na mão, pra variar apontam pra mim
 Eles reprimem há 80 anos mas eu fumo mesmo assim
 (...)
 Se tu tiver sem o flagrante, te forjam
 Se tu tiver sem o dinheiro, tu roda
 Geral já tá ligado
 Porque é sempre a mesma história
 Eles fazem de tudo pra poder te atrasar
 Ao ponto de te agredir pra poder te achacar
 Te oprimem, te reprimem e não te deixam falar
 Faz certo virar errado, nem menos deixam você questionar
 Bater de frente não dá, portanto fiquem na ativa
 Já vi trabalhador virar chefe de quadrilha
 Uma ponta vira um quilo e um galo não paga propina
 (...)
 Não tenho nada a perder, mesmo assim ando grilado no risco
 De ser enquadrado por todos os cantos e lados
 Não tem herói nesse esquema mandado
 Ontem fui esculachado, eu que tava na minha
 Cidadão tá revoltado, é assim que o povo caminha
 Mas são eles que perdem a linha

⁸⁰ Nota: Referência à antiga lei de drogas.

(...)

Seu moço, diga-me, fale como que é
Os canas roubam os outros e falam que é o do café
Seu moço, então te digo te falo como que é
Essa lei que eles impõem não exercito na minha fé

Destaca-se, aliás, que, na letra mencionada acima, há uma referência aos artigos 12 e 16, ambos da Lei nº 6.368/76, que são artigos análogos ao 28 e 33 da atual Lei de Drogas, o que sugere que se trata de um problema de há tempos, que transcende a atual legislação, mas que também se reflete nela, problema o qual não foi corrigido pelo advento de uma nova lei de drogas, em 2006, e que, pelo contrário, manteve estáveis os mesmos problemas de outrora.

É evidente que ao estabelecer o critério subjetivo de diferenciação de condutas, está se jogando o destino de uma pessoa nas mãos de uma autoridade cuja vivência completamente distinta. Ou seja, uma autoridade com visão de mundo completamente distinta do agente será responsável por decidir seu futuro, interpretar zonas cinzentas, isso em um país cuja polícia e o poder judiciário têm tendências nitidamente punitivas.

2.2 DO INIMIGO

2.2.1 Dilema do Cárcere

Percebe-se que o que foi chamado de “efeito gato de Schrödinger” é um dos principais mecanismos da lei legitimadores do cárcere de pessoas cuja culpa não é certa. Ao analisar o referido efeito, percebe-se que em múltiplos casos, senão em todos, haverá uma dificuldade clara em se diferenciar a figura do usuário da do traficante. Todavia isso não implica automaticamente na aplicação do princípio *in dubio pro reo*, segundo o qual, na dúvida, absolve-se o agente. Empiricamente, constata-se que, na *praxis* jurídica, tantas vezes ocorre o oposto, e, na dúvida, condena-se o réu.

Assim, verifica-se, em curso, o extermínio e aprisionamento sistemáticos de representativos estratos da sociedade, mormente, claro, aqueles mais vulneráveis. Há, aliás, uma estranha predileção do Sistema Penal pelo extermínio e aprisionamento de jovens cujo ser periférico.

Há que se remontar, uma vez mais, ao conceito de inimigo. O Estado confunde seus inimigos. Os jovens periféricos do país não são os inimigos do Estado, a não ser que se queira criar inimigos. E se cria. Reputa-se as crias enquanto inimigos do Estado⁸¹.

As teorias do *labelling approach*, por exemplo, versam a respeito do etiquetamento, concentrando-se sobretudo no desvio secundário e no rótulo que paira sobre o criminoso. Esses conceitos dão conta de explicar como ocorre o processo de criminalização. Afastado o paradigma etiológico da criminalidade, a criminologia crítica volta-se para o processo de criminalização. Em palavras simples, verifica-se que a partir do momento em que um rótulo é atribuído a um agente, sendo reconhecido por este, a pessoa tende a naturalizar aquilo dentro de si. Portanto, se as instituições e a sociedade atribuírem o estigma de criminoso a uma determinada pessoa, a tendência é que essa naturalize tal rótulo até tomá-lo por verdade. Processo semelhante ocorre nas escolas, quando o mau aluno toma para si o rótulo de mau aluno, acreditando não ser bom o suficiente, acreditando não ser inteligente, por exemplo. Nas palavras de Alessandro Baratta, um dos expoentes da criminologia crítica:

Na perspectiva da criminologia crítica a criminalidade não é mais uma qualidade ontológica de determinados comportamentos e de determinados indivíduos, mas se revela, principalmente, como um *status* atribuído a determinados indivíduos, mediante uma dupla seleção: em primeiro lugar, a seleção dos bens protegidos penalmente, e dos comportamentos ofensivos destes bens descritos nos tipos penais; em segundo lugar, a seleção dos indivíduos estigmatizados entre todos os indivíduos que realizam infrações a normas penalmente sancionadas. A criminalidade é – segundo uma interessante perspectiva já indicada nas páginas anteriores – um bem negativo, distribuído desigualmente conforme a hierarquia dos interesses fixada no sistema sócio-econômico e conforme a desigualdade social entre os indivíduos.⁸²

Ou seja, o paradigma de um criminoso que o seria ontologicamente, o que se aproxima da ideia de criminalidade inata, propugnada pelas primeiras gerações de criminólogos, perde espaço com as teorias do *labelling approach* e com o advento da criminologia crítica, que se debruça efetivamente sobre o processo de criminalização, o processo responsável por rotular o criminoso como tal, inculcando-lhe em seu interior essa autoimagem; complementa Baratta que:

O momento crítico atinge a maturação na criminologia quando o enfoque macro-sociológico se desloca do comportamento desviante para os mecanismos de controle social dele e, em particular, para o processo de criminalização. O direito penal não é considerado, nesta crítica, somente como sistema estático de normas, mas como sistema dinâmico de funções no qual se podem distinguir três mecanismos analisáveis separadamente: o mecanismo da produção das normas (criminalização primária), o

⁸¹ Crias são, em suma, as crianças e adolescentes, geralmente moradores da região em que ocorre o tráfico de entorpecentes, as quais são cooptadas para fazer parte do movimento.

⁸² BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal*. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 3ª edição. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002. p. 161.

mecanismo da aplicação das normas, isto é, o processo penal, compreendendo a ação dos órgãos de investigação e culminando com o juízo (criminalização secundária.), e, enfim, o mecanismo da execução da pena ou das medidas de segurança.⁸³

Salienta-se das palavras de Alessandro Baratta o que ele chama de sistema dinâmico de funções. Ao se reconhecer o sistema enquanto dinâmico, não mais estático e passivo, verifica-se que há um papel principal do Estado no processo de criminalização e, por conseguinte, num não exaurimento da criminalidade, uma vez que, efetivamente, ao promover o cárcere a tendência é de perpetuá-lo, culminando em taxas de reincidência altíssimas, colocando em xeque, mais uma vez, os tais fins da pena, visto que ao afirmar o indivíduo enquanto criminoso, a tendência é que esse se reconheça e se assuma enquanto tal, distanciando-se do ideal de ressocialização do criminoso.

No artigo “PCC, Sistema Prisional e a Gestão do Novo Mundo do Crime no Brasil”, de autoria de Camila Nunes Dias e Bruno Paes Manso, acerca da criação do inimigo, constata-se nesse mesmo sentido que:

A figura do “bandido”, portadora de “outro tipo de humanidade”, “cuja morte ou desaparecimento é festejado”, se consolidou como o inimigo principal a ser controlado e isolado a qualquer custo. O bandido foi identificado a partir de estigmas relacionados a gênero, idade, raça, classe social e território da cidade: jovens não brancos moradores das periferias da cidade.

[...] As ações e políticas de segurança pública, a partir do momento que assumem a condição de agentes da guerra ao crime, em vez de reestabelecer a ordem perdida, reforçam o processo de acumulação social da violência e de sujeição criminal. O sujeito criminal não revolucionário que emerge desse processo, na condição de inimigo número um, é levado a assumir esse estigma e articular suas ações e estratégias no sentido de sobreviver à guerra da qual faz parte.⁸⁴

Certo é que o mundo é uma tristeza e uma desgraça. Também certo é que o mundo é uma floresta ou um bioma impossível. Mas se o mundo é, realmente, outra coisa para além disso, o jurista, o estudante do direito, sobretudo do direito penal ou processo penal e demais matérias adjuntas, precisa se ater, necessária e inarredavelmente, ao que é de mais grosseiro e *in natura* do ser humano; isso é, volve-se à própria natureza do ser e ao se analisar essa se verifica o que há de mais frágil e, por vezes, animalesco do cerne humano.

⁸³ IBIDEM.

⁸⁴ DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno Paes. PCC, Sistema Prisional e Gestão do Novo Mundo do Crime no Brasil. Rev. bras. segur. pública. São Paulo v. 11, n. 2, 10-29, Ago/Set 2017. p. 13. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/854/259>, acesso em 15.11.2019.

Franco é dizer que o direito penal é claramente uma espécie de carrasco e de maneira nenhuma outra é encarado por parte dos próprios detentos, por parte dos próprios transgressores das normas penais, por parte dos próprios cidadãos.

Todos que já visitaram uma penitenciária sabem disso, dentro do presídio o Estado se personifica nas figuras do carcerário e funcionários da penitenciária, cujo maior chefe, o Diretor do Presídio. Poder-se-ia, ainda, supor que, de modo até natural e esperado, o clima entre os carcereiros e os detentos é semelhante à uma brincadeira infantil de polícia-ladrão, talvez necessária. Fato é que tudo é truculento. Está a se falar de uma guerra onipresente. Que transcende as ruas. Está para além do policiamento ostensivo. Vai para mais que as rebeliões nos presídios. Os carcereiros até se riem ao comentar que foram colocados, por diversas vezes, enquanto reféns por “algum ladrão” rebelionado. É tudo tão violento e corrente que é encarado com naturalidade pelo dia-a-dia dos funcionários estatais incumbidos por esse tão bom andamento dos presídios. Mas, certamente, a culpa não recai por sobre tais funcionários. Ao menos, não tão apenas sobre eles.

Por acaso, é verossimilhante ao que se teria por um presídio brasileiro. Noutra vértice, por exemplo, contrapõe-se ao seguinte trecho do livro de Drauzio Varella.

OS FUNCIONÁRIOS No início, fiquei com a impressão de que os funcionários não confiavam em mim. Depois, tive certeza. Eram arredios, mais tarde me contaram, por acharem que eu estaria ligado **às associações de defesa dos direitos humanos ou teria interesses políticos**. Nos primeiros anos, desconfiados o Waldemar Gonçalves, que virou amigo íntimo, mais uns dois ou três, os restantes mudavam de assunto à minha chegada. Se, por curiosidade, eu fazia uma pergunta sobre a mais corriqueira ocorrência, davam respostas evasivas. Depois de uma palestra no cinema do pavilhão Seis, cruzei com um rapaz ensangüentado a caminho da enfermaria e perguntei ao funcionário que o escoltava o que havia acontecido: – Despencou uma telha na cabeça dele. Outra vez, encontrei uma confusão na Divinéia. Gente que entrava e saía da sala de Revista, lotada; ânimos exaltados. Certamente tinham flagrado alguém com algo proibido. Quando perguntei o que se passava a um senhor baixinho que guardava o portão de acesso à Divinéia (onde anos depois encontrou a morte, prensado por um caminhão de lixo numa tentativa cinematográfica de fuga), ele respondeu sério: – Um colega se sentiu mal com o calor. **A desconfiança não tinha motivação pessoal. Nada que eu tivesse feito ou dito poderia justificá-la. Na verdade, guardas de presídio não gostam de pessoas estranhas no ambiente de trabalho.** A realidade é desconcertante numa prisão, o que parece certo muitas vezes está errado, e aparentes absurdos encontram lógica em função das circunstâncias. O visitante, ingênuo, tira conclusões precipitadas e pode fazer comentários indiscretos que eventualmente **cheguem aos ouvidos da Corregedoria, encarregada de investigar abusos de autoridade, ou à redação dos jornais. Os militantes das associações de defesa dos direitos humanos e da Pastoral carcerária da Igreja Católica de um modo geral são malvistas.** Os funcionários dizem que eles só estão interessados nos **direitos dos bandidos**. – Doutor, nesse tempo, o senhor já perdeu a conta de quantos colegas nossos foram agüentados em ponta de faca. Não tem humilhação pior para um pai de família. Só quem passou por isso pode contar. Alguma vez o senhor viu chegar alguém dos direitos humanos ou esses padres da Pastoral pra dar apoio ao funcionário? Respondi que, de fato, nunca tinha visto. Ele prosseguiu: – Um homem que não fazia

mal para uma mosca, como o seu Joãozinho, morreu esmagado pelo caminhão de lixo no portão da Divinéia, naquela tentativa de fuga. Pergunta se alguém veio dizer uma palavra de conforto para a viúva? **Agora, vai dar um tapa num ordinário sem-vergonha qualquer para ver o processo que eles armam para a gente!**⁸⁵.

Nessa toada, não se revela alguma responsabilidade objetiva e até mesmo subjetiva do Estado? Não é possível que o Estado, enquanto um ente soberano e máximo, não tenha noção nenhuma do que ocorre nas penitenciárias do país. Está muito claro que o Estado está perdendo a guerra. É sabido que o controle dos presídios estaduais, que são praticamente o todo, vez que são poucos os presídios federais no país, considerados de estrutura mais convincente, é sabido que o controle sobre esses presídios já não pertence ao Estado, e em condições de superlotação tão menos, é sabido que impera, dentro dos presídios, o desmando das facções criminosas; é essa a realidade em vasta parte dos presídios do país. Vejamos:

Pouco a pouco a gestão das prisões foi sendo compartilhada entre administração prisional (cuja gestão é feita dos pavilhões para fora) e os presos vinculados às facções (cuja gestão é feita do pavilhão para dentro), numa espécie de “privatização” disfarçada da gestão penitenciária (DIAS; BRITO, 2017). Nesse processo o controle social que se estabelece dentro dos raios e das celas é imposto pelos próprios presos, havendo pouca ou nenhuma intervenção da administração estatal.⁸⁶

Ou seja, verifica-se uma perda de controle do Estado sobre dependências do próprio ente, favorecendo a criação de uma realidade à parte dentro dos presídios que é capitaneada pelos próprios presos, dada a incapacidade do Estado de se impor nesses lugares. Assim, como vencerão as tão temidas facções criminosas? Todos sabemos que não será encarcerando – e desse modo garantindo abundante mão de obra de jovens mal fadados à vida errante e extralegal, que servirão aos interesses faccionários. Sabe-se que a origem da maior facção criminosa do país tem origem no Massacre do Carandiru⁸⁷, ou seja, de uma ação evidentemente extralegal. Sabe-se que o pretexto da criação e fortalecimento desses clãs se dá principalmente como ações refratárias a ilegalidade do estado, conforme nos ensina Camila Nunes Dias e Bruno Paes Manso.

⁸⁵ VARELLA, Drauzio. Estação Carandiru. São Paulo: Cia das Letras, 1999. p. 105-106.

⁸⁶ DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno Paes. PCC, Sistema Prisional e Gestão do Novo Mundo do Crime no Brasil. Rev. bras. segur. pública. São Paulo v. 11, n. 2, 10-29, Ago/Set 2017. p. 15.

⁸⁷ DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno Paes. PCC, Sistema Prisional e Gestão do Novo Mundo do Crime no Brasil. Rev. bras. segur. pública. São Paulo v. 11, n. 2, 10-29, Ago/Set 2017. p. 12-13. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/854/259>>, acesso em 15.11.2019.

Desde que surgiu, em agosto de 1993, o Primeiro Comando da Capital (PCC) vem desafiando as autoridades de segurança pública e pesquisadores do tema sobre as causas de seu nascimento, de seu fortalecimento e o papel que exerce no mundo do crime e na sociedade em geral. Nos primeiros anos, a própria existência da facção foi negada insistentemente pelos governantes paulistas, que acusavam a imprensa de inventar e/ou exagerar aquilo que publicavam sobre a organização, numa postura refratária que se manteve mesmo depois da megarrebelião de 2001 e dos ataques a autoridades de segurança, em 2006 (ADORNO; SALLA, 2007) e em 2012 (DIAS et. alli. 2015). Foi depois de anos seguidos de debates interditados e marginais que o ano de 2017 chegou, desafiando autoridades e pesquisadores a compreender o que estava acontecendo. Durante as décadas de 1990 e 2000 assistiu-se a um processo de espraiamento do PCC dentro do sistema prisional de São Paulo e para fora das prisões (DIAS, 2013). Esse processo foi permitindo o estabelecimento de uma conexão entre a prisão e o “mundo do crime” (FELTRAN, 2010a) de uma forma articulada que jamais havia sido vista anteriormente. As rebeliões em presídios no Norte e no Nordeste do Brasil, em janeiro de 2017, produziram mais de 160 mortos e evidenciou uma nova configuração de redes criminais no Brasil, articuladas pelo mercado de drogas e organizadas por facções regionais formadas dentro dos presídios, com graus diferentes de rivalidade e articulações, em relações que podem transpor as fronteiras estaduais e até as nacionais. O massacre nos presídios foi apenas uma das consequências mais visíveis das articulações e da movimentação que vêm se desenrolando no Brasil desde o começo dos anos 2000 e que levanta novas perguntas na já acalorada discussão sobre o mundo do crime.⁸⁸

Consigna-se, desse modo, que os atuais patamares de violência no país hoje, que alcançam segundo o Atlas da Violência de 2019 o número bruto de 65.602 assassinatos⁸⁹, e que apesar de uma atual aparente estabilidade, prosseguem sendo números assustadores e alarmantes. Sabe-se que São Paulo, contraditoriamente, apresenta baixos índices de homicídio nos dias atuais, contrastando-se aos 40 anos seguidos de aumento dessa taxa, verificados até 1999.⁹⁰ Especula-se que, por ironia, a queda dos índices esteja relacionada ao monopólio do PCC nas favelas do Estado de São Paulo.⁹¹ Atenta-se que a atual “pax monopolista” sucedeu décadas de violência em São Paulo, marcadas pela vingança entre jovens dos bairros periféricos, tendo promovido assim um “autoextermínio” de jovens, acelerado pela violência policial e de grupos paraestatais de extermínio, favorecendo as ideias de paz e união entre os bandidos,

⁸⁸ IDEM, Ibidem. p. 11.

⁸⁹ Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432, acesso em 15.11.2019.

⁹⁰ DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno Paes. PCC, Sistema Prisional e Gestão do Novo Mundo do Crime no Brasil. Rev. bras. segur. pública. São Paulo v. 11, n. 2, 10-29, Ago/Set 2017. p. 14. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/854/259>, acesso em 15.11.2019.

⁹¹ BIDERMAN, CIRO; SERGIO DE LIMA, Renato; PINHO DE MELLO, João Manoel; SCHNEIDER, Alexandre. Pax Monopolista and crime: The case of the Emergence of the Primeiro Comando da Capital in São Paulo. p. 13-14. Disponível em: <http://scioteca.caf.com/bitstream/handle/123456789/712/paxmonopolista-crime-primeirocomandodacapital-saopaulo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, acesso em 15.11.2019.

engendrando uma espécie de “sindicato do crime”.⁹² Assim, cria-se uma entidade autopoietica e narcisista e, uma vez que a sociedade renegou a essas pessoas outro papel que não o de criminoso, esses criminosos organizados passam a se concentrar na defesa e fortalecimento de si próprios, enquanto grupo.

A compreensão do processo de formação desse novo sujeito criminal não revolucionário, egoísta e indiferente ao destino dos outros é importante, uma vez que o PCC se apresenta como o representante dessa massa criminal que se defende da violência da ordem social vigente. O debate, contudo, não depende apenas do exame dos ideólogos e das instituições e indivíduos que disseminam e reproduzem essas ideias, mas também da formação dos novos mecanismos que permitem o controle dos comportamentos na esfera criminal e que são fundamentais para a consolidação da legitimidade da autoridade encarregada de punir e controlar desvios no crime. [sabe-se que as facções criminosas são entidades egocêntricas, e indiferentes ao destino dos outros (NUNES DIAS; MANSO).⁹³

Além disso, a partir do massacre do carandiru, vislumbra-se uma correlação entre o recrudescimento do policiamento ostensivo e das políticas repressivas de segurança pública de São Paulo e o fortalecimento da facção criminosa no estado, que se coloca como gestora dos interesses dos presos dentro das penitenciárias.⁹⁴ A intensificação do uso das forças repressoras, por sua vez, culminou em um aumento vertiginoso no número de presos, bem como se multiplicaram o número de unidades prisionais:

Em São Paulo, as 36 unidades e os 32 mil presos de 1993 se multiplicaram, formando atualmente um vasto universo com 168 unidades e mais de 220 mil pessoas, com quase o dobro de habitantes de sua capacidade – o déficit em agosto de 2016 era de 94 mil vagas. A melhoria da gestão de patrulhamento policial, o endurecimento da legislação e a postura punitiva do Ministério Público e do judiciário paulistas contribuíram para aumentar o montante de presos a passar pelo sistema. Uma política de segurança assentada no trabalho de policiamento ostensivo da PM, que prescinde de investigação e que aposta no flagrante como forma de permitir a entrada de pessoas no sistema de justiça criminal, circunscreve um segmento específico da população como clientela do sistema prisional: jovens pobres e negros (SINHORETTO; SILVESTRE; SCHLITTLER, 2014; DIAS, 2017).⁹⁵

Configurou-se, portanto, a partir do endurecimento dessas políticas repressoras, um direito penal pautado no flagrante delito, em detrimento do uso da inteligência investigativa para solução de crimes. Assim, reafirmou-se a predileção do sistema penal pela juventude periférica e negra.

⁹² DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno Paes. PCC, Sistema Prisional e Gestão do Novo Mundo do Crime no Brasil. Rev. bras. segur. pública. São Paulo v. 11, n. 2, 10-29, Ago/Set 2017. p. 14. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/854/259>>, acesso em 15.11.2019.

⁹³ IBIDEM.

⁹⁴ IDEM, Ibidem. p. 14-15.

⁹⁵ IDEM, Ibidem. p. 15.

Assim, essa juventude está sendo dia-a-dia, quando não exterminada, sendo neutralizada, submetida ao cárcere. E não seria a seguinte descrição compatível com o sentimento oriundo dos corações encarcerados?

A convicção de que a vida tem um objetivo está enraizada em cada fibra do homem; é uma característica da substância humana. Os homens livres dão a esse objetivo vários nomes, e muitos pensam e discutem quanto à sua natureza. Para nós, a questão é muito mais simples.

Hoje, e aqui, o nosso objetivo é aguentarmos até a primavera. No momento, não pensamos em outra coisa. Depois desse objetivo não há, por enquanto, outro. De manhã, quando, formados na Praça de Chamada, esperamos longamente pela hora de irmos ao trabalho, e cada sopro de vento penetra por baixo da roupa e corre em arrepios por nossos corpos indefesos, e tudo ao redor e de cor cinza, e nós também somos cinzentos; de manhã, quando ainda está escuro, todos esquadrihamos o céu ao nascente, à espera dos primeiros sinais da primavera, e cada dia comenta-se o levantar do sol – hoje um pouco antes do que ontem, hoje um pouco mais quente; em dois meses, num mês, o frio abrandará, teremos um inimigo a menos.

Hoje, pela primeira vez, o sol nasceu vivo e nítido por cima do horizonte de lama. É um sol polonês, frio, branco e longínquo, esquenta apenas a pele, mas, quando se libertou das últimas brumas, um sussurro correu pela nossa pálida multidão, e quando eu também senti sua tepidez através da roupa, compreendi como é que se pode adorar o sol⁹⁶.

Como se sabe, o trecho acima exposto foi retirado do livro “É Isto um Homem?”, de Primo Levi. Trata-se de uma descrição do campo de concentração nazista em que o autor estava encarcerado. Em muito reflete a realidade de uma penitenciária, ainda mais em se tratando do Estado do Paraná, em que o inverno é implacável e em que predominam sóis poloneses como os do trecho.

A descrição de Primo Levi muito me remete à música “Diário de um Detento⁹⁷”, do grupo paulistano de rap Racionais Mcs, que possui dentre seus integrantes o Poeta Pedro Paulo Soares Pereira, mais conhecido como Mano Brown, galardoado com o título de Cavaleiro da Cultura Brasileira. A letra faz referência à vida no Carandiru nas horas que precedem o massacre de 02 de outubro de 1992, sabendo-se que foi escrita originalmente por um detento que esteve, de fato, preso no Carandiru; vejamos:

São Paulo, dia 1º de outubro de 1992
8h da manhã

⁹⁶LEVI, Primo. *É Isto Um Homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 102-103.

⁹⁷ Como mencionado, tal música foi composta em parceria entre Mano Brown e um ex-detento, chamado Josemir Prado, o Jocenir. Originalmente escrita por este, foi redimensionada pelo poeta paulistano. Conforme se depreende do programa Ensaio, da TV Cultura, com os “Racionais Mcs”; disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v49hOpCIEpQ>, acesso em 15.11.2019.

Aqui estou, mais um dia
 Sob o olhar sanguinário do vigia
 Você não sabe como é caminhar
 Com a cabeça na mira de uma HK
 Metralhadora alemã ou de Israel
 Estraçalha ladrão que nem papel
 Na muralha, em pé
 Mais um cidadão José
 Servindo o Estado, um PM bom
 Passa fome, metido a Charles Bronson
 Ele sabe o que eu desejo, sabe o que eu penso
 O dia tá chuvoso, o clima tá tenso
 Vários tentaram fugir, eu também quero
 Mas de um a cem, a minha chance é zero
 Será que Deus ouviu minha oração?
 Será que o juiz aceitou a apelação?
 [...]
 Tirei um dia a menos ou um dia a mais?
 Sei lá, tanto faz, os dias são iguais
 Acendo um cigarro e vejo o dia passar
 Mato o tempo pra ele não me matar
 [...]
 Cada detento uma mãe, uma crença
 Cada crime uma sentença
 Cada sentença um motivo, uma história
 De lágrima, sangue, vidas inglórias
 Abandono, miséria, ódio, sofrimento
 Desprezo, desilusão, ação do tempo
 Misture bem essa química, pronto
 Eis um novo detento
 Lamentos no corredor, na cela, no pátio
 Ao redor do campo, em todos os cantos
 [...]
 Tic-tac, ainda é nove e quarenta
 O relógio na cadeia anda em câmera lenta
 Rá-tá-tá-tá, mais um metrô vai passar
 Com gente de bem, apressada, católica
 Lendo jornal, satisfeita, hipócrita
 Com raiva por dentro, a caminho do Centro
 Olhando pra cá, curiosos, é lógico
 Não, não é não, não é o zoológico
 Minha vida não tem tanto valor
 Quanto seu celular, seu computador
 Hoje, tá difícil, não saiu o sol
 Hoje não tem visita, não tem futebol
 Alguns companheiros têm a mente mais fraca
 Não suportam o tédio, arruma quiaca
 Graças a Deus e à Virgem Maria
 Faltam só um ano, três meses e uns dias
 Tem uma cela lá em cima fechada
 Desde terça-feira ninguém abre pra nada
 Só o cheiro de morte e Pinho Sol
 Um preso se enforcou com o lençol
 Qual que foi? Quem sabe? Não conta
 Ia tirar mais uns seis de ponta a ponta
 Nada deixa um homem mais doente
 Que o abandono dos parentes
 [...]
 Já ouviu falar de Lúcifer?
 Que veio do Inferno com moral um dia

No Carandiru, não, ele é só mais um
 Comendo rango azedo com pneumonia
 [...]

Ladrão sangue bom tem moral na quebrada
 Mas pro Estado é só um número, mais nada
 Nove pavilhões, sete mil homens
 Que custam trezentos reais por mês, cada
 [...]

Lealdade é o que todo preso tenta
 Conseguir a paz de forma violenta
 [...]

Traficantes, homicidas, estelionatários
 E uma maioria de moleque primário
 Era a brecha que o sistema queria
 Avise o IML, chegou o grande dia
 Depende do "sim" ou "não" de um só homem
 Que prefere ser neutro pelo telefone
 Ra-tá-tá-tá, caviar e champanhe
 Fleury foi almoçar, que se foda a minha mãe
 Cachorros assassinos, gás lacrimogêneo
 Quem mata mais ladrão ganha medalha de prêmio
 O ser humano é descartável no Brasil
 Como Modess usado ou Bombril
 Cadeia? Guarda o sistema não quis
 Esconde o que a novela não diz
 Ra-tá-tá-tá, sangue jorra como água
 Do ouvido, da boca e nariz
 "O Senhor é meu pastor", perdoe o que seu filho fez
 Morreu de bruços no Salmo 23
 Sem padre, sem repórter, sem arma, sem socorro
 Vai pegar HIV na boca do cachorro
 Cadáveres no poço, no pátio interno
 Adolf Hitler sorri no inferno
 O Robocop do governo é frio, não sente pena
 Só ódio e ri como a hiena
 Ra-tá-tá-tá, Fleury e sua gangue
 Vão nadar numa piscina de sangue
 Mas quem vai acreditar no meu depoimento?
 Dia 3 de outubro, diário de um detento

À apresentação do trabalho “A Face Oculta da Droga”, da criminóloga venezuelana Rosa del Olmo, Nilo Batista, isso no final da década de 80, destaca que:

Os admiráveis olhos latino-americanos de Rosa del Olmo percebem nos preconceitos hoje construídos sobre os colombianos vestígios de episódios semelhantes, tais como os que, a pretexto do ópio, se deram com os chineses no início do século, ou, a pretexto da maconha, com os mexicanos na década de trinta. [...]

No momento em que esta apresentação é escrita, o General Noriega vai responder perante um tribunal americano a uma acusação de tráfico internacional de drogas. Mínima que seja a simpatia inspirada por Noriega, é concebível que Fulgêncio Batista – escolho um nome que evite polêmica – respondesse a um processo dessa natureza?

A chamada criminologia crítica tem se esforçado, nos últimos vinte e cinco anos, para revelar a face oculta da questão criminal e dos discursos criminológicos que legitimaram historicamente as práticas penais⁹⁸.

Pois bem. Por ironia do destino, no momento em que esta diatribe é escrita, o Sargento Manoel Silva Rodrigues vai responder perante um tribunal espanhol a uma acusação de tráfico internacional de drogas, o qual foi realizado, pasmem, mediante a utilização de avião da Força Aérea Brasileira.

Parece-me que as coisas não mudaram muito nos últimos 30 anos, ou melhor, mudaram, tornaram-se mais caricatas, escancaradas e, por sua vez, a guerra às drogas extrapolou todos os limites a ponto de encarcerar até mesmo apoiadores naturais da repressão, como os militares e as polícias.

Num sentido similar, Fernando Rojas destaca no prefácio à obra de Rosa del Olmo que:

Como é difícil exorcisar relações sociais entregues publicamente ao demônio, ao repúdio e ao escárnio. Na maioria das vezes, não bastam a convicção, a cultura e a coragem individuais dirigidas contra o maniqueísmo. São necessárias também forças sociais coletivas que questionem ativamente a carga moral e legal atribuída a uma relação; ou rupturas históricas que revertam o sentido dessa carga ou a requeiem definitivamente ao quarto de Santo Aleixo. Os ternas da cocaína e da maconha, sua produção-distribuição, alcançaram dimensões demoníacas na maior parte dos países da América do Sul, América Central e do Caribe. Nestes países, um véu de censura encobre imediatamente toda informação sobre a cocaína e, em menor medida, sobre a maconha. Mais do que os detalhes individuais da notícia considerada em si mesma, o que ressalta são as características de perversidade e de traição com relação à coletividade e a toda a humanidade. Os principais responsáveis pela produção ou pelo mercado são retratados como psicopatas ou terroristas, criminosos desumanos que vivem num estado de orgia desenfreada contra a vida de seus semelhantes e os bons costumes da sociedade. Enquanto tais, são merecedores de um tratamento de exceção, distinto da lei normal capitalista. Para eles, a extradição, o ostracismo, o desterro, o fuzilamento e a publicidade com o objetivo da exemplaridade⁹⁹.

Na prática, bem se sabe que o tráfico é responsável por encarcerar até mesmo aqueles que deveriam reprimi-lo, afinal não é possível imaginar que todos os repressores estejam de fato comprometidos com a repressão e tomados por sua ideologia. É certo que há, dentre os repressores, aqueles que também utilizam drogas ilícitas. Isso quando não ocorre de agentes da própria polícia se incumbirem da venda ou revenda de drogas, mediante, principalmente, poderes paralelos, as ditas atualmente milícias, que inverteram totalmente a lógica do aparelho repressivo e mesmo da política criminal de drogas no Brasil.

⁹⁸ BATISTA, Nilo. Introdução à Face Oculta da Droga. Rio de Janeiro: Revan, 1990. p. 11.

⁹⁹ ROJAS, Fernando. Prefácio à Face Oculta da Droga. Rio de Janeiro: Revan, 1990. p. 13.

O filósofo Achille Mbembe alerta-nos que em um estado necropolítico, isso é, em que o poder soberano exerce seu direito-poder de matar, há uma tendência à existência de poderes paralelos como as milícias que se configuram e recrudescem tocante à realidade brasileira. Segundo o autor, as milícias urbanas, exércitos privados, exércitos de senhores regionais ou agentes do próprio Estado exigem o direito de exercer a violência e matar.¹⁰⁰

Sabe-se que além dos três estereótipos destacados por Gonzalez Zorrilla, isto é, o médico, o cultural e o moral ¹⁰¹, como bem se atenta Rosa Del Olmo, sobressai-se um quarto estereótipo, que é o criminoso. Como narrado na primeira parte do trabalho, com base nos apontamentos de Zorrilla, propus que se fale em três estereótipos contra a figura do usuário, porém em termos um pouco diferentes dos do advogado espanhol. Parece-me mais completo falar em discurso jurídico-político; discurso cultural-moral; e discurso médico-penal. Por fim, quanto ao quarto estereótipo, que se volta à figura do traficante, estou plenamente de acordo. É a consumação do discurso do inimigo, dotado evidentemente de decisiva conotação jurídico-política, consubstanciada e legitimada pelo viés cultural-moral.

Nas palavras de Zorrilla, tal estereótipo converteu-se em político-criminoso, visto que é corroborado e legitimado por meio do discurso político, elegendo a droga como inimiga ao passo que o traficante figura enquanto invasor, conquistador senão narcoterrorista¹⁰².

Ainda, atenta-se Rosa Del Olmo para o seguinte:

Colocar o “problema da droga” através destes diversos discursos só contribuiu para reforçar a confusão reinante e para ignorar suas reais dimensões psicológicas e sociais, assim como políticas e econômicas. Os estereótipos servem para organizar e dar sentido ao discurso em termos dos interesses das ideologias dominantes; por isso, no caso das drogas se oculta o político e econômico, dissolvendo-o no psiquiátrico e individual.

E mais: como bem assinala o psiquiatra norte-americano LESTER GRINSPOON, “ao criar pânico, o resultado é que os jovens já não nos levam a sério... quando os organismos oficiais pretendem afirmar que todas as drogas (por suposição somente as ilegais) são igualmente perigosas, os jovens preferem experimentar por si mesmos com as consequências que todos conhecemos”¹⁰³.

Esses diversos estereótipos aos quais se atenta Zorrilla, conforme lição de Rosa Del Olmo, colabora para com a confusão do povo, bem como desacredita a própria Guerra às

¹⁰⁰ MBEMBE, ACHILLE. “Necropolítica”, publicado em: Arte & Ensaios, revista do ppgav/eba/ufrrj. n. 32. dezembro 2016. p. 139.

¹⁰¹ DEL OLMO, Rosa. A Face Oculta da Droga. Rio de Janeiro: Revan, 1990. p. 23.

¹⁰² IDEM, Ibidem. p. 24.

¹⁰³ DEL OLMO, Rosa. A Face Oculta da Droga. Rio de Janeiro: Revan, 1990. p. 25.

Drogas, que não fazendo sentido, possui como único sentido ser uma política orientada para o cárcere, quando não para morte.

2.2.2 Necropolítica Criminal de Drogas

E, nesse sentido, acerca da figura do soberano (Estado), especificamente do poder que este detém para impor a morte, podemos nos valer das muito sábias palavras de Achille Mbembe, em seu ensaio necropolítica:

O mundo da soberania, Bataille argumenta, “é o mundo no qual o limite da morte foi abandonado. A morte está presente nele, sua presença define esse mundo de violência, mas, enquanto a morte está presente, está sempre lá apenas para ser negada, nunca para nada além disso. O soberano”, conclui, “é ele quem é, como se a morte não fosse... Não respeita os limites de identidade mais do que respeita os da morte, ou, ainda, esses limites são os mesmos; ele é a transgressão de todos esses limites”. Uma vez que o domínio natural de proibições inclui a morte, entre outras (por exemplo, sexualidade, sujeira, excrementos), a soberania exige que “a força para violar a proibição de matar, embora verdadeira, estará sob condições que o costume define”. E, ao contrário da subordinação, sempre enraizada na alegada necessidade de evitar a morte, a soberania definitivamente demanda o risco de morte.

Ao tratar a soberania como a violação de proibições, Bataille reabre a questão dos limites da política. Política, nesse caso, não é o avanço de um movimento dialético da razão. A política só pode ser traçada como uma transgressão em espiral, como aquela diferença que desorienta a própria ideia do limite¹⁰⁴.

Com efeito, a despeito do referido ensaio se centrar na realidade do continente africano e oriente médio, à medida em que se refere à uma colonialidade tardia, as reflexões do ensaio são extremamente preciosas ao nosso debate. De fato, há diferenças consideráveis entre o colonialismo exercido na América e o colonialismo praticado no continente africano e asiático predominantemente no século XIX. Mbembe se atém a esse detalhe. Todavia, ainda assim, ao ler o ensaio com olhos americanos, pude vislumbrar diversas constatações que se enquadram à realidade de nosso país Brasil. Supõe-se que não pairam dúvidas acerca do Estado Brasileiro ser um desses “Estados da Morte”. Está claro que para o Estado há duas soluções para anomias jurídicas: ou se prende ou se mata o agente.

Percebe-se, aliás, que a guerra às drogas ora assume sua faceta sanguinária e de culto à morte e ao cárcere, ora assume o seu outro lado, ressaltando que ambos os lados existem; seu

¹⁰⁴ MBEMBE, ACHILLE. “Necropolítica”, publicado em: *Arte & Ensaios*, revista do ppgav/eba/ufrrj. n. 32. dezembro 2016. p. 127.

outro é lado é seu viés caricato. Talvez justamente seu viés por vezes caricato torne tragável à opinião pública ocorrências tão jocosas. Já disse o professor Vladimir Safatle que os ditadores são figuras jocosas justamente para tornar engraçado aquilo que há de mais vil e temível. Vejamos a seguinte notícia:¹⁰⁵



A Polícia Militar do Distrito Federal prendeu na noite desta sexta-feira (25/10) um homem de 33 anos que estaria ameaçando e xingando a vizinha, de 16. O caso aconteceu no setor Leste do Gama.

Os policiais foram chamados pela jovem. Ao chegarem ao local, eles se depararam com o homem completamente nu e ensaboado no meio da rua. Mesmo na presença da PM, ele seguiu ameaçando a vizinha.

Quando recebeu voz de prisão, o suspeito tentou se esconder em casa, mas acabou detido. No local, a polícia ainda encontrou três pés de maconha e um jabuti. O animal foi encaminhado ao Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (Cetas), em Taguatinga.

O homem foi levado para a 20ª Delegacia de Polícia (Gama) e responderá pelos crimes de ameaça, injúria, resistência, crime contra fauna e uso de substância entorpecente¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Foto da PMDF.

¹⁰⁶ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/10/25/interna_cidadesdf,801072/homem-que-guardava-maconha-e-jabuti-em-casa-e-presos-nu-e-ensaboado-no.shtml, acesso em 15.11.2019.

Deveras, a referida ocorrência é um caso que, ao que tudo indica, só poderia, mesmo, ser resolvido pela última razão do Direito, uma vez que a seara penal tutela os mais caros bens jurídicos da sociedade.

Noutro exemplo, apreciemos a seguinte notícia de jornal, com tons que beiram o inacreditável:

Um menino de 5 anos entregou uma porção de maconha de presente para a professora em uma escola municipal na Vila Alves Pereira, em Campo Grande. Segundo a titular da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (Depca), Regina Márcia Rodrigues, o Conselho Tutelar foi acionado pela direção do colégio, e o caso, que ocorreu na segunda-feira (19), está sendo investigado pela Polícia Civil.

O conselheiro tutelar Benedito Carlos disse ao **G1** que a criança chegou à escola com a droga e quis presentear a professora, alegando que uma tia usava todos os dias e gostava.

A direção da instituição acionou a Guarda Municipal, que confirmou que a porção se tratava de maconha. Após o Conselho Tutelar ter sido acionado, o menino foi levado a um abrigo, onde foi ouvido por psicólogos e assistentes sociais. Segundo Regina Márcia, o menino confirmou que pegou o entorpecente em casa.

Equipes de conselheiros tutelares e policiais civis foram até a residência do garoto e, de acordo com Carlos, a situação no local era de abandono e sujeira. Na casa, estavam um menino de 2 anos e uma adolescente de 14, irmãos do menino, e outra adolescente de 17 anos com o filho, um bebê. Todos estavam sem documentos e também foram encaminhados ao abrigo.

A mãe das crianças não foi localizada, e o pai está preso por tráfico de drogas. A maconha que estava com o garoto foi apreendida e encaminhada à Delegacia Especializada de Repressão ao Narcotráfico (Denar).

As crianças e adolescentes vão passar por acompanhamento psicossocial e devem permanecer no abrigo como medida de proteção. A suspeita é que uma das adolescentes seja usuária de drogas¹⁰⁷.

Repare como essa notícia é absurda. O Estado destruiu literalmente destruiu uma família numa tacada só. Não há que ser um gênio para imaginar que a mãe dessas crianças provavelmente deveria estar trabalhando no momento da averiguação. Por um lapso de inocência de uma criança, em razão de um provável descuido da tia usuária de drogas, que usava porque, pasmem, gostava, a criança por inocentemente querer presentear a professora com algo que não sabia bem o significado, acabou num abrigo, junto com os outros quatro adolescentes, irmãos seus. Toda a família para o abrigo. Genial.

Simplesmente o estado destruiu uma família inteira numa tacada só. O pai tá preso pelo bom e velho tráfico de drogas. Arrancaram as crianças da mãe por causa da tia. E quanto às tais crianças basta metê-las no abrigo, simples assim. Isto é o estado democrático de direito.

A pergunta que fica é: e se a criança tivesse dado uma bendita duma lata da cerveja para a tal da professora? A professora teria recusado ou teria aceitado, sem problemas? A guarda

¹⁰⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2014/05/menino-de-5-anos-leva-maconha-de-presente-para-professora-em-ms.html>, acesso em 15.11.2019.

municipal seria acionada? O conselho tutelar seria acionado? A polícia civil seria acionada? As crianças seriam recolhidas num abrigo? Não está claro que ao tentar reparar danos o Estado cria danos ainda maiores? Será mesmo a solução do problema arrancar essas crianças de seus lares, confinando-as em abrigos, distantes de suas famílias? Qualquer que seja a estirpe, ainda é a estirpe que se tem. Não imagino nada neste momento mais brutal do que o Estado arrancar crianças de uma respectiva família sob o pretexto de protegê-las do reflexo de uma miséria que é culpa justamente do próprio Estado e, também, de sua ineficaz e tola política criminal de drogas. É possível que, absolutamente, em razão dessa ineficaz e tola política criminal de drogas.

Não é o exemplo da reportagem justamente um exemplo de não-solução? Um exemplo de irracionalidade? Um exemplo de o quão imatura, afinal, é a guerra às drogas? É simples perceber que a guerra às drogas é uma cura doente, um antídoto que contém em si a doença. Retira-se a proibição, no caso *in quaestio*, é não há pai preso; não há criança no abrigo; não há professor incrédulo e ofendido; não há que se acionar o poder de polícia estatal; em suma, não há desgraça. Sobra, apenas, o incidente ou acidente ingênuo e infantil, a travessura da criança, sobra, apenas, o possível acionamento do conselho tutelar, este sim, mas não ganhando tais proporções grotescas e tragicômicas a que se chegou.

Não fosse o sangue dos inocentes e o estraçalhamento de vidas radiantes, a guerra às drogas seria verdadeiramente cômica. Pena que há tanto sangue e tanta tristeza. Todavia quanto a essa afirmação é também certo que cabe o ensinamento de Deleuze, quando este diz que: “O Poder requer corpos tristes. O Poder necessita de tristeza porque consegue dominá-la. A Alegria, portanto, é resistência porque ela não se rende. A Alegria como potência de vida nos leva a lugares onde a Tristeza nunca levaria.”

Noutras vezes, no entanto, as notícias acerca da guerra às drogas adquirem tons gravemente mais trágicos, entristecendo ainda mais os corpos, como neste caso:

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) anulou a condenação de uma mulher condenada em São Paulo a quase sete anos de prisão por traficar um grama de maconha.

A decisão foi tomada na última sexta-feira (8), e o resultado foi divulgado nesta segunda (11). O caso foi julgado em plenário virtual.

Conforme o processo, a mulher foi presa em 2012 em flagrante por vender um grama de maconha a um homem. Ainda segundo o processo, ela foi presa e encaminhada, primeiro, para a Cadeia Pública de Bariri. Depois, encaminhada a uma penitenciária na capital paulista.

Em janeiro de 2013, essa mulher foi condenada em primeira instância. Um ano depois, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) manteve a condenação.

O caso no STF

Dois anos após a condenação em primeira instância, em abril de 2015, a Defensoria Pública apresentou um pedido de liberdade ao Supremo Tribunal Federal. Ao analisar o caso, o relator, ministro Gilmar Mendes, concedeu uma liminar (decisão provisória) mandando soltar a mulher.

Agora, a Segunda Turma do STF julgou o caso em definitivo e a absolveu. No voto, Gilmar Mendes destacou que o direito exige a análise da proporcionalidade dos atos e que, no caso, **"salta aos olhos" a desproporcionalidade**.

"No caso em tela, não se pode dizer que o oferecimento de uma pena de 6 (seis) anos, 9 (nove) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, por parte do Estado, se revele como uma resposta adequada, nem tampouco necessária, para repelir o tráfico de 1g (um grama) de maconha. Em um controle da proporcionalidade em sentido estrito, ainda, salta aos olhos a desproporcionalidade do oferecimento de tal pena", escreveu o ministro.

Gilmar Mendes afirmou ainda que, mesmo se tratando de caso sobre tráfico de drogas, deve ser aplicado o princípio da insignificância.

"No caso em comento, não existem óbices para que se aplique o princípio da insignificância, já que a ofensividade da conduta da paciente é tão irrisória, que fica descartada a possibilidade de um risco de dano ao bem jurídico tutelado pela norma jurídico-penal. O comportamento da paciente não é capaz de lesionar ou colocar em perigo o bem jurídico protegido (pela lei)", afirmou Gilmar Mendes.

A Procuradoria Geral da República (PGR) se manifestou a favor da absolvição da mulher.

"A venda de 1g de maconha não pode conduzir a uma pena tão elevada, principalmente se considerado o seu menor teor ofensivo no conjunto das drogas hoje proibidas", afirmou a subprocuradora Deborah Duprat.¹⁰⁸ (grifo meu)

Como se verifica na notícia, a – chamemos assim – vítima do Estado, ficou 3 anos presa, isso é, foram necessários 3 anos para que a mencionada desproporcionalidade saltasse aos olhos. E tal desproporcionalidade não saltou aos olhos do juiz de primeira instância. Enquanto isso, por curiosidade se menciona, o Congresso Nacional se mobiliza para "flexibilizar" cláusulas pétreas a fim de fazer valer um entendimento manifestamente inconstitucional que permita a execução provisória da pena.

Ademais, a notícia escancara a fragilidade do critério subjetivo de diferenciação de condutas, reafirmando a tese do gato de Schrödinger, que foi exposta na primeira diatribe deste trabalho.

Mais espantoso ainda é que casos como esse não são meros casos isolados tomados por grosseiros erros jurídicos, por outra sorte, ao que tudo indica é uma práxis jurídica que se pauta na hipercriminalização das condutas e no hiperencarceramento dos corpos. Outro exemplo atroz recente disso é o seguinte:

A jovem Irene*, **presa aos 18 anos** com 4 gramas de maconha e que havia sido **condenada em primeira instância** pela Justiça de Avaré (interior de SP) **a 8 anos e 10 meses de prisão por tráfico de drogas e associação ao tráfico**, obteve vitória parcial na segunda instância e teve a pena de prisão reduzida para 1 ano, 11 meses e 10 dias de prisão e multa.

¹⁰⁸ Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/11/stf-anula-pena-de-mulher-condenada-a-quase-7-anos-por-traficar-um-grama-de-maconha.ghtml>, acesso em 15.11.2019.

O caso foi revelado ontem pelo UOL. Irene, que era garçonne na época e hoje trabalha em um pet shop, vai prestar vestibular para veterinária aos 21 anos. Ela chegou a ficar 45 dias presa numa penitenciária e nega o crime. **Ela diz ser apenas usuária de maconha.**

Tanto ela quanto sua defesa afirmam que a jovem jamais teria sido denunciada por tráfico se o caso tivesse ocorrido numa universidade ou numa região de classe média da capital.

Por 2 a 1, em **uma sessão que durou menos de dez minutos** hoje, a 5ª Câmara Criminal do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) atendeu parte dos pedidos da defesa da jovem e a absolveu pelo crime de associação para o tráfico. Contudo, manteve o entendimento de que houve o crime de tráfico de drogas.

Apesar de a pena aplicada ter sido próxima do mínimo (devido à quantidade de droga apreendida), o desembargador revisor do processo, Tristão Ribeiro, que, no último dia 3 de outubro, havia pedido mais tempo para avaliar o caso, decidiu aplicar o agravante de que o suposto crime teria ocorrido próximo a um estabelecimento de ensino, o que fez a pena resultar nos quase dois anos de prisão. O voto de Ribeiro foi acompanhado pelo outro desembargador da turma, Geraldo Wohlers, **sendo derrotado o desembargador Maurício Henrique Pereira, que havia votado pela manutenção da sentença de primeiro grau.**

Regime fechado e ironia

O desembargador Tristão Ribeiro decidiu aplicar a jurisprudência da 5ª Câmara do TJ-SP e determinou que Irene seja presa assim que estiverem esgotados os recursos no âmbito do Tribunal de Justiça.

Segundo a decisão do TJ, apesar de a pena ter sido inferior a quatro anos —o que permitiria a pena em regime semiaberto ou aberto—, a atual lei de drogas não dá esse benefício e determina que o regime de cumprimento da pena é o fechado, independentemente do tempo da pena. **A decisão contraria jurisprudências do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e do STF (Supremo Tribunal Federal). Ambas as cortes entendem que essa previsão da lei de drogas é inconstitucional.**

Ao dar seu voto, **o desembargador ironizou as decisões das Cortes superiores** que costumam reverter as ordens de prisão do TJ nesses casos: “O Supremo é o tribunal que tem o direito de errar por último”.

[...] Estava previsto para 6 de novembro julgamento sobre a descriminalização do uso de drogas no STF. Mas o debate foi retirado de pauta pelo ministro Dias Toffoli, presidente do STF, por conta da discussão sobre prisão após segunda instância. Não foi definida ainda uma nova data para retomar o julgamento.

*Nome fictício para preservar a jovem, já que ela teme represálias.¹⁰⁹ (grifos meus)

Esse caso, por sua vez, chama a atenção, primeiramente, por não ter sido divulgado por grandes órgãos de imprensa, limitando-se a poucos e pequenos veículos de comunicação. Aparentemente, esse tipo de notícia não assusta muito, tampouco foge do corriqueiro dentre as práticas jurídicas, destacando-se inclusive a jocosa ironia do eminente desembargador Tristão. E, pasmem, saliento o fato de que houve um voto vencido no sentido de manter a condenação em primeiro grau. É o absurdo do absurdo mais absurdo. Revela-se impossível acreditar na seriedade do Direito frente a notícias como essas. Frente aos fatos.

¹⁰⁹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/10/31/jovem-flagrada-com-4g-de-maconha-e-condenada-a-quase-2-anos-de-prisao.htm>, acesso em 15.11.2019.

Ainda, revela-se que essa cultura punitiva induz a altos índices de encarceramento, gerando o que se pode chamar de hiperencarceramento, que se verifica em todos os estados da federação, sabendo-se que, por exemplo, no último levantamento do INFOPEN 2017, estima-se que havia 726.354 pessoas privadas de liberdade no Brasil em 2016¹¹⁰, número que já é seguramente maior, podendo-se estimar o *quantum* de cerca de 800 mil pessoas encarceradas. Nesse sentido:

Entre 2005 e 2014, todas as unidades da federação registraram aumento de presos por cem mil habitantes, chegando a uma média de 66%. Em alguns estados, mais do que dobrou, como em Tocantins (174%), Minas Gerais (163%), Espírito Santo (130%), Alagoas (117%), Bahia (116%) e Amazonas (103%). Falta de vagas, desrespeito aos direitos e ao código de processo penal (um em cada três presos são provisórios), farta presença de celulares e autonomia da gestão dos presos tornaram as prisões locais estratégicas para a articulação criminal nos estados⁷. O aumento do encarceramento foi o resultado da ampliação dos investimentos nas polícias ostensivas, que passaram a replicar o modelo paulista de guerra a crime – com a implementação de batalhões de operações especiais, ao estilo Rota e Bope –, produzindo o crescimento da violência policial. As taxas de mortes praticadas por policiais em serviço (por 100 mil habitantes) em Alagoas (2,9), Rio Grande do Norte (2,2), Goiás (2,1), Bahia (2,0), Pará (2,2), Paraná (2,2) e Sergipe (1,9) superaram as de São Paulo (1,9), em 2015, cuja polícia está entre as mais violentas do mundo. Nesse mesmo ano, só o Rio de Janeiro seguiu imbatível, com taxa de 3,9 mortos por 100 mil.¹¹¹

Não bastando ostentarmos a terceira maior população carcerária de todo o mundo, detemos também o maior número de assassinatos do mundo. Há, aliás, uma relação direta entre o recrudescimento das facções criminosas no país com o aumento espantoso da violência e das taxas de homicídios, galardoando o Brasil com o nefasto título de país que mais mata em todo o mundo:

Os grupos locais – principalmente os traficantes – apenas começavam a se articular nessa nova cena criminal, que ampliava as oportunidades de lucro ao mesmo tempo em que buscava sobreviver à repressão crescente das autoridades policiais e de justiça. Dessa maneira, a chegada do PCC, longe de reordenar o crime local, contribuiu para desequilibrar as cenas regionais ao levar mais drogas e armas aos integrantes desses cenários, aumentando a violência na competição por esse mercado emergente de drogas, com rivalidades articuladas a partir dos presídios regionais. O resultado foi o crescimento acelerado em parte dos estados, principalmente depois do ano 2000. Entre 2004 e 2014, o aumento dos homicídios no Brasil foram liderados por estados do Norte e Nordeste, como Rio Grande do Norte (308%), Maranhão (209%), Ceará (166%), Sergipe (107%), Pará (93%) e Amazonas (92%), para citar alguns, que nos anos 1980 e 1990 estavam entre os menos violentos. O quadro atual colocou o país

¹¹⁰ Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>, acesso em 15.11.2019

¹¹¹ DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno Paes. PCC, Sistema Prisional e Gestão do Novo Mundo do Crime no Brasil. Rev. bras. segur. pública. São Paulo v. 11, n. 2, 10-29, Ago/Set 2017. p. 21. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/854/259>, acesso em 15.11.2019.

em uma posição incômoda, com quase 60 mil mortes por ano, a maior quantidade entre todas as nações do mundo (CERQUEIRA et al, 2016).¹¹²

Nessa mesma direção, à introdução do artigo “Guerra às Drogas ou Racismo de Estado? A Necropolítica de Segurança Pública”¹¹³, destaca de pronto a Professora Katie Arguello que, no tocante às estatísticas relacionadas à morte, o país também não vai bem:

Entre 2011 e 2015, ocorreram 278.839 assassinatos no Brasil, enquanto na Síria, no mesmo período e em pleno estado de guerra, foram registrados 256.124 assassinatos.¹¹⁴ Segundo dados da Justiça Global, somente nos meses de janeiro e fevereiro deste ano [2017], 182 pessoas foram mortas em decorrência de ações da polícia no Estado do Rio de Janeiro. Além disso, somente neste ano, até o fechamento da edição de abril do Jornal A Nova Democracia, “o número de ‘conflitos’ envolvendo ações policiais nas favelas da cidade do Rio de Janeiro já chegava a 1435 registros”, dados levantados pela reportagem da AND através do aplicativo OTT (Onde Tem Tiroteio).¹¹⁵ A violência brasileira tem destinatário conforme a cor, a classe social e a idade. As principais vítimas de homicídio (e da violência em geral) são os jovens entre 15 e 29 anos. Entre os adolescentes, na faixa dos 16 a 17 anos, estão quase 50% dos que morrerem assassinados, sendo que os jovens negros têm três vezes mais probabilidade de serem vítimas de homicídios do que os jovens brancos (*vide* estudos do Mapa da Violência/2015).

Belchior e Alves afirmam existir uma “necropolítica racial brasileira” que coloca o negro como alvo principal do terror policial e da violência homicida (embora não seja a polícia a única força exterminadora).¹¹⁶

Revela-se, aliás, uma paradoxal relação entre a violência das facções criminosas e a imposição da ordem dentro dos presídios. As facções, ao ocuparem o lugar em que o Estado não se encontra, impõe a ordem dentro dos presídios. Num interessante trecho do artigo de Camila Nunes Dias e Bruno Paes Manso, verifica-se como, na prática, o encarceramento só amplia o número de relações entre os criminosos, não se revelando uma resposta adequada ao problema das facções criminosas no país, uma vez que o cárcere favorece a ascensão de grupos criminosos já existentes os quais detém o comando dentro dos presídios nacionais; veja-se:

O promotor Augusto Rossini, que entre 2011 e 2014 foi diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional, órgão do Ministério da Justiça responsável pelas prisões,

¹¹² DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno Paes. PCC, Sistema Prisional e Gestão do Novo Mundo do Crime no Brasil. Rev. bras. segur. pública. São Paulo v. 11, n. 2, 10-29, Ago/Set 2017. p. 22. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/854/259>, acesso em 15.11.2019.

¹¹³ ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. Guerra às Drogas ou Racismo de Estado? A Necropolítica de Segurança Pública. Criminologia Contemporânea: crítica às estratégias de controle social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

¹¹⁴ MENDES, Igor apud Katie Arguello

¹¹⁵ GRANJA, Patrick; ANTÔNIO, João. PM incrementa barbárie na guerra contra o povo. In: A Nova Democracia, ano 15, n.187, Rio de Janeiro. p. 10. apud ARGUELLO, Katie.

¹¹⁶ BELCHIOR, Douglas; ALVES, Jaime A. Desconstruir o racismo e forjar uma utopia radical negra. In: Revista Caros Amigos. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/noticias/2146-artigos> apud ARGUELLO, Katie.

escreveu sobre os presídios federais: Ao chegar em uma das quatro unidades, o preso amplia seu leque de conhecidos. De um momento para o outro, seu campo de atuação passa de estadual para nacional. (...) Quando uma liderança do Maranhão se encontraria com outra do Rio Grande do Sul? Quando uma liderança de São Paulo se encontraria com outra do Mato Grosso? Há presos de todos os cantos do país, todos eles ostentando excessiva periculosidade e nefasta liderança em suas bases (apud MANSO, 2017).¹¹⁷

Sabe-se que o PCC detém o monopólio da distribuição e venda de drogas dentro do Estado de São Paulo, sendo facção unânime também no Paraná e Mato Grosso do Sul, além de estar presente em 26 estados da federação. Todavia sabe-se, outrossim, que há um processo de expansão da facção paulista, que foi responsável por gerar duros conflitos e rebeliões nas regiões norte e nordeste, além do aumento drástico dos “batismos”:

O desequilíbrio nas disputas nacionais começou em 2014, quando a facção paulista buscava consolidar sua posição no mercado de drogas no Brasil. Um “salve” – comunicado interno – foi repassado para os integrantes do PCC em vários estados, determinando que cada participante da facção batizasse outros dois novos membros. A intenção era ampliar a rede para se fortalecer principalmente nos presídios regionais. Ao longo de três anos, o número de filiados ao partido do crime fora de São Paulo se multiplicou quase cinco vezes, passando de 3 mil integrantes para os atuais 14 mil – uma estrutura duas vezes maior do que aquela de que dispõe o PCC em São Paulo, seu estado de origem. Somados, hoje são 24 mil membros em todo o país. A ampliação no número de batizados desencadeou a atual tensão dentro e fora dos presídios.¹¹⁸

Ou seja, o chamado Primeiro Comando da Capital encontra-se em franca expansão desde 2014. Sabe-se, também, que, além da presença nacional do PCC, a facção conta hoje com uma estrutura de transnacional:

No que diz respeito à presença internacional do PCC, sabe-se que há um núcleo relevante no Paraguai e na Bolívia. Parece haver, também, uma presença em países como Peru e Argentina, com dimensões ainda não muito bem delineadas. No Brasil, em 2014, uma operação policial apontou a existência de uma articulação entre membros da facção e fornecedores da máfia italiana N'Drangheta com a finalidade de descarregar os contêineres com drogas que eram enviadas para a Europa. Os paulistas usaram os portos de Santos e de Fortaleza para vender para o exterior. Contudo, não está clara qual a participação do PCC nesse esquema enquanto organização, para além de empreendimentos individuais dos seus membros. Essa ainda é, inclusive, uma questão sobre a qual pouco se sabe.¹¹⁹

¹¹⁷ DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno Paes. PCC, Sistema Prisional e Gestão do Novo Mundo do Crime no Brasil. Rev. bras. segur. pública. São Paulo v. 11, n. 2, 10-29, Ago/Set 2017. p. 23-24. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/854/259>, acesso em 15.11.2019.

¹¹⁸ IDEM, Ibidem. p. 24

¹¹⁹ IDEM, Ibidem. p. 25

Enquanto o problema do hiperencarceramento, combinado com altos índices de violência, sobretudo fora de São Paulo, relacionado diretamente à disputa entre facções, as decisões políticas foram no sentido de corroborar o encarceramento e as operações violentas de polícia ostensiva, agravando ainda mais o problema da violência no país e acarretando na multiplicação desses grupos organizados.¹²⁰ O país parece estar preso num ciclo vicioso de violência, do qual não consegue escapar e as ações policiais e decisões políticas tomadas para dirimir os conflitos geram ainda mais conflitos e, em última instância, gera mais mortes.

Ou seja, verifica-se que há efetivamente uma necropolítica em voga no Brasil, aos moldes do sugerido por Achille Mbembe, Katie Silene Cáceres Arguello, Belchior e Alves, verifica-se que está instaurado no país uma política de morte, que está assegurado ao soberano o direito de matar e, também verifica-se, a predileção para com relação aos jovens pretos e pobres de um país inacreditável chamado Brasil.

Verifica-se, outrossim, um racismo de estado, que corrobora e dá suporte para que os números e estatísticas de violência e encarceramento prossigam tendo por público preferencial as populações periféricas e negras, principalmente os estratos mais jovens, criando assim uma política de extermínio de jovens.

Há, ainda, um mote por detrás disso tudo, que é o combate ao tráfico de entorpecentes. Ora, para coibir os adultos de usarem drogas, ou seja, pessoas maiores de idade, que, em tese e somente em tese, dispõem sobre sua liberdade, pratica-se o crime de homicídio. Combate-se o “crime” com crimes mais graves. Isso tudo culmina no extermínio de jovens negros no Brasil.

Nesse compasso, destaca, também, a estimada Professora Katie Silene Cáceres Arguello que:

Trata-se de um verdadeiro genocídio protagonizado pelo sistema penal que produz, através das agências de controle social formal (polícia, ministério público, judiciário, agentes penitenciários), inúmeras mortes e, por meio do controle social informal, fabrica a legitimação social e midiática da violência institucional. A grande responsável pela violência é a falaciosa “guerra às drogas”. O recrudescimento da via punitiva e bélica contra as drogas ilícitas, nos últimos anos, implicou o mais elevado índice de criminalização da pobreza de nossa história, o aumento da violência social, da corrupção política, da corrupção e letalidade policial, bem como a extrema militarização da segurança pública (colocando em xeque a permanência do Estado Constitucional e Democrático de Direito). Na guerra às drogas há o confronto entre traficantes e policiais e entre grupos de traficantes entre si (uma vez que, por se tratar de venda de substâncias ilícitas, não há possibilidade de solução de conflitos pela via legal). Morrem traficantes, policiais (por sinal, extraídos das mesma classe social dos

¹²⁰ IDEM, Ibidem. p. 25

traficantes) e as “vítimas do acaso” são contabilizadas como danos colaterais da “guerra às drogas.”¹²¹

Na mesma toada, as constatações da Professora Doutora vão ao encontro do que verifica o filósofo camaronês, que sobressalta e retorna às origens cavernosas do império do terror e do culto à morte, mais conhecido como Estado Nazista:

Por uma extrapolação biológica sobre o tema do inimigo político, na organização da guerra contra os seus adversários e, ao mesmo tempo, expondo seus próprios cidadãos à guerra, o Estado nazi é visto como aquele que abriu caminho para uma tremenda consolidação do direito de matar, que culminou no projeto da “solução final”. Ao fazê-lo, tornou-se o arquétipo de uma formação de poder que combinava as características de Estado racista, Estado assassino e Estado suicida¹²².

Há uma violência em duas frentes: da polícia e dos grupos de extermínio contra os traficantes e a própria população, que nada tem a ver com essa guerra, e, também, das facções entre si:

Rivalidades se articulam em torno de facções com estruturas verticais, que disputam mercado com seus competidores, investem em armamentos e estabelecem relações clientelistas e de ameaças com a população local, sujeitas às incursões armadas por parte da polícia que as tratam como cúmplices do tráfico.

Pode ser localizado na história paulista recente, a partir do surgimento do primeiro Esquadrão da Morte, no final dos anos 1960. Já os assassinatos praticados por policiais militares aumentaram principalmente depois de meados da década de 1970, crescendo vertiginosamente nos anos seguintes, ultrapassando mil mortes anuais em 1991 e 1992. A década de 1980, em São Paulo, foi marcada também pela ascensão dos justiceiros, matadores que agem em bairros pobres com o respaldo de comerciantes e lideranças comunitárias (MINGARDI, 1991; FERNANDES, 1992; SILVA, 2004; MANSO, 2005, 2016). Jovens não brancos moradores dos bairros pobres são as vítimas preferenciais dos homicídios. Bandas territoriais são formadas por jovens que travam disputas atomizadas e equilibradas em busca da soberania territorial e da sobrevivência, sem espaço para que surja, ao longo dos anos 1980 e 1990, nenhuma liderança ou grupo criminoso capaz de se sobressair aos demais (MANSO, 2005; 2016). Longe de estabelecer uma relação de dominação territorial, os integrantes do mundo do crime precisam criar estratégias de convivência com as lideranças comunitárias locais, igrejas, comerciantes, vizinhanças e familiares, entre outros grupos de controle informal, ao mesmo tempo em que lutam no dia a dia para sobreviver aos policiais violentos, justiceiros, grupos de extermínios e vizinhos rivais.¹²³

¹²¹ ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. Guerra às Drogas ou Racismo de Estado? A Necropolítica de Segurança Pública. Criminologia Contemporânea: crítica às estratégias de controle social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 143.

¹²² MBEMBE, ACHILLE. “Necropolítica”, publicado em: Arte & Ensaios, revista do ppgav/eba/ufjf. n. 32. dezembro 2016. p. 128.

¹²³ DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno Paes. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil Bruno Paes Manso e Camila Nunes Dias Dossiê Rev. bras. segur. pública | São Paulo v. 11, n. 2, 10-29, Ago/Set 2017. p. 13-14.

A propósito, acerca dessa característica racista do Estado, que dentro do dilema brasileiro, soa óbvio, Mbembe afirma, ademais, que:

Após apresentar uma leitura da política como o trabalho da morte, tratarei agora da soberania, expressa predominantemente como o direito de matar. Em minha argumentação, relaciono à noção de biopoder de Foucault a dois outros conceitos: o estado de exceção e o estado de sítio. Examino essas trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir semelhantes exceção, emergência e inimigo ficcional. Em outras palavras, a questão é: Qual é, nesses sistemas, a relação entre política e morte que só pode funcionar em um estado de emergência? Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo”¹²⁴.

A necropolítica sobrevive enquanto uma realidade racista. Representa, sem dúvidas, o prosseguimento do regime escravista sob concepção de sistema, em tese, democrático:

Como instrumento de trabalho, o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho é necessário e usado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em “estado de injúria”, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos. O sentido violento da vida de um escravo se manifesta pela disposição de seu supervisor em se comportar de forma cruel e descontrolada, e no espetáculo de dor imposto ao corpo do escravo. Violência, aqui, torna-se um elemento inserido na etiqueta, como chicotadas ou tirar a própria vida do escravo: um ato de capricho e pura destruição visando incutir o terror. A vida de um escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte em vida¹²⁵.

Verifica-se, pois, que o sistema penal perpetua a escravidão em outros moldes, estabelecendo um regime de “morte em vida”. Isso é, quando o Estado não executa propriamente, utiliza-se de instrumentos sedativos, um aniquilamento silencioso do ser, para ao modo dos caçadores perante as feras, torná-las domáveis, controláveis e o mais inofensivas possível, mantê-las dóceis para o bom funcionamento da vontade do soberano e do próprio sistema penal.

¹²⁴ MBEMBE, ACHILLE. “Necropolítica”, publicado em: *Arte & Ensaios*, revista do ppgav/eba/ufrrj. n. 32. dezembro 2016. p. 128.

¹²⁵ IDEM, Ibidem. p. 132.

Para Mbembe, o Estado assume centralidade no que ele chama de cálculo da guerra, justamente por ser um modelo de unidade política, organização e um “símbolo de moralidade”¹²⁶, o que é, certamente, contraditório, uma vez que, na realidade, o Estado propaga justamente a moral mais nefasta e violenta de todas.

Por fim, ressaltando novamente que o ensaio “Necropolítica” situa-se geograficamente no contexto dos continentes africano e asiático (oriente médio), como dito, repare-se como as pertinentes constatações do ensaio têm reflexo na realidade brasileira:

O “estado de sítio” em si é uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e o externo. Populações inteiras são o alvo do soberano. As vilas e cidades sitiadas são cercadas e isoladas do mundo. O cotidiano é militarizado. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar. O deslocamento entre células territoriais requer autorizações formais. Instituições civis locais são sistematicamente destruídas. A população sitiada é privada de seus meios de renda. Às execuções a céu aberto somam-se matanças invisíveis¹²⁷.

Não sei ao leitor, mas a este que escreve, tal descrição, remete completamente à intervenção federal no Rio de Janeiro e, sobretudo, a episódios de violência extrema, qual, por exemplo, o caso do helicóptero em que estava o governador do Rio de Janeiro que sobrevoou tendas de oração, metralhando-nas¹²⁸, senão o horrendo caso dos 80 disparos de fuzil contra o carro em que estava uma família¹²⁹.

O que se verifica é mais que uma brutal chacina contra o povo, senão o cárcere, que é, por inevitável, um desperdício de gente; para citar a estimada e querida Professora Priscilla Placha Sá, que tão atentamente ouviu a inquietude de meu ser, concordo com sua senhoria quanto ao fato de as pessoas não serem recicláveis e remeto ao que em seu artigo atentou-se, invocando também a magnânima figura do Professor Juarez Cirino:

Um complexo ciclo daqui nascerá favorecendo ao sujeito uma permanente carreira delinquente, amargando os efeitos criminógenos do cárcere, que superarão o indivíduo – em verdadeira violação ao princípio da intranscendência da pena – e atingirão também suas filhas que se prostituirão e os seus filhos que se pivetizarão (CIRINO DOS SANTOS, 2007, p. 476/478), completando o destino de toda essa

¹²⁶ IDEM, Ibidem. p. 133.

¹²⁷ IDEM, Ibidem. p. 137-138.

¹²⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/helicoptero-com-witzel-bordo-metralhou-tenda-de-oracoes-em-angra-dos-reis-23648907>, acesso em 15.11.2019.

¹²⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml>; também em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/11/politica/1557530968_201479.html, acesso em 15.11.2019.

gente, que já morava perto ou no lixo, e que se transfere apenas do lugar que deles cuida: do aterro para a prisão.¹³⁰

Verifica-se, para além de um Estado necropolítico, também um Estado policialesco, como alertou Priscilla Placha Sá em sua tese de doutorado, e hipermilitarizado, em que a polícia, sobretudo militar, ganha destaque e fica incumbida de patrulhar a cidade e reprimir aqueles que não andarem na linha.

E isso é, por exato, o que transcorre no dia a dia das grandes cidades. Ou haveria um dia sequer em que a polícia militar do Estado do Paraná, ou então a Guarda Municipal da cidade de Curitiba não enquadra os jovens vendedores de drogas da Praça Maestro Carlos Gomes? Da Praça General Osório? Da Praça Tiradentes? Da Rua Trajano Vieira? Da Rua São Francisco? Da Praça Santos Andrade? Isso, claro, centrando-se nos pontos de tráfico notórios do Centro da cidade, não recorrendo às tão mais afastadas biqueiras, porém igualmente notórias, do Capanema, do Parolin, do Campina do Siqueira, da Savana *et cetera*. Há um dia sequer que a polícia não reprima e prenda uma dessas peças fungíveis do tráfico, para amanhã chamarem o próximo da fila, tão risonho e faceiro quanto o último, mais um desses jovens e risonhos vendedores de drogas do país, há um dia sequer?

As políticas de segurança pública e a justiça deveriam voltar seu foco para a interrupção do processo de acumulação de violência, o que passa, inevitavelmente, por um processo de desencarceramento. Nesse sentido, é necessário e urgente o debate sobre a descriminalização e a regulamentação do comércio de drogas, tanto para a diminuição dos lucros daqueles que fazem parte desse mercado quanto para quebrar os instrumentos através dos quais se produz uma “guerra contra a pobreza” e que atinge os segmentos pobres, negros e jovens da população. O problema das “faccções” não tem uma solução simples e inequívoca. Contudo, sabe-se que elas se constituem como produto do encarceramento e da prisão e, portanto, aí reside a resposta que é possível formular para enfrentar esse problema. Assim, a redução do encarceramento massivo em presídios que funcionam como espaços articuladores das redes criminais é medida fundamental para interromper a produção de violência nas e a partir das prisões.¹³¹

Há também o conflito entre a pobreza e a polícia, que remete às origens das favelas no Brasil e aumento da desigualdade social. Vislumbra-se um amplo pluralismo jurídico, em que, nas favelas, essas regem-se consoante um direito próprio, aos moldes do Direito de Pasárgada, de que falava Boaventura de Sousa Santos, bem como pode-se mencionar essa espécie de direito paralelo dentro dos presídios.

¹³⁰ PLACHA SÁ, Priscilla. Eles (não) são Recicláveis. Revista da Faculdade de Direito - UFPR, Curitiba, n.53.2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/30765>, acesso em 15.11.2019. p. 74.

¹³¹ DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno Paes. PCC, Sistema Prisional e Gestão do Novo Mundo do Crime no Brasil. Rev. bras. segur. pública. São Paulo v. 11, n. 2, 10-29, Ago/Set 2017. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/854/259>, acesso em 15.11.2019. p. 25

A favela é um espaço territorial, cuja relativa autonomia decorre, entre outros fatores, da ilegalidade coletiva da habitação à luz do direito oficial brasileiro. Esta ilegalidade coletiva condiciona de modo estrutural o relacionamento da comunidade enquanto tal com o aparelho jurídico-político do Estado brasileiro. No caso específico de Pasárgada, pode detectar-se a vigência não-oficial e precária de um direito interno e informal, gerido, entre outros, pela associação de moradores, e aplicável à prevenção e resolução de conflitos no seio da comunidade decorrentes da luta pela habitação. Este direito não-oficial - o direito de Pasárgada como lhe poderei chamar - vigora em paralelo (ou em conflito) com o direito oficial brasileiro e é desta duplicidade jurídica que se alimenta estruturalmente a ordem jurídica de Pasárgada. Entre os dois direitos estabelece-se uma relação de pluralismo jurídico extremamente complexa, que só uma análise muito minuciosa pode revelar. Muito em geral pode dizer-se que não se trata de uma relação igualitária, já que o direito de Pasárgada é sempre e de múltiplas formas um direito dependente em relação ao direito oficial brasileiro. Recorrendo a uma categoria da economia política, pode dizer-se que se trata de uma troca desigual de juridicidade que reflete e reproduz, a nível sócio-jurídico, as relações de desigualdade entre as classes cujos interesses se espelham num e noutro direito.¹³²

Fato é que em todos esses âmbitos a polícia é tomada por inimigo do povo. Independente de terem a mesma cor e origem do restante do povo. Suscita-se, assim, um regime fratricida, em que a população torna-se inimiga dos representantes estatais que são, em suma, o povo.

Outros fatores contribuíam ainda para que a polícia fosse vista como um inimigo pelos moradores de Pasárgada. Criminosos, suspeitos, vagabundos e em geral "maus elementos" eram considerados pela polícia como formando uma considerável proporção da população de Pasárgada. Por conseguinte, pelo que contam as testemunhas desse tempo (que não é, neste aspecto, muito diferente do tempo presente), a polícia fazia incursões repressivas, isto é, "dava batidas" na comunidade com muita frequência. Estas batidas eram tão ineficientes do ponto de vista de objetivos policiais quanto eram repugnantes para os moradores que delas eram vítimas. Aqueles que de fato eram "maus elementos" quase nunca eram apanhados e as pessoas inocentes eram levadas com frequência para prisões de onde não eram libertadas a não ser através de suborno. Neste contexto, e mesmo colocando de lado perigos envolvidos, não existia qualquer propósito útil em chamar a polícia em caso de conflito. Se a vítima ou, em geral, a pessoa prejudicada chamasse a polícia, sabia que esta provavelmente não se disporia a vir (a menos que por outros motivos tivesse nisso interesse) e, se viesse, o culpado e todas as relevantes testemunhas já teriam então desaparecido ou, se não, quando interrogadas, fariam o possível para não fornecer quaisquer informações úteis. Por outro lado, o morador que chamasse a polícia seria considerado traidor ou informante (cagüete) pelos outros moradores e isso poderia fazer perigar a sua permanência na comunidade. Não existe razão para duvidar da exatidão deste relato, tanto mais que ele se refere a comportamentos e atitudes que continuam ainda hoje a constituir, em grande parte, o quotidiano das relações entre os moradores de Pasárgada e a polícia. Apesar de ter agora delegacia em Pasárgada, a polícia continua a desempenhar um papel mínimo na prevenção e na resolução de conflitos. Não obstante os seus esforços no sentido de uma aceitação mais positiva por parte da comunidade, continua a ser vista por esta como uma força hostil investida de funções estritamente repressivas.¹³³

¹³² SANTOS, Boaventura de Sousa. Notas Sobre a História Jurídico-social de Pasárgada. p. 2. Disponível em: <http://www.geocities.ws/b3centaurus/livros/s/boavpassar.pdf>, acesso em 15.11.2019.

¹³³ IDEM, Ibidem. p. 6.

Por fim, na história recente do Brasil, o ápice da hipermilitarização se deu nos episódios das ditas UPPs, Unidades de Polícia Pacificadora, e, mais recentemente ainda, na intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

Nas palavras do líder comunitário Nilton Gomes, quando da série de reportagens do jornal *A Nova Democracia*, sobre o colapso das UPPs no Rio:

Esse negócio de pacificar com tanque de guerra é uma incoerência, porque se o Estado não tivesse abandonado essa região nos últimos 40 anos, não precisaria de nada disso. Se o próprio Estado respeitasse a Constituição, que diz que todo brasileiro tem direito à moradia, à saúde e à educação, hoje o Complexo do Alemão não estaria como está. Foi o abandono do Estado que deu origem a todo esse quadro de miséria.

Esse Estado, na realidade, é um Estado opressor. Um Estado que garante o poder da burguesia e domina a gente que é da classe operária. Eu não acho que esse Estado trata todos os setores da sociedade de maneira igual. Eu acho que tem muita discriminação e nós somos os discriminados.¹³⁴

Nesse mesmo sentido:

VICIADOS SÃO “TRATADOS” POR PM MATADOR. No dia 25 de outubro, o jornal *O Dia* divulgou detalhes macabros sobre o passado do suposto filantropo Sérgio Pereira de Magalhães Junior, presidente da casa espírita Tesloo. A ONG é uma co-gestora dos cinco centros especializados em dependência química, para onde são encaminhados 90% dos viciados em crack recolhidos compulsoriamente na cidade do Rio. Somente durante a ocupação do Complexo de Manguinhos – que abrigava a maior “cracolândia” da cidade – cerca de 150 pessoas foram encaminhadas para os centros de reabilitação da Casa Espírita Tesloo.

Segundo a denúncia, durante os quatro anos em que esteve na polícia, o ex-PM participou de operações policiais que resultaram na morte de pelo menos 42 pessoas. O laudo cadavérico das vítimas apontou claros sinais de execução, como tiros a curta distância no peito, na nuca e no antebraço – indicando tentativa da vítima proteger o rosto. Ainda, segundo a denúncia, em 2008, Sérgio foi investigado pela Chefia da Polícia Civil por suspeita de integrar um grupo de extermínio paramilitar que domina as comunidades de Sobral e Vila Brasil, na zona oeste do Rio.¹³⁵

E, por fim, para dar cabo ao presente subcapítulo, deixo-vos a entrevista do *Jornal A Nova Democracia* com a eminente Professora Vera Malaguti Batista:

No final de outubro, a socióloga Vera Malaguti Batista – professora de Criminologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Secretária-Geral do Instituto Carioca de Criminologia – falou em entrevista exclusiva ao AND na sede do ICC, no bairro de Santa Teresa, região central do Rio. Um dos assuntos abordados com mais rigor pela especialista foi a militarização de favelas e bairros pobres no Rio de Janeiro, processo que tem se expandido para outros estados, como São Paulo, onde a favela Paraisópolis se encontra ocupada pelas forças de repressão do Estado. Enquanto isso, no Rio, as unidades de polícia pacificadora (UPPs) seguem impondo autêntico regime de exceção às populações dessas localidades pobres.

¹³⁴ GRANJA, Patrick. UPP: O Novo dono da favela. Cadê o Amarildo? Rio de Janeiro: Revan, 2015. p. 19-20.

¹³⁵ IDEM, Ibidem. p. 63-64.

- Eu acho que esse projeto de militarização é um projeto de ocupação do Rio de Janeiro. É um projeto que está no imaginário conservador nacional há muito tempo, visto que o Rio sempre foi uma cidade rebelde. Várias tentativas já foram feitas no sentido de militarizá-la, como a operação Rio 1, operação Rio 2, 1964, 1961, com fins de reprimir a rebeldia ilustrada muito bem no século XIX com as rebeliões escravas. Como dizia o Brizola, o Rio é um tambor que ressoa para o resto do país. O que mais me impressiona é o fato desse processo de militarização acontecer justamente na democracia, com a cobertura total dos meios de comunicação e impedindo o trabalho heróico de veículos como o Jornal A Nova Democracia. E ainda tem gente que fala: “não, mas os moradores estão gostando.” Se isso é verdade, eu fico mais assustada ainda, porque então o morador está gostando de ser ocupado – alerta.
- A recepção desse projeto vem sendo ardilosamente construída pelos grandes meios de comunicação desde o fim da ditadura, quando o imigo interno sai da subversão e vai para o criminoso comum. Somado a isso, existe uma má compreensão da esquerda sobre a questão criminal, sobre o que essa questão representa para o capitalismo nos dias de hoje. O capital financeiro, o neoliberalismo produz uma demanda por ordem, por militarização, por ocupação de território, é um projeto devastador que destrói as redes coletivas de mútuo apoio, desde as estatais até as locais. Além disso é um projeto que constrói a figura do inimigo como pobre, favelado, que criminaliza as estratégias de sobrevivência, como é o caso da “pirataria” e dos camelôs –explica.¹³⁶

2.3 DA ORIGEM À GUERRA

2.3.1 Antes da Origem da Guerra

Percebe-se, em volta do discurso repressivo que foi construído, principalmente no último século, uma tendência nitidamente falaciosa, de construir verdades consoante essas interessam a um determinado governo (dos Estados Unidos, principalmente), bem como se verifica justamente uma tendência de o mundo seguir os posicionamentos dos EUA com relação à política criminal de drogas. O discurso, no Brasil e na América Latina, baseou-se basicamente em premissas estadunidenses, muitas vezes infundadas, com nítido caráter imperialista.

Ao nosso turno, prostramo-nos subservientes enquanto nação e continente americano, às vontades de outras nações e conglomerados de nações.

O paradigma da criminalização, ao que tudo indica, está ruindo, uma vez que, mesmo no país que foi berço de todas essas empreitadas, qual seja, os Estados Unidos, mesmo lá, optou-se recentemente por uma guinada liberal (no sentido mais liberal da palavra), culminando na legalização, em alguns estados, daquela que é apontada como das mais leves dentre as drogas proibidas, a maconha.

A tendência é que esse movimento prossiga nos Estados Unidos.

¹³⁶ IDEM, Ibidem. p. 65-66.

Aqui, no Brasil, verificamos, em outro sentido, que não há, aparentemente, respaldo popular suficiente para movimentações nesse sentido, bem como não se revela o momento histórico mais propício para tais adventos.

Sabe-se que o governo que aí está não é nem um pouco simpático à ideia de legalização das drogas, sequer sob sua faceta medicinal e, na realidade, ao que tudo indica, tampouco é favorável à descriminalização do usuário, que já ocorreu na maioria dos países da América. Não sabemos se por pura ignorância ou então se por inexorável ideologia. Fato é que enquanto o governo mantém-se inerte, pessoas estão sendo presas e exterminadas em razão de uma guerra que jamais deveria ter sido inventada.

Nesse sentido, aponta a criminóloga Rosa Del Olmo:

Todos parecem favorecer a ignorância e a confusão para silenciar a contraditória história de cada droga e dos “condicionantes estruturais e político-econômicos que produzem essa conduta, assim como a do que reage a essa conduta.”

O criminólogo alemão SEBASTIAN SCHEERER nos demonstra, por exemplo, em seu interessante trabalho sobre a história do ópio nos Estados Unidos, como seus distintos modos de consumo — fumá-lo, comê-lo ou injetá-lo — foram objeto de uma criminalização diferenciada (leia-se proibição)... “O tipo menos perigoso de consumo em termos de saúde, isto é, fumá-lo, foi rapidamente sujeito à criminalização, enquanto o mais perigoso (injetar-se heroína) foi o último a ser definido publicamente como problema social”. A explicação é muito clara neste caso: era preciso deslocar a mão-de-obra chinesa — únicos fumadores na época — quando se tornou ameaçadora sua competição no mercado de trabalho. Assim observamos como para sua criminalização predominou o interesse econômico sobre o médico. A confusão é agravada quando se observa como se tenta difundir um mesmo discurso universal, atemporal e a-histórico sobre “o problema da droga”, como se a situação de cada país e de cada droga fossem semelhantes¹³⁷.

É lógico supor que o uso de drogas é inerente ao ser humano, desde sua descoberta na pré-história, quando, à procura de alimentos, os hominídeos de então se depararam com plantas as quais capazes de lhes alimentar mais do que o estômago, mas lhes alimentar também a mente, entorpecendo-os.

Tais drogas, capazes de alterar a consciência de nós, animais, foram tão logo alçadas à condição de sagradas por diversas culturas e civilizações, como é o caso da ayahuasca (do quíchua, “cipó do espírito”, também conhecido como “chá do santo daime” devido à sua apropriação por certos rituais cristãos), que foi utilizada por tribos indígenas da Amazônia, estimando-se que essas populações a utilizam há pelo menos 2.000 a.C.¹³⁸

¹³⁷ DEL OLMO, Rosa. *A Face Oculta da Droga*. Tradução de Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Revan, 1990. p. 26.

¹³⁸ Disponível em: <https://www.santodaime.org/site/religiao-da-floresta/o-santo-daime/historico-sobre-a-ayahuasca>, acesso em 15.11.2019.

No caso das bebidas alcoólicas, a exemplo do vinho e da cerveja, possuem, respectivamente, origem estimada entre 4.000 a.C.¹³⁹ e 3.200 anos a.C.¹⁴⁰.

Tratando-se dos indígenas brasileiros, além do uso do ayahuasca, verifica-se o uso do álcool tradicionalmente pelos grupos indígenas Karipuna, Marworno, Palikur e Galibi de Oiapoque, todos localizados nas Terras Indígenas Uaçá, Juminã e Galibi de Oiapoque, município de Oiapoque, no extremo norte do Estado do Amapá¹⁴¹, estando associada nesses povos ao uso tradicional do “caxiri”, bebida alcoólica feita com mandioca, cuja origem remete ao século XVII, estando associada ao casamento e à inseminação do homem pela mulher:

O caxiri tem uma dimensão coletiva, é produzido em grandes quantidades, exige doação de mandioca, preparação do beiju, um dono de festa, e é a bebida por excelência solicitada ao xamã pelos seres sobrenaturais durante o Turé, exceção feita ao Galibi de Oiapoque. Caxiri e Turé são praticamente indissociáveis. É possível haver caxiri sem Turé, mas Turé sem caxiri não. O agradecimento organizado pelo xamã nada mais é que a oferta da festa (Turé) e da bebida (caxiri). Beber, dançar e cantar representam oferendas. O caxiri consumido na festa vai para o outro mundo, morada dos Karuãna (seres sobrenaturais com as quais o xamã tem contato durante as suas viagens oníricas). Quanto mais caxiri for consumido, quanto mais animada for a dança, maior será a gratidão.

Os grupos indígenas do Uaçá não fazem associações explícitas entre o caxiri, o sêmen, a fermentação e a gestação, mas observando com atenção os protocolos que presidem a preparação e o consumo da bebida, vê-se que ela é carregada de significados. O caxiri, metaforicamente, se assemelha ao sêmen. Durante o Turé, dentro do espaço cerimonial, laku (do francês, la cour, o pátio), a bebida é servida preferencialmente por mulheres jovens, chamadas em patuá de ren (do francês, rienes, rainha). Assim, ao contrário do sêmen, que vai dos homens para as mulheres, o caxiri percorre o caminho no sentido inverso, indo delas para eles. O caxiri estufa no estômago, empanturra, deixa a barriga inchada como se eles estivessem “grávidos”. Nesse caso, é como se as mulheres inseminassem os homens, invertendo a lógica da concepção. A esse respeito, entre os Araweté, Viveiros de Castro (1986, p. 341-45) refere-se à cauinagem como um momento no qual as mulheres servem os homens, inchando os dançarinos de cauim até que fiquem barrigudos como as gestantes. É um processo de “inseminação artificial” onde o cauim emerge como uma espécie de “sêmen feminino”, conclui o autor.¹⁴²

Sabe-se, pois, que a origem das drogas passa por sua origem etimológica, bem como esta remete às drogas do Oriente, ou seja, às especiarias que vieram à tona eis que os europeus retomaram o contato com o Oriente mediante as cruzadas, remetendo ao Renascimento; vejamos:

A etimologia do termo droga é das mais controversas. Entre as várias hipóteses levantadas (do latim *drogia*, do irânico *daruk* e do árabe *durâwa* e do celta *druko*, por

¹³⁹ GUARINELLO, Norberto Luiz. O Vinho: uma droga mediterrânea. Drogas e Cultura: Novas Perspectivas. Salvador: Edufba/MINC, 2008. p. 190.

¹⁴⁰ FIDELIS DIAS, Laércio. Usos e abusos de bebidas alcoólicas segundo os Povos Indígenas do Uaçá. Drogas e Cultura: Novas Perspectivas. Salvador: Edufba/MINC, 2008. p. 199.

¹⁴¹ IDEM, Ibidem. p. 200.

¹⁴² IDEM, Ibidem. p. 206-207.

exemplo), a hipótese holandesa me parece a mais verossímil (Vargas, 2001, p. 91-94). Tal hipótese faz o vocábulo derivar do neerlandês *droghe vate*, expressão que significa “barris de coisas secas” e cujo emprego teria sido registrada ao menos desde o século XIV (Corominas, 1954, p. 195-198). Ela também nos permite situar a emergência do vocábulo diretamente no contexto dos contatos entre os povos europeus e seus outros (encarnados, na época, sobretudo pelos árabes e demais povos do Oriente), tais como esses contatos se deram nos últimos séculos da Idade Média. Mais precisamente, essa hipótese nos permite situar a emergência do vocábulo no rescaldo das Cruzadas, quando entraram em curso de desenvolvimento, no mundo ocidental, quer as sociedades de corte e aquele processo que Elias chamou de “civilizador” (Elias, 1994), quer a fascinante e aterrorizante deriva cosmológico-topográfica em busca da Terra de Cocanha, do País da Canela, dos domínios de Preste João, das Ilhas Afortunadas, do Eldorado, em suma, do Paraíso Terreal. Essa deriva materializou-se, entre outras coisas, na demanda por um tipo muito especial de mercadorias, as drogas ou especiarias, substâncias exóticas que teriam o “gosto do paraíso”, conforme a feliz expressão de Schivelbusch (1993, p. 314).¹⁴³

Sabe-se que essa fase é marcada pela “loucura das especiarias” (BRAUDEL *apud* VARGAS). Num primeiro momento, a ideia de droga estava associada a ideia de especiaria, temperos e, em suma, substâncias às quais os europeus não tinham acesso. Diferia-se muito do significado que compreendemos hoje.

Schivelbusch (1993, p. 6) encontrou uma chave de interpretação instigante ao lembrar que “o único ponto em comum entre a pimenta, a canela, o cravo, a noz moscada, o gengibre, o açafrão e uma série de outras especiarias era sua origem não-européia. Todas vieram do Extremo Oriente”. As especiarias nunca foram apenas instrumentos de ostentação e signos de distinção social; elas também compreendiam “valores de sonho – os mesmos valores atribuídos ao Oriente, terra misteriosa e distante, ‘horizonte onírico’ (Le Goff, 1965) sobre o qual os Ocidentais projetaram toda sorte de desejos e de utopias” (Montanari, 1995, p. 91). Como notou Schivelbusch (1993, p. 6), “especiarias como uma ponte para o Paraíso, e a visão do Paraíso como um lugar real em algum ponto do Oriente – sua fonte – fascinavam a imaginação medieval”. Mas se, sob o modo das especiarias, o “gosto do paraíso” era privilégio dos mais abastados, a deriva cosmológico-topográfica em busca do paraíso não era prerrogativa deles, nem dispensou o emprego de outras estranhas substâncias, quando não resultou do não emprego de qualquer substância (ou seja, da fome).¹⁴⁴

Sucedese À descoberta das ditas especiarias do Oriente, as primeiras experimentações no âmbito da alquimia, que futuramente originaria a química e a própria medicina em seus sentidos modernos. Dentro desse contexto, sobressai-se a figura de Paracelso, alquimista, químico e ocultista nascido no final do século XV. Paracelso tornou-se notável pela sua máxima de que a “dose fazia o veneno.”

Para Paracelso, as doenças não resultavam do desequilíbrio dos humores ou fluidos corporais, não devendo, portanto, ser tratadas mediante dieta, sangrias e purgas; segundo ele, as doenças constituíam “entidades” (ens) que deviam ser tratadas

¹⁴³ VARGAS, Eduardo Viana. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. Cultura e Drogas: Novas Perspectivas. Salvador: Edufba/MINC, 2008. p. 42-43.

¹⁴⁴ VARGAS, Eduardo Viana. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. Cultura e Drogas: Novas Perspectivas. Salvador: Edufba/MINC, 2008. p. 43-44.

mediante o emprego de substâncias químicas. Ele postulava ainda que todas as substâncias da natureza podiam exercer influências positivas (e constituir-se, nesse caso, como *essentia*) ou negativas (e tornar-se, nesse caso, *venena*), sendo a diferença entre *essentia* e *venena*, basicamente, uma questão de dose, já que *dosis sola facit venenum*.¹⁴⁵

Vargas chama atenção para o fato de que a população da Europa estava acostumada a substâncias entorpecentes e até mesmo alucinógenas, e quando não se encontravam entorpecidos, em especial os mais pobres, ainda assim estavam em estado alucinatório em razão da fome.

Durante ainda um bom tempo, fome e miséria permaneceram como a realidade cotidiana para muitos (se não para a maioria) dos europeus contemporâneos de Vesalius e Paracelso e influenciaram, de modo decisivo, suas cosmologias. Em um desconcertante trabalho sobre a vida cotidiana dos pobres do campo e das cidades da Europa pré-industrial, marcada pelo princípio da *brevitas vitae*, Camporesi (1996) chegou mesmo a traçar uma imagem da Europa como um grande laboratório de sonhos ao mostrar que sobretudo os pobres viviam em um estado de quase permanente torpor ou alucinação provocados pela fome ou pelo consumo de pães adulterados com ervas alucinógenas ou entorpecentes, como a papoula, o cânhamo, o joio e o esporão de centeio.¹⁴⁶

Verificava-se nessa Europa pré-industrial um modo de vida muito próximo do que seria a visão dionisíaca de mundo, de que se falou na primeira parte dessa diatribe. Há uma mitigação do maniqueísmo, sendo possível a coexistência de visões de mundo diametralmente opostas numa festa como o Carnaval, em que sobriedade e ebriedade pareciam se consubstanciar.

Como mostrou Bakhtin (1993), a cultura popular européia, nesse período, (também) tinha um caráter eminentemente cômico, marcado pela profusão de festas públicas, de ritos e cultos burlescos, de bufões e de bobos, de gigantes, de anões, de monstros e de palhaços de estilos e categorias as mais diversas, que ganhavam as ruas sobretudo por ocasião do Carnaval, esta festa ambivalente, simultaneamente marcada pelos signos da destruição e da regeneração, onde predominava a “lógica das coisas ‘ao avesso’”, vale dizer, o rebaixamento de tudo o que era considerado “elevado, espiritual, ideal e abstrato” ao plano da “vida material e corporal”. Nesse contexto, como o riso e as máscaras carnavalescas, a embriaguez era um meio privilegiado para o rebaixamento, a mistura, a ultrapassagem das fronteiras, enfim, para a abertura do corpo ao mundo. Como o riso, a embriaguez “amortalha e ressuscita simultaneamente”; como as máscaras, a embriaguez “traduz [...] a alegre negação da identidade e do sentido único, a negação da coincidência estúpida consigo mesmo” (Bakhtin, 1993, p. 35). Enfim, se a vida dos pobres era breve, a *brevitas vitae* era marcada pelos excessos, seja sob o modo da privação, seja sob o da abundância; além disso, ela envolvia o obsessivo emprego de uma gama considerável de substâncias (ou de praticamente nenhuma substância, isto é, a fome) indutoras de estados alterados suficientemente potentes para fazerem o mundo virar de ponta-cabeça.¹⁴⁷

¹⁴⁵ VARGAS, Eduardo Viana. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. *Cultura e Drogas: Novas Perspectivas*. Salvador: Edufba/MINC, 2008. p. 45

¹⁴⁶ IDEM, *Ibidem*. p. 46.

¹⁴⁷ IDEM, *Ibidem*. p. 46-47.

Segundo Vargas, ainda, no início do século XVII, há uma redefinição do catálogo das drogas, aparecendo, na Europa, alimentos como o café, o chá, chocolate, tabaco etc. Isso é, sobleva-se uma nova classe de drogas, até então desconhecidas pelos europeus, parte delas vindas da América, mormente em se tratando do tabaco, chocolate e açúcar, que começava a ser produzido em larga escala, principalmente no Brasil colônia. Trata-se do aparecimento dos alimentos-droga.

Um dos fatores responsáveis pela queda da importância das especiarias no tráfico internacional foi a emergência, na Europa do início do século XVII, de um novo grupo de “alimentos de luxo”: o café, o chá, o chocolate, o açúcar, o tabaco e as bebidas alcoólicas destiladas (Schivelbusch, 1993, p. 12-13). Em linhas gerais, portanto, o declínio da “loucura das especiarias” parece coincidir com o advento daquilo que Mintz (1986, p. 180 e p. 186) chamou de *drug foods* ou “alimentos-droga”. Esse conjunto aparentemente tão diversificado de “alimentos-droga” compartilhava certas características, que convém ressaltar. Em primeiro lugar, tabaco à parte, todos os demais envolveram, ao menos no Ocidente, o emprego do açúcar. O açúcar, que alcançou o continente europeu por volta do século XII e pelas mãos dos árabes, foi, durante muito tempo, considerado uma especiaria, um produto raro e custoso prescrito pelos médicos ou acrescentado com parcimônia na comida (Mintz, 1986; Lempis, 1996).

[...] Além disso, todas essas substâncias vieram de longe, de fora da Europa: o açúcar e o café da Arábia, o chá da China, o chocolate e o tabaco da América, e mesmo as bebidas destiladas, que aparentemente foram inicialmente elaboradas na Europa, só o foram em virtude da introdução, naquele continente, do alambique, aparelho que, ao que tudo indica, é de origem árabe.

Além disso, a crescente demanda ocidental por esses “alimentos-droga” obedece a certas razões de ordem prática que convém destacar: enquanto as bebidas quentes, leves, estimulantes e não alcoólicas (como o chá, o café e o chocolate adoçados) se conformam com os ditames do capitalismo emergente e seus reclamos por sobriedade, racionalidade e disciplina no trabalho, o tabaco e as bebidas alcoólicas destiladas tornam mais suportáveis a crescente (o)pressão disciplinar e as precárias condições de vida que se abatem sobre os mais pobres ao entorpecê-los. Enquanto isso, o açúcar, rico em calorias, além de fornecer energia indispensável para o trabalho, adoça tudo aquilo com que ele se mistura...¹⁴⁸

No século XIX, por sua vez, verifica-se “uma nova era na terapia através das drogas” (CHAST *apud* VARGAS)¹⁴⁹. Nessa época, são introduzidas nas práticas médicas substâncias puras de origem mineral, como o iodo, vegetal, como a morfina, e animal, a exemplo da insulina. Sobressaem-se, ademais, as substâncias enunciadas “alcalóides”, capazes de serem utilizadas como substâncias terapêuticas¹⁵⁰. Vê-se uma consonância entre alquimia, química e medicina, cujos conhecimentos se complementavam.

¹⁴⁸ IDEM, *Ibidem*. p 47-48

¹⁴⁹ IDEM, *Ibidem*. p. 49.

¹⁵⁰ IBIDEM.

Nessa toada, parece que um dos adventos mais importante dentre as classes das drogas com finalidades terapêuticas, foi a elaboração dos antibióticos a partir da década de 30, com as sulfanilamidas, e, adiante, as penicilinas, na década de 40.¹⁵¹

Portanto, ao se analisar a história das drogas, percebe-se que a ideia de fármacos, ou seja, drogas terapêuticas, mistura-se com a de outras substâncias entorpecentes. Por diversas vezes, é impossível dissociar as duas coisas, sendo possível que uma substância seja uma droga com finalidades recreativas e medicinais ao mesmo tempo. Veja-se o caso do ópio.

Conhecido há milênios, o uso terapêutico do ópio ganhou força com a introdução da morfina no início do século XIX. O emprego desse alcalóide, por sua vez, foi incrementado pela introdução das seringas hipodérmicas em meados do século XIX; seu uso alcançou então dimensões epidêmicas, das quais os soldados desmobilizados após o término da Guerra Civil americana foram as primeiras vítimas.¹⁵²

Constata-se que, na história das drogas, inclusos os fármacos, existe uma relação ambivalente entre o ideal daquilo que é saudável e potencialmente remédio e as substâncias sem finalidades propriamente medicinais, ou cujas aplicações terapêuticas eram postas em segundo plano. Nesse compasso, pode-se falar em “medicalização geral dos corpos e da vida”:

Mais amplamente, a invasão farmacêutica é parte constituinte de um processo mais amplo de medicalização dos corpos e da vida, processo esse contemporâneo ao desenvolvimento do capitalismo em fins do século XVIII e início do século XIX (Foucault, 1982a). A introdução de uma impressionante variedade de fármacos tidos como puros e eficazes foi decisiva para fundamentar materialmente esse processo de medicalização geral dos corpos e da vida. No entanto, se ela contribuiu para garantir uma maior expectativa de vida para milhões de pessoas, tal introdução não se desenrolou sem produzir efeitos perversos, inclusive do ponto de vista dos ideais de saúde (e de vida) que ela procurou objetivar. Como notou Ackerknecht (1962, p. 397-398), “quanto mais potentes se tornam os remédios empregados pela medicina, mais numerosos se tornam os problemas de possíveis efeitos colaterais deletérios” decorrentes de seu emprego. Illich (1975, p. 33), por sua vez, lembra que “os medicamentos sempre foram venenos potenciais, mas seus efeitos secundários não desejados aumentaram com a sua eficácia e a extensão de seu uso.”¹⁵³

Verifica-se que o processo de restrição e proibição de drogas é absolutamente recente, contando com cerca de cem anos das primeiras iniciativas. Até então, as drogas e os fármacos eram substâncias indissociáveis.

De fato, a restrição da categoria drogas a (modalidades de uso não médico de) um conjunto particular de substâncias, as substâncias psicoativas, não só é recente como também é contemporânea da partilha moral entre drogas de uso ilícito e drogas de uso livre, tolerado ou controlado. Ao menos duas coisas chamam a atenção nas políticas

¹⁵¹ IDEM, Ibidem. p. 50.

¹⁵² IDEM, Ibidem. p. 52

¹⁵³ IDEM, Ibidem. p. 51.

atualmente em vigor a respeito das drogas. De um lado, é possível observar uma impressionante uniformidade nas políticas oficiais dos mais diversos países, ocidentais ou não, relativamente às drogas, a qual está relacionada com a paulatina imposição de um “controle internacional compulsório cooperativo” em torno das drogas (Scheerer, 1993, p. 170, 188). Embora seja possível encontrar exceções a essa regra, a tônica dessas políticas é marcada pela distinção entre drogas e fármacos e pela repressão a todas as formas de uso não médico de praticamente todas as drogas rotuladas como psicoativas, com as notórias, apesar de controversas, exceções do álcool etílico e do tabaco. Por outro lado, a ênfase repressiva dessas políticas contrasta nitidamente com a leniência das que vigoravam há cerca de um século relativamente às drogas, no sentido mais amplo do termo (Escohotado, 1994; Musto[197?]; Bonnie; Whitebread, 1970).¹⁵⁴

Portanto, a partir de uma distinção entre drogas e fármacos é possível estabelecer um controle estatal com relação ao acesso da população a essas substâncias.

Há cerca de um século praticamente nenhuma droga, de uso medicamentoso ou não, era objeto de controle, quanto mais sujeita à criminalização. No entanto, ao longo do século XX, praticamente todos os países do mundo viriam a implementar políticas mais ou menos repressivas em torno do uso de certas drogas. Exceções à parte, tais políticas caracterizaram-se pela criminalização da produção, do tráfico e do uso de drogas com propósitos não terapêuticos e pela crescente ampliação de substâncias consideradas drogas de uso ilícito. Por outro lado, foram os saberes médico-farmacológicos os nominalmente acionados, na grande maioria dos casos, para fundamentarem cientificamente tais políticas de repressão. Não é à toa que a criminalização de certo conjunto (de usos) de substâncias se deu em conjunção com a invasão farmacêutica e com o crescimento da importância social das atividades biomédicas. Também não é à toa que a restrição do sentido do vocábulo drogas tenha sido contemporânea desses processos. Daí que, em todos esses casos, as políticas de repressão a partir de então tornadas hegemônicas em torno das drogas consideradas ilícitas tiveram, nominalmente, um duplo fundamento: médico e jurídico.¹⁵⁵ É por conta desse duplo fundamento que, ainda e, sobretudo, hoje, quando as medidas de repressão pura e simples começam a ser mais intensamente criticadas, seja pela ineficácia em fazer reduzir a demanda por drogas, seja pelos efeitos perversos oriundos de sua implementação – como o crescimento inaudito do crime organizado em torno da produção e do tráfico de drogas (máfias, cartéis, etc.) –, as alternativas oficiais atualmente em discussão tendem a tratar o problema nem tanto como sendo, apenas, da alçada jurídica, mas, também, da alçada da saúde pública: cadeia para produtores e traficantes, clínicas de tratamento para usuários.¹⁵⁶

Segundo Vargas, é preciso se precaver contra a naturalização da distinção entre drogas e fármacos, uma vez que todos os fármacos são, ora, drogas. Vargas também ressalta um tratamento ambivalente em torno do mote drogas, em que essas são reprimidas ao mesmo tempo em que seu consumo é incitado. As sociedades contemporâneas criaram o “fenômeno das drogas”.¹⁵⁷

[...] creio ser possível sustentar também, seguindo novamente uma sugestão de Perlongher (1987, p. 3), que certos consumos não medicamentosos de drogas se

¹⁵⁴ IDEM, Ibidem. p. 54.

¹⁵⁵ IDEM, Ibidem. p. 54.

¹⁵⁶ IDEM, Ibidem. p. 54-55.

¹⁵⁷ IDEM, Ibidem. p. 55.

configuram não apenas como modalidades dissidentes ou excessivas com relação aos cuidados que os saberes e as práticas biomédicas recomendam que se deva tomar com a vida, mas também como efeitos perversos do próprio dispositivo das drogas: afinal, a maior parte das drogas cujo consumo é, atualmente, total ou parcialmente, considerado ilícito – como a morfina, a heroína, a cocaína, o éter, o clorofórmio, o ácido lisérgico, os barbitúricos e as anfetaminas – foi produzida, isolada e/ou sintetizada, em laboratórios químicos tendo em vista demandas biomédicas.¹⁵⁸

Atenta-se Vargas para as nuances que existem no uso de substâncias entorpecentes tais como as drogas ilícitas, que são marcadas pelo traço ambíguo, e que não necessariamente precisam ser ilícitas para serem marcadas por tal ambiguidade. Em suma, as drogas ambivalentemente são marcadas por seus efeitos eufóricos e de valorização da vida, ou então o oposto, a própria autodestruição.

Perversos ou não, tais efeitos do dispositivo das drogas articulam-se a diferentes modos de engajamento com o mundo. De modo muito esquemático, diria que estamos diante, particularmente no caso dos usos dos fármacos, de modalidades de uso de drogas pautadas pelo princípio de que a “boa morte” é aquela que deve ser, tanto quanto possível, adiada no tempo, isto é, pelo princípio segundo o qual a vida deve ser vivida em extensão; e que também estamos diante, dessa vez no caso dos usos não medicamentosos de drogas, de modalidades de uso de drogas que atualizariam outros modos de engajamento com o mundo, modos esses que se pautariam por considerar a vida, não mais em extensão, mas em intensidade.²³ A questão que me parece fundamental, e com ela concludo, é que, nesse último caso, tais modos de existência só se consumam mediante perda, destruição e, no limite, morte. Em suma, o ponto crítico é que qualquer tentativa de tratar o consumo de drogas de uso ilícito de uma maneira epistemologicamente positiva terá, inevitavelmente, que lidar com o problema da inquietante contigüidade que, corriqueiramente, faz convergir experiências como essas e processos violentos de destruição e autodestruição, em outras palavras, com a intrincada injunção entre a destruição agonística e a plenitude do êxtase. Pois, que essas sejam experiências que constantemente roçam o ilusório, o alucinatório, a estupidez, a miséria e a morte, e que, desse roçar, possam, embora isso nem sempre ocorra, extrair uma potência afirmativa, sua embriaguez, seu êxtase, ou, ao contrário, que o êxtase e a embriaguez possam resultar em estupidez e morte, esse parece ser o que torna radicalmente singular esse tipo de experiências que lidam com isso que Bataille muito propriamente chamou de “a parte maldita” (1967, grifos do autor). Tendo isso em vista, em vez de ficar apenas com o caráter doentio, desarticulador e destrutivo da experiência do consumo não medicamentoso de drogas – isto é, de se colocar exclusivamente do ponto de vista da saúde – ; em vez de também ficar apenas com o caráter inebriante e festivo da experiência do consumo de drogas – isto é, de se colocar exclusivamente do ponto de vista da doença –, ou, em suma, em vez de ficar com a moral e suas partilhas que submetem a existência à oposição de valores transcendentais, caberia, a meu ver, pôr a discussão em termos éticos que revelem uma pluralidade de modos de existência imanentes. Enfim, no lugar de opor moralmente os valores do bem e do mal e prescrever o uso de certas drogas, como os medicamentos, porque elas fazem o bem enquanto se condena o uso de outras drogas, as ilícitas, porque elas encarnam o mal – ou então tudo às avessas, fazer uma apologia das drogas ilícitas enquanto se descuida do uso de drogas lícitas –, trata-se de insistir eticamente, ao modo de Spinoza, sobre a diferença qualitativa dos modos de existência.¹⁵⁹

¹⁵⁸ IDEM, *Ibidem*. p. 55-56.

¹⁵⁹ IDEM, *Ibidem*. p. 56.

É notório que a psicanálise nasceu dos experimentos de Sigmund Freud com a Cocaína, droga que ele cria ser fundamental para curar as “doenças da alma”. É evidente que não demorou muito até que ele percebesse a nocividade da droga, devido ao seu alto nível de adicção, mas ainda se estava longe de proibi-la, e corriqueiramente se a utilizava como medicamento, contribuindo até mesmo na fórmula do famigerado refrigerante Coca-Cola.

A história da consciência humana, inclusive da própria noção da individualidade, é uma história não somente psicológica, mas social, pois as formas de consciência nascem, desde a pré-história, na interação humana, da qual a linguagem é a principal conquista. A consciência é, pois, através da linguagem, um produto histórico e coletivo. A representação cultural da consciência foi cristalizada em muitas formas psicológicas e mitológicas em cada época e civilização. No século XIX, surgiu a idéia de que o animismo seria uma forma elementar da religiosidade que refletiria a projeção para toda a natureza das instâncias do espírito humano, conhecidas inicialmente como vigília, sono, sonho e efeitos de drogas. Na representação do todo comunitário encontrar-se-ia a matriz das formas de representação da auto-consciência como uma instância coletiva, uma espécie de “mente grupal” que reconhece na comunidade o sujeito da identidade particular de cada um dos seus membros. A emergência do individualismo como modelo de representação da consciência de si, da subjetividade, tem raízes antigas, mas permaneceu marginalizada num mundo encantado em que as formas místicas encarnavam o ser humano em divindades e as instâncias religiosas governavam todas as formas de saber e experiência existencial. Apenas na época moderna surge de forma acabada o atomismo subjetivo, a idéia de um ser autônomo e encapsulado, em cujo interior brilha uma luz própria da razão que, projetada sobre o mundo e sobre si mesma, pode revelar as verdades do mundo e refletir criticamente sobre a própria instância subjetiva.¹⁶⁰

A história do ser humano é a história do consumo e da utilização das drogas.

Logicamente, o problema do uso de drogas reside em seus potenciais malefícios aos indivíduos e à sociedade, malefícios os quais não podem ser negligenciados, mas que, por outro lado, com os quais não se está devidamente lidando. Isto porque é óbvio que quando se criminaliza uma droga, sob o argumento de que “é uma droga proscria pela Anvisa, visto que capaz de causar dependência física e psíquica”, esse argumento não soa sério senão risível. Evidentemente, se o simples argumento de que uma determinada substância causa malefícios à saúde, assim como é capaz de gerar dependência física ou psíquica ter-se-ia então que proibir dezenas de drogas as quais são diária e diuturnamente utilizadas pelos reles mortais, tais como o álcool e o tabaco, ou mesmo drogas camufladas, como o açúcar, o chocolate ou a gordura trans.

A criminalização das drogas foi construída, baseando-se mais em premissas políticas, etnográficas e raciais, agravada pelos interesses econômicos da então potência mundial: Estados

¹⁶⁰ CARNEIRO, Henrique. Autonomia ou Heteronomia nos Estados Alterados de Consciência. Cultura e Drogas: Novas Perspectivas. p. 67.

Unidos da América. Os procedentes imperialistas pode-se dizer ficaram a cargo da Inglaterra, quando da famigerada “Guerra do Ópio.”

Ensina-nos Orlando Zaccone que:

As primeiras guerras envolvendo a questão das drogas foram disputas a favor do livre comércio destas substâncias. As Guerras do Ópio, em 1839 e 1856, respectivamente, trazem a marca de uma política que vislumbrava uma enorme lucratividade no comércio legal do ópio. Os ingleses realizavam grandes lucros com o fomento da produção do ópio na costa oriental da Índia e, especialmente, com a exportação do produto para China, onde cerca de dois milhões de pessoas chegaram a se tornar opiômanas e as vendas do ópio, promovidas pela East Indian Company, chegaram a representar a sexta parte do total das rendas da Índia Britânica. Isto sem falar nos “opiários”, espécies de botequins do século XIX, disseminados nas principais cidades da Europa, onde as pessoas consumiam livremente o ópio.

Todavia, na história, ocorre sempre o inesperado. O imperador chinês Lin Tso-Siu decidiu, provavelmente em nome da saúde pública chinesa, apreender e destruir um carregamento de 1360 toneladas de ópio, que resultou na primeira declaração de guerra da Inglaterra à China, sob o fundamento do livre-comércio.¹⁶¹

Ou seja, a primeira guerra de que se tem vestígios ocorrida sob o pretexto das drogas, trata-se, em realidade, de uma guerra pelo direito ao livre comércio dessas substâncias, em especial, o ópio.

A rainha da Inglaterra considerava uma “injustiça” contra seus súditos e o Parlamento Inglês autorizou o envio de tropas para obter “reparações”, culminando com a guerra vencida pela Inglaterra, que obtém, além de uma indenização, a cessão de Hong-Kong, para ali instalar uma base naval e comercial, embora a maior vitória tenha sido “a sobrevivência do estado devedor e dos consumidores de ópio que haviam criado aquele mercado aparentemente infinito”¹⁶²

2.3.2 Século XX: Da Guerra

Os debates acerca da criminalização das drogas agravaram-se a partir do final do século XIX e início do século XX, tendo possivelmente como marco inicial a Conferência em Xangai, em 1909, e a Convenção de Haia, de 1912, também conhecida como Convenção do Ópio, tendo as convenções realizadas no início do século XX sido motivadas pela catastrófica Guerra do Ópio, na Ásia, cuja motivação foi a disputa imperialista protagonizada pela Inglaterra.¹⁶³

¹⁶¹ D’ELIA FILHO, Orlando Zaccone. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de droga?* 2ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2008. p. 77.

¹⁶² IDEM, *Ibidem*. p.77-78.

¹⁶³ CARVALHO, Jonatas Carlos de. Uma História Política da Criminalização das Drogas no Brasil: A Construção de uma Política Nacional. In: SEMANA DE HISTÓRIA E III SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA: POLÍTICA, CULTURA E SOCIEDADE, 6., 2011, Rio de Janeiro. **VI Semana...**, p. 3-4. Disponível em:

Tais convenções foram patrocinadas pelos Estados Unidos, a fim de coibir o comércio de cocaína e opiáceos, tratando-se de uma estratégica postura estadunidense.

Em 1920, a primeira grande lei proibicionista da história entrou em vigor: a Lei Seca, dos Estados Unidos, cujo objetivo era salvar o país da pobreza e da violência. Destarte, a Constituição americana estabeleceu, na 18ª emenda, a proibição da fabricação, comércio, transporte, exportação e importação de bebidas alcoólicas, vigorando até 1933, quando foi revogada pelo governo do então presidente Franklin Roosevelt.

No início do século a experiência da Lei Seca, de 1920 a 1934, nos Estados Unidos, fez surgir as poderosas máfias e o imenso aparelho policial unidos na mesma exploração comum dos lucros aumentados de um comércio proibido, que fez nascerem muitas fortunas norte-americanas, como a da família Kennedy, por exemplo. O fenômeno da Lei Seca se repete no final do século XX, numa escala global, com uma dimensão muito mais gigantesca de um comércio de altos lucros gerador de uma violência crescente. O consumo de drogas ilícitas cresce não apesar do proibicionismo também crescente, mas exatamente devido ao mecanismo do proibicionismo que cria a alta demanda de investimentos em busca de lucros.¹⁶⁴

Na década de 20 e 30, houve três grandes encontros internacionais, sendo o principal o acordo de Genebra, de 1925.¹⁶⁵ Tal acordo foi responsável por pôr em prática as disposições da Convenção de Haia.

Não obstante o fracasso da Lei Seca, entre os anos de 1931 e 1936, os Estados Unidos organizaram duas convenções as quais recrudesceram o combate às drogas, sendo que a Conferência de 1936, conhecida como Convenção para a repressão do tráfico ilícito das drogas nocivas, foi promulgada pelo decreto 2.994, de 17 de agosto de 1938,¹⁶⁶ no Brasil, pelo presidente Getúlio Vargas, sendo essa considerada a primeira lei efetivamente proibicionista do país, sob a égide do Estado Novo. Repare-se que as leis antidrogas tem traços notadamente autoritários e, por conseguinte, tendem, ao que se constata empiricamente, serem promulgadas em momentos reacionários, ao menos, no Brasil, verificou-se esse movimento, uma vez que promulgadas leis no Estado Novo e no longo íterim em que perdurou um dos momentos mais sanguinários da história do país, a Ditadura Militar (1964-1985).

Na década de 50, os opiáceos (morfina e heroína) e a maconha, consumidos pelo underground (desde intelectuais, músicos a habitantes dos guetos etc.), constituíam o principal objeto de preocupação das agências oficiais de controle, particularmente a

<http://neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/04/carvalho_histria_politica_criminalizao_drogas_brasil.pdf>.
Acesso em 15.11.2019.

¹⁶⁴ CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. p. 3.

Disponível em: http://www.neip.info/downloads/t_hen2.pdf, acesso em 15.11.2019.

¹⁶⁵ CARVALHO, op. cit., p. 5.

¹⁶⁶ CARVALHO, op. cit., p. 11.

maconha, por ser considerada “a erva maldita”, geradora de violência e criminalidade, sobretudo por estar associada aos imigrantes portorriquenhos e aos negros que lutavam pelos seus direitos civis à época. O consumidor passou a ser tratado como um “degenerado” e o traficante como “inimigo externo” (discurso geopolítico), pois havia uma teoria da conspiração comunista que pretendia corromper a juventude norte-americana com as drogas ilegais. O resultado disso foi o discurso oficial (ético-jurídico), que representou o aumento de leis penais punitivas e o discurso científico em torno da preservação da “saúde pública” (OLMO, 2003, p.122).¹⁶⁷

Sabe-se que no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, era bastante consumido o fumo de pito, especula-se, ainda, que o próprio João Gilberto, para alguns, o criador da bossa nova, para nenhuns, uma pessoa conhecida, ficava longas horas fumando e tocando obcecado seu violão, preparando-se para ensinar ao mundo um modo único de arpejar os acordes violáceos. Constitui uma espécie de verdadeiro mito no imaginário popular.¹⁶⁸

Comprava-se maconha quase abertamente na Lapa em 1951. Um dos points era a calçada do bar Primor e do cinema Colonial, no largo da Lapa, defronte ao ponto do bonde. Os fornecedores era os garotos que vendiam cigarros nos tabuleiros. Nesses tabuleiros, entre os inocentes Lincoln, Caporal Douradinho, Liberty Ovais e outras marcas comerciais, podia-se escolher entre os cigarros que já vinham enroladinhos em três diâmetros e preços diferentes: “fino”, “dólar” e, o mais grosso, “charo”. Não há registros de cotações da época, mas diz-se que eram até baratos, considerando-se a sua excepcional qualidade — sem dúvida, para conquistar freguesia. Na intimidade, a maconha era chamada de “mato”, “erva” ou, só pelos iniciados, de “Rafa” — uma abreviatura da expressão “O Rafael tá aí?”, para saber se havia fumo no pedaço. Ninguém corria grandes riscos ao fumá-la em lugares públicos. Embora não fosse exatamente “crime”, era só aconselhável não fazer isto muito perto da polícia, porque esta poderia ter idéias. Quanto aos circunstantes, tudo bem: poucas pessoas sabiam identificá-la pelo cheiro. E, as que sabiam, curiosamente não viam a maconha como um tóxico (que todo mundo pronunciava “tóchico”), mas como um “alucinógeno”. (Para o vulgo, havia uma importante diferença nas duas classificações). Como quase ninguém sabia de verdade o efeito que aquilo provocava, o máximo de atribuições que alguém poderia ter se fosse apanhado fumando era a de adquirir uma certa fama de “maluco”. Ou seja: nada que contribuísse muito para piorar a imagem que já se tinha dos músicos e cantores.¹⁶⁹

Na década de 50, a maconha ainda era pouco conhecida no Brasil, conforme se verifica, mas começava a se tornar acessível para a população da zona sul do Rio, para os artistas, dentre os quais os músicos que dariam vida à bossa nova, cujo maior expoente viria a ser João Gilberto.

Apesar do aparente liberalismo, poucos músicos e cantores brancos estavam nessa nos primeiros anos 50. Os sambistas de morro sempre tiveram maconha à sua disposição,

¹⁶⁷ ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. O Fenômeno das drogas como um Problema de Política Criminal. RIDB, Ano 2 (2013), nº 5. p 5-6. Disponível em: http://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/05/2013_05_03581_03606.pdf, acesso em 15.11.2019.

¹⁶⁸ Vide: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/06/em-conto-inedito-joao-gilberto-fuma-maconha-com-novos-baianos.shtml>, acesso em 15.11.2019.

¹⁶⁹ CASTRO, Ruy. Chega de Saudade: História e Histórias da Bossa Nova. São Paulo: Cia das letras, 1990. p. 31.

mas ela custou a descer para a cidade, e quando isto aconteceu, logo depois da Segunda Guerra, foi em pequena escala. No principio, seus consumidores foram os soldados americanos, que já desembarcavam fissurados na praça Mauá. Ali eles fizeram contato com embarcações cubanos, sempre espertos quando se tratava dessas coisas, e resolveram o seu problema. Muitos desses soldados ficaram amigos dos músicos da Rádio Nacional, cujo ponto era o bar do Zica, na praça Mauá, quase ao lado da rádio. O Zica (não confundir com o futuro Zicartola, na rua da Ca-rioca) não era um ponto de drogas, limitando-se a um ativo comércio de dólares ou uísques de contrabando. Mas, naquele vaivém entre marines, cubanos e músicos, o interesse pelo produto teria de ser despertado até em quem não fumava ciganos comerciais. A orquestra de Tommy Dorsey veio ao Rio naquele ano e introduziu a turma da Rádio Tupi nas diversas utilidades do produto.

Quase todos os Garotos da Lua eram chegados ao “Rafa” e, quando eles ofereceram o primeiro a João Gilberto, no apartamento do Bairro de Fátima, este viu na coisa qualidades que os ciganos comuns, que tentava fumar com certo engulho, decididamente não tinham. Ela lhe dava a impressão de aguçar a sua sensibilidade, fazendo-o perceber sons e cores de que nunca suspeitara. Além disso, parecia despertar-lhe uma coisa mística, meio inexplicável, que, até então, aos vinte anos, ele represara sem saber. Foi uma conquista fácil. Desde então, nunca mais fumou Lincoln, Caporal Douradinho ou Liberty Ovais.¹⁷⁰

Numa das interessantes passagens da biografia de João Gilberto, verifica-se esse curioso trecho:

Duas coisas prendiam João à casa do amigo: o diabólico ensopado de quiabo que sua mulher, Iola, preparava quase diariamente, a seu pedido, e a mudinha de maconha que ele plantara num vasinho e que gostava de ver crescer. Mariza, que o acompanhava à casa de Clóvis, não sabia o que era aquilo e se encantava com o súbito interesse de seu namorado por botânica. Cultivar o próprio produto talvez fosse uma solução econômica para João. Suas finanças estavam cada vez mais abaladas. As perspectivas de trabalho eram zero. Não podia escrever para casa pedindo dinheiro, e seu orgulho ia ao chão quando um amigo como Clóvis (ou como o maestro Britinho, seu pianista em “Quando ela sai” e “Meia luz”) oferecia-lhe algum dinheiro para se movimentar. Sua ronda noturna pelas boates também não estava lhe rendendo nada. E verdade que, como quase todos os músicos eram seus amigos, não pagava para entrar, mas era raro também que o convidassem a tocar. As vezes preferia ficar na porta, sem entrar, esperando que um deles saísse para respirar e, então, bater um papo.¹⁷¹

Indicam os fatos que, até pouco tempo antes de sua morte, isso é, da morte de um dos mais fabulosos violonistas da história do mundo, João, que na juventude tinha o apelido de “Zé Maconha”¹⁷², este continuava comprando brigas para poder fumar sua maconha em paz.

“Você mora no Leblon! Olha a baixaria!”, grita João Gilberto, o compositor que completa 80 anos nesta sexta-feira (10). Sim, o pai da bossa nova, conhecido pelo canto sussurrante acompanhado de banquinho e violão, grita. Do lado de fora do apartamento, o vizinho esmurra a porta e responde: “Você também mora no Leblon e fumar maconha é crime! Então apaga essa merda dessa maconha”. A frase talvez tenha sido a única que alguns poucos vizinhos ouviram diretamente do músico, que vive há mais de uma década no oitavo andar de um prédio na rua Carlos Góes, na zona sul do

¹⁷⁰ IDEM, Ibidem. p. 32.

¹⁷¹ IDEM, Ibidem. p. 33-34.

¹⁷² IDEM, Ibidem. p. 41.

Rio. O apartamento alugado, de 130 m², é um original quatro quartos transformado em três e conta ainda com sala, cozinha, dependências e três banheiros, com direito a uma vaga na garagem. São quatro imóveis por andar.

Discreto, João quase nunca sai de casa e raramente é visto nas dependências do edifício, segundo relatos de moradores e funcionários. Para alguém que preserva tanto sua intimidade, o registro de uma manifestação pública – e ainda por cima dirigida a um “estranho” – é uma nota dissonante.

“Deve ter um mês mais ou menos que um morador foi até lá e bateu tanto que quase pôs a porta abaixo! O problema é a maconha. Parece que ele fuma e o cheiro entra pela janela da casa do rapaz. Aí os dois ficaram se xingando”, contou ao iG uma vizinha que preferiu não se identificar na última sexta-feira (3). O vizinho ameaçou chamar a polícia. Ao porteiro do prédio, João afirmou, através do interfone, que em sua casa faz o que quiser. E questionou: “E isso (fumar maconha) é crime?”. O porteiro preferiu não tomar partido e apenas comunicou a ameaça de que o vizinho iria telefonar para a polícia. Desde então, nunca mais nenhum morador afirmou ter sentido qualquer “cheiro estranho”.¹⁷³

Bossa-nova à parte, em 1961, ocorreu a criação da Convenção Única de Nova York sobre Entorpecentes, em que a ONU passou a ter a atribuição legal da fiscalização internacional de entorpecentes. Com a colaboração de todos os países membros das Nações Unidas, a convenção única de 1961 revogou as convenções anteriores, sendo promulgada no Brasil pelo decreto 54.216 de 27 de agosto de 1964.¹⁷⁴

Segundo a Professora e Criminóloga Katie Silenes Cáceres Arguello:

Na década de 60, a maconha, o LSD e outras drogas sintéticas eram consumidas por jovens estudantes de classe média, especialmente em virtude do movimento hippie. A maconha passa a ser a responsável pela “passividade e a ‘síndrome amotivacional’”. Consolidou-se nesse período o discurso “médico sanitário-jurídico”, pois o consumidor recebe o estereótipo de enfermo (OLMO, 2003, p. 125-126) e o traficante o de delinquente. Há nesse período o crescimento da indústria da “saúde mental”, de tratamentos como o uso da metadona e de intervenções terapêuticas que reforçaram o “estereótipo da dependência” ao mesmo tempo que em matéria de segurança se reforça o papel geopolítico do “inimigo interno”, no caso, a atitude dos jovens contestadores nas universidades. Ao final da década de sessenta, a “Operação intercept” (OLMO, 1988, p.24) fecha a fronteira mexicana para impedir a entrada da maconha e assim se inaugura o “discurso do ‘inimigo externo’” e propriamente a “guerra contra as drogas” do então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon (OLMO, 2003, p. 125- 126).¹⁷⁵

Em 1976, na contramão do proibicionismo, a Holanda foi um dos países pioneiros na descriminalização das drogas, ao descriminalizar o porte de até 30 gramas para consumo. Antes disso, coffee shops já funcionavam ilegalmente, como por exemplo o Mellow Yellow, o

¹⁷³ Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/cultura/musica/joao-gilberto-80-anos-como-vive-hoje-o-musico-que-criou-a-bossa-nova/n1597017714432.html>, acesso em 15.11.2019.

¹⁷⁴ CARVALHO, op. cit., p. 6.

¹⁷⁵ ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. O Fenômeno das drogas como um Problema de Política Criminal. RIDB, Ano 2 (2013), nº 5. p 5-6. Disponível em: http://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/05/2013_05_03581_03606.pdf, acesso em 15.11.2019.

primeiro da Holanda, em funcionamento desde 1970. A princípio a medida continha o objetivo de separar o comércio da maconha do de drogas mais pesadas, como a heroína, o que funcionou, visto que os indicadores apontam que 60% dos dependentes têm mais de 40 anos e os novos casos são apenas 4% do total. Portanto, a descriminalização das drogas se trata sobretudo de uma política de redução de danos.¹⁷⁶

No mesmo ano de 1976, o então presidente Ernesto Geisel sanciona a Lei nº. 6.368/76 prevendo a criação, por decreto, em seu artigo 3º, de um Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão, lei a qual antecedeu a atual Lei nº 11.343, de 2006.¹⁷⁷

Na Espanha, desde 1982, a lei descriminaliza o porte de droga pra uso pessoal, tolerando-se até 200 gramas de maconha, 7.5 de cocaína ou 3 de heroína. Ainda, o cultivo de cannabis pode ser feito por membros de clubes.¹⁷⁸

Portanto se constata que enquanto a Europa traçava novas perspectivas de resolução de conflitos, isso já nas décadas de 1970, no mesmo momento histórico o Brasil, muitíssimo influenciado pela guerra às drogas inaugurada por Richard Nixon.

Na década de 80, Rosa Del Olmo aponta que vigorou uma discurso-jurídico político transnacional, responsável por estereotipar a cocaína e o próprio povo latino americano.¹⁷⁹

No Brasil, temos que a década de 90 e o início dos anos 2000 foram marcados pelo endurecimento das políticas repressoras contra às drogas, numa intensidade que nunca se houvera visto antes. Como vimos, dentre outros motivos, isso gerou a criação e fortalecimento das facções criminosas, cujo maior expoente é o PCC.

O PCC começou sua atuação nos anos 1990 prometendo acabar com a “lei do mais forte” e a “covardia” que tornava o cumprimento da pena um fardo ainda mais pesado. Como contou Fernando sobre sua prisão em 1997 e seu ingresso no PCC: Eu cheguei [na prisão] na época da revolução. Não entrei por simpatia, mas por revolução. A história foi feia. Antes [do PCC] tinha 50, 20 (pessoas) de uma facção, dez de outra e dez de outra nos presídios. Dormia todo mundo de olho aberto. Era muito ruim e desorganizado. Tinham os infiltrados que caguetavam para o diretor. Tinha o malandrão que comia a bunda dos humildes. Os caras chegavam da rua, novos, eles faziam isso daí. O Comando parou com isso. Foi quando a gente conseguiu colocar a

¹⁷⁶ ARAÚJO, Tarso. 5 mitos sobre o consumo de maconha na Holanda. Super Interessante, 31.10.2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/5-mitos-sobre-o-consumo-de-maconha-na-holanda/>>. Acesso em 15.11.2019.

¹⁷⁷ CARVALHO, op. cit., p. 6.

¹⁷⁸ SANCHEZ, Leonardo; SOARES, Marcelo. Conheça os países onde o porte de drogas para uso pessoal não é crime. Folha de S. Paulo, 09 set. 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/asmais/2015/09/1671352-conheca-os-paises-onde-o-porte-de-drogas-e-liberado-para-uso-pessoal.shtml>>. Acesso em: 15.11.2019.

¹⁷⁹ DEL OLMO, Rosa. A Face Oculta da Droga. Tradução de Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Revan, 1990. p. 74.

paz. Não foi só força, mas por lógica. Por que que eu vou ficar tretando com você se a gente está na mesma situação? Não faz sentido (apud MANSO, 2017)¹⁸⁰

As condições desumanas e o caos que era vislumbrado pelos presos dentro das penitenciárias, contraditoriamente, fez com que esses se unissem em torno da ideia de ordem e que desse modo criassem artimanhas para se defender. Em suma, o momento de expansão do PCC é marcado por ser um período muito violento.

Esse período de expansão envolveu mortes e diversos conflitos em várias unidades do Estado. Rebeliões, que resultavam em transferências das lideranças, eram também importantes para a divulgação da ideia da facção nas novas unidades, que aos poucos se espalhou junto com um estatuto de 16 itens pregando a união dos presos longe das autoridades e da opinião pública. Cabeças foram decepadas, corações arrancados e comidos em churrasco, em métodos que depois se repetiriam nas rebeliões recentes envolvendo disputas de facção pelo Brasil. Aqueles que não concordavam com a ideia de união no crime em torno da autoridade do PCC eram exterminados ou isolados em celas seguras. Ao longo dos anos 1990, foram morrendo os integrantes de facções como a Seita Satânica e o Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade (CRBC), entre outros grupos que ainda existem, mas bastante fragilizados. Nos processos criminais, o Ministério Público estima que em São Paulo, atualmente, o PCC estabelece a autoridade entre os presos de 90% das prisões estaduais.¹⁸¹

A história das drogas no Brasil, contemporaneamente, perpassa, necessariamente, pela expansão e fortalecimento das facções criminosas, que se apoderaram da venda de tóxicos, mormente o PCC.

Conforme os presídios eram dominados, o pacto de não agressão e de respeito entre a massa carcerária se consolidou, inicialmente dentro das prisões. Como relata o médico Drauzio Varella, que passou 28 anos como voluntário de saúde no sistema penitenciário paulista, O crack (...), que infestava a cadeia nos anos 90, foi banido do sistema penitenciário de São Paulo por ordem da facção dominante. Tanta gente fumava crack que, quando um preso negava o uso, eu achava que devia ser mentira. Nunca imaginei que essa droga seria varrida das prisões em meu tempo de vida, muito menos que os responsáveis pela proibição seria justamente uma facção envolvida com o tráfico nas ruas, depois de concluir que o craqueiro conturbava a ordem imposta por eles nos presídios a ponto de lhes prejudicar os negócios (VARELLA, 2012, p. 132). Foi no início dos anos 2000 que a facção começou a organizar também a cena criminal do lado de fora das prisões, nas “quebradas” onde o mata-mata ainda acontecia em grande quantidade. Nesse período, a popularização dos celulares ofereceu como uma ferramenta de comunicação entre lideranças de dentro dos presídios para se articular com o lado de fora e com as lideranças em outros estados. As centrais telefônicas do PCC, que começaram a funcionar já no final de 1998, depois da privatização da telefonia nacional, se multiplicaram no ano 2000, aproximando entre si os integrantes das diversas prisões paulistas e todos os aliados em liberdade. Com os celulares, as prisões – chamadas pelos presos ironicamente de faculdades – viraram espécies de

¹⁸⁰ DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno Paes. PCC, Sistema Prisional e Gestão do Novo Mundo do Crime no Brasil. Rev. bras. segur. pública. São Paulo v. 11, n. 2, 10-29, Ago/Set 2017. p. 15-16. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/854/259>, acesso em 15.11.2019.

¹⁸¹ IDEM, Ibidem. p. 16

escritórios do crime, de onde passaram a ser articuladas as principais estratégias para gestão do lado de dentro e para a articulação e ampliação da rede do lado de fora.¹⁸²

Em 2001, ocorria, no Brasil, a primeira megarrebelião da história do sistema prisional no Brasil, que é um ponto de virada na história da facção. Ironicamente, do outro lado do além-mar, em Portugal, a descriminalização tomou traços mais radicais justamente no ano de 2001, quando se descriminalizou todos os tipos de drogas. Deu-se primazia, uma vez mais, à política de redução de danos, sendo o viciado tratado como doente e não criminoso, tolerando-se o porte de até 25 gramas de maconha, 2 gramas de cocaína, 1 grama de heroína ou 1 grama de ecstasy, podendo, ainda, encaminhar-se o usuário a um comitê composto por médicos e assistentes sociais, para que se analise sua situação.¹⁸³

O resultado mais visível dessa nova tecnologia foi a primeira megarrebelião da história do sistema penitenciário brasileiro, organizada pelo PCC em fevereiro de 2001, quando 25 presídios e 4 cadeias públicas se rebelaram ao mesmo tempo. O evento produziu um efeito simbólico, tanto para dentro como para fora da esfera criminal, ao revelar publicamente a capacidade de articulação entre os presos e a dimensão que o PCC alcançava internamente nos presídios. Depois da megarrebelião, a facção alcançou um novo patamar de organização, a partir do momento em que estabeleceu o tráfico de drogas como principal financiadora da organização e a maior fonte de recursos de seus integrantes. Essa segunda fase empresarial começou depois que Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, e seus aliados se consolidaram na liderança do grupo, no final de 2002, depois de acirradas disputas internas. O compromisso com a manutenção da paz entre os ladrões seguiu firme, com a vantagem de que boa parte dos rivais já havia sido dizimada e com a possibilidade de contar com os telefones celulares para fortalecer a rede comercial de drogas, que passaria a se ampliar e a se organizar dentro e fora de São Paulo.¹⁸⁴

Destarte, verificou-se a criação e consolidação de uma ordem paralela ao Direito.

O ingresso no mercado de drogas em nome da defesa dos ideais da facção estabeleceu novos padrões de interação, permitindo a defesa da ampliação dos lucros e da redução dos conflitos – que produzem prejuízos –, dando um sentido instrumental para a consolidação do contrato e da paz no crime paulista. A redução de homicídios nesse cenário significou também aumento dos lucros, redução dos prejuízos e de polícia, previsibilidade, capacidade de planejamento, lavagem de dinheiro, investimento e de ampliação do poder na luta contra o sistema. “O crime fortalece o crime” é uma das máximas que passa a respalda a ampliação dessa rede de parcerias no mercado de drogas. Para lidar com a gestão do lado de fora das prisões, os novos líderes do PCC criaram um poder mais horizontal e descentralizado, dando autonomia de decisão para as pontas. Os dois escalões, que antigamente eram formados por generais que mandavam e os pilotos que obedeciam, foram divididos em células de comando, chamadas de sintonias. Os torres, que depois passaram a ser nomeados sintonias gerais, mediavam as informações que chegavam aos líderes e aos demais irmãos. Abaixo, um modelo aproximado de organização do PCC: Essas sintonias foram

¹⁸² IBIDEM. p 16.

¹⁸³ SANCHEZ; SOARES, op. cit.

¹⁸⁴ IDEM, Ibidem. p. 16-17.

distribuídas por pontos territoriais estratégicos do estado de São Paulo – organizadas de cima para baixo, a partir do código de discagem (DDD), afunilando em regiões menores até chegar aos bairros –, cumprindo duas funções principais. A disciplina, que tenta preservar a estabilidade local, mantendo um relacionamento adequado com autoridades e comunidade, e a financeira, que organiza o comércio de drogas. Homicídios passaram a ser proibidos, a não ser com autorização e mediação dos integrantes do PCC. Essas mediações são chamadas também de “debates” ou “tribunais do crime” (FELTRAN, 2010a, 2010b)¹⁸⁵.

Conforme o Estado investe em políticas repressoras, o que se verifica é o fortalecimento cada vez maior da facção criminosa que se espraia como modelo a ser seguido por outras facções melhores, “como uma empresa que deu certo.” A postura punitiva do Ministério Público e do Poder Judiciário paulista, bem como endurecimento da legislação contribuiu em aumentar o montante de presos no sistema, gerando assim o que se tem chamado de “dilema das prisões”, uma vez que, quanto maiores as chances de um criminoso ser preso, conjuntamente maior é a chance de ele se ver submetido ao poder faccionário, fortalecendo as lideranças criminosas.¹⁸⁶ O Estado tornou-se incapaz de intermediar e solucionar os anseios dos presos de modo que os obriga a sustentar a facção criminosa preponderante. O Estado precisa trazer novamente para si a responsabilidade sobre os presídios, senão não há mais por que se prender gente.

O PCC já tinha uma presença significativa desde o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 em duas unidades da federação: Paraná e Mato Grosso do Sul. No caso paranaense, a bandeira do PCC parece ter sido fincada a partir de 1998, quando o governo de São Paulo, com vistas a desarticular a facção, transferiu suas lideranças para outros Estados. E, nesse processo, os fundadores do PCC e seus principais expoentes naquela primeira década, Géleão, Cesinha e Mizael, foram para a Penitenciária Central do Estado (PCE) – entre diversas idas e vindas por vários estados uma das maiores unidades prisionais do Paraná, localizada em Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba. A presença das lideranças do PCC em território paranaense ficou evidente com a rebelião na PCE, em junho de 2001, ocasião em que três presos e um agente penitenciário foram mortos. A rebelião teve duração de cerca de 143 horas e marcou profundamente o sistema prisional do Paraná, sendo propulsora, por exemplo, da presença fixa da polícia militar dentro daquele estabelecimento.¹⁸⁷

Verifica-se que, no atual momento, o PCC está em plena expansão, buscando consolidar sua hegemonia nacional e transnacional, o que inclusive é responsável por gerar alarmantes rebeliões nos presídios do Norte e Nordeste, bem como muitas mortes e conflitos nesses estabelecimentos prisionais. Enquanto isso, o Estado não parece estar comprometido com rever suas políticas criminais e repressivas, o que, inevitavelmente, servirá como “fermento” para o PCC e demais facções pelo país.

¹⁸⁵ IDEM, Ibidem. p. 17.

¹⁸⁶ IDEM, Ibidem. 17-19.

¹⁸⁷ IDEM, Ibidem. p. 19-20.

Para além de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, a presença do PCC em outros estados não tardaria a ser detectada. Em 2010, ela já era reportada em pelo menos outros sete estados (DIAS, 2013). Em matéria recente, e com base em documentos do Ministério Público de São Paulo, aponta-se a presença do PCC nos 26 estados da federação e no Distrito Federal. Essa presença é evidentemente diferenciada em cada um desses locais e inclui indivíduos dentro e fora do sistema prisional. Mas, de toda forma, aponta para a capilarização nacional do PCC.¹⁸⁸

2.3.3 Século XXI: Perspectivas para Depois da Guerra

Verifica-se que a necropolítica criminal de drogas no Brasil, em seus atuais moldes, está completamente imbricada como o fenômeno de expansão, nacionalização e transnacionalização das facções criminosas, mostrando-se uma política inútil para outros propósitos que não sejam o da morte.

Em sentido diametralmente oposto, por sua vez, o país que começou toda a empreitada contra as drogas, deu seu primeiro grande passo em direção a reparação do erro, eis que, em novembro de 2012, o Colorado foi o primeiro estado norte-americano a legalizar a maconha (que já tinha seu uso medicinal permitido em outros estados, mas que daí diante tomou outras proporções).

Desde então, a legalização alcançou Alasca, Colorado, Nevada, Oregon, Washington, Vermont, Maine, Massachusetts e Califórnia. Michigan e a capital Washington, D.C. (Distrito de Columbia), sendo que mais de uma dezena de outros estados têm a maconha descriminalizada, bem como diversos estados permitem-na para consumo medicinal.

Na América Latina, podemos citar o Uruguai, que levou a termo a legalização da maconha com o então Presidente Pepe Mujica, tornando-se em 2013 o primeiro país a regulamentar todo o ciclo do consumo da maconha e a deixá-lo sobre o controle estatal. Outras drogas já eram descriminalizadas desde 1974. Desde a legalização no Uruguai, vê-se uma diminuição no tocante aos crimes violentos.

Hodiernamente, volvendo-se para um outro sentido da história, tão consubstanciada a questão das drogas e dos fármacos, como vimos extensamente, há, ainda, que se considerar em nossos hodiernos tempos as consciências alteradas em virtude dos meios tecnológicos do presente.

A história da consciência alterada por meios técnicos acelera-se no início do século XXI, associando a neurotecnologia farmacológica com as técnicas de estimulação sensorial. Desde a invenção do caleidoscópio, pelo escocês David Brewster, em 1816

¹⁸⁸ IDEM, Ibidem. p. 20.

– que se tornou uma mania extremamente popular – e de todas as máquinas óticas que levaram ao cinema até a combinação de meios de comunicação eletrônicos, novas drogas psicoativas, realidade virtual e técnicas de estimulação sensorial na cultura das raves do século XXI, percorre-se uma história da consciência alterada por meios técnicos. Desde a invenção do cinema e da montanharruss, emblemas de cerca de um século atrás, que a construção estética da realidade, a produção de estados criados especificamente para o deleite dos sentidos e a deriva da imaginação adquiriu o refinamento de uma tecnologia da imagem e do som nunca antes tão bem reproduzidos como “realidades virtuais”. A vertigem de uma experiência direta reproduzia algo mais do que uma sensação, um arrebatamento, um arrepio do espírito. A televisão, os satélites e as viagens espaciais são marcos finesculares que definiram o horizonte do século XX. A maior máquina contemporânea de produção de subjetividades, a televisão, especialmente a colorida a partir de meados dos anos setenta, configurou o imaginário cultural de uma geração com familiaridade doméstica com a imagem em movimento, fase final da “revolução gráfica”, na expressão de Daniel Boorstin, surgida com a invenção da fotografia, desde o início do século XIX, produzindo a exuberância semiótica que marca a era contemporânea das ilustrações e fotografias produzidas e transmitidas em massa. A televisão combinada com o satélite marcou o nascimento do tempo da simultaneidade global, sua importância como principal meio de comunicação, fundador de uma onipresença multimidiática do audiovisual eletrônico, invadiu a esfera mais íntima da psicologia humana, dando origem a um novo modelo de subjetividade: avesso à literalidade, fragmentário, hiperveloz, cultura do zapping e do videoclipe, exatamente aquilo que é a definição do pós-modernismo como uma lógica cultural do capitalismo tardio (Jameson, 1997). A televisão é uma máquina de produção de subjetividade, com todas as consequências dessa “hipnose” que gruda por mais de cinco horas diárias os olhos em telas pulsantes e, assim como o uso de drogas, molda a consciência e o humor. A tecnologia áudio-visual e a psicoquímica são ambos recursos tecnológicos de fabricação sensorial da realidade visionária. O pioneiro do uso das luzes estroboscópicas como a “máquina dos sonhos”, Dream Machine, Brion Gyson, dizia que a indústria da televisão possuía o monopólio sensorial doméstico e propugnava por outros recursos visionários disponíveis ao público que rompessem a passividade contemplativa da produção televisiva do imaginário (Geiger, 2003).¹⁸⁹

Em uma época multiconectada, a alteração da consciência em razão desse aparato tecnológico é tamanha que ao exemplo de tantas outras drogas, o esmartefones se aproximam do conceito de substância entorpecedora ou capaz de alterar o estado psíquico. Paralelamente a esse debate, verifica-se a proliferação de doenças como a depressão e contraditória propagação, num meio que propugna a guerra às drogas a qualquer custo, em meio a isso se verifica uma incitação às drogas antidepressivas.

A depressão passou, nas últimas décadas, não só a ser vista como uma doença de incidência cada vez maior, como a ser considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como a maior causa de incapacidade em países desenvolvidos e a segunda no mundo, superada apenas pela doença cardíaca. A chamada “depressão maior” ou unipolar atingiria cerca de trezentos e quarenta milhões de pessoas. Outras estimativas estadunidenses dão conta de que uma de cada cinco pessoas terá depressão algum dia (Healy, 2003). Não é nova a designação desse estado como uma doença. Sob o nome de melancolia, perdurou por séculos a idéia de um tipo de temperamento característico do predomínio do humor negro, produzido pelo baço, e que se manifestaria especialmente nos homens de letras, nos sábios e cientistas, dedicados ao

¹⁸⁹ CARNEIRO, Henrique. Autonomia ou Heteronomia dos estados alterados de consciência. Drogas e Cultura: Novas Perspectivas. p. 77-78.

saber, cuja posse não traz, necessariamente, a felicidade, mas ao contrário⁸. No cristianismo esse estado tornou-se o pecado da acedia, o tédio do spleen (baço, em inglês, órgão do qual se originaria o humor melancólico) que acometia especialmente os monges enclausurados no auge do dia, sendo chamado, por isso, de “o demônio do meio-dia”. No segundo pós-guerra, em meados do século XX, a invenção de fármacos chamados de “anti-depressivos” representou um curioso contraponto à proibição dos fármacos psicodélicos, também sintetizados na mesma década. Ambos agem sobre certos neuro-transmissores – serotonina, dopamina, noradrenalina –, cuja identificação e início de compreensão de suas funções e atividades vêm sendo descobertas em concomitância com as criações e usos dessas novas moléculas psicoativas. A diferença é que os anti-depressivos agem em doses regulares num longo tempo e tem um efeito discreto e pouco notável enquanto que os psicodélicos agem em doses únicas e possuem um efeito intenso e extraordinariamente notável.¹⁹⁰

Ironicamente, Henrique Carneiro atenta para o fato de que drogas hoje consideradas ilícitas poder-se-iam ser utilizadas como medicamentos para a depressão, possivelmente mais eficazes.

Os psicodélicos (LSD, DMT, mescalina, psilocibina) e especialmente as metanfetaminas psicodélicas como o ecstasy, provocam efeitos que podem ser descritos, mais do que antidepressivos, como extáticos ou euforizantes, ou seja, com uma conotação de uso que não é apenas negativa, como remédio que busca corrigir algo, mas sim positiva, como uma pura busca de exuberância, de pleonexia, de intensidades. Estas substâncias foram descobertas e desenvolvidas nos mesmos anos cinquenta da expansão da indústria psicotrópica, mas diferentemente dos antidepressivos que se tornaram alguns dos medicamentos mais vendidos no mundo (a fluoxetina, especialmente o Prozac), terminaram proibidas e perseguidas. A medicalização da tristeza e a construção de uma entidade nosológica – a doença da depressão – inscrevem-se numa vasta empreitada do complexo industrial médico-farmacêutico que hipertrofiou-se no pós-guerra a ponto de torná-lo um dos mais (senão o mais) rentáveis mercados contemporâneos: o das drogas.¹⁹¹

Ressalta Henrique Carneiro que há um “unilateralismo imperial”, que propaga uma guerra nefasta que não necessariamente encontra respaldo na ciência e no Direito, mas que mesmo assim converte-se em discurso médico-jurídico legitimador.

A depressão que caracteriza a nossa época é contextual, política, ecológica e de causas sociais e econômicas. O mesmo sistema que a cria como principal doença trata-a lucrativamente com drogas que permitem a modulação dos humores e a aceitação feliz das mesmas situações a estarem na origem da depressão, mas proíbe violentamente drogas que elevem o humor até a euforia, com a exceção de uma das mais brutas, perigosas e aditivas, que é o álcool. Autonomia ou heteronomia nos estados alterados de consciência LSD, DMT, MDMA são algumas das principais substâncias que podem oferecer instrumentos de êxtase para usos estéticos, cognitivos, psicoterapêuticos, religiosos, sensuais, poéticos ou lúdicos com um potencial muito efetivo no combate à depressão, ansiedade, angústia e outras dores da alma. A diferença entre essas moléculas psicodélicas e os produtos da indústria psicofarmacêutica reside na sua forma de circulação. As primeiras, como drogas clandestinas, são usadas por escolha própria de seus consumidores, que forjam nessa atividade o que Pignarre (1999) denominou de “artes do consumo”, e as últimas, como remédios controlados de prescrição médica, transitam por um circuito que vem dos

¹⁹⁰ IDEM, Ibidem. p. 79.

¹⁹¹ IDEM, Ibidem. p. 80.

pipelines dos laboratórios e alcançam a rede distribuidora dos fármacos como produtos de monopólio prescritivo entre os membros da profissão médica. Dois circuitos de circulação das moléculas: um autônomo e clandestino, outro heterônomo e oficial. As substâncias migram de um para outro conforme épocas e regiões – o álcool, por exemplo, foi proibido nos EUA na Lei Seca e hoje não é mais, à exceção de certos países islâmicos; o LSD e MDMA já foram importantes remédios e hoje são proscritos para qualquer tipo de uso –, embora atualmente os controles políticos internacionais exerçam-se através de tratados e normas cada vez mais impositivos, no espírito da “guerra contra as drogas” levada a cabo em todo o mundo pelo unilateralismo imperial.¹⁹²

Em meio a tantas transformações e efervescências culturais, sociais, morais, em meio a uma enorme ansiedade, ora depressiva, ora hipomaníaca, causada sobretudo pelos adventos tecnológicos, acompanhamos políticas criminais tão modernas quanto às de 50 anos atrás, de modo que parece realmente que às vezes estamos vivendo no passado.

Talvez seja mister, para enfrentar esse dilema brasileiro das drogas, cujas raízes imperialistas, uma postura justamente anti-imperialista e enaltecida do ser latino-americano, é necessária uma criminologia da indignação.

Nas palavras de Maria Lucia Karam:

As reflexões devem avançar e colocar em pauta o repúdio à repressão e a afirmação da liberdade, revelando os riscos, os danos e os enganos globalmente produzidos pelo proibicionismo, questionando o discurso que oculta fatos, demoniza substâncias e pessoas, molda opiniões conformistas e imobilizadoras, censura e desinforma, entorpecendo a razão.

As sistemáticas violações a princípios e normas consagrados nas declarações universais de direitos e nas Constituições democráticas, que, presentes na nova lei brasileira, reproduzem as proibicionistas convenções internacionais e as demais legislações internas criminalizadoras da produção, da distribuição e do consumo das drogas qualificadas de ilícitas, já demonstram que os riscos e danos relacionados a tais substâncias não provêm delas mesmas. Os riscos e danos provêm sim do proibicionismo. Em matéria de drogas, o perigo não está em sua circulação, mas sim na proibição, que, expandindo o poder punitivo, superpovoando prisões e negando direitos fundamentais, acaba por aproximar democracias de Estados totalitários.

A própria expressão “guerra às drogas”, que dá a tônica do proibicionismo voltado contra as selecionadas substâncias psicoativas e matérias-primas para sua produção qualificadas de drogas ilícitas, já revela a incorporação ao controle social exercido através do sistema penal de estratégias e práticas que identificam o anunciado enfrentamento de condutas criminalizadas à guerra tornada preventiva ou ao combate a dissidentes políticos nos remanescentes Estados totalitários.¹⁹³

Nesse ritmo, no Brasil, aguardamos o desfecho do julgamento do Supremo Tribunal Federal do Recurso Extraordinário 635.659, o julgamento adiado *ad eternum*.

¹⁹² CARNEIRO, Henrique. Autonomia ou Heteronomia nos estados alterados de consciência. Drogas e Cultura: Novas Perspectivas. p. 80-81.

¹⁹³ KARAM, Maria Lucia. A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. Salvador, Edufba/MINC, 2008. p. 117.

2.4 ÚLTIMO ARGUMENTO

Diante do exposto ao longo das últimas páginas, bastante já foi dito ao leitor atento, várias reflexões foram feitas, utilizando-se de poetas, juristas e cientistas, restando agora, apenas, o que eu chamarei de argumento final.

Para que se vislumbre este, contarei o caso do jovem Hélio*.

Em razão de impedimentos burocráticos, farei alusão a um caso real, todavia omitindo o número do processo a que me refiro, bem como me utilizarei de um nome imaginário, referindo-me a um caso imaginário (nem tão imaginário assim), ou melhor, referindo-me a um caso, digamos, baseado em fatos reais.

Sobre os fatos, sabe-se que Hélio foi preso junto com seu irmão, por praticar, em tese, o delito de tráfico de drogas.

Hélio tem 18 anos. Hélio é negro. Hélio não tem passagem criminal.

Mediante denúncia anônima, a polícia civil armou uma tocaia, para observar a movimentação de uma casa, tida por ponto de tráfico de drogas. Após constatarem movimentação acima do comum na referida casa, ocorreu uma batida policial.

Na casa, além de Hélio, moram o irmão de Hélio, chamemos Lucas, 20; a mãe de Hélio, que é uma senhora com mais de 60 anos de idade, chamemos Rosa; a esposa de Hélio, Fernanda, 17, com o filho do casal, recém nascido, Helinho; além deles, também a esposa de Lucas, Rafaela, 19, e o filho do casal, Diego, 2.

No quarto de Hélio, foram encontradas 10 gramas de crack, que ele alega eram para seu consumo pessoal.

No quarto de Lucas, foi encontrada quantidade considerável de crack e de maconha. Lucas confessou ser traficante. Segundo Lucas, Hélio era apenas usuário, não vendia drogas e trabalhava como pedreiro o dia todo. Segundo Lucas, Hélio era viciado em crack.

Em que pese o depoimento de Lucas na delegacia de polícia, bem como a negativa de autoria por parte de Hélio, ambos os irmãos foram mantidos presos em flagrante, sob a acusação de tráfico de drogas.

Recebida a denúncia. Citados os acusados. Apresentadas a resposta à acusação por parte da Defensoria Pública, foi designada audiência de instrução e julgamento.

Passou-se cerca de um ano da prisão em flagrante. Perante o juiz de instrução, pela primeira vez, Hélio chora do início ao fim, mas não um choro comum, um choro absurdo, um choro de morte, um choro de desesperança, um choro de raiva contida no peito.

“Seu nome completo é Hélio da Silva?”

“Verdade.”

“Quantos anos você tem?”

“Eu tenho 19 anos”

“O senhor já foi preso alguma vez?”

“Nunca fui. Nem de maior, nem de menor.”

“O senhor usa algum tipo de droga?”

“Eu uso crack e cocaína.”

“Maconha?”

“Maconha eu não fumo. Só crack e cocaína.”

“Tem alguma passagem?”

“Nada.”

“Nem de maior, nem de menor?”

“Nada.”

“Qual sua data de nascimento?”

“Dia... de 1999.”

“O senhor está preso desde o dia...”

“Desde o dia 02 de março do ano passado”

“O senhor está acusado pelo crime de tráfico de drogas. O senhor vende droga?”

“Eu não vendo nada.”

“E essas notícias vêm de onde?”

“Ué, a polícia invadiu a minha casa. Pegou 70 gramas de droga com o meu irmão e disseram que é minha.”

“O senhor falou que nasceu em 99, o senhor já tava trabalhando?”

“Eu tava trabalhando. Tava de boa, senhor. Só queria cuidar do meu filho e da minha mulher.”

“O senhor trabalha de quê?”

“De pedreiro, senhor.”

“Quanto o senhor ganha mais ou menos?”

“Ganhava 1200 ‘real’ por mês, senhor.”

“O senhor chegou a estudar?”

“Estudei. Estudei até o terceiro ano.”

“O senhor é casado?”

“Sou casado, tenho filho”

“Quanto tempo?”

“2 anos que eu to com a minha mulher, meu filho tem 1 ano e 2 ‘mês’”

“Pela lei, o senhor tem o direito de ficar calado. Mas é importante que o senhor saiba que tudo que o senhor disser pode ser usado em seu benefício, se confessa espontaneamente tem direito à redução de pena, chama-se atenuante de pena.”

“Sobre os fatos, o que o senhor tava fazendo quando os policiais chegaram?”

“Ué, eu tava na minha casa, senhor. Tinha acabado de chegar do serviço. Quando a polícia chegou invadindo. Pegou a droga no quarto do meu irmão e me levou de gaiato.”

“Quem chegou de mototaxi?”

“Mototaxi? Minha mãe. Ela tinha ido procurar um serviço.”

“Você mora com a sua mãe?”

“Mora eu, minha mãe, minha mulher, meu filho, meu irmão, a mulher do meu irmão e o filho do meu irmão. Eu não tava vendendo droga. Eu tava trabalhando”

“Ali fora, o senhor tava ameaçando o policial?”

“Não ameacei ninguém. Ele que veio falar comigo. Eu só quero sair da cadeia. Só falei que ele tá acabando com a minha vida.”

“O senhor tá ameaçando os policiais militares?”

“Eu só falei que ele tá acabando com a minha vida. Jamais vou ameaçar polícia, pra quê? Ele que veio falar comigo.”

[O Juiz se volta para o policial, indaga-o se o réu o ameaçou. O policial diz que sim]

“Eu ameacei? Eu só falei que tão acabando com a minha vida. Não vou ficar discutindo com vocês.”

“Melhor que não discuta mesmo... Sobre o tráfico, mais alguma coisa a dizer?”

“Sobre o tráfico? Eu não tava com nada. Pegaram no quarto do meu irmão. E eu que to levando o pato. Eu tava trabalhando...”

“E esse negócio de você ficar desafiando autoridade?”

“Não desafiei ninguém não.”

“Você tá desafiando ele na minha frente”

“Não to desafiando ninguém, não. Só quero ir embora pra rua. To ficando louco dentro daquele lugar. Mó opressão lá ó. Não tem nada de bom lá. Tudo ruim. Mó opressão. Quase um ano lá. Primário. Sofrendo. Minha mulher tá doente. Meu filho não pode nem me ver. Que que é isso? Tá louco. Que que é isso? Sofrendo!” – o réu então desaba a chorar.

O Juiz ordena que o réu pare de chorar.

Perguntas pela promotoria:

“E o seu irmão? Ele tem envolvimento com droga?”

“Ah, o meu irmão... Ele é um cara que não escuta muito minha mãe, não. Nem eu. Eu falo muito pra ele: ‘piá, para com isso.’”

“Ele já foi apreendido?”

“Já foi.”

“Você quando era menor de idade nunca fui apreendido?”

“Eu não. Nunca tive ‘envolvimento’ com negócio de ficha criminal.”

“Você disse que usa que droga?”

“Eu uso crack, senhora. Eu preciso dum tratamento, numa clínica, alguma coisa.”

“Faz tempo já?”

“Faz tempo. Faz 5 ‘ano’, desde os meus 11 anos eu uso crack.”

“E você faz mesclado também?”

“Quê? Mesclado? Não. Eu só uso crack.”

“E a maconha?”

“A maconha não era minha, não. Era do meu irmão. Foi pega no quarto do meu irmão. Dentro do quarto dele. O policial que falou que tava dentro do quarto dele.”

“E a balança de precisão? E o prato com farelinho?”

“Balança? A balança não era minha não. Não era meu. A única coisa que tinha comigo eram 10 ‘grama’ de crack. Que eu entreguei na mão do policial. O resto não era nada meu, senhora”

“E o teu irmão passava crack pra você fumar?”

“Pra ‘mim’ fumar? Passava... Passou... Passou um monte de ‘vez’. Ele vendia, fazia o dinheiro dele. Eu trabalhava, eu tinha meu filho pra eu sustentar, não vou ficar me metendo com isso aí.”

“O senhor trabalhava com carteira registrada?”

“Carteira registrada. Eu estudava, normal. Terceiro ano. Tava de boa. Eu não tava mexendo com nada.”

“E há quanto tempo que ele tava fazendo esse tráfico na sua casa?”

“Ah, fazia tempo, eu nem lembro. Fazia tempo já.”

“E a sua mãe?”

“Ah, a minha mãe fala, né? mas ele não escuta...”

“Então ela sabia?”

“Minha mãe não sabia de nada, não. Minha mãe tava de inocente nas ‘coisa’. Não sabia de nada, não.”

“Mas você sabia?”

“Ah, eu sabia, porque eu via. Eu fumava. Eu falava: ‘ô, mano, dá uma pedrinha pra eu fumar.’ Eu sou usuário”

“Ele é usuário também?”

“Ele não. Ele não fumava. Eu fumo. Olha [abrindo a boca], eu não tenho nem dente na boca. Você acha que se eu fosse traficante eu não ia ter nem dente na boca? Eu ia tá rico, rapaz.”

“Da minha parte é só, Hélio, obrigada.”

Dias após, é prolatada a sentença.

Nesta, para infelicidade de Hélio, não reconhecido o princípio do *in dubio pro reo*, uma das lições mais básicas de direito penal, senão, de fato, o princípio mais basilar de todos dentre os princípios do processo penal, negando-se assim a possibilidade de sua absolvição, para sua infelicidade, Hélio resta condenado por tráfico de drogas, em sua pena mínima, de 5 anos de prisão. Todavia o juiz condenou-lhe, não apenas por tráfico, mas também por associação ao tráfico de drogas. Pena definitiva de 9 anos de prisão, em regime fechado.

Nas palavras de Maria Lucia Karam, a associação de que trata a Lei 11.343/06 repete a Lei 6.368/76 ao prever uma “associação” específica para o tráfico de drogas que consiste em “uma esdrúxula quadrilha” em que bastam duas pessoas e não, como tradicionalmente se exige, com pelo menos quatro pessoas, qual sugere a própria palavra.¹⁹⁴

Talvez, essa história, acabando aqui, não tenha nada demais, seja óbvia, corriqueira, esperada, apenas mais um destino infeliz e sem muita importância. O Direito Penal, enquanto última razão, resolveu o problema da maneira como os juízes estão acostumados, ao modo e nos conformes da *praxis juridica*.

Porém, alguns dias depois da prolação da sentença, da citação de Hélio, o juiz do caso contemplou o pedido do Ministério Público, pedido o qual pugnava a extinção da punibilidade do agente.

Hélio enforcou-se em sua cela.

Pois bem.

Parece-me que este é o último argumento. A escolha é simples, ou nós, juristas, poetas, cientistas, cidadãos, posicionamo-nos contra a continuidade da guerra às drogas, ou então estaremos chancelando esse nefasto culto à morte. Não é possível se posicionar a favor da guerra às drogas e ao mesmo tempo a favor da vida. A guerra às drogas é uma necropolítica criminal, é uma política da morte. A pergunta que me fica é simples: quem é o agente criminoso

¹⁹⁴ KARAM, Maria Lucia. A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. Drogas e Cultura: Novas Perspectivas. Salvador, Edufba/MINC, 2008. p. 108.

no caso em apreço? Quem é a vítima? Quantos milhares de outros Hélios serão necessários até que entendamos o calor do sol? Hélios, em grego, é sol.

Será que não existe nenhuma outra alternativa além do cárcere e da morte? Será que não somos capazes de pensar em mais nada? Estamos tão esgotados e acostumados com a morte que se esvaiu toda a nossa criatividade? A juventude do Brasil e do mundo pugna de nós, desesperadamente, algum lapso de criatividade, e não precisa sequer ser muita, uma vez que qualquer coisa é melhor do que o atual *status quo*.

CONCLUSÃO

O objetivo desse estudo não é debater exaustivamente outras possibilidades e soluções ao atual dilema brasileiro do extermínio e cárcere de pessoas, cometidos sob o ingênuo pretexto de extirpar as drogas do mundo, até porque qualquer tentativa nesse sentido se faria rasa a não ser que se produzisse um trabalho todo focado nas soluções. O objetivo desse trabalho é, antes, traçar um panorama da questão do uso e venda de drogas no Brasil, sob uma perspectiva abolicionista, senão, ao menos, voltada ao abolicionismo (tomando o minimalismo penal por meio para esse fim, por exemplo)¹⁹⁵, que é a única perspectiva possível contra a barbárie e o caos que estão postos.

Todavia verificamos que em outros países do mundo, hoje, ou seja, no mesmo momento histórico em que estamos vivendo, está-se adotando outras políticas, tantas vezes muito distanciadas da seara penal, para resolver tais conflitos.

Consigna-se que, nos continentes europeu e americano a descriminalização do uso de drogas é uma realidade na grande maioria dos países, sendo o Brasil, no continente americano, uma das raras exceções que ainda mantém a criminalização contra seus cidadãos, em que pese esteja em julgamento – *ad eternum* e eternamente sem resolução de mérito – a descriminalização do uso de drogas no território de nosso país. Esperamos que o julgamento uma hora seja conclusivo. E tomara que seu resultado seja favorável a vida.

Por vezes a opinião pública, sedenta por cárcere e sangue, clama por presídios os mais esturricados quanto for possível, bem como o mais semelhantes ao inferno que se possa, todavia esquecem-se dos custos astronômicos de tal empreitada.

Por meio do presente trabalho, foram apresentadas duas diatribes, ou seja, duas dissertações filosóficas críticas, esses antigos artifícios retóricos, que consistiam em atacar aquilo que merecia ataque. Por vezes, com sarcasmo, outras vezes com poesia, outras vezes com dados científicos, ou então, constatações de renomados juristas.

Nessas duas diatribes, procurou-se, respectivamente, desmistificar o caráter maniqueísta que se atribui ao ato de usar drogas, bem como a pecha que recai sobre o indivíduo que as utiliza, e, noutra vereda, escancarar o que é, afinal, a política criminal de drogas no Brasil, isso é, uma necropolítica criminal de drogas.

¹⁹⁵ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Minimalismos, abolicionismos e eficientismo: a crise do sistema penal entre a deslegitimação e a expansão. Revista Sequência, nº 52, p. 167-168, jul. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15205/13830>, acesso em 15.11.2019.

Não há usuário, há inimigo, ou, na melhor das hipóteses, um inimigo aceitável, um doente. Não há traficante, há um inimigo exterminável, que deve ser neutralizado, ou encarcerado, ou então morto. Isso é necropolítica criminal de drogas no Brasil hoje.

A sociedade parece totalmente indiferente ao debate.

Os poderes, por sua vez, denotam-se negligentes. Lá na introdução do trabalho, já se supunha que o julgamento da descriminalização das drogas que corre no STF provavelmente seria adiado mais uma vez. Dito e feito. Em 6 de novembro, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, sob escusas do julgamento da prisão em segunda instância, cuja urgência é irrefutável, adiou, mais uma vez, o julgamento da questão das drogas. Postergando mais uma vez sua conclusão, como se fosse algo realmente desimportante. Um julgamento que, neste momento histórico, tende a causar polêmica, ainda que o que esteja se debatendo não chegue nem perto da ideia de legalização. Discute-se apenas se alguém deve responder criminalmente em razão do uso de drogas ilícitas.

Verificam-se, nesta monografia, duas conclusões principais, uma tocante a cada uma das diatribes.

Na diatribe primeira, a grande conclusão é que o maniqueísmo que há nas coisas, se é que há nas coisas, a dualidade do mundo, é fluída e deformada, e toda tentativa de legitimar o maniqueísmo na lei, um pretenso maniqueísmo, é simplesmente falaciosa. Verifica-se a partir da análise da sociedade grega travada por Nietzsche, um contraste entre o mundo dito ocidental contemporâneo e o antigo. No antigo, não se repudiava o que pode se dizer “uma visão dionisíaca de mundo”, que se contrapunha à “visão apolínea de mundo”, muito próximas das categorias “bem” e “mal” dos tempos hodiernos, de matizes judaico-cristãos. Em suma, trata-se da contraposição entre moderação e loucura. Mas a loucura é lírica e a repressão à loucura e ao incomum é necessariamente uma repressão à própria natureza humana, ao poeta que mora no peito do homem, e é inadmissível que a lei intitule como legal aquilo que afronta frontalmente a poesia que existe no homem, a loucura que existe no homem, destroe a curiosidade que existe no homem, negue o homem enquanto bicho e negue a visão dionisíaca que se afirma na própria natureza indócil e propensa ao enebriamento de si. Trata-se de uma questão de respeitar a autonomia e liberdade humanas, reconhecendo uma capacidade plena de discernimento do ser no tocante às suas escolhas pessoais. Ademais, verifica-se que existem diversos tipos diferentes de drogas, lícitas ou ilícitas, com diferentes graus de nocividade e destrutividade, verificando que, de fato, várias das drogas hoje rotuladas com a nódoa da ilicitude são, em realidade, igualmente ou até mesmo menos nocivas do que drogas lícitas, como o álcool ou tabaco. Sabe-se, também, que não necessariamente o uso de drogas evidencia-se

prejudicial à uma determinada pessoa, existindo defensores emblemáticos do uso de determinadas drogas, como o caso de Albert Hofmann, Aldous Huxley *et al.*

Portanto, constatado que não se deve criminalizar o uso de drogas e que fazê-lo é necessariamente criminalizar a própria curiosidade e liberdade humana, quando não a poesia das pessoas, além dos direitos fundamentais garantidos inclusive na carta magna, então se alcança que o mesmo se estende ao delito de tráfico de drogas. Isso porque em todo um capítulo da monografia dediquei-me a explicar uma analogia simples, utilizando-me da ideia do “gato de Schrödinger”, em referência ao experimento do químico alemão, capaz de fazer entender o porquê do parágrafo segundo do artigo 28 ser visivelmente extravagante e impossível de dar certo, uma vez que estabelece o critério subjetivo de diferenciação de condutas, promovendo grande insegurança jurídica e, sem dúvida, muita injustiça.

Na segunda diatribe, por sua vez, demonstrou-se em primeiro lugar o “efeito gato de Schrödinger”. Em seguida, fez-se uma leitura da necropolítica criminal no Brasil, responsável por exterminar a juventude periférica do país, senão pelo menos encarcerá-la.

A partir de uma leitura histórica da criminalização também foi possível identificar diversas lacunas no discurso repressivo, uma vez que tal discurso só contribuiu, até aqui, com o recrudescimento das facções criminosas, cujo maior expoente é hoje o PCC, que, por sua vez, busca consolidar-se como maior facção do país, além de estar a se espriar para toda a América Latina, num processo de transnacionalização.

A conclusão, destarte, da segunda diatribe é que é urgente que sejam tomadas medidas no sentido de mitigar as políticas repressivas e de hipermilitarização no país, porquanto estas só são capazes de gerar a morte, e nortear-se por perspectivas de descriminalização e legalização das drogas no Brasil, a exemplo do próprio país que iniciou a guerra às drogas: os Estados Unidos. É mister que nos inspiremos nos ares de legalização vindos do Uruguai, a antiga província cisplatina, e que seja utilizada a inteligência, sobretudo.

Conclui-se que qualquer solução diversa da que aí está, é melhor. Nada é pior do que a experiência criminal aterradora que estamos vivenciando. Qualquer perspectiva minimamente progressista é melhor do que a atual, mormente se se pautar nas ideias de minimalismo e abolicionismo penal, mediante, *verbi gratia*, iniciativas de descriminalização e legalização de drogas, ou, a meu ver menos efetivo, mas pelo menos também menos mortal, uma perspectiva outra que retire do centro da política criminal brasileira o crime de tráfico de drogas, que seria uma medida de atenuante à atual crise de deslegitimação do sistema penal. Todavia o mais correto juridicamente é, por certo, a abolição do crime de “tráfico de drogas”, senão tráfico de

“tóxicos”, utilizando-me, assim, de uma expressão dotada de importância histórica, uma vez que remete aos primeiros passos da guerra (tóxica) contra os chamados tóxicos.

Por fim, é necessário que partamos de premissas anti-imperialistas e anti-colonialistas, no sentido de reafirmar a inteligência nacional, afastando-nos do velho complexo de vira-lata. É preciso que seja possível sonhar o Direito.

Para isso, teremos que nos pautar em uma criminologia da indignação e da insubmissão, para podermos reconstruir, ou sonharmos em reconstruir. Se chegaremos em algum lugar distinto do agora? Ora, termino este trabalho, remetendo ao Manifesto Nadaísta, que talvez sirva de conclusão a essas duas diatribes:

XIII. Destruir un orden es por lo menos tan difícil como crearlo. Ante empresa de tan grandes proporciones, renunciamos a destruir el orden establecido. La aspiración fundamental del Nadaísmo es desacreditar ese orden. Al intentar este movimiento revolucionario, cumplimos esa misión de la vida que se renueva cíclicamente, y que es, en síntesis, luchar por liberar al espíritu de la resignación, y defender de lo inestable la permanencia de ciertas adoraciones. En esta sociedad en que la mentira está convertida en orden, no hay nadie sobre quién triunfar, sino sobre uno mismo. Y luchar contra los otros significa enseñarles a triunfar sobre ellos mismos. La misión es ésta: No dejar una fe intacta, ni un ídolo en su sitio. Todo lo que está consagrado como adorable por el orden imperante será examinado y revisado. Se conservará solamente aquello que esté orientado hacia la revolución, y que fundamente por su consistencia indestructible, los cimientos de la sociedad nueva. Lo demás será removido y destruido. ¿Hasta dónde llegaremos? El fin no importa desde el punto de vista de la lucha. Porque no llegar es también el cumplimiento de un destino.¹⁹⁶

¹⁹⁶ Primer Manifesto Nadaísta. Bogotá: 1958. XIII.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRIA, Clemente de. **Exortação**, 34, retirado dos Fragmentos Sobre a Natureza, de Heráclito. Tradução de José Cavalcante de Souza.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Minimalismos, abolucionismos e eficientismo: a crise do sistema penal entre a deslegitimação e a expansão. **Revista Seqüência**, nº 52, p. 163-182, jul. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15205/13830>, acesso em 15.11.2019.

ARAÚJO, Tarso. 5 mitos sobre o consumo de maconha na Holanda. **Super Interessante**, 31.10.2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/5-mitos-sobre-o-consumo-de-maconha-na-holanda/>>. Acesso em 15.11.2019.

ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. O Fenômeno das drogas como um Problema de Política Criminal. **RIDB**, Ano 2 (2013), nº 5. Disponível em: http://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/05/2013_05_03581_03606.pdf, acesso em 15.11.2019.

ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. Guerra às Drogas ou Racismo de Estado? A Necropolítica de Segurança Pública. p. 141-173. **Criminologia Contemporânea**: crítica às estratégias de controle social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432, acesso em 15.11.2019.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2013.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 3ª edição. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.

BATISTA, Nilo. **Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BIDERMAN, CIRO; SERGIO DE LIMA, Renato; PINHO DE MELLO, João Manoel; SCHNEIDER, Alexandre. **Pax Monopolista and crime**: The case of the Emergence of the Primeiro Comando da Capital in São Paulo. Disponível em: <http://scioteca.caf.com/bitstream/handle/123456789/712/paxmonopolista-crime-primeirocomandodacapital-saopaulo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, acesso em 15.11.2019.

BRASIL. **Constituição Federativa da República do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 15.11.2019.

BRASIL. **Lei nº 11.343/2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm, acesso em 15.11.2019.

BUSATO, Paulo César. **Direito Penal**: Parte Geral, 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2015.

CESAREIA, Eusébio de. **Praeparatio Evangelica**.

CARNEIRO, Henrique. Autonomia e Heteronomia nos Estados Alterados de Consciência. **Drogas e Cultura**: Novas Perspectivas. Salvador: Edufba/MINC, 2008.

CARNEIRO, Henrique. **As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX**. p. 3. Disponível em: http://www.neip.info/downloads/t_hen2.pdf, acesso em 15.11.2019.

CARVALHO, Salo de. **Política Criminal de Drogas** – Um estudo criminológico e dogmático da Lei n. 11.343/2006. 4ª edição, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CARVALHO, Jonatas Carlos de. Uma História Política da Criminalização das Drogas no Brasil: A Construção de uma Política Nacional. In: SEMANA DE HISTÓRIA E III SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA: POLÍTICA, CULTURA E SOCIEDADE, 6., 2011, Rio de Janeiro. **VI Semana...**, p. 3-4. Disponível em: http://neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/04/carvalho_histria_politica_criminalizao_drogas_brasil.pdf. Acesso em 15.11.2019.

CASTRO, Ruy. **Chega de Saudade**: História e Histórias da Bossa Nova. São Paulo: Cia das letras, 1990.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada**: quem são os traficantes de droga? 2ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno Paes. PCC, Sistema Prisional e Gestão do Novo Mundo do Crime no Brasil. **Rev. bras. segur. pública**. São Paulo v. 11, n. 2, 10-29, Ago/Set 2017. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/854/259>, acesso em 15.11.2019.

FIDELIS DIAS, Laércio. Usos e abusos de bebidas alcoólicas segundo os Povos Indígenas do Uaçá. **Drogas e Cultura**: Novas Perspectivas. Salvador: Edufba/ MINC, 2008. p. 199-217.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GONZALO, Arango. **Primer Manifesto Nadaísta**. Bogotá: 1958.

GUARINELLO, Norberto Luiz. O Vinho: uma droga mediterrânica. **Drogas e Cultura**: Novas Perspectivas. Salvador: Edufba/MINC, 2008. p. 190-198.

GUIMARÃES ROSA, João. **Grande Sertão**: Veredas. 9ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio. 1ª edição de 1956.

GRANJA, Patrick. **UPP**: O Novo dono da favela. Cadê o Amarildo? Rio de Janeiro: Revan, 2015.

GRIMAL, Pierre. **Mitologia Grega**. Tradução de Rejane Janowitz. Porto Alegre: L&PM, 2013.

HOFMANN, Albert. **LSD: Minha Criança Problema**, prefácio. Em inglês LSD - My Problem Child. McGraw-Hill, 1980.

HUXLEY, Aldous. **As Portas da Percepção**. Disponível em: http://culturadigital.br/contraculturadigital/files/2012/02/Aldous_Huxley-As_portas_da_percepcao.pdf, acesso em 15.11.2019.

HUXLEY, Aldous. **Música na Noite e Outros Ensaios**. Tradução de Rodrigo Breunig. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.

KAFKA, Franz. **O Processo**. Tradução de Modesto Carone, Prêmio Jabuti 1989. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1997.

KARAM, Maria Lucia. A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. **Drogas e Cultura: Novas Perspectivas**. Salvador, Edufba/MINC, 2008.

LEMINSKI, Paulo. **Catatau**. São Paulo: Iluminuras, 2014.

LEVI, Primo. **É Isto Um Homem?** Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **O Alienista**. Porto Alegre: L&PM, 2014.

MBEMBE, ACHILLE. “**Necropolítica**”, publicado em: Arte & Ensaios, revista do ppgav/eba/ufpr. n. 32. dezembro 2016.

MUÑOZ CONDE, Francisco. **De nuevo sobre el Derecho Penal del Enemigo**. 2ª ed. Buenos Aires: Hammurabi, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. **A Visão Dionisiaca do Mundo**. Tradução de Marcos Sinésio Pereira Fernandes e Maria Cristina dos Santos de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falou Zaratustra**. Tradução de Gabriel Valladão Silva. L&PM Clássicos, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral – Uma Polêmica**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 8ª reimpressão, 2005.

OLMO, Rosa Del. **A Face Oculta da Droga**. Tradução de Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

PANKE, Rafael. **Passa a Bola Dragão: Regras de Conduta e Códigos Morais em rodas de fumo de Curitiba**. UFPR, 2006.

PLACHA SÁ, Priscilla. Eles (não) são Recicláveis. **Revista da Faculdade de Direito - UFPR**, Curitiba, n.53.2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/30765>, acesso em 15.11.2019. p. 74.

SANCHEZ, Leonardo; SOARES, Marcelo. Conheça os países onde o porte de drogas para uso pessoal não é crime. **Folha de S. Paulo**, 09 set. 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/asmais/2015/09/1671352-conheca-os-paises-onde-o-porte-de-drogas-e-liberado-para-uso-pessoal.shtml>>. Acesso em: 15.11.2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Notas Sobre a História Jurídico-social de Pasárgada**. p. 2. Disponível em: <http://www.geocities.ws/b3centaurus/livros/s/boavpassar.pdf>, acesso em 15.11.2019.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

VARGAS, Eduardo Viana. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. **Drogas e Cultura: Novas Perspectivas**. Salvador, Edufba/MINC, 2008.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O Inimigo no Direito Penal**. Tradução de Sérgio Lamarão. 2ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2007.